

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

**ERIVÃ GARCIA VELASCO**

**JOVEM E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:  
PROGRAMAS E TRAJETÓRIAS DE JOVENS EM BUSCA  
DO PRIMEIRO EMPREGO EM MATO GROSSO**

**São Luís  
2007**

**ERIVÃ GARCIA VELASCO**

**JOVEM E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:  
PROGRAMAS E TRAJETÓRIAS DE JOVENS EM BUSCA DO  
PRIMEIRO EMPREGO EM MATO GROSSO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do Título de Doutora em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria Ozanira da Silva e  
Silva

**São Luis  
2007**

**ERIVÃ GARCIA VELASCO**

**JOVEM E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:  
PROGRAMAS E TRAJETÓRIAS DE JOVENS EM BUSCA DO  
PRIMEIRO EMPREGO EM MATO GROSSO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do Título de Doutora em Políticas Públicas.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Ozanira da Silva e Silva (Orientadora)**  
**Universidade Federal do Maranhão**

---

**Prof. Dr. Márcio Pochmann**  
**Universidade Estadual de Campinas**

---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Alba Maria Pinho de Carvalho**  
**Universidade Federal do Ceará**

---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Valéria Ferreira S. de Almada Lima**  
**Universidade Federal do Maranhão**

---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Alice Melo**  
**Universidade Federal do Maranhão**

## **DEDICATÓRIA**

**Aos jovens que me cederam muito de suas vidas em tão pouco tempo.**

**A Nelson, àquele com o qual o sentido da palavra *companheiro* tem se enchido de significado.**

**Aos meus filhos, sobretudo os dois já começando a viver suas juventudes, que ao seu tempo sejam capazes de entender minhas presenças ausentes e minhas ausências presentes, ambas repletas de meu amor.**

## **AGRADECIMENTOS**

**Ao Programa de Qualificação Institucional (PQI) firmado entre a UFMT e a UFMA, que, tendo participado de sua proposição, me possibilitou este doutoramento;**

**Às professoras da UFMT Arlete Benedita de Oliveira e Liliane Capilé Charbel Novais por terem assumido o desafio de coordenar o PQI para além dos revéses institucionais e humanos;**

**Ao Departamento de Serviço Social da UFMT, sobretudo às colegas que sempre sincera e carinhosamente me incentivaram e apoiaram nesta jornada;**

**Aos trabalhadores do Programa, Júlio, D. Izabel e Rycardo sempre tão disponíveis a compreender minha condição de aluna de Cuiabá;**

**A todos os professores e professoras do PPP, comprometidos em sua missão, um a um em suas passagens destilando provocações em nosso pensamento, consciência e sensibilidade;**

**A todos os colegas e amizades constituídas no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, que me proporcionaram, cada qual com seu objeto de estudo mas também com sua vida, momentos de saber e viver o Maranhão, nas suas agruras e bravuras. Eles não sabem o quanto são meus amigos;**

**À Penha Teófilo e Luciana Rocha Caval que em São Luís generosamente abriram as portas de suas casas, doaram o aconchego de suas famílias e cederam partes de seu tempo, dando a exata noção do que seja amizade. Como disse Vinícius, amigos a gente não faz, reconhece-os;**

**À Leana, amiga de toda hora, pela convivência também em São Luís, capaz de selar nosso profundo respeito mútuo e amizade, livres de quaisquer condicionalidades;**

**À professora Alba M. Pinho de Carvalho, credora de minhas reflexões desde a Qualificação do projeto e Exame de qualificação, por sua postura provocativa e inspiradora;**

**À professora Valéria F. S. Almada, incentivadora no Programa, pelo apoio e pelas contribuições generosas;**

**À Professora Maria Alice Melo, acolhedora de meus estudos, pela abertura ao diálogo interdisciplinar;**

**Ao professor Márcio Pochmann, por ter aceito participar de minha Banca de Defesa, referência fundamental em meus estudos por todas as contribuições permitidas através de suas pesquisas e reflexões;**

**À professora Maria Ozanira, competente e certa em sua orientação, pelo seu incentivo pleno e pela demonstração de respeito e consideração, meus sinceros e profundos agradecimentos.**

## LISTA DE SIGLAS

AVAL – Avaliação Externa

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação e Jovens e Adultos

EMPAER – Empresa Brasileira de Extensão Rural

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador

FBMOS – Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNABEM – Fundação do Bem Estar do Menor

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDJ – Índice de Desenvolvimento Juvenil

INAF - Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPDU – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Urbano

LDB – Lei de Diretrizes de Base da Educação

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combata à Fome

MEC – Ministério da Educação

MESA - Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NOB-SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social

OEI - Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, a Ciência e a Cultura

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PARC – Parcerias Nacionais e Regionais

PEA – População Economicamente Ativa

PEQs - Planos Estaduais de Qualificação  
PEQ/MT – Programa Estadual de Qualificação do Estado de Mato Grosso  
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil  
PIN – Plano de Integração Nacional  
PIB – Produto Interno Bruto  
PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador  
POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados  
POLAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia  
POLONOROESTE - Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil  
PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio  
PNAS – Política Nacional de Assistência Social  
PNQ – Plano Nacional de Qualificação  
PNUD – Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas  
PRODOESTE - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste  
PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional  
PSB JOVEM - Proteção Social Básica ao Jovem  
RFPC - Renda familiar per capita  
REDE SAC - Rede de Serviços de Ação continuada  
SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica  
SCV – Serviço Civil Voluntário  
SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados  
SEDH – Secretaria de Estado de Direitos Humanos  
SEFOR – Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional  
SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento  
SM – Salário Mínimo  
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial  
SEST – Serviço Social do Transporte  
SETECS – Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social de Mato Grosso  
SENAT – Serviço Nacional de Transporte  
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial  
SIGAE – Sistema de Gestão Integrada das Ações de Emprego  
SINE – Sistema Nacional de Emprego

STbs – Secretarias Estaduais de Trabalho

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDECO – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste

TCU – Tribunal de Contas da União

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

## RESUMO

Estudo da qualificação profissional de jovens na sociedade brasileira a partir de programas voltados especificamente ao intuito de prepará-los para a entrada no mercado de trabalho, percebidos no bojo de um fenômeno maior ideologizado e ideologizador. O cenário sobre o qual se eleva assinala como as juventudes passaram a ser, em face do desemprego, elevadas à categoria de público preferencial de ações públicas colocando em xeque uma trajetória típica de um período em que família-escola-trabalho podiam apreendidos nessa linearidade histórica, garantidora, portanto, de uma sociabilidade regular e regulada. Uma vez mudadas as bases sobre as quais se assentam as novas configurações do mundo do trabalho dissemina-se que o trabalho não é mais o mesmo, daí exigir outro tipo de trabalhador, um outro tipo de saber capaz de melhor responder a esse momento de mudanças, derivando um senso comum conservador e mistificador em torno da necessidade de qualificação profissional. É a isto que se denomina ideologização da qualificação profissional, objeto central de desenvolvimento deste estudo apreendido a partir de programas estatais públicos desenvolvidos em Mato Grosso, especificamente o Serviço Civil Voluntário e o Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. Um olhar que se revela mediado, ao mesmo tempo em que iluminado pelas trajetórias juvenis em busca de emprego. Conclui-se que os programas consubstanciados em conceitos como competência, empregabilidade, protagonismo juvenil, dentre outras noções, revelam suas próprias ambigüidades e paradoxos, descortinando a tendência a um processo de individualização e de psicologização da própria questão social, correndo inclusive o risco de justificar pela incompetência individual o estar fora do mundo do trabalho, fazendo os programas consistir em uma precária forma de inclusão. As narrativas juvenis permitiram, por fim, evidenciar o fosso social brasileiro, em que as diferenças de recursos familiares adquiridos ao longo da vida, associadas à ausência e/ou fragilidade dos suportes sociais, possibilita construir um esquema explicativo das vulnerabilidades que marcam as possibilidades de inserção dos jovens pobres no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Qualificação Profissional; Juventude; Ideologização; Trabalho.

## **ABSTRACT**

This is a study of professional qualification of youths in the Brazilian Society starting from social programs specifically made to prepare them to be inset in the labor market seem as a bigger ideologized and ideologizer phenomenon. The scenario on which this issue rises gives the idea on how the youths turned to be according to the unemployment being them conducted to the category of preferable public of public actions offering risks to a regular trajectory of one period in which the trilogy “family – school – labor could be involved in this historical linearity guaranteeing a regular and regulated society. Once changed the bases on which are based the new configurations of the labor world it is propagated that laboring is not the same anymore, due to this makes necessary to demand another type of worker, another type of knowledge capable to give a better answer to this moment of changes deriving a conservationist and mistifiyer common sense surrounding the professional qualifications. This is what we denominate ideology of professional qualification, a central object development of this study make from public state programs developed in Mato Grosso State, specifically at the Volunteering Civil Service and the Youth Agent of Social and Human Development. A viewer the reviews itself mediated at the same time illuminated by the youth trajectories searching for a job position. We conclude that the programs consubstantiate in concepts as competence, impregnability, juvenal protagonist among other notions review their own ambiguities and paradoxes showing a tendency to a process of individualization and psychologic of the own social question occurring and including the risk of justifying by the individual incompetence the well – being outside the world of labor consisting in another form of inclusion. The juvenile narrative permitted, at last to evince the Brazilian Social trench in which the difference of family researches gained over a life time associated to the absence and/ or fragility of social support make possible to built a scheme of vulnerabilities that mark the possibilities of insertion of the poor youths existing in the labor market.

Key words: Professional Qualification; Youth; Ideology; Labor

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>2. CONSTRUINDO O QUADRO DE REFERÊNCIA: Qualificação Profissional, Ideologização e Juventudes</b>	<b>23</b>
2.1. Qualificação Profissional no Brasil: percurso histórico	29
2.2. A Ideologização da Qualificação Profissional: o implícito e o explícito na manifestação contemporânea	48
2.3. Juventudes na Agenda Pública: a propósito dos termos e conceitos – vulnerabilidade e juventudes	65
<b>3. CONSTRUINDO O ESPAÇO EMPÍRICO DA PESQUISA</b>	<b>77</b>
3.1. Mato Grosso Em (En)cena: cenário do vigor da soja ante à desigualdade social	78
3.2. Os dados e a realidade: uma leitura da vulnerabilidade juvenil em Mato Grosso	88
<b>4. OS PROGRAMAS PARA JOVENS NO CENÁRIO ATUAL: vias de estudo sobre ideologização na preparação para o trabalho e qualificação profissional de jovens</b>	<b>107</b>
4.1. Projeto Serviço Civil Voluntário (SCV): caracterização, desempenho e ideologização	117
4.2. Agente Jovem de Desenvolvimento Humano e Social: caracterização, desempenho e ideologização	138
<b>5. TRAJETÓRIAS JUVENIS: trilhando o caminho do (primeiro) emprego em Mato Grosso</b>	<b>159</b>
5.1. (Re) Construindo Cenários e Personagens	161
5.2. Família e (Des) Amparo?	172
5.3. Escolaridade: Trabalho e escola são projetos opostos?	176
5.4. Repertórios e movimentos em busca do emprego	180
5.5. Ocupações precárias: o parâmetro do emprego possível	184
<b>6. CONCLUSÃO</b>	<b>197</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>203</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Quer se enunciar aqui, na brevidade e clareza que se propõe nesta introdução, o "que se fez" neste trabalho. Inicia-se por dizer que a motivação primeira para o estudo foi o fato de participar como pesquisadora de projetos de avaliação externa de programas de qualificação profissional em Mato Grosso, mais especificamente o antigo Programa Qualificar, no período de 2001 a 2004. Esta inserção foi determinante para a imersão na temática, mas que ganhou logo de início um interesse muito específico traduzido na preocupação com a qualificação profissional de jovens.

Também como professora e orientadora de projetos de preparação para o trabalho, via programas públicos e privados, o contato com a juventude pobre foi asseverando a importância e necessidade de estudos mais voltados para este segmento. É preciso dizer que esta preocupação articulava-se com uma discussão geral que trazia para a agenda pública internacional e brasileira a juventude como categoria em debate.

Assim, a dedicação fundamental desta Tese é o estudo da qualificação profissional de jovens na sociedade brasileira a partir de programas voltados especificamente ao intuito de prepará-los para a entrada no mercado de trabalho, percebidos no bojo de um fenômeno maior ideologizado e ideologizador.

Contudo, não se poderia chegar a este fenômeno assim recortado sem olhar para esta sociedade com a nítida percepção de como parcela significativa de sua população vive processos excludentes. Nela, uma imensa maioria é classificada como pobre, o que não só legou o modo como ficou segmentada derivando estigmas, mas, inclusive, uma naturalização, seja pela dinâmica do sistema capitalista, seja pelas próprias políticas públicas e sociais que tendem a classificações que se dão, inclusive, a partir de medidas de aferição, em que as estatísticas de inúmeros organismos, estatais ou não, são especialistas em tentar explicitar.

Dentre as mais graves conseqüências das transformações do capitalismo a partir da década de 1970, período de mudanças conhecido por globalização,

reestruturação produtiva, sob a égide do neoliberalismo como seu fundamento teórico-filosófico, está o desemprego, instabilidade e precarização do trabalho.

Assim, o fenômeno do desemprego no mundo ganhou destaque por atingir, num grau nunca visto antes, um enorme contingente da população, mas que significou, olhando para além do próprio fenômeno, mudanças substantivas nas bases produtivas e organizativas do sistema capitalista. Na radicalidade de seu pensamento Bauman (2005) localiza a produção do refugio humano, produto da modernidade asseverado com a globalização que fez este processo chegar ao seu ápice, de modo que se apresenta como efeito colateral da *construção da ordem* e do *progresso econômico*. Com base na ordem se define as parcelas da população “deslocadas”, “inaptas” ou “indesejáveis”, ao mesmo tempo em que o progresso não pode ocorrer sem degradar e desvalorizar os modos anteriormente efetivos de “ganhar a vida” e que, portanto, não consegue senão privar seus praticantes dos meios de subsistência. (BAUMAN, 2005, p. 12)

Os jovens passaram a ser, em face do desemprego, elevados à categoria de público preferencial de ações por ser duramente atingidos colocando em xeque uma trajetória típica de um período em que família-escola-trabalho podiam ser olhados exatamente nessa linearidade histórica, garantidora, portanto, de uma sociabilidade regular e regulada.

E o jovem e as juventudes passaram também a ter um estatuto teórico diferente, alargado a partir de dimensões variadas neste temário, com ressonância no modo de compreensão deste público, que fizeram emergir distintas conceituações – e também preconceitos - estabelecendo tensos diálogos: jovem-problema, jovem-solução, jovem-futuro, jovem-sujeito...

Considerando mudadas as bases sobre as quais se assentam as novas configurações do mundo do trabalho, ganhou evidência neste cenário contemporâneo a qualificação profissional como solução, uma vez que as explicações para o desemprego foram reduzidas à ausência de trabalhadores preparados e qualificados para enfrentar toda a estatura de mudanças que o fenômeno da globalização e da reestruturação produtiva estão impondo ao mundo. Sob esse pretexto, dissemina-se que o trabalho não é mais o mesmo, daí exigir outro tipo de trabalhador, um outro tipo de saber capaz de melhor responder a esse momento de mudanças.

É sobre este senso comum conservador e mistificador da necessidade de qualificação profissional como saída que se analisam os programas voltados para a preparação de jovens para inserção no mercado de trabalho. É a isto que está se denominando ideologização da qualificação profissional, objeto central de desenvolvimento deste estudo apreendido a partir de programas estatais públicos e de trajetórias juvenis em Mato Grosso.

Importa dizer que esta Tese pretende contribuir para este *estado da arte* sobre a qualificação profissional e trajetórias de jovens em busca de emprego, inscrevendo-se de modo despretensioso, mas não menos comprometido, com a possibilidade de um exercício crítico ao situar a questão central e seu debate em Mato Grosso, um estado que ao longo das últimas décadas se destaca no cenário nacional com forte simbologia vinculada a um projeto de desenvolvimento.

Entretanto, é este mesmo estado, o maior da região Centro-Oeste e uma das principais fronteiras agrícolas do país, que se destaca, contraditoriamente, com violações significativas dos direitos humanos, a exemplo do trabalho escravo, uma manifestação que coloca o país, junto com estados como Pará e Tocantins, no topo do relatório sobre violência.

Na realidade, a historiografia, ao que tudo indica sua parte hegemônica, tendeu à simplificação analítica quando apresentou Mato Grosso ou como uma “terra sem lei”, ou, numa outra ponta do fio, uma “terra prometida”. Ou até as duas perspectivas juntas, uma vez que nesta mesma terra desabitada emerge o potencial de um espaço social carente de desenvolvimento. Não por menos, a idéia e imagem de progresso que tem historicamente alimentado, especialmente por grupos sociais representantes de uma elite, resvala no esquematismo causa-efeito, deixando pouca possibilidade para pensar as ligações históricas capazes de refletir sua diversidade e multiplicidade, que pode contribuir para dimensionar as especificidades das experiências sociais, recusando, portanto, qualquer mitificação, como bem assinala GUIMARÃES NETO (2006),

É a essa perspectiva que este trabalho se alia, que questiona uma historiografia que descreve esta região do país - o Centro-Oeste – e em especial o estado de Mato Grosso, como uma terra incivilizada e, portanto, carente de um tipo de ordem capaz de organizar um tipo de civilidade, ao mesmo tempo em que o território é visto sob a perspectiva do progresso, como promessa de desenvolvimento, que responde a uma linguagem do poder afirmando sua presença

imperiosa como uma verdade inquestionável (GALETTI, 1995; 2000; GUIMARÃES NETO, 2002; 2006).

Desse raciocínio importa reter que, ao apresentar este estudo sobre juventudes e qualificação profissional em Mato Grosso, alguns pontos de referência foram fundamentais para delimitar a sua análise e tornar compreensíveis os caminhos percorridos. Assim, ainda que as generalizações sobre a condição juvenil brasileira já sejam esclarecedoras de sua situação de vulnerabilidade, parte-se de uma compreensão de que era preciso identificar essas juventudes num estado peculiar, de modo a não olhar para o fenômeno como algo auto-explicativo. Por isso mesmo, procurou-se identificar a partir dos jovens o quê e como fazem constituir as experiências de trabalho e vida, apreendendo suas próprias estratégias, situações específicas e condições de vida e trabalho no espaço social, ao mesmo tempo em que produzem e reproduzem este mesmo espaço.

Pensar isso em termos da juventude foi uma referência teórica fundamental porque provocou a necessidade de distanciar-se de descrições objetivistas, sem negar, contudo, sua relevância, apenas tendo o cuidado de não tomá-las como por si só verdades absolutas, correndo o risco da própria naturalização da história. Daí o interesse e a escolha por ouvir jovens mato-grossenses que experenciam a própria condição juvenil, com enfoque privilegiado na qualificação profissional e busca de emprego, resultando em procedimento de entrevistas, cujos relatos orais receberam um tratamento teórico-metodológico capaz de problematizá-los a fim de não serem tomados como automaticamente representativos do real, mas igualmente exigentes de um rigor crítico, do mesmo modo que se utilizam outras fontes documentais.

Para essa empreitada metodológica, vale-se de referenciais, que são encontrados ao longo do trabalho, buscando, fundamentalmente, em Michel de Certeau, Roger Chartier e Pierre Bourdieu, que tratam da trajetória como uma narrativa que encerra uma experiência coletiva. Nessa direção é que Chartier<sup>1</sup>, referindo-se à Bourdieu, adverte quanto ao aspecto da ilusão biográfica ou autobiográfica, quando se pensa que “as coisas são muito originais, singulares, pessoais, quando são, na verdade, freqüentemente, experiências coletivas, compartilhadas com as pessoas pertencentes a uma mesma geração”. Do mesmo modo, advoga contra a perspectiva que toma a trajetória com uma coerência

---

<sup>1</sup> “Conversa com Roger Chartier”. Entrevista concedida a Isabel Lustosa, 16/09/2004. Disponível em <<http://p.php.uol.com.br/tropico/html/textos/2479,1.shl>> Acesso em: 03/02/2005.

perfeita, com um fio único, quando se sabe que “na existência de qualquer pessoa, multiplicam-se os azares, as causalidades, as oportunidades” (CHARTIER, In LUSTOSA, 2004). Assim, não cair nesta dupla ilusão é um desafio que se coloca permanentemente.

O recurso à metodologia de estudo de trajetórias deveu-se à possibilidade de reconhecer realidades sociais marcadas pela instabilidade e pela descontinuidade que caracterizam os modos de inserção social dessa população, mas, ao mesmo tempo, de permitir flagrar nos tempos atuais as formas de movimento dos indivíduos, no caso jovens pobres, num tempo em que estruturas definidas do modelo fordista, tendo se esvaído, não fornece mais segurança social.

Pretendendo, então, encontrar os sujeitos, recorreu-se aos próprios jovens, demarcando-os a partir da inserção nos programas implementados no período de 2000 a 2004, servindo isso tanto ao Serviço Civil Voluntário como ao Agente Jovem.

O instrumental de pesquisa utilizado consistiu de entrevistas, realizadas com 13 jovens cujo número foi atingido sem preocupação com uma representação estatística, uma vez tratar-se de componente da pesquisa mais voltado à compreensão do fenômeno estudado, sem intenção de generalizações comprováveis pela quantificação. Esta técnica de pesquisa foi escolhida por ser a mais adaptada para entender como os sujeitos vêm construindo suas vidas a partir da preparação para o trabalho e qualificação profissional e inserção, ou de sua tentativa, no mercado de trabalho.

Naturalmente que não é demais asseverar que esse tipo de enfoque não visa se opor aos enfoques quantitativos de base estatística, mas permitir captar informações de natureza qualitativa que possam complementá-los ou até negá-los. Entendendo que os números não são capazes de revelar toda a realidade de um fenômeno social, o recurso da entrevista, da escuta e da observação direta dos sujeitos mostrou-se condição indispensável para conferir aos números maior substância.

O momento inicial, a partir do primeiro contato, foi sempre de explicar o propósito do trabalho, de modo mais claro e objetivo possível, tarefa difícil para uma assistente social, professora com linguagem repleta de vícios academicistas. Até isso foi um aprendizado, que não se furta nesse momento relatar porque se acredita que compõem a própria construção e tratamento do objeto de estudo. Bourdieu dá uma lição sobre isso quando lembra que o sujeito ao confiar ao pesquisador sua

existência, esta relação que se estabelece também deve estar resguardada pelas próprias exigências que o método científico impõe, de tal maneira que na realização de entrevistas, alerta, um contrato de confiança se estabelece cabendo ao pesquisador munir-se de mecanismos de proteção e, igualmente, de cuidados éticos (BOURDIEU, 1997).

Foi, pois, nessa direção que se utilizou um documento em que o jovem tomava conhecimento e autorizava de próprio punho o uso da entrevista para o trabalho, consistindo num Consentimento Informado que, embora tipicamente utilizado no campo da saúde, foi adotado no sentido de garantir transparência e eticidade ao processo de pesquisa.

Mas, além do recorte temporal para a pesquisa, o critério de seleção dos jovens valeu-se em primeiro lugar dos dados cadastrais disponíveis, tanto o que se conseguiu obter através da Secretaria estadual responsável pelo Agente Jovem, constante em documentos de gestão, prontamente disponibilizados pelas técnicas, quanto do SCV, com a mesma presteza ofertada pela executora do Programa no estado, a Universidade Federal de Mato Grosso.

A partir do que se conseguiu acessar através destas fontes, em termos de listas e cadastros de nomes e endereços dos jovens, optou-se por uma escolha aleatória, apenas com o cuidado inicial de não concentrar jovens de um mesmo bairro nas duas cidades escolhidas. O procedimento a partir da primeira seleção foi em não se encontrando o jovem passar para o seguinte da lista. Entretanto, no trabalho de campo acabou se optando também pela indicação, de tal modo que os próprios jovens acabaram por fazer referência a colegas de turma do projeto, consistindo na técnica conhecida como “bola de neve”.

Cabe esclarecer que a escolha das duas cidades mato-grossenses, Cuiabá e Cáceres, aconteceu por duas razões inter-relacionadas: em razão da representatividade dos programas, pois ambos foram executados nos dois municípios e, uma segunda razão, por se constituírem em realidades que de algum modo retratam uma diferenciação em termos de sua constituição e organização política, econômica e cultural. Isso implica em que estas duas cidades dão mostras de características distintivas capazes de dar um esboço da diferença em Mato Grosso.

Importa assinalar isto porque havia inicialmente uma preocupação com a realidade de Mato Grosso que manifesta um grau de desigualdade interna

importante, que também desvela especificidades regionais e/ou locais quanto à formação política, econômica, social e cultural de cada localidade. Sem adotar um padrão rigoroso de distinção, mas atenta a esta questão, na seleção aleatória dos jovens entrevistados, a idéia inicial da pesquisa previa dar uma amplitude que pudesse ser possível senão enxergar em sua plenitude, ao menos indiciar singularidades e especificidades regionais, tentando abarcar, portanto, trajetórias de jovens de regiões distintas de Mato Grosso. Isto não foi de todo atingido, muito em razão do custo de uma pesquisa dessa abrangência, mas revelou-se um instigante caminho ainda a ser percorrido em estudos que se seguirão.

Para a realização das entrevistas foi utilizado um roteiro semi-estruturado que indicava alguns eixos de referência: a constituição e convivência familiar, escola e trabalho, sempre recortados pela trajetória pós-qualificação profissional. Este conjunto, contudo, não foi utilizado em campo numa seqüência linear, mas se distinguiu de acordo com o jovem, a presença de alguém da família, o local da entrevista, dependendo, portanto, de como o processo evoluiu com cada jovem e em cada contexto específico.

Importa dizer que se buscou primar por um método de abordagem com uso de uma linguagem direta e simples, a fim de estabelecer uma relação espontânea de confiança, cuja finalidade foi deixar os jovens falarem livremente, ainda que o roteiro semi-estruturado servisse de guia.

Não se pode deixar de mencionar a insuficiência de fontes oficiais sobre trabalho juvenil em Mato Grosso, o que impôs dificuldades na coleta, organização e sistematização de dados, ao mesmo tempo em que revela a indubitável realidade, já diagnosticada por outros, de que pouco se sabe sobre as juventudes. (ABRAMO e BRANCO, 2003)

A organização estrutural da tese foi se constituindo ao longo de todo o trabalho. Nesse aspecto, foi seguindo o próprio caminho da pesquisa e muitas vezes parecia auto-arranjar-se, descomprometidamente, para, então, encontrar novamente seu indispensável fio condutor. Assim, como formalidade, uma organização é condição necessária e, então, se chegou à estrutura como segue.

A parte que segue à Introdução desta Tese, intitulada **CONSTRUINDO O QUADRO DE REFERÊNCIA: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, IDEOLOGIZAÇÃO E JUVENTUDES (2)** trata do campo sócio-histórico em que se

inscrevem as atuais políticas de qualificação profissional. Aborda a constituição do campo da qualificação profissional destacando porque ganhou realce no cenário recente. Traz em linhas gerais, no primeiro item do capítulo, uma historiografia – a partir dos anos de 1940 e pós anos de 1980 – destacando o surgimento do PLANFOR, e como a qualificação profissional é apontada quase como solução única para o desemprego, revestida de forte conteúdo ideológico.

O conteúdo ideológico da qualificação profissional é abordado no segundo item do capítulo, que se desenvolve a partir de noções e conceitos vinculados a certo desmonte da qualificação profissional vinculada ao posto do trabalho, típica de uma racionalidade anterior, passando a ser localizada no sujeito através da exigência de um conjunto de atributos úteis para este novo momento da produção capitalista. Aqui o que se destaca é a noção/conceito de *empregabilidade* e *competência*, especialmente naquilo que propaga em termos de novas atitudes comportamentais e valores.

Não se pode, contudo, estar neste debate sem situar como as juventudes e os jovens aparecem como sujeitos sociais de direitos neste mesmo cenário de transformações do capitalismo. Mas ao mesmo tempo, considerando que esse é um movimento paradoxal, se evidencia a juventude como um dos segmentos mais atingidos pelos índices de desemprego, fazendo então com que os jovens passem a ser alvos de políticas mais específicas voltadas para sua inserção no mercado de trabalho. Nesse ponto foi necessário realizar minimamente uma precisão conceitual; por isso caminha-se pela literatura para demarcar uma compreensão teórica sobre *vulnerabilidade*, assim como sobre *juventudes*.

Na parte seguinte, **CONSTRUINDO O ESPAÇO EMPÍRICO DA PESQUISA (3)**, dois itens são desenvolvidos com o objetivo de, primeiro, localizar Mato Grosso como o cenário sobre o qual se realiza a preparação para o trabalho e a qualificação profissional de jovens, por intermédio dos programas neste estudo investigados. E, segundo, apresentar o quadro de vulnerabilidade juvenil que tem feito deste território espaço/tempo de (re)produção de desigualdade social.

O intento é situar o estado porque é sobre a realidade mato-grossense que se movem os programas e os sujeitos em estudo/análise. Sujeitos tais que são apresentados também sob a forma de uma leitura estatística que retrata a vulnerabilidade, sobretudo a partir de dados de escolaridade e de trabalho.

**OS PROGRAMAS PARA JOVENS NO CENÁRIO ATUAL: VIAS DE ESTUDO SOBRE A IDEOLOGIZAÇÃO NA PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (4)** é onde o campo empírico se eleva a partir das fontes documentais sobre os dois programas analisados. Na organização do trabalho foram separados para efeito de análise e também para manter o modo de estruturação como nos outros capítulos. Alguns dados de execução são elencados, mas, realmente, detém-se mais em alguns aspectos que, conforme se entende, guardam maior relação com a manifestação da ideologização.

No capítulo que se segue **(5)**, é onde aparecem os sujeitos jovens, cuja base empírica e analítica é as entrevistas realizadas e o tratamento a elas destinado.

A partir das narrativas dos jovens busca-se dialogar com a condição e situação juvenil a partir de elementos indicados também na literatura - vida, escola, família, trabalho - tentando apreender suas trajetórias após a preparação para o trabalho e qualificação profissional, através do Serviço Civil Voluntário e do Agente Jovem. Esta abordagem rendeu o título **TRAJETÓRIAS JUVENIS – TRILHANDO O CAMINHO DO (PRIMEIRO) EMPREGO EM MATO GROSSO**.

Finalizando, além de demarcar o sentido de produto inacabado em que está inscrito este trabalho, retoma-se alguns aspectos destacados na relação qualificação profissional, juventude e ideologização. Marca-se a referência às terminologias *competência* e *empregabilidade*, o uso de condicionalidades nas ações públicas voltados para as juventudes pobres, e todas as inculcações subjacentes nos programas, desvelados nas narrativas, e que tem agenciado a materialidade-subjetividade do processo de qualificação da força de trabalho juvenil, compondo, assim, o processo de ideologização da qualificação profissional, naquilo que se conseguiu apreender a partir de suas ambigüidades e paradoxos. É o que se apresenta na **CONCLUSÃO (6)** deste trabalho.

Assim estruturada, a Tese apresentada interessa em mostrar um olhar sobre a preparação para o trabalho e qualificação profissional de jovens em Mato Grosso, capturada a partir da execução de programas públicos estatais, mediada, ao mesmo tempo em que iluminada, pelas trajetórias juvenis em busca de emprego. Ao seguir/narrar as percepções e trajetórias dos jovens, os caminhos por algumas vezes pareceu conduzir a outros veios analíticos, derivando daí dificuldades e hesitações, para, então, encontrar um lugar e compor o estudo.

Importa, finalmente, dizer que ao Serviço Social, lugar de reflexão donde fala a autora, esta Tese pode vir a preencher um espaço, mesmo que pequeno, sobre parte desse universo ainda aberto a estudos, cujo olhar no Brasil volta-se apenas recentemente no âmbito dos estudos da população e das políticas públicas.

As políticas públicas voltadas para as juventudes estão nascendo no Brasil e caminham em torno de um único consenso: de que é preciso alcançar as juventudes brasileiras, mas especialmente a parcela empobrecida, o que tem legado olhares e viéses que precisam ser apreendidos criticamente para que, também do ponto de vista do Serviço Social, se compreenda hoje seus dissensos.

## 2. CONSTRUINDO O QUADRO DE REFERÊNCIA: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, IDEOLOGIZAÇÃO E JUVENTUDES

Este Capítulo inicial reflete a escolha de um caminho teórico. O que não significa que estão somente nele, e nele se encerram, todos os veios de reflexão encontrados no percurso da pesquisa e de todo o trabalho. Alguns caminhos ficaram mais claros, nítidos, outros nem tanto; linhas interpretativas, outras mais provocativas, próprio de quem está *fazendo ao caminhar* e tem clareza de que não chegou ao fim.

Realiza uma leitura do campo sócio-histórico em que se inscrevem as atuais políticas de qualificação profissional, num contexto recente de transformações múltiplas e complexas. Transformações que ao mesmo tempo são de cunho sócio-econômico, teórico e ético-político, como assegura Frigotto (1999). No campo sócio-econômico as mudanças se explicitam por uma nova ordem nos mercados mundiais, com hegemonia do capital especulativo, monopólio da ciência e da técnica, desemprego estrutural, maximização da desigualdade e acirramento da pobreza.

No plano teórico, revestido de muita polêmica, revelam-se leituras e mudanças de paradigmas em que referenciais de análise distintos pretendem dar conta dos desafios do presente. A dimensão ético-política das transformações, por fim, se manifesta pela tendência de naturalização da exclusão, da violência e da miséria humana.

Na tentativa de apreender este contexto mais complexo, porém situando especificamente a qualificação profissional, três pontos são desenvolvidos: retomada da constituição histórica da qualificação profissional na realidade brasileira, com uma reflexão sobre seu realce nos anos mais recentes, o fenômeno de sua ideologização e, finalizando, uma leitura sobre as juventudes vulnerabilizadas compondo a agenda pública contemporânea.

No primeiro ponto, o objetivo é caracterizar como, na sociedade brasileira, se deu a não consolidação de uma sociedade do trabalho ou sociedade salarial,

como estratégia de inserção e coesão social. É, sobretudo, nesse âmbito que as políticas de intervenção do Estado como forma de regulação social se situam, algo impensável no capitalismo até os anos de 1930. Foi como parte dessa estratégia que, nos anos de 1940, surgiram no Brasil instituições de direito privado como o Serviço de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço de Aprendizagem Comercial (SENAC) que, com aportes do fundo público, tinham como função oferecer formação profissional em grande escala. Efetivamente, esse período é tomado como referência inicial para marcar o surgimento de uma preocupação estatal com a educação profissional.

Todavia, assinala-se, contraditoriamente, na leitura deste movimento sócio-histórico, o processo de desmonte da sociedade salarial mediante as políticas neoliberais, que tem início na segunda metade dos anos de 1970 nos países centrais, associadas ao monopólio da tecnologia, desregulação do capital e globalização excludente para, então, situar a qualificação profissional que, no horizonte do ajuste assume o papel de política focalizada de inserção ou reinserção dos desempregados, ou construtora de uma espécie de "banco" de *competências* para a *empregabilidade* (FRIGOTTO, 1999), que concerne ao que se está configurando como ideologização da qualificação profissional.

Discutir, entretanto, o tema da qualificação profissional não pode ocorrer fora do quadro das políticas públicas contemporâneas, de forma que é preciso marcar que esse debate inscreve-se no debate mais geral de questões ligadas à definição, manutenção e /ou redirecionamento das políticas em curso, sobretudo sua ligação com o contexto sócio-produtivo e político brasileiro e as próprias concepções neoliberais gestadas no âmbito internacional.

A necessidade de integração nos mercados internacionais sob novos padrões de organização, tem colocado a educação em geral como um dos aspectos essenciais nesse processo. De tal modo que assumiu centralidade nos debates como necessidade estratégica dos países na promoção do desempenho econômico eficaz da população, quase como alternativa única possível para o ingresso no novo cenário de competição internacional. Aliás, ganhou evidência esse tipo de argumentação tanto por parte de governos como de empresários, vislumbrando

assegurar aos indivíduos conhecimentos, habilidades cognitivas, competências sociais de acordo com as novas requisições do mundo do trabalho.

O período recente da reestruturação produtiva no mundo impôs, então, um outro padrão produtivo, fazendo sentir, tanto na esfera da produção como na reprodução da força de trabalho, a expressão de um novo estágio do desenvolvimento capitalista. Nesse novo contexto sócio-político-econômico a qualificação profissional vai ganhar não apenas uma outra importância como traduz uma espécie de saída para um dos piores males que se revelam nesse novo período: o desemprego. Ganha, pois, evidência, associada às transformações produtivas e novas condicionantes da competitividade. O que se reveste de importância é apreender essa atribuição de prioridade para a qualificação profissional também pelo que oculta.

Diferente dos países centrais onde, num contexto de regulação social, a qualificação constituiu-se peça-chave na estruturação dos mercados e das relações de trabalho, no Brasil esse debate só vai se despontar nos anos de 1990. Claro que do ponto de vista histórico e teórico já existia no país um modelo que orientava as ações de qualificação profissional dos trabalhadores. Por isso, este texto se inicia enfocando um primeiro momento da discussão sobre a qualificação profissional no Brasil, quando, no período da industrialização, a justificativa se baseava no processo de modernização brasileira, estritamente vinculado à recente industrialização, mais especificamente vislumbrando formação e adequação da mão-de-obra aos interesses das forças produtivas.

Embora não seja a globalização um fenômeno novo, toma-se como nova a sua escala, natureza e velocidade, e a sua capacidade paradoxal de ao mesmo tempo homogeneizar, excluir e fragmentar (IANNI, 1992; FRIGOTTO, 1999). Tal como vem sendo veiculada a globalização se constitui também em mais uma potente ideologia. Ao ser alimentada e ao mesmo tempo alimentar-se em postulados como a onipotência da técnica, a crença apologética nos efeitos positivos e transformadores do conhecimento científico e a presunção em torno da racionalidade dos processos econômico-financeiros globalizados, acaba por (re)apresentar a própria impossibilidade de uma educação sócio-profissional dos indivíduos, pensada como uma prática sócio-formativa emancipadora, uma vez que

faz predominar o treinamento técnico-instrumental como necessário a um novo tipo de trabalhador, assim como a pertinência de um novo modelo educacional, posto que tais modificações tenderiam a superar a produção em massa, típica do modelo taylorista-fordista.

Nessa direção, no segundo ponto desenvolvido no capítulo elegeu-se para análise o papel atribuído à qualificação como meio de se difundir um processo de formação profissional generalizada. Isto, em função de uma percepção de que para enfrentar os impactos negativos das mudanças estruturais característicos do período recente do capitalismo, com fortes repercussões no mundo do trabalho, a qualificação profissional tem responsabilidade neste processo complexo de elaboração que, alimentada pela retórica neoliberal e (neo) conservadora, lega à questão da formação humana uma significação central nas sociedades contemporâneas.

É neste cenário contemporâneo que a qualificação profissional vai revestir-se de uma profunda ideologização, aspecto que tem centralidade neste estudo e, por isso mesmo, onde se encontra o elemento de maior crítica deste capítulo, na tentativa de apreendê-la para além das exigências instrumentais de acumulação flexível do capital. A qualificação profissional vai imbuir-se de um novo discurso compondo, além de todo o movimento de alteração nas formas de regulação do processo de trabalho por intermédio da flexibilização, também de implicações decisivas sobre as funções e as tarefas do trabalhador. Nesse novo discurso, aparecem inúmeras noções e conceitos, como *competência*, *empregabilidade*, *empreendedorismo* e daí as derivações atitudinais e comportamentais a elas atribuídas. Alguns tendem, inclusive, a opor os conceitos de qualificação e de competências, argumentando que esta última teria surgido, justamente, para substituir a anterior a qual teria perdido pertinência diante do quadro de transformações da nova economia.

Neste campo do debate os programas de qualificação profissional direcionados para jovens, especificamente, apresentam-se paradigmáticos. Além de se voltarem para um público tradicionalmente aliado do processo de inclusão produtiva, mas em vias de formação e inserção no mercado de trabalho, esses programas ensejam em suas proposições teórico-filosóficas e práticas toda uma

base de conhecimento, atitudes e habilidades a serem internalizados. Nesse aspecto, corre-se o sério risco de re-editar enfoques e práticas formativas ultrapassadas e conservadoras que pouco contribuem para uma análise crítica radical das estratégias de formação para a autonomia e para a cidadania dos indivíduos.

Do ponto de vista do capital, novas técnicas de dominação do trabalhador são pensadas para manutenção do sistema. Para isso, modelos de gestão são criados tendo em vista a ampliação do controle sobre o processo de trabalho a tal ponto de diminuir conflitos e, no caso do novo paradigma em evidência, buscar, supostamente, reduzir a alienação decorrente do taylorismo-fordista<sup>2</sup>. Nessa direção é que o novo modelo pretende levar o trabalhador a valorizar seu trabalho, sua contribuição ao produto final, encontrando soluções para operações e participando de decisões sobre a execução do trabalho, num contexto de reestruturação dos aparatos do Estado (FREITAS, 1999; TUMOLO, 2001).

É neste mesmo processo que o saber torna-se igualmente esfera de mudanças, sendo necessários novos tipos de conhecimentos, ao mesmo tempo em que novas responsabilidades são transferidas ao trabalhador, numa suposta modernização das relações capitalistas. Posto dessa forma revela um discurso competente, como coloca Chauí (1981), instituído com base numa suposta realidade dos fatos e eficácia dos meios, submetendo os próprios sujeitos.

A mudança da qualificação profissional diminuiu a importância das habilidades específicas e aumentou as exigências de uma combinação de atributos com intensificação da requisição de novas qualificações. Nessa perspectiva constitui-se um trabalhador que, de modo geral, denomina-se polivalente, multifuncional ou flexível, necessário e produtivo ao capital (HARVEY, 1994), processo que precisa ser apreendido em suas distintas conseqüências, especialmente em relação aos jovens pobres.

---

<sup>2</sup> Até meados da década de 1970 a formação profissional consistia em treinamento para a produção em série e padronizada, com a incorporação maciça de operários semiqualeificados, adaptados aos postos de trabalho, desempenhando tarefas simples, rotineiras e previamente especificadas e delimitadas. Apenas uma minoria de trabalhadores precisava contar com competências em níveis de maior complexidade. Em razão da rígida separação entre o planejamento e a execução ao trabalhador restava pouca margem de autonomia já que o monopólio do conhecimento técnico e organizacional quase sempre estava restrito aos níveis gerenciais. Para a expansão econômica do país não se considerava entrave significativo a baixa escolaridade da massa trabalhadora.

É, pois, nessa direção que esta reflexão se encaminha, dada a posição instigante em que nos colocamos de pensar como hoje a qualificação profissional é apresentada numa lógica que a identifica num único pensamento, uma imagem que apaga as diferenças dando coerência ideológica e denotando uma imagem universalizada porque oculta a presença do particular dissimulando o conflito.

Isso posto, a ideologização adotada no âmbito da qualificação profissional está tendendo a refletir apenas os limites do horizonte burguês, distorcendo a própria realidade. Se nos servirmos das idéias adotadas em outros países, especialmente nos países centrais, reproduzimos, portanto, na nossa expressão cultural a ordem sócio-econômica daqueles, gerando novas distorções. Ao proceder dessa forma, cria-se a realidade como algo homogêneo e indiferenciado, como bem adverte Rouanet (1993) ao assumir posição contrária a esta tendência contemporânea de regressão do conhecimento, mas claramente em defesa da autonomia do sujeito.

A ideologia cumpre, assim, dupla tarefa combinando entre si: construção de conhecimento e dissimulação de tensões. Aliás, reside nesse aspecto a observação que Chauí (1981) apresenta sobre a inversão que a ideologia promove ao “tomar o resultado de um processo como se fosse o seu começo, tomar os efeitos pelas causas e as conseqüências pelas premissas, o determinado pelo determinante” (1981, p.104). Desse modo, uma ideologia surge comprometida com a função de evitar que os indivíduos aprofundem a compreensão das condições históricas em que ela foi elaborada, comprometendo, em última análise, a explicitação da sua própria origem.

Quanto ao uso de terminologias, como às que nos referimos anteriormente, Konder (2002) recorre aos pesquisadores Walter Benjamin, Mikhail Bakhtin e Jürgen Habermas, os quais desvelam a linguagem como objeto de ideologização.

Referindo-se aos estudos desses pensadores, Konder observa que, de um lado, as inovações terminológicas submeteram a linguagem ao controle de critérios comunicativo-utilitários, relegando-a aos campos específicos das tecnologias, dos conhecimentos especializados e das atividades pragmáticas. Do outro lado, observa como os autores tratam o que ficou a cargo da espontaneidade das crianças, ou à ousadia da expressão dos artistas e poetas, ou seja, o uso livre e criativo de palavras ligadas a sentimentos e as tensões da subjetividade humana, inclusive

inserindo uma reflexão sobre as reações das camadas populares à *coisificação* da linguagem, no caso Benjamim. Enquanto Habermas, segundo o autor, defende como ponto de partida não o sujeito mas a realidade social, de tal modo que a linguagem é tratada como meio simbólico para conhecimento das ações sociais.

Leandro Konder observa que a linguagem pode mostrar muito de uma sociedade pois pode revelar aspectos significativos de uma ideologia, mas não mostra tudo, porque ela é também constitutiva da realidade. “A própria linguagem nos põe diretamente diante da contradição mais evidente, a dela mesma. Sua capacidade infinita de se desenvolver é acompanhada de uma curiosa capacidade de dizer seus limites” (KONDER, 2002, p.163).

Assim, se a ideologia é um discurso que, nos termos de Chauí (1981), se coloca como representação e norma da sociedade e da política, tanto como saber como condição da ação, isto leva a certa noção de racionalidade que tem como peculiaridade a suposição de que tais representações e normas são o próprio real, fazendo-se, então, coincidir com as coisas e afirmar a própria racionalidade, restando ao pensamento sua (re)afirmação. Esta operação que camufla as contradições camufla também a diferença entre o real e o pensar, “sobretudo a diferença existente entre uma compreensão crítica das interpretações que os agentes sociais e históricos produzem em condições determinadas, e as orientações dessas próprias interpretações” (1981, p.31), como explicita a autora.

Seguindo, pois, o raciocínio que orienta esta reflexão, pensar o componente ideológico presente nas políticas educacionais em geral, mas especialmente na qualificação profissional de jovens, parece ser importante neste contexto em que a lógica do poder parece estar se sobressaindo a ponto de ocultar a diferença e a contradição, legando aos trabalhadores uma competência privatizada que, como bem assinala Marilena Chauí, pode acabar logrando sua condição de sujeito.

## **2.1. Qualificação Profissional no Brasil – percurso histórico**

Pode-se considerar que foi ao longo dos anos de 1980 e 1990 que se ampliou a produção teórica e empírica envolvendo as discussões sobre a relação entre trabalho e educação, ou, mais especificamente, sobre o novo modelo industrial

e a qualificação da força de trabalho, embora sinais desta ampliação já se evidenciaram desde os anos de 1970. Nesse aspecto, temas diversos vêm integrando em todo o mundo uma agenda de estudos e debates com questões pertinentes à organização da produção e do trabalho, às formas de uso da mão-de-obra, ao mercado de trabalho, ao sistema educacional e à formação profissional e tecnológica, entre outros. Foi, pois, desse modo que a qualificação profissional foi ganhando terreno, embora, nesse processo, se evidenciem substanciais diferenças entre os países centrais e os países periféricos, como o Brasil.

Uma periodização proposta por Barone (1998), com base em estudos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), define a inserção da educação profissional na agenda dos países da América Latina em três períodos. As décadas de 1940 e de 1950 constituem o primeiro período identificado com os processos de industrialização substitutiva, cuja decorrência, em alguns dos países, especialmente no Brasil, assistiu-se à definição de ações voltadas para a ampliação dos sistemas educativos e, em particular, para a implantação de um sistema de formação técnica/profissional. No segundo período, datado de 1960 a 1970, verificou-se a estreita vinculação dos programas de formação profissional ao projeto desenvolvimentista. O final dos anos de 1970, com força nos anos de 1980, caracteriza o terceiro momento vivenciado pela formação profissional na América Latina que diante dos novos desafios vai adensar o debate ao longo dos anos de 1990.

Para melhor demarcar esta discussão, dois recortes temporais são identificados de modo a permitir apreender o desenvolvimento da qualificação profissional no Brasil. O primeiro, situa-se na criação do SENAI, em 1942, que resultou de um quadro político legado desde a Primeira República e dos primeiros anos da década de 1930<sup>3</sup>, conquistando hegemonia no campo do ensino profissional.

O outro recorte marca o período mais recente do novo momento da produção capitalista, que, inclusive, no caso brasileiro, evidenciou a passagem de um histórico segundo plano legado à educação para o trabalho e sua própria institucionalidade, para um lugar na agenda pública, manifesto, por exemplo, na

---

<sup>3</sup> Para entender a formação profissional no período que antecede a industrialização ou mesmo nos seus primórdios ver CUNHA, 2000a .

criação, em 1996, da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR) e na formulação do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR). Escolheu-se este percurso com o propósito de demarcar, em relação à qualificação profissional, alguns antecedentes e a situação atual.

Foi na Europa que surgiram os sistemas nacionais de educação, no mesmo movimento de formação dos Estados Nacionais e de estruturação das bases da moderna sociedade democrática, cuja emergência do indivíduo como ser livre e do ideal de igualdade conduziram tanto a um conceito de cidadania como exercício de direitos e deveres, como à universalização do ensino como direito dos cidadãos.

Ainda que esta universalização não tenha assegurado a mesma trajetória para todos, nos países industrializados permitiu o alcance de direitos relativos à cidadania, via Estado assistencial, como acesso à educação, à qualificação profissional e ao emprego. O Estado de Bem-Estar criou a possibilidade de pensar o emprego e a cidadania como direitos assegurados em um contexto europeu marcado pela estabilidade do sistema fordista de produção pós-guerra. A esse respeito, analistas revelam que a qualificação profissional nos países desenvolvidos foi peça-chave da estruturação dos mercados de trabalho e das relações de trabalho durante os anos de crescimento, compondo os sistemas nacionais de educação (DEDECCA,1998; POCHMANN, 1999). Conformação político-institucional que, a partir da metade dos anos de 1970, passou a ser contestada e reformulada a fim de se adequar ao novo contexto produtivo.

No Brasil, entretanto, não se repetiu a mesma história. Com uma força de trabalho disponível, fator que está na origem da informalidade recorrente no país, o processo de industrialização acabou por se beneficiar do baixo custo de mão-de-obra, de tal modo que não se conformou no país uma estrutura ocupacional como a dos países desenvolvidos, principalmente porque a baixa taxa de escolarização não se constituiu em impedimento para o processo de desenvolvimento.

Na sua condição periférica, o Brasil tinha alguma acumulação interna de capital e adotou a orientação keynesiana voltada para a industrialização substitutiva de importações, não se constituindo, contudo, um *Welfare State* nos mesmos moldes que a prosperidade dos países de industrialização avançada. A perversidade

desse processo, na verdade, manteve excluído da modernização segmentos significativos como camponeses e desempregados (ABREU, 1997:51-54).

A esse respeito Dedecca acrescenta:

Se, por um lado, a industrialização permitia que um volume ponderável de força de trabalho fosse inserido nas atividades modernas, notava-se por outro, que ela criava um mercado de trabalho desfavorável à ação política dos trabalhadores no sentido desses construírem, através da negociação coletiva, uma estrutura de ocupações, [...] A impossibilidade da ação política foi reforçada pela repressão que governos autoritários (recorrentes no período pós-30) exerceram contra as organizações dos trabalhadores (1998, p.278).

Vale lembrar que, no Brasil, a regulação estatal caracterizou-se de 1930 aos anos de 1970 pela regulação econômico-política e burocrática dos recursos naturais, técnicos, financeiros e humanos. No plano da regulação das relações sociais reconheceu direitos - benefícios previdenciários, todavia, acompanhou os sindicatos com um controle coercitivo e intensa investida na cooptação de lideranças. A partir de 1964 centrou-se no controle do proletariado já constituído, e os anos de 1970 vão se caracterizar pelo que se chamou “modernização conservadora”. Nesse período o país já havia completado o estágio correspondente à “segunda revolução industrial” sem, no entanto, promover nenhuma revolução ou pactuação social e política. Assim, não ocorreu a ampliação democrática do Estado nem a institucionalização do *Welfare State*.

As políticas sociais brasileiras constituídas e consolidadas entre os anos de 1930 a 1970, conformaram, então, um sistema específico de proteção social (RAICHELLIS, 1998; DRAIBE,1990; PEREIRA, 2000). Um “sistema de bem-estar periférico” que sofreu injunções decorrentes da dependência econômica e do domínio colonialista, nos termos de Pereira (2000).

Data de 1909<sup>4</sup> o que se pode considerar como um princípio de responsabilidade do Estado com a formação profissional, cuja preocupação era menos com as demandas de um desenvolvimento industrial ainda inexistente e mais

---

<sup>4</sup> Através do Decreto n.º 7566, de 23 de setembro de 1909, foi criada uma rede de 19 escolas de artes e ofícios nas diferentes unidades da federação, cujo propósito manifesto no documento previa, em suas considerações iniciais, relatado por Cunha (2000ab), “não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com indispensável preparo técnico intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime [...]”.

com educar pelo trabalho os pobres e desvalidos. Nesse sentido, a educação tinha, portanto, finalidade moral de repressão pelo trabalho.

As escolas de artes e ofícios instaladas a partir desse período são consideradas as precursoras das escolas técnicas federais e estaduais. Conforme Kuenzer, “assim, inicia-se a formação profissional como política pública na perspectiva moralizadora da formação do caráter pelo trabalho” (KUENZER, 2000).<sup>5</sup>

Um olhar sobre o período colonial revela que a participação do Estado no que tange à educação profissional efetivou-se mediante ações de trabalho e aprendizagem compulsória, no ensino de ofício aos menores dos setores mais pobres e excluídos da sociedade como órfãos, abandonados e desvalidos, cujo padrão começa, conforme Manfredi (2002), com o ensino de ofícios no cais, em hospitais, nos arsenais do Exército ou da Marinha.<sup>6</sup>

Na realidade, essas ações detinham o caráter de caridade pública, de tal modo que os jovens aprendizes precisavam ser necessariamente órfãos, indigentes, expostos da Santa Casa de Misericórdia ou filhos de pais reconhecidamente pobres, como assevera Manfredi:

Crianças e jovens em estado de mendicância eram encaminhados para essas casas, onde recebiam instrução primária (...) e aprendiam alguns dos seguintes ofícios: tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, etc. Concluída a aprendizagem, o artífice permanecia mais três anos no asilo, trabalhando nas oficinas, com a dupla finalidade de pagar sua aprendizagem e formar um pecúlio que lhe era entregue no final do triênio (MANFREDI, 2002, p. 76-77).

Criadas por volta de 1840 e 1856 durante o Império, as casas de educandos mantidas por sociedades particulares com auxílio do governo, traduziam mais uma preocupação com o disciplinamento de seu público do que propriamente uma profissionalização. A origem, pois, das escolas profissionalizantes, está nos liceus de artes e ofícios, também de iniciativa privada, mas que junto com as ações disciplinadoras do Estado se complementavam, embora com lógicas distintas:

---

<sup>5</sup> De acordo com Kunze, “Para uma província localizada numa região de fronteira como a de Mato Grosso, num momento em que estavam ocorrendo momentos separatistas e confrontos bélicos com nações limítrofes, a presença militar se justificava, e a existência de uma instituição como aquela significava a salvaguarda da fronteira oeste brasileira” (KUNZE, 2006, p. 14)

<sup>6</sup> Há, contudo, quem argumente que os colégios e residências das ordens jesuítas podem ser consideradas as primeiras iniciativas de formação profissional, ainda que marcadamente elitista dada às relações ambíguas com o Estado Português (LIMA, 2004).

enquanto as ações estatais traduziam uma natureza assistencial e compensatória para tornar digna a pobreza, as ações da iniciativa privada apresentavam uma preocupação com a formação para o trabalho artesanal, mas que também legitimaria a dignidade da pobreza. Assim, inicia-se a formação profissional como política pública que traduzia, em última análise, uma perspectiva moralizadora da formação do caráter pelo trabalho (KUENZER, 2000; MANFREDI, 2002).

Não se pode afirmar, para a época, qualquer idéia sobre ser jovem, a não ser o surgimento, no limite, de certa condição de estudante apenas para o caso de filhos da elite. Diametralmente oposto, encontrava-se o jovem pobre a quem era imposta a condição de trabalhador, a qual o levou, precocemente, tanto para o trabalho como para a vida adulta. Sendo assim, toda a formação oferecida pelas casas de educandos visava controlar, refrear as paixões e os “vícios” juvenis. Estudos de Cunha (2000) mostram como, na época imperial, o debate sobre a criação de uma escola primária noturna para adultos, revestiu-se de cunho moralizante, pois se acreditava que, instruídos, os homens resistiriam mais a sua propensão aos vícios e às paixões, fazendo-os, desse modo, obedientes ao cumprimento dos deveres impostos pela sociedade.

Deve-se lembrar que, no que concerne à educação geral, não havia nenhuma preocupação e esforço pela sua implantação e disseminação, o que vem a ocorrer somente a partir do topo da pirâmide social. Ou seja, com base nos interesses e necessidades relativas às funções públicas criam-se primeiramente as universidades, enquanto os níveis primário e secundário foram relegados ao papel de preparar para o ensino superior.

No período republicano, em decorrência das profundas modificações sócio-econômicas que fizeram com que o país iniciasse sua integração à dinâmica capitalista dependente, dentre as quais se destacam o surto de industrialização, a abolição da escravatura, a presença da força de trabalho livre do imigrante e a passagem do modelo agrário-exportador-dependente para o agrário-comercial-exportador-dependente, cresceram as redes de escolas incluindo novos protagonistas como a Igreja Católica e os próprios trabalhadores organizados em associações de mútuo socorro ou sindicais, cujos destinatários incluíam os novos trabalhadores assalariados urbanos, além dos pobres tradicionais.

Segundo Cunha (2000a), nessa transição para o trabalho livre, algumas idéias em torno da premência de destinar o ensino de ofícios manufatureiros aos meninos pobres fizeram com que se generalizassem iniciativas neste campo, tendo em vista que passa:

[...] a) imprimir neles a motivação para o trabalho; b) evitar o desenvolvimento de idéias contrárias à ordem política, que estava sendo contestada na Europa; c) propiciar a instalação de fábricas que se beneficiariam da existência de uma oferta de força de trabalho qualificada, motivada e ordeira; e d) favorecer os próprios trabalhadores que passariam a receber salários mais elevados (CUNHA, 2000a, p.4).

Desta feita, assegurava-se também para a sociedade do trabalho uma outra faceta: a sua constituição como sociedade disciplinar, com uma vigilância permanente sobre as camadas pobres, ao mesmo tempo em que e a moralização era cobrada e medida pela dedicação e abnegação ao trabalho. Por outro lado, a noção de trabalho implicava a elaboração do conceito de vadiagem. Nesse sentido, a ociosidade e o não-trabalho foram associados à criminalidade. Assim, a menores delinqüentes, vadios e mendigos propunha-se o internamento em um regime de reeducação para adquirir o hábito de trabalho, especialmente o agrícola. Na elaboração deste novo entendimento de trabalho, destacava-se o papel dos imigrantes.

Até 1932 desenvolveram-se, então, alternativas ao curso primário destinado à formação de trabalhadores, como o curso rural e o curso profissional com quatro anos de duração, seguidas de outras voltadas para a formação para o trabalho como o normal, o técnico comercial e o técnico agrícola. Essas alternativas constituíram modalidades destinadas à população mais pauperizada em virtude das demandas de um processo produtivo industrial bastante incipiente. Há que se ressaltar também, que essas modalidades de ensino não davam garantia de acesso ao ensino superior. (CUNHA, 2000b)

Numa outra perspectiva, estava a formação para as elites as quais tinham assegurado o ensino primário, seguido pelo secundário propedêutico e completado pelo ensino superior, sendo este dividido em áreas profissionais. Essa dualidade estrutural marca, pois, a formação de trabalhadores no Brasil, demarcando, nitidamente, a trajetória educacional entre aqueles que desempenhariam as funções intelectuais e aqueles que desempenhariam funções instrumentais. Em última

análise, estabeleceu-se uma nítida clivagem entre capital e trabalho ao se propor uma educação para os bem-nascidos e outra para os pobres. Diante do exposto, pode-se afirmar que, desde o período colonial, trabalho e educação, exploração e analfabetismo, estiveram, intrinsecamente, a serviço do modelo econômico.

Portanto, as trajetórias educacionais e as escolas se diferenciaram de acordo com essas duas funções do sistema produtivo. Para os ricos, a formação intelectualizada, acadêmica e descolada das ações executivas e, para os trabalhadores, a formação profissional em instituições especializadas ou no próprio trabalho, com ênfase quase que exclusiva no aprendizado de formas de fazer a partir do desenvolvimento de habilidades psicofísicas.

Essas características se acentuaram a partir dos anos de 1940, resultantes do desenvolvimento crescente dos setores secundário e terciário e em função da diferenciação e do desenvolvimento dos vários ramos profissionais, fazendo multiplicar escolas e cursos para atender aos vários ramos ocupacionais.

Assim, a educação para o trabalho não tem sido tradicionalmente colocada na pauta da sociedade brasileira como universal, implicando num entendimento da educação profissional não na ótica do direito à educação e ao trabalho, mas, associando-a unicamente à “formação de mão-de-obra”, reproduzindo em última análise aquele dualismo existente na sociedade brasileira entre as “elites condutoras” e a maioria da população (KUENZER, 1997, p. 63)

Somente com a definição de um projeto de industrialização nacional, a partir da década de 1930, é que se vislumbrou a ampliação do assalariamento urbano, promovendo mudanças significativas na estrutura sócio-ocupacional. Isso fez com que o Estado também direcionasse sua intervenção para as relações de trabalho, a partir da qual decorreu o estabelecimento de uma estrutura sindical de massa capaz de dar visibilidade tanto aos trabalhadores do campo como aos das indústrias.<sup>7</sup> Deu-se, então, a estruturação do mercado de trabalho, embora permanecessem velhos problemas como baixos salários, informalidade, heterogeneidade de postos de trabalho e subemprego (POCHMANN, 1999; 2001).

---

<sup>7</sup>Foi em 1937 que pela primeira vez uma Constituição tratou das “escolas vocacionais e pré-vocacionais”, como “dever do Estado” para com as “classes menos favorecidas” (Art. 129). Uma obrigação que deveria ser cumprida com “a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos”, as chamadas “classes produtoras”, que deveriam “criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados”. Isso visava atender a demanda do processo de industrialização desencadeado na década de 30, que passava a exigir um contingente de profissionais especializados maior, tanto para a indústria quanto para os setores de comércio e serviços.

Deste modo, considera-se que foi a partir de 1942 que o Brasil passou a contar efetivamente com um sistema de formação profissional, com a criação do SENAI e, em 1946, o SENAC, que, juntamente, com outras legislações conhecidas como Reforma Capanema<sup>8</sup> e criação das escolas técnicas formavam um conjunto de iniciativas públicas e privadas para enfrentar as demandas postas pelo crescimento econômico fundado no paradigma fordista-taylorista.

A fim de atender as necessidades de implantação de um parque industrial nacional, o sistema de formação profissional conhecido como “sistema S”, foi instituído para a formação de filhos de operários e trabalhadores do comércio e serviços. Foi desse modo que se secundarizou, até os anos de 1970, a educação para o trabalho no Brasil, completamente desvinculada das políticas educacionais, sendo, portanto, tema de interesse das empresas, vinculado, em última análise, à questão do mercado.

[...] A educação escolar se implantou com um caráter altamente seletivo, transformando-se em importante instrumento de legitimação das desigualdades existentes. O que ocorreu no Brasil não foi diferente. Tal como aconteceu na maioria dos países de industrialização tardia, o sistema brasileiro de educação escolar, tal como o conhecemos hoje, foi implantado no início dos anos 40, com claros objetivos ligados à necessidade de transformar o homem brasileiro, de raízes eminentemente rurais, em um homem urbano e adaptado ao trabalho industrial (FOGAÇA, 1998, p. 12).

Na literatura sobre educação profissional no Brasil, autores, em geral, consensuam sobre este dualismo educacional que legou um sistema de ensino bifurcado e seletivo. Desse modo, asseguram que a educação para o trabalho nunca teve a mesma importância que a educação geral traduzindo uma dicotomia histórica. (BARBOSA e MORETO, 1998; DEDECCA, 1998; FOGAÇA, 1998; FRIGOTTO, 1999; GENTILI, 1998; POCHMANN, 1999 e 2000; KUENZER, 2000; MAFREDI, 2002).

---

<sup>8</sup> Para Manfredi, “até 1941, a organização do ensino profissional era bastante diferenciada, cabendo tanto a iniciativas públicas como privadas. As leis orgânicas instituídas como a reforma de Gustavo Capanema, a partir de 1942, redefiniram os currículos e as articulações entre cursos, ramos, ciclos e graus” (MANFREDI, 2002, p. 99).

A separação educação para o trabalho e educação para cidadania criou, desde o Império até a reforma educacional de 1971, um sistema educacional paralelo que opôs educação para o pobre e educação acadêmica intelectualizada. Até o final da década de 1960 as escolas técnicas eram consideradas lugar para jovens pobres que não conseguiriam chegar a um curso de nível superior.

Na realidade, a escolarização e tampouco a qualificação profissional, tiveram papel preponderante na estruturação do processo produtivo na fase de industrialização nacional, tendo sido a segunda tratada internamente nas empresas. Algumas formações específicas ficaram mesmo a cargo do “sistema S” e de escolas técnicas mantidas pelo governo federal e governos estaduais.

Por isso, Dedecca (1998) reitera a análise ao afirmar que a qualificação surge no Brasil menos como fenômeno intrínseco às mudanças no processo de trabalho e nos sistemas nacionais de relações de trabalho como nos países desenvolvidos, e mais como elemento de discurso dos gestores e como justificativa da nova política econômica. Portanto, no Brasil, ao contrário dos países centrais, a questão da qualificação nunca foi uma dimensão importante para a estruturação do mercado de trabalho e das relações de trabalho.

Algumas características marcantes desse sistema são, ainda, destacadas por Fogaça (1998) nos seguintes termos: a educação para o trabalho desvinculada da realidade do mercado de trabalho visando, em última análise, evitar problemas sociais e não atender demandas dos setores produtivos; a evidente correlação entre pobreza, fracasso escolar e qualificação profissional precoce; a aceitação da predestinação do jovem pobre ao fracasso escolar e, por conseguinte, às profissões subalternas em que predomina o trabalho manual e a discriminação; concepção de educação para o trabalho completamente desvinculada do processo de educação geral, naturalizando a exclusão dos mais pobres (FOGAÇA, 1998: 298-299).

Acrescentaria a essas características um aspecto que interessa a este estudo: o fato de a educação profissional ter historicamente ocorrido no país também fora do debate sobre o trabalho no país enquanto uma política pública. Aliás, este setor como campo de ação pública estatal passa a ser novidade nos anos de 1980, conforme já advertiram Dedecca (1998) e Pochmann (1999).

Entretanto, para dar respostas e acompanhar às intensas e profundas modificações no capitalismo mundial o Brasil não poderia deixar de implementar um

conjunto de reformas e ajustes em que a educação se destacasse como parte importante da responsabilidade de preparar um novo homem com formação e habilidades técnicas e comportamentais. Para isso, tanto o Ministério da Educação, quanto o do Trabalho, traçaram metas fundamentais voltadas para a reestruturação da formação profissional, tendo em vista garantir um desenvolvimento econômico sustentado (Brasil, 1995).

Não se pode deixar de fazer referência, portanto, ao atual período histórico em que a globalização aparece como a única possibilidade de modernização, de organização societária e de conduta humana, como assegura Ianni (1997), de tal modo que os Estados-Nações ficam subsumidos aos interesses econômicos, restando-lhes pouca margem de manobra. Daí os ajustes e as reformas que atendem as recomendações dos organismos que intelectualmente, balizados no ideário neoliberal, os fundamentam, como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI).

Assim, no período recente, marcado pela mudança dos processos de trabalho e das formas de sua organização e gestão, as formas tradicionais de educação profissional e suas propostas pedagógicas, espaços, atores e formas de gestão e financiamento vão se tornando, sob os argumentos neoliberalizantes, superadas.

Definidas a partir de um sistema produtivo organizado segundo o paradigma taylorista/fordista, as relações entre capital e trabalho eram mediadas no âmbito dos Estados Nacionais, de acordo com o modelo de bem-estar social. Havia uma adequação destas formas à educação profissional de um trabalhador que executava ao longo de sua vida produtiva, com variações mínimas, as mesmas tarefas exigidas por um processo técnico de base rígida para o qual era suficiente alguma escolaridade, muitas vezes até dispensável - como no caso brasileiro conforme já se verificou - treinamento e experiência, que combinavam o desenvolvimento de habilidades psicofísicas e comportamentos com algum conhecimento, apenas o necessário para o exercício da ocupação, predominantemente instrumental e mecânica. Uma relativa estabilidade acompanhava este desempenho e era assegurada por um Estado que tinha entre suas metas aproximar a sociedade do pleno emprego.

Um divisor de águas, na reflexão de Bauman (2005), pode ser visualizado entre os “trinta gloriosos” do pós-guerra e a globalização. Se antes o Estado, parametrado inclusive numa rede conceitual, cobria danos e prejuízos perpetrados pelo livre jogo das forças de mercado, eis que um admirável mundo novo se desvela – espetáculo da riqueza de um lado e da destituição de outro - reduzindo sua capacidade protetora. Ante a incerteza resultante da lógica do mercado livre o Estado redefine seu papel, relegando a vulnerabilidade à esfera privada, “questão que os indivíduos devem tratar e enfrentar com recursos de suas posses particulares”. (BAUMAN, 2005, p. 67)

É neste quadro, portanto, que uma mudança radical vai incidir sobre o mundo do trabalho e das relações sociais passando a exigir um trabalhador de novo tipo, efeito da globalização da economia e da reestruturação produtiva, componentes macroestratégicos da acumulação flexível.

Acerca das solicitações que emergem do novo cenário de mudanças, Barone (2004) adverte que se definem vínculos quase lineares e relações de causa-efeito entre o nível de escolaridade da população e a sua capacidade de entrar e manter-se no mercado de trabalho, assim como com seu desempenho produtivo. São novas solicitações feitas à educação, à escola, à comunidade, aos trabalhadores, face a uma economia de mercado em crescente processo de globalização, cujas metas giram em torno de maior produtividade, qualidade e competitividade.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> É a mesma autora que analisando o lugar da educação no debate contemporâneo distingue nos estudos brasileiros pelo menos três vertentes de análise considerando as proposições em torno da educação, especialmente das agências internacionais como Banco Mundial, CEPAL e UNICEF. Num primeiro grupo localiza aqueles que reiteram o ideário difundido pelos organismos internacionais que, reconhecendo os problemas do sistema educacional no país, indicam saídas relativas à melhoria da qualidade de ensino como condição para a entrada no contexto internacional. Por isso, são temas recorrentes nestes estudos descentralização, gestão financiamento e avaliação, tomando como referência experiências internacionais consideradas exitosas. Os que contrapõem as proposições defendidas pelas agências internacionais asseverando que em nome da qualidade não defendem a igualdade e a democracia, com sérias críticas à linearidade, pragmatismo e mimetismo do pensamento das agências internacionais, constitui o segundo grupo de autores que também argumentam que o debate sobre a educação fica ao sabor dos requerimentos empresariais (Tomás Tadeu da Silva, Pablo Gentili, Dagmar Zibas, Gaudêncio Frigotto e Celso João Ferretti, são identificados neste grupo). E, por último, um terceiro grupo de analistas são identificados como aqueles que procuram “brechas” nos debates sobre o tema, ao mesmo tempo em que fazem a crítica procurando dar conta das mudanças e requisições que vêm sendo colocadas pelo novo cenário sócio-produtivo contemporâneo. Neste grupo estão Vanilda Paiva, Cláudio Salm, Azuete Fogaça, Elenice Leite e José Luiz Coraggio (BARONE, 2004, p. 65-70).

Não se pode esquecer de que, ao contrário do que ocorreu na Europa, em que a forma dominante de trabalho alcançou os patamares de 80% da População Economicamente Ativa (PEA) assalariada, no Brasil o trabalho informal foi e continua sendo uma forma de trabalho quantitativamente dominante. Condição esta que expõe o país, ainda hoje, a um confronto entre formas modernas de trabalho e formas atrasadas como trabalho infantil, trabalho escravo, desassalariamento e ampliação do desemprego, fazendo sobreviver formas de atuação no mercado de trabalho que rompem com a cultura capitalista hegemônica do emprego assalariado na grande empresa (POCHMANN, 2001a).

É exatamente o aprofundamento da precarização profissional e o aumento do trabalho informal como fatos sociais que põem em xeque a construção moderna da cidadania devido à incapacidade de sustentar empiricamente os fundamentos ideológicos que participaram da elaboração do edifício social capitalista moderno. Desse modo, na medida em que o trabalho estável como vetor de ascensão social, era a base da crença em uma sociabilidade sustentada na garantia de inserção de todos na sociedade capitalista, o desaparecimento e a precarização do trabalho questionam profundamente o ideal de justiça da ética capitalista burguesa.

No Brasil, a regressão nas formas de contratação de mão-de-obra que começa ainda nos anos de 1980, mas, sobretudo a partir de 1990, consolida o cenário desfavorável a toda população ativa brasileira mantendo um saldo negativo entre criação e destruição de empregos. Esse cenário é um forte apelo para que a qualificação profissional ganhe lugar de destaque na agenda tanto de governos como de toda a sociedade.

Esse realce sobre a Política Pública para o Trabalho, que ganha importância no cenário político-institucional, compondo um processo considerado pelos estudiosos da matéria ainda em fase recente, de certo modo marca, pois, uma ruptura com a trajetória de desenvolvimento que possibilitou a industrialização do país pós-1930 (DEDECCA, 1998; POCHMANN, 1999). Embora o instrumento mais antigo date de 1970, caso da intermediação de mão-de-obra através do Sistema Nacional de Emprego (SINE), o Seguro-Desemprego de 1986, as iniciativas em torno de programas de formato nacional de geração de emprego e renda datam apenas de 1994 quando a qualificação profissional assume importância no Governo

---

de Fernando Henrique Cardoso como parte fundamental da ação dos serviços de emprego. O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)<sup>10</sup>, instituído em 1990, foi o mecanismo que propiciou uma intervenção mais efetiva no mercado de trabalho.

A questão da implantação de políticas públicas visando à redução do desemprego, o aumento das fontes de renda das classes trabalhadoras e a promoção da cidadania vão para a agenda pública brasileira e o PLANFOR inscreve-se no centro dessas políticas, marcadas pela retórica da construção de “cidadãos produtivos” que devem investir individualmente na qualificação profissional para garantir a coesão do edifício social (REVEL, 2002).

Não se pode deixar de mencionar, contudo, que a implantação do PLANFOR e do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), a partir de 1997, acabaram por dar legitimidade a um movimento que mais fortaleceu os espaços privados voltados para a qualificação da força de trabalho, estimulados, portanto, pelo próprio Estado, institucionalizando um sistema paralelo de formação profissional, o que na visão de muitos estudiosos consolida a tese da educação profissional desintegrada no contexto das reformas dos anos de 1990.

Sobre esse mesmo movimento Kuenzer (2003, p. 8) observa o quanto a educação profissional, a partir de 1996, assumiu a condição de mercadoria negociada entre governos e entidades da sociedade civil formando um verdadeiro “balcão de negócios” na busca por recursos públicos.

Ao PLANFOR cabia, assim, qualificar a população economicamente ativa, formação entendida como complementar e não substitutiva à educação básica. Financiado com recursos do FAT, foi operacionalizado de forma descentralizada por uma rede difusa de parceiros de formação profissional, públicos e privados, composta por secretarias de educação e outros órgãos públicos estaduais e municipais, instituições do “sistema S”, organizações não governamentais, sindicatos patronais e de trabalhadores, escolas de empresas e fundações, universidades e

---

<sup>10</sup> Vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) fundo de natureza contábil-financeira, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial, e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. A regulamentação do Programa do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial a que se refere o art. 239 da Constituição ocorreu com a publicação da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 que instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT.

instituições de pesquisa. A operação dessa formação deu-se mediante convênios com os estados, sob a coordenação das secretarias de trabalho e emprego.

É preciso, porém, fazer referência à nova Lei de Diretrizes de Base da Educação (LDB), Lei nº 9.394 de dezembro de 1996, destacando como ela situa a educação profissional na confluência dos direitos do cidadão à educação e ao trabalho. No artigo 39, parágrafo único, está prescrito que “o aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional”. Nos termos do artigo 21 deste mesmo instrumento a composição dos níveis escolares, define e organiza no país dois níveis de educação escolar: a educação básica e a educação superior, recomendando, ainda que essa educação, de acordo com o § 1º do artigo 1º da LDB “deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”.

Mesmo a educação básica que tem como sua etapa final e de consolidação o ensino médio, objetiva a “preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores”.

A educação profissional, conforme consta na própria LDB, não é entendida como substitutiva da educação básica e nem com esta deve concorrer, de tal forma que a valorização de uma não representa a negação da importância da outra. Ao considerar que o investimento na qualidade da educação profissional pressupõe uma educação básica de qualidade como condição indispensável para o êxito num mundo pautado pela competição, inovação tecnológica e crescente exigência de qualidade, produtividade e conhecimento, a LDB acaba por reservar um espaço importante para a educação profissional, considerada fator estratégico de competitividade e desenvolvimento humano na nova ordem econômica mundial. Eis, portanto, o modo como a LDB retrata a necessidade de reformas nos sistemas de educação profissional, profundamente associadas aos processos de globalização da economia e à crise do emprego, colocando a necessidade da aproximação da educação com as tendências produtivas.

Assim, ao ocupar na LDB um capítulo específico dentro do título amplo que trata dos níveis e modalidades de educação e ensino, além de ser componente estratégico, é preciso considerar que a educação profissional ao se articular à educação básica, dá a idéia de uma inovação, revestida de um estatuto

contemporâneo, tanto no que se refere à sua importância para o desenvolvimento econômico e social, quanto na sua relação com os níveis da educação escolar.

Contudo, no rumo do alerta de Saviani (1996, p. 146) à respeito da LDB, é necessário para compreender o real significado da legislação não se ater apenas à letra da lei; “[...] é preciso captar o seu espírito. Não é suficiente analisar o texto; é preciso analisar o contexto. Não basta ler nas linhas; é preciso ler nas entrelinhas”.

A partir da LDB, documentos oficiais sintetizam todo o movimento de reforma na educação brasileira e, implícita ou explicitamente, sinalizam como o país vai se ajustando às determinações macroeconômicas, ao articular conteúdos e pressupostos como respostas às transformações científicas e tecnológicas e suas repercussões no processo de trabalho em todas as suas dimensões - física, organizacional e de gestão -, evidenciando, dessa forma, a tecnificação e a instrumentalização tanto da formação geral quanto da formação profissional.<sup>11</sup>

Em geral, ao demarcarem o cenário das transformações, incluem as de orientação econômica e tecnológica, assim como as mudanças nos conceitos e na gestão institucional e como estes passaram a inspirar as novas estratégias e demandar novas políticas para o desenvolvimento de competências laborais. Em relação à Educação Profissional, Ferretti e Silva Júnior (2000) analisam como imprópriamente se tomam como pedra de toque as transformações produtivas, com ênfase na evolução da ciência e da tecnologia, em detrimento de uma análise mais complexa do trânsito do fordismo à acumulação flexível no Brasil.

Tumolo (2001), ao realizar um balanço da literatura sobre a reestruturação produtiva no Brasil, observa que apesar de estudarem fenômenos iguais ou similares, os pesquisadores apresentam interpretações muito distintas não resultando, necessariamente, em conclusões semelhantes. Embora o resultado dessas pesquisas não sejam consensuais, em razão da heterogeneidade de estudos e perspectivas analíticas sobre as transformações produtivas no país, a tecnologia coloca em pauta uma discussão antiga sobre a qualificação do trabalhador. Trata-se de um tema que, ao longo da história, tem admitido tanto posições favoráveis quanto contrárias à necessidade de que os trabalhadores tenham domínio sobre ela, a tecnologia. Considerada uma ameaça ao emprego e às

---

<sup>11</sup> Destacam-se, dentre estes documentos, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (BRASIL/MEC/CNE, 1999) e as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio (PCNEM, Brasil, 1999).

qualificações, a tecnologia também pode ser qualificadora, o que denota, em última análise, seu caráter contraditório.

Assim, entre os entusiastas, em menor proporção, ainda segundo Tumolo, e os mais críticos, em número maior, o foco central das investigações é sobre o processo de trabalho, afirmando haver no país uma heterogeneidade na introdução das inovações tecnológicas e das novas formas de gestão do trabalho e qualificação/requalificação, mas uma congruência no que se refere à intensificação do ritmo de trabalho, diminuição de postos de trabalho e neutralização da ação sindical, o que legaria, então, à reestruturação produtiva brasileira uma condição de “heterogeneidade generalizada” (TUMOLO, 2001, p.73).

Esse é um raciocínio analítico que vale para outros documentos que, a despeito de suas especificidades, acabam por cair num determinismo tecnológico localizando as explicações das mudanças na produção e no processo de trabalho e das próprias mudanças nas demandas em termos das qualificações, tensionando o próprio conceito de qualificação passando a ser entendida como conjunto de atributos individuais, de caráter cognitivo ou social, resultantes da escolarização geral e/ou profissional, assim como das experiências de trabalho.

Essa concepção contraria, portanto, uma compreensão de qualificação em um sentido mais amplo e mais complexo, desconsiderando,

[...] que a definição do lugar ocupado pelos trabalhadores na instituição social empresa, bem como de seu salário, das oportunidades de promoção etc., resulta, para além da posse de saberes e habilidades específicos, da sua condição de classe, sexo, etnia, idade, do prestígio social de sua ocupação, da sua capacidade organizativa como corporação, tanto quanto do jogo político e da correlação de forças que envolve grupos de trabalhadores em disputas internas ao seu coletivo ou que mobiliza esse mesmo coletivo ou grupos específicos nos embates com a empresa (FERRETTI e SILVA JÚNIOR, 2000, p. 47)

Grosso modo, é possível afirmar que após o ensino médio, tudo pode ser considerado educação profissional, englobando cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores (capacitação, treinamento, aperfeiçoamento, especialização e atualização), articulando-se preferencialmente com a educação de jovens e adultos com o objetivo de se promover a elevação do nível de escolaridade.

A diferença nos programas fica por conta do nível de exigência das competências e da qualificação dos egressos, da densidade do currículo e respectiva carga horária. Isso se deve ao fato de que após a educação básica, a princípio, a formação pretendida está voltada diretamente para o mercado de trabalho, ou seja, na busca pela profissionalização e na construção de um diferencial que forneça ao aluno chances melhores de competição no mundo do trabalho.

Se voltarmos o olhar para o debate atual sobre qualificação profissional voltada para jovens no curso da sociedade contemporânea, é visível como se faz, de modo contundente, referência às tendências atuais que explicam o desemprego juvenil, tomando-o como resultado da ausência de qualificação/capacitação em face das transformações tecnológicas no âmbito da produção. Há, pois, como já se falou, uma perspectiva no campo da qualificação que se vincula à existência de “tendências” como se estas fossem movimentos globalizantes inexoráveis, não restando quase nada a fazer. Utiliza-se do desenvolvimento tecnológico como justificativa para a escolha de determinados atributos qualificacionais em detrimento de outros.

Parte-se do pressuposto de que há um desenvolvimento científico natural do qual deriva o uso de tecnologia avançada pelas empresas, desconsiderando os aspectos político e social da questão. Incorre-se, portanto, num determinismo tecnológico, do mesmo modo que os “novos” atributos qualificacionais acabam sendo justificados como demandas inerentes às tecnologias implantadas. A qualificação passa a ser compreendida como conjunto de atributos individuais de caráter cognitivo e social, cuja referência à flexibilidade de raciocínio, autonomia intelectual, pensamento crítico, iniciativa própria e espírito empreendedor, deixa de considerar que, além de saberes e habilidades específicas, o lugar dos sujeitos na sociedade está marcado pela sua condição de classe, sexo, gênero, etnia, idade.

A exigência generalizada por qualificação representa, na verdade, “[...] peças de um discurso que serve para difundir a idéia de que a ‘culpa’ pela não obtenção de ‘mais e melhores’ empregos cabe aos detentores da *força de trabalho*. Ou porque tem baixa escolaridade e/ou não se preparam profissionalmente para as novas tecnologias”, como afirma Oliveira (2005, p. 171).

Aliás, demarca-se aqui uma questão paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que se utiliza do argumento da crise do emprego e da inovação tecnológica,

problemas macroeconômicos, a resposta é pela via micro, restritivamente concentrando-se mais no funcionamento do mercado de trabalho. Ao diagnóstico de desemprego receitam-se subsídios estatais associado às recomendações aos jovens de flexibilidade e aproveitamento imediato das oportunidades que se apresentam, “uma lista de procedimentos de fácil compreensão e de uma obviedade tranqüilizadora, a ser cumprida no caminho da convalescença” (BAUMAN, 2005, p. 18-19).

Assim, a disseminação na sociedade de atributos justificados em decorrência do avanço da tecnologia, torna hegemônica uma forma de compreender o mundo, cujos valores devem ser incorporados pela força de trabalho neste momento histórico. É também pela via das chamadas *competências* que tem se apresentado a ênfase nos aspectos “subjetivos” das qualificações, e que, aparentemente, coloca a qualificação em patamares multidimensionais (DEDECCA, 1998). Por isso, aparece recorrente nos programas/projetos a preocupação com a *formação para a cidadania*, envolvendo temas como solidariedade e trabalho voluntário, podendo tender, em última análise, a um psicologismo que neutraliza as relações sociais em conflito inerentes ao capitalismo.

A qualificação profissional, exigida e apontada como indispensável, tanto para a competitividade das empresas como para a possibilidade de o trabalhador ingressar no mercado de trabalho, passa, então, a ser questionada por alguns estudiosos a ponto de colocar em dúvida a sua pertinência à superação do problema social do desemprego e da precarização profissional (DEDECCA, 1998; GENTILLI e FRIGOTTO, 2000).

De outro modo, também se pode aventar, como já fizeram Ferretti e Silva Júnior (2000), sobre a hipótese de que

[...] as mudanças educacionais em geral, em particular na esfera da educação profissional e do ensino médio, objetivam mais a produção de um novo tipo de homem, do que, efetivamente, sua preparação para o trabalho. Parece que se prepara um novo tipo de homem por meio de uma educação para o trabalho em uma sociedade sem emprego, regida pela lógica da competência e a ideologia da empregabilidade [...] (FERRETTI e SILVA JÚNIOR, 2000, p. 64).

Nesses termos, muito do que se diz sobre a qualificação profissional parece fazer parte de um processo de construção discursiva, política e ideológica da realidade do novo mundo do trabalho globalizado, que acaba por desviar a responsabilidade social do desemprego para o plano individual, imprimindo no próprio imaginário das classes trabalhadoras a idéia de que, mediante as diferentes modalidades desse tipo de formação, todos se tornarão empregáveis. É problematizando esse prisma que a reflexão se apresenta na segunda parte deste capítulo.

## **2.2. A ideologização da Qualificação Profissional: o implícito e o explícito na manifestação contemporânea**

Está assinalada por diversos autores uma vinculação entre o perfil da qualificação profissional e as mudanças produtivas recentes. Emerge daí um outro padrão de qualificação que, diminuindo a importância das habilidades específicas, investe no aumento das exigências de uma combinação de atributos, ressignificando o antigo trabalhador como trabalhador “polivalente”, “multifuncional”, “flexível”, “cidadão produtivo”, conforme verificam Harvey (1994), Antunes (1995), Revel (2002), Petit e Ferreira (2002), entre outros.

Do trabalhador, passa-se a requerer uma atuação que arvora a qualidade de sujeito, de tal modo que aqueles conhecimentos e atributos que se vinculavam ao fazer prescrito de um posto de trabalho determinado se tornaram insuficientes e até inadequados diante do reordenamento do capital.

Dessa forma, a antiga ênfase na quantidade, típica da produção em massa, sofre um deslocamento para o âmbito da qualidade, passando a ser exigida não só em relação ao produto, mas, principalmente, ao processo de trabalho, na tentativa de reduzir o custo de trabalho, custos de mão-de-obra, custos de matéria prima, custos de energia, custos de planejamento, custos de manutenção, e outros. (ALMADA LIMA, 2004).

Neste reposicionamento do trabalhador cobram-se conhecimentos e habilidades garantidoras de uma outra eficácia que passa, então, a constituir elemento de um conjunto de requisitos para entrar no emprego e nele se manter. É, então, sobre a posse dessas características que se define a *empregabilidade*, entendida por Kuenzer (2004) como adequação aos postos ainda existentes, o que cada vez mais depende de diferenciação e sofisticação de trajetórias, a partir de uma base comum de conhecimentos.

Ocorre, nessa perspectiva de análise, uma mudança significativa em torno de uma uniformidade decorrente da certificação escolar complementada pela educação profissional adquirida em cursos técnicos ou superiores a qual assegurou às antigas gerações o ingresso e a permanência no emprego. Nesse processo de mudanças, a antiga vinculação entre formação escolar e exercício profissional é destruída, modificando, inclusive, a função das Universidades como agências formadoras de certificação. Essa atribuição passa a ser desempenhada pelo mercado, o qual determina as competências necessárias para cada situação, assim como a quantidade e o tempo de formação (KUENZER, 2004).

A esse processo Oliveira (2005) denomina *qualificação-desqualificante* que corresponde a uma espécie de interiorização do ideal do capital, em que este se apropria da materialidade-subjetividade do processo de trabalho. Talentos e competências em vez de atributos dos produtores imediatos passam a pertencer aos meios de produção. Desse modo, é o sistema do capital que determina a qualificação que interessa à sua expansão. Daí tornarem-se cada vez mais desqualificáveis e substituíveis, “apêndice da máquina”, reforça o pesquisador (OLIVEIRA, 2005, p. 169).

Na direção desse pensamento, pode-se afirmar que, nesse novo regime de acumulação flexível seu aparato técnico-organizacional vale-se de ideologia que tanto influencia quanto determina as novas qualificações. É por isso que as exigências de novas qualificações estão vinculadas à nova base técnica e organizacional do capitalismo nessa nova fase. Assim, a crítica sobre esse conceito de empregabilidade é compartilhada porque, se de um lado ele traduz a exigência das novas qualificações para o mundo do trabalho, de outro tende a ocultar a lógica interna da dinâmica de exclusão da reestruturação produtiva, frustrando qualquer

promessa de inserção. É, pois, esta lógica contraditória do regime, com suas implicações objetivas e subjetivas no que se refere à qualificação da força de trabalho, que dá o conteúdo à qualificação e às próprias políticas educacionais.

O deslocamento do eixo do posto de trabalho para o sujeito é que compromete o conceito de qualificação, lançando, inclusive, outros. No âmbito desta *ressignificação*, nos termos de Manfredi (1998), ou *atualização* para Ferretti (1994), irão surgir, então, noções e conceitos a ela vinculados, conforme se assinalou anteriormente, destacando-se - além de *empregabilidade* - *competência*, *empreendedorismo*, *protagonismo*, entre outros.

Nesta reflexão, é também pela via das chamadas *competências*, além do que já se falou de *empregabilidade*, que será analisado o processo de ideologização da qualificação profissional, cujo eixo do discurso centra fundamentalmente nas habilidades comportamentais como requisitos individuais indispensáveis ao trabalhador. É claro que à noção de competência agregam-se outras detentoras de igual importância no cenário recente das transformações que vêm ocorrendo na base técnica da produção e nas formas de organização e gestão do trabalho.

Na medida em que a divisão social do trabalho se modifica, a correspondência saber-responsabilidade-carreira-salário tende a se desfazer, conforme assinala Hirata (1994). A instabilidade na distribuição de tarefas que se sucede às exigências do posto de trabalho exacerba a colaboração, o engajamento, a mobilidade como qualidades dominantes (HIRATA, 1994, p. 129) fazendo-se superar, então, a questão da qualificação vinculada ao posto de trabalho, situando no sujeito o conjunto de atributos úteis para a produção.

Almada Lima (2004) observa que é exatamente nesse arranjo do conjunto dos atributos que, além de buscar manter a força de trabalho permanentemente atualizada, se estabelece um novo modo de ser vinculado a novas formas de disciplina e controle, que se baseiam na adesão e na coesão interna, cumprindo uma função ideológica de obscurecimento da intensificação do trabalho. Num posicionamento funcional, marcado pela instabilidade, forjam-se nos trabalhadores propensão, predisposição e prontidão, cujo objetivo é de que eles assumam, sem muita resistência, novas atribuições além daquelas que já desenvolviam, o que,

conforme Lima (2001), se aproxima da idéia de polivalência ou multifunção, consistindo de fato numa elasticidade ocupacional ou numa ampliação de tarefas.

O termo competência tornou-se conhecido nos anos de 1990. Porém, desde os anos de 1970, se despontou no campo das ciências psicológicas de matriz comportamental, passando a ser utilizado no vocabulário das organizações produtivas em um momento marcado pelo desenvolvimento das políticas de emprego, orientada pela busca de flexibilidade nas empresas e mudanças organizacionais na gestão de recursos humanos. Como se tivesse emergido da base material, esse termo passa a ser reconhecido pelas organizações produtivas e instituições educacionais como substituto da noção de qualificação profissional.

Para romper os possíveis obstáculos entre exigências dos postos de trabalho redefinidos e os conhecimentos que possuem os trabalhadores é que aparece esta noção de competência, de acordo com Dugué (1998). Diante da indefinição dos conteúdos da atividade entra em crise a noção de profissionalidade referenciada na existência de um corpo de conhecimento e capacidades específicas e organizadas, próprias de uma profissão. Na ausência desse corpo, eleva-se a automobilização para resolver problemas, expondo o trabalhador o risco da insegurança no mercado de trabalho por não ter um saber reconhecido, e sim saberes fragmentados.

Deste modo, observa-se que, enquanto na racionalidade taylorista as formas de percepção das relações entre saber e poder eram outras em razão das perspectivas de hierarquia e temporalidade a ela subjacentes, nesta nova racionalidade em que emerge o modelo de competências ocorre uma deterioração do valor do tempo implícito na noção de formação e de experiência. Dessa forma, é preciso estar alerta para o risco de uma generalização no processo de requalificação na medida em que se desvaloriza a profissionalidade a ponto de os conhecimentos tenderem a se tornar muito menos profundos. Em se tratando dos atributos úteis ao trabalho, a diversidade dos conhecimentos é elevada em detrimento de sua profundidade, como observa Tanguy.

A composição dos pré-requisitos deve se diversificar de maneira a atender às necessidades específicas do leque ocupacional no qual o trabalhador vai se empregar, transferir ou agregar, mudando em muito

os critérios de seleção e de desenvolvimento de recursos humanos (2002, p. 36).

Nesse aspecto, as competências rompem com qualquer critério de luta histórica do movimento sindical, com a finalidade de sustentar uma identificação individualizada dos direitos e retribuições.

Entretanto, nessa interpretação, eleva-se a idéia de que, subjacente a uma perspectiva de recuperar uma característica perdida no modelo anterior, faz-se necessário recorrer à força de trabalho, quebrada pelo empobrecimento de responsabilidades, rigidez das tarefas e a reduzida autonomia do trabalhador. Por isso, determinados autores defendem que o enfoque de competências pode representar um enriquecimento do perfil profissional se colocado na esfera das relações positivas de trabalho. É o caso do autor francês Zarifian (2001) que ao enumerar as três competências requisitadas do trabalhador no novo paradigma produtivo capitalista – *participativas, transversais e sociais*<sup>12</sup> – define competência como a habilidade que o trabalhador deve ter para enfrentar situações e acontecimentos com determinação e responsabilidade, tomando por base não apenas conhecimento, mas *compreensão* do que faz. Essa compreensão designada por ele como inteligência permite a interação do sujeito com outros indivíduos, mobilizando assim suas próprias capacidades.

O que se quer reter aqui desse debate, contudo, é fundamentalmente a compreensão dada ao conceito de competência pela concepção neoliberal que tem levado a centrar os processos de educação profissional no desenvolvimento de competências comportamentais, conforme verifica Kuenzer (2004). De modo ainda mais incisivo Tanguy (2002) afirma que, enquanto a qualificação é considerada um atributo irreversível, as competências são instáveis, incertas e temporárias, pois estas devem necessariamente estar sujeitas à objetivação e validação dentro e fora do exercício do trabalho.

---

<sup>12</sup> O que o autor entende por estas competências dizem respeito à capacidade do trabalhador conhecer “a função integral de uma organização”, sabendo como ela funciona, - *competências participativas* -; compreendendo ainda o “processo integral de da produção ou do serviço”, incluindo aí a cooperação e trabalho em equipe e em redes de diferentes setores – *competências transversais* – e, as *competências sociais* que incluem a autonomia, responsabilidade e comunicação social nas profissões futuras (ZARIFIAN, 2001, p. 203).

Na direção desse pensamento, as competências exigíveis do trabalhador são variadas, compondo uma ampla lista muito próxima das virtudes humanas. Dentre essas atribuições estão: aprender a aprender e aprender a ser; abertura a mudanças; adaptabilidade; conhecimentos gerais; capacidade de obtenção, associação e análise de dados e informações; capacidade de decisão frente a situações novas e complexas; capacidade de planejamento e organização; capacidade de reconhecer e equacionar problemas e dar soluções; capacidade de transferência e generalização de conhecimentos; capacidade de gerenciar o tempo e espaço de trabalho; capacidade de expressão e comunicação; capacidade de trabalho em equipe; compromisso com a empresa; capacidade de construir e aplicar conceitos; consciência tecnológica; capacidade de auto-gestão; construção de confiança e espírito de grupo; domínio básico da língua; espírito crítico; iniciativa e criatividade; orientação ao cliente; pensar estrategicamente e atuar preventivamente; senso de responsabilidade.

Verifica-se, pois, que estas competências representam uma mobilização crescente de todas as dimensões possíveis do trabalhador, seus conhecimentos, suas experiências, sua afetividade, constituindo uma rede de elementos requeridos e utilizados nos processos produtivos os quais englobam uma variedade de características que se igualam ou abarcam outras (HIRATA e PAIVA, 1994).

Dentre as maiores críticas que esta perspectiva encerra está o fato de não se dar conta de que sua lógica socialmente determinada consiste em transferir para o trabalhador responsabilidades pelo seu próprio desempenho no trabalho e/ou no mercado, sem considerar a fragilidade da negociação laboral no país. Como não se leva em conta também o tamanho reduzido dos mercados dinâmicos de trabalho no país, tende a promover a discriminação de minorias e grupos deprimidos socialmente e favorecer a perda de identidade profissional, como bem assinala Machado (2003).

Encontra-se na base dessa discussão um enfoque sócio-cognitivista cujos fundamentos se referenciam na psicologia da aprendizagem, embora também utilize teorias de outras áreas do conhecimento. Ao buscar justificção científica, esta noção tende a se imbuir de uma pretensa neutralidade, já que centra seu foco no desenvolvimento de atitudes comportamentais e intelectuais, ao mesmo tempo em

que desvincula a formação profissional das relações contraditórias entre capital e trabalho.

É exatamente nesse campo que encerra profunda ideologização, pois nessa abordagem as novas atitudes comportamentais e valores requeridos estão condicionados à integração a um processo de racionalização que emana das necessidades competitivas do mercado. Desse modo, é no contexto de máxima integração do trabalhador aos interesses do capital que se enfatiza na teoria da competência a aquisição de atributos comportamentais.

A produção capitalista, em seus interesses de acumulação, abre ao indivíduo a possibilidade de utilizar o componente intelectual no trabalho, mas, em contrapartida, a primazia dada aos aspectos comportamentais, em relação aos aspectos técnicos, conduzem a enxergar a necessidade do capital manter o controle sobre os trabalhadores (ALANIZI, 2002, p. 11).

Depreende-se desse argumento que é no apelo à individualidade e ao desenvolvimento de características comportamentais que se encontra a inovação na perspectiva da competência perante a qualificação. Integradas, tais características constituem a capacidade de se comunicar, de ter iniciativa e disponibilidade para mudanças e assimilação de novos valores de qualidade, produtividade e competitividade.

Alerta Alanizi (2002) que tanto o discurso da competência quanto o da qualificação se sustentam na importância de se enfatizar as relações sociais envolvidas na produção. Entretanto, a diferença entre esses dois discursos está no fato de o primeiro centrar seu processo de socialização em características comportamentais do indivíduo que possibilitam a adoção e cooptação aos valores empresariais. Já a qualificação, ao focar a relação social, reflete o antagonismo existente entre quem executa o processo de trabalho e quem se beneficia dele.

Assim, tratando da possível oposição entre estas duas noções, a competência constitui-se em uma noção produzida e fiel à ótica empresarial ao contemplar o desenvolvimento de características comportamentais indiretas em um contexto de trabalho flexível. Do mesmo modo, não considera a dimensão contraditória que envolve a relação capital-trabalho na qual o capital tende a expropriar todas as potencialidades do trabalhador em seu favor (ALANIZI, 2002).

Para essa estudiosa, é na dimensão do *saber ser* que está localizado o

forte apelo à individualidade, já que disponibilidade para mudança e assimilação de novos valores de qualidade, produtividade e competitividade, em complemento às capacidades anteriores, pressupõem uma atitude de abertura subjetiva para que se incorporem ideologias e valores empresariais. Esse apelo à individualidade e, conseqüentemente, o desenvolvimento de comportamentos adaptados em detrimento do desenvolvimento de capacidades técnicas manifesta a necessidade de controle sobre o trabalhador. A necessidade de controle, expressa na dimensão do saber ser, é condição inerente à produção capitalista que quer evitar a emergência de conflitos que atrapalhe os intentos da acumulação (ALANIZI, 2002, p. 7).

Ainda que tenha reconhecido a contradição que engendra o próprio capitalismo na sua expansão, Alanizi (2002) adverte que a negociação de questões que envolvem dimensões políticas contempladas pela noção de competência esbarra no limite determinado pela sociabilidade nos marcos do capitalismo. Na sua avaliação, acena duas possibilidades nesse limite:

[...] ou o desenvolvimento de competência realmente aprofunda a contradição entre capital e trabalho, através do diálogo e conflito de interesses presentes nas relações sociais no trabalho, dando abertura a uma possibilidade de rompimento da própria estrutura que a viabilizou (o que se pode desconfiar devido a posição de defesa que a noção de competência possui em relação aos objetivos e interesses empresarias), ou essa relação tende a apresentar-se sob forma de aparente negociação política, em uma busca de um consenso simulado, pois naturaliza os conflitos existentes, protege de forma camuflada interesses de apenas uma classe, a do capital, que quer adaptar os trabalhadores aos intentos de competitividade da empresa (ALANIZI, 2002, p. 12-13).

Assim, esta lógica da competência revestida de uma pretensa neutralidade, aparece como uma nova forma de relação com o trabalho, acreditando na possibilidade de manter consenso de interesses em questões essencialmente conflituais num contexto de ampliação do capital.

A ênfase na individualização, ao se propor formas de avaliar e de classificar, por exemplo, simultaneamente à negociação da remuneração e ampliação de tarefas, entre outras, suscita, no mínimo, desconfiança. Isso se deve principalmente ao fato de que as formas institucionalizadas de defesa de classe, como os sindicatos, enfrentam profunda crise, com seu poder de negociação diminuído. Não se pode desconsiderar a existência das representações sindicais que se renderam à

pressão do capital bem como a tendência à precarização do trabalho a que é submetida uma parcela dos trabalhadores. Nessa perspectiva, a teoria de competência busca naturalizar as relações de força, não na perspectiva de retratar os conflitos, mas sim no sentido de tornar naturais as relações consensuais.

Pode-se retomar aqui o que Chauí (1981) assevera sobre o fato de o discurso ideológico construir um imaginário social e uma lógica da identificação social com uma função precisa: escamotear conflitos. Pretende-se dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, atribuindo-lhe uma aparência universal.

A perspectiva das competências, ao prescrever um rol de atitudes a serem adquiridas e individualizar as relações sociais no trabalho, tende a transferir ao trabalhador tanto as responsabilidades pela inserção quanto pela manutenção no mercado de trabalho, ou seja, a *empregabilidade*. Portanto, o trabalhador é responsabilizado tanto para acessar trabalho como para assumir as conseqüências da sua demissão, nível salarial, como por sua formação.

Invernizzi (2000) explica como a exigência dessas atitudes faz com que o sujeito se antecipe a um mercado de trabalho incerto e excedente e tenda a perceber as diferenças no trabalho como resultado de diferenças de capacidades individuais.

A teoria da competência, ao assinalar a individualização das capacidades nas práticas de negociação salarial e percursos de formação na empresa, juntamente com o enfraquecimento sindical e, ainda, ao não considerar a tradição de negociação coletiva, que marca o conceito de qualificação, busca substituir as relações de embates com o capital para dar lugar às relações consensuais entre classes que hipoteticamente superaram o antagonismo. Essa demonstra ser uma tendência posta com o processo de reestruturação produtiva que requer dos trabalhadores, além de maior conhecimento exigido pela imposição técnica, formas de relacionamento mais atenuados e cooptados às exigências de produtividade, pois os conflitos atrapalham o curso da produção capitalista. (INVERNIZZI, 2000, p. 65)

Num contexto de esvaziamento de direitos, o modelo das competências acaba por comprometer a identidade ocupacional, pois com preocupação com as funções necessárias à eficácia produtiva, estabelece-se um conteúdo para o trabalho bastante amplo, sem, contudo, articular-se a ponto de formar uma unidade

coerente. No limite, desfaz os laços de solidariedade da categoria profissional deteriorando o próprio perfil de classe.

Nesse aspecto, Sève citado por Lima (2001) reitera como as pressuposições de uma individualidade livre trazem, ao mesmo tempo, a marca de seus limites e antagonismos, produzindo, então,

uma universalidade abstrata de indivíduos que amiúde são mais desenraizados que emancipados, mais atomizados que autônomos, mais disponíveis que polivalentes. O enorme impulso na direção do desenvolvimento integral da individualidade parece até mesmo afundar-se nas piores decomposições de suas formas alienadas, sobre as quais floresce o indivíduo e não o sujeito (LIMA, 2001, s/p)

Assim, a tônica sobre a flexibilidade vem mudando o próprio significado do trabalho, como assinala Sennett (2004). Em tempos de “capitalismo flexível”, a estrada reta da carreira foi interrompida, desviando o trabalhador para um outro tipo de trabalho, ou melhor, para partes de trabalho, deixando-o à *deriva*. A partir do momento em que o trabalhador deixa de ser autor de sua própria vida, ele fica incapaz de conferir densidade e textura à sua existência, referindo-se Sennett à noção de caráter que emprega. A perda dessa densidade expressa, por exemplo, no sentido de pertencimento que o sindicato lhe conferia ou de comunidades com sentido de vizinhança, faz com que o trabalhador leve agora uma vida sem testemunhas de longo prazo. Sinal este que para o autor é o mais tangível da mudança mais recente do capitalismo, incidindo, acima de tudo, sobre o tempo do trabalho: “Não há longo prazo” (SENNETT, 2004, p. 19-21).

Esse raciocínio analítico é convergente com aquele acerca das competências que, ligada diretamente ao desempenho individual na realização de uma tarefa, acaba por desprestigiar e desarticular a organização coletiva, desfavorecendo a cooperação no trabalho. Portanto, a negociação que antes era representativa de um conjunto de trabalhadores passa a ser empreendida pelos trabalhadores individualmente.

Um outro aspecto, não menos fundamental, que merece ser destacado, é o fato de que a competência tira o sentido do trabalho à medida que, não estando

focalizada no seu conteúdo, não cria identidade entre o homem e o trabalho. Esse princípio, conforme Sennett, corrói laços sociais que se enraizavam vagarosamente nas fendas das instituições. Hoje esses laços estão enfraquecidos ou, como explica, fortalecidos apenas naquele curto tempo “em que o distanciamento e a cooperatividade artificial são uma blindagem melhor para lidar com as atuais realidades que o comportamento baseado em valores de lealdade e serviço” (SENNETT, 2004, p. 25). É a dimensão deste tempo que afeta mais diretamente a vida emocional das pessoas fora do local de trabalho.

Cattani (1996), ao se referir ao uso indiscriminado da terminologia “nova pobreza”, oferece de modo aproximado esta mesma noção, para explicar que estão à deriva aqueles indivíduos que não dispõem de recursos para assegurar sua sobrevivência. Por viverem uma situação de precariedade e fragilidade, esses indivíduos vêem suas chances de reinserção reduzidas.

Segundo esse autor traços mais importantes desse processo provêm de uma situação de deriva econômica, social e moral que corresponderiam, respectivamente, às seguintes situações: a perda do poder aquisitivo, resultado do desemprego ou por situações de precariedade como subemprego, emprego em tempo parcial e “bicos”, causadores de angústia, incerteza, frustração, degradação de renda, levando invariavelmente a uma situação de vulnerabilidade todos os setores da vida.

Interativamente a esse processo está, como assinala o autor, a deriva social caracterizando uma situação de retração e imobilidade provocadas pela condição de instabilidade ou fragilidade. Desse enfraquecimento dos laços sociais decorreria a deriva moral que, embora seja um campo polêmico por envolver certos julgamentos de valores de traços psicológicos e comportamentais, pode ser observado em processos de interiorização da condição de fragilidade, como culpabilização, vitimização e resignação. (CATTANI, 1996, p. 69)

Desta feita, a ideologização da qualificação profissional cumpre papel importante no processo de produção capitalista porque se encontra determinada por ele. A adoção dos conceitos de empregabilidade e competência torna-se senso comum no capitalismo global porque estes se transformam em referências

norteadoras para as políticas educacionais em geral e da educação profissional, em particular, na tentativa de enfrentar o desemprego. Pensar, entretanto, que esta hegemonia não está absolutamente dada parece ser um caminho importante para desvelar estas noções que também apresentam paradoxos. As exigências decorrentes das mudanças tecnológicas, pretensamente respondidas via qualificação profissional, representam, ao mesmo tempo, uma incapacidade de realizar a inserção produtiva. Nesse aspecto, estas noções operam com clareza ideológica as contradições do mundo capitalista.

Verificou-se que o trabalho como aquele espaço de negociação coletiva e formalização da qualificação, da carreira, salários e de identidades profissionais, foi profundamente modificado. Este espaço está hoje destinado a negociações individuais em torno de competências em vez de qualificações, contratos temporários de prestação de serviço em substituição a postos de trabalhos com empregos estáveis. Assim, um horizonte profissional profundamente redefinido com base em referenciais de empregabilidade em que o próprio trabalhador é responsável por tornar-se empregável, ou seja, capacitado e capaz para encontrar um posto de trabalho e nele se manter. Isso denota, no campo da qualificação profissional, um processo de reconstrução de valores.

Predomina, na atualidade, um apelo quase salvacionista de que a educação profissional seja a resposta mais adequada para se enfrentar o desemprego. É preciso lembrar que essa visão já esteve presente na história das políticas educacionais brasileiras, expressas na Teoria do Capital Humano, cujos princípios mantêm estreita relação entre qualificação/força de trabalho e crescimento, sustentados pelo argumento de que a aquisição de conhecimentos leva a um aumento da produtividade, à elevação de renda do trabalhador e, conseqüentemente, ao desenvolvimento da sociedade como um todo.

Nesta direção interpretativa, a qualificação profissional é, então, considerada um fator de desenvolvimento econômico, estabelecendo uma vinculação direta entre educação, produtividade e acumulação. Nesse prisma, o investimento dos trabalhadores em sua própria aquisição de conhecimentos torna-os proprietários de capacidades economicamente valiosas, e qualquer diferença na formação de renda pessoal e da produtividade é fruto do nível de educação

adquirida pelo indivíduo. Assim, ao permitir a aquisição de saberes específicos e o aperfeiçoamento de habilidades necessárias à qualificação para o trabalho, fica estabelecido um vínculo direto entre educação, produtividade e acumulação (DELUIZ, 2004).

Por isso, Frigotto (1995;1999) considera que a noção ou o modelo de competência significa um *rejuvenescimento* da Teoria do Capital Humano, podendo ser observado no seu enraizamento atual a qualificação profissional como garantia de competitividade e da inserção da população no mercado de trabalho, no contexto em que despontam fortes mudanças tecnológicas, econômicas e culturais. Trata-se de uma perspectiva que desconsidera as relações sociais conflituosas, determinadas pela apropriação desigual da riqueza. A novidade residiria não na integração de todos, mas somente daqueles que adquirirem "habilidades básicas" que geram novas competências reconhecidas pelo mercado, o que lega, em última análise, uma perspectiva desintegradora da educação, como também assegura Gentilli (1997).

A incorporação de novos conhecimentos tanto pela juventude como pelos indivíduos adultos é encarada como necessidade para habilitá-los a viver de forma mais autônoma, com melhores condições de assegurar sua incorporação ou manutenção no mercado de trabalho. Essa aposta nos cidadãos produtivos como saída para as perversas conseqüências da reestruturação produtiva aparece, portanto, nas atuais políticas, legando à educação profissional esse papel redentor.

Assim, a qualificação profissional, na atualidade, passa a ser considerada como uma ferramenta indispensável no processo de construção de cidadania, envolta num discurso político-ideológico que redefine um espaço simbólico que pretende a construção de um novo conceito de trabalhador, o de *cidadão produtivo*.

Conforme argumenta Revel (2002), perpassa esse discurso a idéia do processo de adaptação do trabalhador ao novo contexto econômico.

O discurso político constrói a realidade do novo tipo ideal de trabalhador, o de trabalhador flexível, autônomo e responsável, criador do seu próprio trabalho, capaz ao mesmo tempo de gerar crescimento econômico pelo país, e renda pela reprodução da unidade doméstica. Um indivíduo competente e consciente, pois não só trabalhador como também cidadão (REVEL, 2002, p. 5).

Não acreditando mais na ideologia da mobilidade social como vetor da igualdade e da justiça social, típica do período fordista, em que a educação respondia satisfatoriamente, é preciso acreditar no trabalho como sobrevivência, desmontando laços sociais, imprimindo uma crença na criatividade e ousadia do próprio trabalhador que, polivalente, um não precisa do outro.

Quando o trabalho deixa de ser pensado em termos de contrato com a sociedade para se tornar mero instrumento de sobrevivência, é o edifício social que está questionado na sua capacidade de promover o 'viver juntos' (REVEL, 2002, p. 6).

Entretanto, como ideologização, o que tem se verificado é que a qualificação profissional parece estar preparando, e mal, para o trabalho incerto (FRANCO,1997). Nesse sentido, é preciso compreender as atuais políticas/programas de qualificação profissional como *lócus* que tende a vincular tanto racionalidades políticas como construção de subjetividades - psíquicas e sócio-históricas, em um contexto determinado por relações de poder e de saber específicas.

Não se pode esquecer, todavia, que os processos de formação profissional são redefinidos também no âmbito de uma nova concepção de Estado. Foi o *Welfare States* que criou a possibilidade de pensar o emprego e a cidadania como direitos assegurados, resguardadas aqui as particularidades dessa formação estatal especialmente nos contextos europeu e norte-americano, cuja estabilidade do sistema fordista deu-se na produção pós-guerra.

Esse Estado redistributivo foi, contudo, face à crise financeira derivada do aumento do desemprego e do crescimento da economia informal, que implicaram na redução das arrecadações e no aumento dos gastos públicos, questionado em sua legitimidade e eficácia. Foi, sobretudo, questionado por não ter sido capaz de garantir a inclusão dos cidadãos no edifício social, quer seja em termos de garantia de emprego, quer seja em termos de proteção aos excluídos.

Finalmente, a partir da linha teórica desenvolvida, é possível afirmar a educação profissional como parte de um processo de construção discursiva da realidade do novo mundo do trabalho que tende a desviar a responsabilidade social do desemprego para o plano individual, produzindo uma contradição na formação

dos indivíduos. Se por um lado os tornam sujeitos de seus fracassos e sucessos *em relação ao trabalho e à ascensão social*, por outro, como afirmam Ferretti e Silva Júnior,

[...] omitem-lhe todos os condicionantes históricos e sociais que contribuem para seu fracasso ou seu sucesso. Trata-se da naturalização do atual momento de organização, cujo arranjo do modo de produção capitalista está operando a construção de um novo sujeito (2000, p.51).

A idéia de que *todos se tornarão empregáveis* (DEL PINO, 2000) impõe uma nova promessa, a de que depende da capacidade individual do trabalhador a disputa das limitadas possibilidades de inserção que hoje o mercado oferece. Essa é a face perversa da política, contraditoriamente orgânica às novas demandas da acumulação flexível, que parece estar formando trabalhadores descartáveis.

Reside, pois, sobre a diminuição da necessidade quantitativa de força de trabalho a contradição central do sistema do capital, ainda que o trabalho humano permaneça indispensável à sua existência. Contradição esta que Marx assinala na análise da relação entre trabalho “vivo” e trabalho “morto”. Na medida em que a produção da riqueza capitalista se desvincula cada vez mais do uso imediato da força de trabalho, se torna determinada pelos avanços da tecnologia e da ciência, “os agentes mecânicos postos em movimentos”, fazendo-se, assim, menos uso do trabalho vivo, inaugurando o processo visível de *qualificação-desqualificante* da força de trabalho, conforme explicado por Oliveira (2004 e 2005).

Marx, produzindo, então, o entendimento da dinâmica e da lógica do capital oferece os elementos para uma compreensão das características fundantes do atual padrão de acumulação ao afirmar:

Como máquina, o meio de trabalho logo se torna um concorrente do trabalhador. A autovalorização do capital por meio da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói. Todo o sistema de produção capitalista repousa no fato de que o trabalhador vende sua força de trabalho como mercadoria. A divisão do trabalho unilateraliza essa força de trabalho em uma habilidade inteiramente particularizada de manejar uma ferramenta parcial. Assim que o manejo das ferramentas passa à máquina, extingue-se, como valor de uso, o valor de troca da força de trabalho. **O trabalhador torna-se invendável, como papel-moeda posto fora de circulação [...].**(MARX, 1984, p. 48, grifo nosso)

Fenômeno este - a maquinaria transformadora da classe trabalhadora em população supérflua - relatado Marx evidenciando como os trabalhadores sucumbem “na luta desigual da velha empresa artesanal e manufatureira contra a mecanizada”, abarrotando o mercado de trabalho e reduzindo o preço da força de trabalho abaixo de seu valor, que pode ser devidamente atualizado assim como percebido em seu recrudescimento.

A preocupação que se inscreve neste capítulo é, ao recuperar a história da educação profissional no Brasil, demarcando fundamentalmente as contradições em sua constituição no contexto da educação geral, mostrar como a recorrência contemporânea a noções e conceitos como os de *competência* e *empregabilidade*, embora considerada pelos organismos oficiais no Brasil, como os Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego, como mecanismo fundamental para alcançar um modelo de desenvolvimento social sustentável e garantir uma maior equidade social, tem denotado um processo de ideologização.

A preparação para o trabalho e a qualificação profissional de jovens, desde os anos de 1990, com forte inscrição na política de trabalho e renda com o objetivo político de inserção no trabalho, mas igualmente como uma dimensão que faz interface com outras políticas públicas e sociais no país, é o que constitui nesta investigação um desafio teórico para pensar como isto tem ocorrido no atual contexto de desemprego, precarização e aumento das desigualdades. Embora estudos já assinalaram como a trajetória futura do jovem no mercado de trabalho está decisivamente vinculada ao primeiro emprego (POCHMANN, 2000), também é verdade que mais favorável será a evolução profissional se o acesso ao primeiro emprego se efetivar em condições adequadas, pois um ingresso precário e antecipado pode, decisivamente, marcar o seu desempenho profissional.

Entretanto, o que tem dado à própria política de educação profissional brasileira – dela derivando e/ou articulando os programas de preparação e qualificação profissional de jovens - uma organicidade com o modelo de acumulação flexível, é que, ao exigir formação de novo tipo, estabelece, na verdade, distinções entre alguns privilegiados ocupantes dos poucos postos imunes ao risco de precarização e os pobres. Para tanto, acata a recomendação de agências internacionais, como o Banco Mundial, para que, como afirma Kuenzer, não se

invista em formação especializada, de alto custo e prolongada, “para uma população que viverá com poucos direitos, na informalidade, e que, ironicamente, ‘gozará de autonomia para fazer suas escolhas, ter seu próprio negócio, definir seu ritmo e horário de trabalho e seu tempo livre” (2000b, p. 12).

Assim, a flexibilização compreendida como capacidade de criar, descobrir, articular conhecimentos, aprender novos conteúdos, desenvolver novas performances, enfim, educar-se permanentemente para se adequar à dinamicidade da vida social e produtiva no sentido positivo, passa a ser privilégio dos poucos que se mantêm no topo da pirâmide da concentração de renda. Aos outros, parece restar uma flexibilidade como capacidade de se adequar às mudanças, ainda que estas signifiquem perda de direitos e de qualidade de vida (KUENZER, 2000b).

Sob o imperativo da flexibilidade, da habilidade e da competência, detecta-se uma perspectiva instrumentalista dominante, revestida de ideologização, perpassando a idéia de preparação para o trabalho e qualificação profissional em vez de contribuir para a capacidade crítica do trabalhador, em especial das juventudes pobres. Constitui-se, nesse sentido, numa falácia do auto-desenvolvimento, da autonomia e da liberdade, e outros potenciais subjetivos, atrelados aos interesses do mundo produtivo capitalista. Portanto, cria-se um conjunto de competências e habilidades adequadas à nova ordem, traduzido quase sempre como capacidade para administrar seus próprios tempos, espaços, saberes, comportamentos e sociabilidade.

Nesse sentido, a adoção acrítica de noções e conceitos como empregabilidade e competência, expressões da materialidade dos processos de produção flexível sob uma nova base técnica e organizacional do processo produtivo na atual fase do capitalismo, deve levar a refletir em que medida está se formando trabalhadores descartáveis em razão da afirmativa do caráter obsoleto do conhecimento, do formato aligeirado e imediato de sua aquisição e da ausência de aprofundamento adequado.

Ao formar exclusivamente para o mercado em constante mutação, essa preparação para o trabalho e qualificação profissional, sobretudo quando voltadas para os jovens pobres, acaba sendo realmente para um trabalho incerto, na medida

em que se investe na necessidade do domínio da informação e na sua operacionalização para as necessidades imediatas do mercado, legando uma concepção pragmática e economicista deixando de lado uma concepção humanista de educação.

A súbita descoberta e valorização da dimensão humana do trabalhador, revelam, de acordo com Frigotto, muito mais “os sinais de limites, problemas e contradições do capital na busca de redefinir um novo padrão de acumulação com a crise de organização e regulação fordista, do que a autonegação da forma capitalista de relação humana” (1999, p.41). Na realidade, assevera-se aquilo que se apresentou como “novidade” no período taylorista–fordista, o controle não apenas sobre o processo de trabalho mas sobre a vida do trabalhador, de tal modo que passa a exercer um domínio sobre a produção social da vida, coroando uma articulação orgânica do “espaço do trabalho” e do “espaço fora do trabalho” num único e mesmo “espaço”, o *locus* do capital. Uma ofensiva que vulnerabiliza o trabalho e a vida. Encarnada no capitalismo o sistema do capital desvela uma forma de opressão abstrata e sutil, mas fortemente aprofundadora de dissociações e assimetrias, capaz de descartar pessoas, relações sociais e afetos.

Relacionar de modo mais detido essa reflexão com as juventudes pobres implica em trazer à superfície o modo como estas passaram a ser, num quadro de vulnerabilidade crescente, foco de atenção pública. Isso implica, contudo, em realizar um plano de tratamento conceitual – sobre juventudes e vulnerabilidade social - que é o exercício do ponto seguinte.

### **2.3. Juventudes na Agenda Pública: a propósito dos termos e conceitos - vulnerabilidade social e juventudes**

A vulnerabilidade como abordagem analítica se destaca nos últimos anos da década de 1990 como contemporânea do debate sobre a pobreza, assim como seus estudos para a compreensão do fenômeno e das políticas públicas que vinham experienciando em toda a América Latina. Nesse sentido, a identificação da pobreza

relegada à questão da ausência de renda, ao mesmo tempo em que serviu à identificação de populações-chave para atenção de políticas públicas e sociais específicas, passa a ser criticada por deixar de considerar outras variantes que pudessem trazer elementos outros à explicação desse fenômeno. Assim, outras variantes são agregadas à limitada abordagem inicial, fazendo emergir a vulnerabilidade social como um fator incisivo junto aos segmentos mais empobrecidos da população, dentre estes os jovens.

Não se pode dizer, contudo, que haja um consenso em torno do significado e do conceito de vulnerabilidade social. Esse termo aparece correlato a outros, como a própria pobreza, exclusão e risco social. Esse último, que passou também a ser amplamente utilizado, encontra raízes na teoria econômica, que, em função do mercado, procura delimitar as possíveis perdas, com ênfase na idéia de probabilidade de perigos e fatalidades. Decorre daí a adoção em estudos epidemiológicos objetivando definir estratégias de conhecimento e controle de doenças, mas que logrou custos sociais e políticos maiores que seus benefícios. A AIDS é um exemplo paradigmático, cujo preconceito em relação aos chamados *grupos de risco* ou a quem tinha *comportamento de risco* deu a exata noção do efeito perverso do uso inicial desse conceito, o que logrou perguntar muitas vezes *risco para quem?*

Assim, foi no campo da saúde que a utilização da noção de vulnerabilidade ocorreu mais cedo, uso mais especificamente datado à epidemia da AIDS que estava ligada, inicialmente, àquelas formas discriminadas de práticas sexuais, o que a levou a ser utilizada como recurso discursivo de controle e intervenção sobre a vida sexual das pessoas consideradas vulneráveis.<sup>13</sup>

Na América Latina, essa abordagem é apresentada, segundo Abramovay et al (2002), por um grupo de estudiosos do Banco Mundial, ganhando evidência nos estudos, revestindo-se de uma inovação teórico-metodológica nos estudos sobre a pobreza. Sob tal perspectiva, a vulnerabilidade social é explicada como “o resultado negativo entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais,

---

<sup>13</sup> O uso desta noção busca, neste caso, estabelecer uma "síntese conceitual e prática das dimensões sociais, político-institucionais e comportamentais associadas às diferentes suscetibilidades de indivíduos, grupos populacionais e até mesmo nações à infecção pelo HIV e às suas conseqüências indesejáveis (doença e morte)" (AYRES, 1997:32). <sup>13</sup> Assim, na saúde pública, as concepções de "risco" e "vulnerabilidade", foram, então, inicialmente incorporadas pelos estudos epidemiológicos, mas também foram ampliadas na interface com as Ciências Sociais.

econômicas e culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade” (ABRAMOVAY et al, 2002, p. 29). Traduzido em debilidades, este resultado impediria, conforme essa concepção, a mobilidade social ascendente dos sujeitos.

Na medida em que é pensada sob esta perspectiva, a vulnerabilidade passa a ser compreendida quando a partir do momento que atinge um indivíduo ou um segmento, levando-se em consideração elementos traçados pelo próprio contexto social, tais como nível de escolaridade, vínculo com o mercado de trabalho, renda, acesso à saúde, situação da família de origem e apoio familiar. Assim, ao se pautar nesse conceito, é preciso olhar a vida do objeto pesquisado, sem deixar de enfatizar um olhar “ao redor” (AYRES, 1998; LUZ e SILVA, 1999).

Assim, esse conceito, na concepção de Luz e Silva (1999, p. 95), não é invariável, uma vez que inúmeras questões e inúmeros aspectos da vida podem aumentar o grau de vulnerabilidade entre os jovens, a exemplo das relações de gênero, das condições de vida, das condições de saúde, do acesso ou não à informação, da falta de serviços de saúde adequados, entre outros.

Waiselfisz et al (2004) observam que esse conceito de vulnerabilidade surge inclusive como uma alternativa ao conceito de exclusão social, uma vez que deixa à margem da compreensão analítica pessoas e grupos que, historicamente, estiveram cobertos por sistemas de proteção, mas que se encontram fragilizados nas novas condições societárias, sem estarem, no entanto, excluídos da esfera produtiva ou outras esferas sociais. Assim, embora num contexto sócio-histórico em que se aprofundam as assimetrias sociais, com desemprego estrutural, precarização do trabalho e acirramento da pobreza e da desigualdade, se encontra uma parcela significativa em condições de marcada fragilidade, porém inseridos, daí se evidenciando o caráter excessivamente dicotômico do conceito de exclusão.

Os estudos de Castel (1998) sobre a vulnerabilidade de massas parte do princípio de que um dos eixos das relações sociais é o trabalho. É nesta relação que se manifestam as formas de vinculação social decorrentes da precária/instável ou estável relação com o trabalho. Ao se deter sobre os vínculos estabelecidos nas relações familiares, com o trabalho e o papel do Estado, estabelece-se uma correlação estreita entre o lugar ocupado na divisão sociotécnica do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção que “cobrem” um indivíduo diante dos acasos da existência. Para tanto, associa a vulnerabilidade social a uma zona intermediária, instável e porosa que conjuga a precariedade do

trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade. Qualquer mudança nesta configuração, afirma Castel, crise econômica, aumento do desemprego, generalização do subemprego, faz aumentar a vulnerabilidade de grupos populares, avançando sobre a integração e alimentando a *desfiliação*, um estado que corresponderia à insuficiência de recursos materiais e fragilidade no tecido relacional, na verdade, uma "não integração pelo trabalho e não inserção em uma sociabilidade sócio-familiar" (CASTEL, 1998, p. 24).

É nesta zona de integração fraturada que expande a vulnerabilidade, alimentando a *desfiliação*, nos termos próprios do autor, cujos atingidos principais são os jovens. Estes, vulnerabilizados em suas concretas condições de existência, seja pela desqualificação escolar, seja pela desestruturação familiar ou pela deterioração das condições de salário e trabalho, podem vir a ser jogados nas fronteiras da miséria.

Nessa mesma linha de raciocínio, Oliveira (1995) assegura que a vulnerabilidade social juvenil está profundamente vinculada ao desemprego e/ou ao baixíssimo salário dos pais, à intensa desconstrução/construção das famílias, devido a uma elevada urbanização, ao modelo econômico concentracionista e a péssima distribuição de renda no país. Zaluar (1994), em estudo sobre as organizações populares e o significado da pobreza, também observa que a família se distancia cada vez mais do modelo de recompensa moral nos "tempos difíceis". Sem ao menos o apoio familiar, o jovem se encontra em condições maiores de vulnerabilidade frente às circunstâncias da sua existência.

Embora relativo à epidemia da AIDS, o pensamento desenvolvido por Mann et al (1993) pode referenciar a noção de vulnerabilidade na medida em que desenvolve três planos analíticos básicos - o individual, o programático ou institucional e o social - para compreender as diferentes situações que vulnerabilizam os sujeitos, individuais e/ou coletivos (MANN et al, 1993).<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup>Observa-se que mesmo no caso da AIDS onde se conta sobremaneira com o comportamento individual como denominador, por alguns considerado como determinante final da susceptibilidade à doença, não se pode entender que este enfoque centrado no indivíduo - *susceptibilidade biológica à infecção e modos de transmissão* - seja suficiente. É Mann quem considera: "O comportamento individual é tanto mutável quanto conectado socialmente, variando durante a vida da pessoa (por exemplo, comportamento sexual na adolescência, meia-idade e terceira idade), mudando em resposta à história e experiência pessoal e fortemente influenciado por indivíduos-chave (família, amantes, amigos), comunidades e entidades sociais e culturais mais abrangentes, como religiões e Estados-nações. Portanto, ao avaliar a vulnerabilidade, é importante considerar a comunidade, além de fatores nacionais e internacionais, que possam influenciar a vulnerabilidade pessoal durante o curso de uma vida" (MANN et al, 1993, p. 276).

A verificação da vulnerabilidade de uma pessoa se faz, então, quando se realiza comparação entre indivíduos com condições diferentes, assim como a vulnerabilidade social pode ser aferida como a possibilidade de alguém ter sua condição de vida alterada em relação à sociedade da qual faz parte ou da qual é integrante. Também tem sido considerada como estado de privação própria da população excluída das necessidades básicas requeridas para o seu bem estar físico, mental e social.

Desse modo, a vulnerabilidade pode ser maior ou menor dependendo do acesso à informação, habilidades, acesso aos serviços necessários, suprimentos ou equipamentos. Não depende apenas a ações individuais, centradas, portanto, no comportamento individual, mas está relacionada a fatores que dizem respeito às ações comandadas pelo poder público, iniciativa privada e agências da sociedade civil, e, finalmente, a um conjunto de fatores sociais, que dizem respeito à estrutura disponível de acesso a informações, financiamentos, serviços, bens culturais, liberdade de expressão, etc. (MANN et al, 1993; AYRES, 1997).

No âmbito de uma ação mais programática, destaca-se a necessidade de ações institucionais em que a vulnerabilidade é apreendida por aspectos como compromisso das autoridades locais com o enfrentamento do problema; ações efetivamente propostas por estas autoridades; coalizão inter-institucional e inter-setorial para atuação específica (saúde, educação, bem-estar social, trabalho, etc.); planejamento das ações; gerenciamento dessas ações; capacidade de resposta das instituições envolvidas; financiamento adequado e estável dos programas propostos; continuidade dos programas; avaliação e retroalimentação dos programas, etc.

Quando pensada no plano social, outros fatores são sublinhados, tais como: acesso à informação; quantidade de recursos destinados à saúde por parte das autoridades e legislação locais; acesso e qualidade dos serviços; comportamento de indicadores sociais e epidemiológicos; aspectos sócio-políticos e culturais; grau de liberdade de pensamento e expressão, sendo tanto maior a vulnerabilidade quanto menor a possibilidade de esses sujeitos fazerem-se ouvir nas diversas esferas decisórias; grau de prioridade política (e econômica, portanto); condições de bem-estar social, como moradia, escolarização, acesso a bens de consumo, entre outros (AYRES, 1997, p. 3-4).

A compreensão da vulnerabilidade toma, na conformidade desse pensamento, um conjunto de características dos contextos político, econômico e socioculturais, ampliando ou diluindo o risco individual. Além de trabalhar essas dimensões sociais (vulnerabilidade social), alerta-se para um desafio permanente e de longo prazo de sofisticar programas, sejam eles de prevenção ou assistência, abrindo espaço para o diálogo e a compreensão sobre os obstáculos mais estruturais (vulnerabilidade programática). Espera-se que no plano das crenças, atitudes e práticas pessoais (vulnerabilidade individual), todos, significando cada um, possam de fato se proteger do possível agravo ou fatores que os vulnerabilizam, como propõem Buchalla e Paiva (2002).

É de certo modo nessa direção que os programas de preparação para o trabalho e qualificação profissional de jovens tomam hoje a concepção de vulnerabilidade econômica e social, argüindo em seus documentos o uso desta abordagem para compreender como e quais combinações de atributos têm implicado em desvantagem e/ou discriminação no mercado de trabalho, limitando o acesso a alternativas de qualificação profissional (idade, sexo, capacidade física, raça/cor, escolaridade). (MTE, TERMO DE REFERÊNCIA SCV 2001)

Alguns admitem que a força do conceito de vulnerabilidade reside ainda em uma relativa capacidade de explicar ou de melhor expressar a dinâmica de reprodução da desigualdade social dentro de um território (CUNHA et al, 2004 ). Supõe-se que, ao avançar com relação a enfoques tradicionais de análise, em especial da pobreza, a idéia subjacente é de que indivíduos e famílias detêm, além das suas próprias posses materiais, um conjunto de outros “ativos” sociais que poderiam ser mobilizados no sentido de fazerem frente aos vários constrangimentos impostos por sua condição social. Entretanto, há de se ter cuidado com o uso da noção que pode tender à responsabilização individual, tirando de cena os determinantes mais estruturais do processo de vulnerabilização pessoal e social.

Se é que se pode falar em um consenso, talvez uma característica percebida sobre o conceito de vulnerabilidade é seu caráter multifacetado que abrange várias dimensões, a partir das quais é possível identificar situações de vulnerabilidade de indivíduos, famílias ou comunidades. Tais dimensões dizem respeito a elementos ligados tanto às características próprias dos indivíduos, famílias ou comunidades, seus bens e características sociodemográficas, quanto àquelas relativas ao meio social onde eles estão inseridos.

O que se destaca é que, de acordo com os estudiosos voltados para o tema (AYRES, 1997; BUCHALLA e PAIVA, 2002; CUNHA et al, 2004), existe um caráter essencial da vulnerabilidade focado em um atributo relativo à capacidade de resposta diante de situações de risco ou constrangimentos. Assim, a adoção do conceito de vulnerabilidade deve ser entendida como uma ferramenta que permite compreender a atual condição e situação juvenil, ao mesmo tempo em que possibilita perceber como os sujeitos estão construindo ou não estratégias diante de tais condições.

Uma outra precisão teórico-conceitual que se apresenta necessária refere-se à juventude aqui denominada juventudes. Optou-se por essa denominação para não tratar igualmente aquilo que tem se apresentado na realidade bastante desigual na sua constituição e modo de vida e, decorrente disso, nos problemas, necessidades e demandas que apresentam.

A respeito das categorias teóricas jovens e juventudes, situa-se um campo de debate ainda impreciso, em que a primeira se relacionaria aos próprios sujeitos e a segunda à fase da vida, categorias que na visão de Sposito (2003) são superpostas indevidamente.

Neste trabalho, a escolha pela denominação juventudes deve-se a um movimento que está sendo empreendido como uma tentativa de resguardar uma abordagem que trate dos jovens, sujeitos concretos, mas também das juventudes na pluralidade que evocam resguardando, assim, um campo múltiplo de possibilidades do que possa ser jovem. Dito desse modo, o sentido atribuído precisa reconhecer a diversidade de condição, experiência e realidade, portanto, das circunstâncias materiais, sociais e culturais que envolvem os jovens e as juventudes.

É com essa preocupação que Silva (2004) alerta:

Se a categoria juventude venceu, esta vitória tem um preço que é muito alto. O preço da vitória juvenil, por ter colonizado todos os espaços, resulta na ocultação das marcas emblemáticas da geração, das diferenças, condições e experiências nos espaços/tempos de jovens pobres e ricos. A homogeneização da categoria juvenil retira a possibilidade de enxergar as diferenças, as necessidades, as ações traçadas como alternativas para inventar a sobrevivência das condições humana e juvenil e, sobretudo, da formulação e da oferta de uma política de atendimento aos jovens quando se diz que estes são todos iguais, que servem aos mesmos valores e que desejam as mesmas coisas mesmo diante de vidas amargas. A idéia de igualdade encobre a vulnerabilidade exposta da juventude diante das reduzidas

oportunidades e produz um sentimento ilusionista, para as gerações juvenil e adulta, que os jovens são detentores das mesmas possibilidades de acesso ao patrimônio econômico, social e cultural. A igualdade anunciada produz uma invisibilidade das questões da juventude apontando para um silêncio excludente (SILVA, 2004, p.5-6).

O modo como se compreende o jovem demarca concepções que vão desde uma identificação com o ciclo da vida, tendendo a visualizá-lo como algo que ainda está por vir, negando o próprio presente. Tem-se ainda uma percepção romantizada dessa fase compreendida como o tempo da liberdade e do prazer ou como expressão de uma vivência, sobretudo, cultural. Mas há, também, uma outra perspectiva que associa a fase juvenil a crises e conflitos. Desse modo, todas essas formas de perceber a juventude constroem-se na maior parte das vezes pautadas por negativismos. Quase sempre dá-se ênfase a características que ainda não se evidenciam nos jovens, isto é, que estão por vir, espelhando-se, portanto, num certo “modelo” de ser jovem (DAYRELL e CARRANO, 2002).

Abramo (1997) explica que a problematização sobre a juventude ganha um foco moral, com preocupação com a coesão da sociedade, na melhor tradição funcionalista, porque visto como objeto de disfunção ou anomia no processo de integração social e, numa perspectiva mais abrangente, como tema de risco para a própria continuidade social.

A concepção de juventude corrente na sociologia, e genericamente difundida como noção social, é profundamente baseada no conceito pelo qual a sociologia funcionalista a constituiu como categoria de análise: como um momento de transição no ciclo de vida, da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico e dramático de socialização, em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade, sociedade, através da aquisição de elementos apropriados da “cultura” e da assunção de papéis adultos. É, assim, o momento crucial no qual o indivíduo se prepara para se constituir plenamente como sujeito social, livre, integrando-se à sociedade e podendo desempenhar os papéis para os quais se tornou apto através da interiorização dos seus valores, normas e comportamentos. Por isso mesmo é um momento crucial para a continuidade social: é nesse momento que a integração do indivíduo se efetiva ou não, trazendo conseqüências para ele próprio e para a manutenção da coesão social (ABRAMO, 1997, p.29) .

São estas mesmas concepções que fazem configurar uma *condição juvenil* em dada sociedade, em que se propugna o modo como esta constitui e significa a

juventude. Embora possa revelar uma hegemonia, a condição juvenil se inscreve num campo em disputa. De modo distinto, a *situação juvenil* é a expressão de diferentes modos de vida juvenis a partir de recortes de classe, gênero, etnia, origem rural ou urbana, quer dizer, é a própria experimentação da condição juvenil a partir de certas concepções que a orienta, como explica Sposito (2003a, p. 61) referindo-se às proposições analíticas de Abad (2002).

Contudo, o modo de abordagem da temática, ainda que apareça carregada de negativismo visível por exemplo ao associar juventudes à violência, à criminalização, à competição no mercado de trabalho, não se pode desconsiderar a expressão que ganhou como fenômeno social, pautando, assim, tanto os estudos como as agendas de governo. Assim, ainda que o tom dos enfoques, político-governamentais e sociológicos, acabe, na maioria das vezes, no negativo, por se revestir daquelas visões e/ou, no mínimo, expressar tensões entre uma imagem socialmente construída mais tradicional e uma possível compreensão das juventudes como sujeitos de direito, é fato que a temática, além de se projetar, ganhou complexidade no espaço público.

Não se pode negar, então, a magnitude da questão que parece revelar-se, no caso brasileiro, quando o Censo de 2000 registra a existência de 34 milhões de jovens no país, transformados em sujeitos demandantes de políticas públicas (DAYRELL e CARRANO, 2002). Ao ser desnudada a sua importância em termos de quantidade, tornou-se exposta uma situação vulnerabilizada pelo difícil acesso a direitos, como saúde, lazer, educação pública e de qualidade e trabalho, dentre outros, reveladora de uma fase de transição juvenil considerada nova. Portadora de outras características, nesta nova fase fatores como pobreza, analfabetismo e violência foram elevados ao topo das razões principais para a perda de expectativas de sucesso dos jovens brasileiros, conforme assinala Pochmann (2000). No caso da violência, mesmo considerando que sua constituição tem por base outros nexos faz todo sentido a associação de seu aumento em razão da falta de perspectiva de inserção dos jovens na vida social (POCHMANN, 2000 e 2004).

Se a vivência da juventude é diferente em decorrência das circunstâncias materiais, sociais e culturais, temos, pois, juventudes. A limitação por faixa etária não é a única resposta para falar de juventudes, pois há quem lembre circunstâncias em que ela começa muito cedo, como para quem não têm direito à infância

(NOVAES, 2003). Do mesmo modo, em razão de mudanças na expectativa de vida, assim como no mercado de trabalho, o tempo da juventude está se alargando, chegando aos 29 anos, nos patamares da Organização Internacional da Juventude (OIJ), com ressonância no Plano Nacional de Juventude lançado no Brasil em 2005, expressão de uma nova institucionalidade no país<sup>15</sup>.

Pochmann (2000) chama a atenção para o fato de que no estabelecimento prévio de uma faixa etária para definir o jovem é adequado considerar outras variáveis que lançaram contemporaneamente mudanças sobre a fase considerada estritamente juvenil, como expectativa média de vida, participação no trabalho, constituição de família, de tal maneira que esta fase já não pode ser considerada como preparação para o ingresso na vida adulta ou a intermediação entre a escola e o trabalho.

É nessa direção que Abad (2003) ao fazer aquela importante distinção entre a *situação juvenil*, que significa como jovens de classes sociais e origens diversas experimentam a *condição juvenil*, esta última uma construção histórico social, fala do processo de *desinstitucionalização* que parece colocar em suspenso a escola e a família como tradicionais centros transmissores de uma cultura adulta hegemônica

Ocorre que a esfera do trabalho foi atingida por mutações profundas nos últimos trinta anos, em especial em uma de suas formas principais na sociedade capitalista que é o trabalho assalariado, ressoando, portanto, nos caminhos e contornos para a entrada na vida adulta que além de se diversificarem, tornaram-se mais complexos e menos lineares (SPOSITO, 2005).

Ao não se afigurar mais a escolaridade como garantia direta de acesso ao mercado de trabalho, altera-se igualmente o modo como os jovens vivem essa etapa da vida, principalmente se considerarmos os estratos mais empobrecidos

---

<sup>15</sup> Está em processo no país a constituição e consolidação de novos espaços, sendo que em 2005 foram criados a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude, ambos vinculados à Presidência da República. A implantação da Política Nacional de Juventude é fruto da reivindicação de vários movimentos juvenis, de organizações da sociedade civil e de iniciativas do Legislativo e do governo federal. O Conselho Nacional de Juventude foi criado na estrutura da Secretaria Geral, com a finalidade de formular e propor diretrizes da ação governamental voltada à promoção de políticas públicas para a juventude e fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil. A Secretaria Nacional de Juventude, além do papel de integrar programas e ações em âmbito nacional, pretende ser referência da população jovem no governo federal, estimulando a criação de espaços da mesma natureza em estados e municípios do Brasil, tal como ocorre em países que adotam políticas públicas voltadas para a juventude. A nova secretaria, que também funciona na estrutura da Secretaria Geral, é responsável por iniciativas do governo direcionadas para a população jovem, levando em conta as características, as especificidades e a diversidade da juventude.

da sociedade que tem tido historicamente no Brasil um acesso tardio ao sistema de ensino, denotando a ilusão de mobilidade e de ascensão social depositada na expansão da educação.

Por outro lado, a família, anunciadamente em crise, seja em função do modelo tradicional – hierárquica, patriarcal e autoritária – em reconhecimento aos novos arranjos, seja pela “incapacidade” de assistir seus membros, não tem se evidenciado completamente ausente na relação com os jovens. Assentada em relações de novos tipos, vem se constituindo, em muitos aspectos, ainda como referência importante. Disso se verifica que, em que pese o reconhecimento da importância das instituições socializadoras tradicionais, transformações profundas observadas nos últimos cinquenta anos do século XX produziram impactos significativos nas formas como as relações entre as idades e o próprio ciclo de vida são experimentadas.

É preciso ressaltar ainda que a inscrição das juventudes em espaços ou instituições socializadoras se faz em condições não apenas diferentes mas desiguais, para lembrar que a desigualdade é marca histórica em nossa sociedade, o que, em última análise, vai lograr uma condição e situação juvenil desiguais. Pode-se concluir que as juventudes, dadas as características de cada geração, classe, lugar, linguagens e formas de sociabilidade, podem ganhar uma configuração que se estende em diferentes matizes, se fazendo imprescindível a contextualização histórica na sua apreensão, não existindo, deste modo, enquanto categoria *per se*.

Por isso mesmo, duas noções ainda se revelam importantes para entender esta fase das juventudes devidamente situadas no atual tempo histórico, contribuindo para problematizar as concepções e percepções sobre elas: *moratória social* e *moratória vital*.

Moratória social, explica Margulis (1996), configura aquele tempo em que o jovem pode desfrutar de sua condição para estudar e se preparar para a fase seguinte. Trata-se de um tempo legítimo de permissividade para viver um período mais ou menos prolongado com relativa despreocupação e isenção de responsabilidades, proporcionado pela família. Nesse período, a sociedade os brinda com uma especial tolerância até que alcance a maturidade.

Entretanto, essa moratória é privilégio de apenas uma parte das juventudes, cujas famílias têm a possibilidade de lhes oferecer estudos prolongados e retardar seu ingresso nas responsabilidades da vida adulta como o trabalho e o casamento (MARGULIS, 1996)

A moratória vital, por sua vez, diz respeito a uma característica que se estende a todos os jovens. Relativa à sensação de imortalidade e gosto pelo perigo e desafio que lhes são próprios, essa noção desvela uma espécie, nos termos do autor, de um crédito temporal, um algo a mais que tem vinculações com o aspecto energético do corpo, muito se identificando com a sensação de imortalidade tão própria dos jovens, vinculada também à idéia do risco. São duas categorias que podem lançar luzes para pensar as juventudes hoje sem, entretanto, cair na armadilha de pensá-la homogênea, pelo contrário problematizando-a e tensionando-a em suas relações a ponto de ampliar sua própria compreensão.

Este Capítulo forneceu, assim, bases analíticas para compreender como e porque as juventudes pobres, em particular, ganharam lugar na agenda pública internacional e brasileira, quando atingidas, sobretudo, pelo fenômeno do desemprego, mas igualmente por outras situações que as vulnerabilizam socialmente. Daí que, na sociedade brasileira contemporânea, os programas de preparação para o trabalho e qualificação profissional voltados especificamente para as juventudes pobres precisam ser apreendidos a partir também da compreensão da constituição da juventude como categoria teórica.

Não se pode avançar nessa compreensão sem traçar, em linhas gerais, uma leitura histórica sobre o estado de Mato Grosso na sua configuração mais recente, porque é o lugar de onde se fala e de onde emergem os sujeitos jovens da pesquisa. Por isso, é necessário desenhar um quadro de vulnerabilidade que permita explicitar a condição e situação juvenil num estado onde, a despeito da profusão propagada de seu desenvolvimento econômico, ainda se lega a uma parcela significativa de sua população em geral, e às juventudes em particular, situações de pobreza e intensa manifestação de desigualdade. É nessa direção reflexiva que se situa o Capítulo II.

### 3. CONSTRUINDO O ESPAÇO EMPÍRICO DA PESQUISA

Crescimento pessoal e independência conformam um quadro de referência ideal dos jovens no tocante ao trabalho de tal modo que o ruim de ser jovem é exatamente a falta de trabalho e renda<sup>16</sup>. Mas, se hoje o trabalho é incerto (FRANCO, 1997; GENTILI, 1997), o que fazer, então, com a população jovem do país, aquela a qual ainda não viveu a integração, ao mesmo tempo em que uma integração parece continuar prometida nos tempos atuais sob a égide da qualificação profissional?

Não encerra novidade afirmar que os jovens estão hoje contemplados na agenda pública brasileira; isso se compararmos com o passado recente. Essa emergência juvenil na pauta da sociedade guarda relações profundas com as transformações do capitalismo, que, em relevo, fez dos jovens alvos de políticas públicas porque profundamente atingidos pelas mutações do trabalho e seus efeitos excludentes.

Ancorada nas precisões conceituais realizadas e considerando as relações e implicações das categorias na constituição do objeto estudado, apresentamos a seguir um quadro de vulnerabilidade juvenil de Mato Grosso, não sem antes situar este estado do ponto de vista de sua historicidade, a qual fez erigir um mito em torno de sua possibilidade de gerar riqueza, um verdadeiro *eldorado*. Acredita-se importante fazer esta localização sócio-político-econômica de Mato Grosso, sob pena de esvaziar o debate necessário sobre os determinantes desta condição anterior, enraizada na sua formação e reatualizada no cenário recente.

A partir de dados de base estatística, constituiu-se um quadro de vulnerabilidade juvenil em Mato Grosso, buscando, ao mesmo tempo em que se mostra uma dada evidência empírica, dialogar com estes dados, impondo a eles questões e relações que, de imediato, não se mostram, não se dão a conhecer. Este não é um exercício que encerra simplicidade. Pelo contrário, trata-se de uma tentativa de, apesar da evidência anunciada em torno da condição de gravidade das juventudes hoje no país, até certa altura quantificada, qualificá-la permitindo, deste

---

<sup>16</sup> INSTITUTO CIDADANIA, Perfil da Juventude Brasileira., 2003.

modo, compreender as questões e problemáticas postas em relação às condições societárias que parecem determinar a vulnerabilidade pessoal e social dos jovens.

Assim, essa relação com os números é um exercício de mão dupla. Tanto é necessária uma contextualização e/ou problematização, quanto é imprescindível a quantificação a ponto de ser possível construir um quadro quanti-qualificado, pensando volume e distribuição segundo algumas variáveis como escolaridade, gênero, faixas de idade, raça/cor, condições sócio-econômicas, entre outras, de tal modo que os números são importantes tanto quanto suas relações.

Há que se dizer que, em Mato Grosso, a base de dados existente, assim como sua própria organização e disponibilização, nem sempre estiveram acessíveis, e, por se revelar pequena e dispersa, gerou certa dificuldade. Além disso, deve-se reconhecer o limite profissional desta pesquisadora para lidar com dados demográficos e com medidas de um modo geral, uma vez que não há uma tradição para tal empreendimento. O que se procura aqui, ao tratar a vulnerabilidade juvenil a partir de uma tradução numérica ou categorial, foi lhe conferir algum grau de validade racional, para confrontá-la com a própria dinâmica do fenômeno estudado, nem sempre revelada na estatística.

### **3.1. Mato Grosso Em (En) cena - o vigor da soja ante a desigualdade social**

Mato Grosso num cenário recente, que data dos últimos anos do século passado, revigorou um discurso que em outros períodos históricos de sua formação já havia se feito presente: um estado em franca expansão e desenvolvimento, celeiro do mundo! A *soja*, produto e símbolo dessa propagação, nos tempos mais recentes foi objeto de explicação para o seu farto crescimento econômico sendo, portanto, responsabilizada pelo que estava acontecendo e pelo que ainda iria acontecer em termos dos desdobramentos para os progressos e bem-estar de seu povo, apesar das críticas acenando para a incapacidade de a monocultura representar a alternativa mais adequada de desenvolvimento para o estado.

A formação do estado de Mato Grosso está historicamente enraizada em interpretações desse tipo. Desde os primórdios de sua história imperou uma visão de

paraíso, incrustada na raiz de sua formação, apresentado ao mundo como a terra das oportunidades. O seu processo colonizador, portanto, convive, contraditoriamente, com o seu intenso povoamento e exploração, em que o Estado brasileiro tem sido ator preponderante na sua constituição.

Parte da historiografia deste estado, pelo menos aquela com a qual este trabalho comunga, dá conta de explicitar o processo de ocupação que faz hoje configurar uma cartografia marcada pela desigualdade. Foi este mesmo processo que fez erigir a construção social do direito à propriedade da terra em Mato Grosso, cuja apropriação de imensas áreas contou com a chancela do Estado.<sup>17</sup>

Mato Grosso tornou-se uma das regiões agrícolas mais produtivas do Brasil em 30 anos, aproximadamente, superando níveis pouco significativos das atividades agrícolas reservadas a uma demanda local pouco importante que assim se mantiveram por um longo período (DUBREUIL et al, 2005). Considera-se que foi a partir dos anos de 1970 que ocorreu, efetivamente, a expansão da frente pioneira agrícola e a colonização de vastos espaços do Centro-Oeste, modificando profundamente o mapa da localização das áreas de produção. Decorreu desse fato a concretização de um sonho de sucessivos governos de Mato Grosso: elevar o estado à posição de maior produtor de grãos do Brasil. Esse sonho parece ter se tornado realidade no início do século 21, em razão das cifras absolutas de produção (IBGE, 2004).<sup>18</sup>

É este, então, o recorte temporal histórico que mostra como a política de ocupação de Mato Grosso representou, na realidade, a acentuação de uma tendência do Estado, desde os anos de 1950, consolidada depois nos planos

---

<sup>17</sup> Mato Grosso, componente da Amazônia atraía, assim, desde o período colonial pelo seu território e seus tesouros incalculáveis, uma vez que berço de uma reserva natural, a floresta e tudo que dela se podia extrair -, não sem envolver em processo de intenso conflito entre colonizadores, com hegemonia portuguesa, indígenas e populações tradicionais. Penetrando e desbravando seu interior, intensificando sua exploração, cuja mediação do Estado foi fundamental, por exemplo com criação de prêmios e concessão de terras públicas aos extratores do *ouro negro*, a borracha, nos idos de 1800 do século XIX., mobilizando frentes de expansão com formas de acesso e de exploração dos recursos da Amazônia brasileira até meados do Século XIX, proporcionaram à força de trabalho grande mobilidade condicionada pela busca de locais diversos onde se encontrassem os recursos pretendidos que levaram à alterações significativas nas formas de acesso, de exploração, de posse e de domínio dos recursos da floresta amazônica. Com espaços rigorosamente delimitados dando origem aos latifúndios, cuja consequência se fez sentir na relação com as populações locais e indígenas, com a cultura, com o modo de lidar com a terra (ANDRADE, 2004).

<sup>18</sup> “Em 2001, Mato Grosso tornou-se o primeiro Estado brasileiro produtor de algodão, com aproximadamente 58% da produção nacional. É igualmente o primeiro Estado na produção de soja, com 9,5 milhões de toneladas em 2001, ou seja, ¼ da produção nacional. É, também, o segundo Estado produtor de sorgo, com cerca de 200 mil toneladas, ou 1/5 da produção brasileira. Enfim, Mato Grosso produz, também, mais de 11% do arroz brasileiro.” (DUBREUIL et al, 2005, p. 466)

nacionais de desenvolvimento das décadas de 1970 e 1980, de procurar focar suas políticas territoriais através de estratégias de “integração nacional”.

A expansão da fronteira econômica do país na direção do Centro-Oeste, Amazônia e Nordeste, a partir do Centro-Sul, teve na intervenção estatal fator determinante para fortalecer estruturas de produção das regiões selecionadas. Para se efetivar essa expansão, investiu-se na infra-estrutura de transporte, saneamento, energia elétrica, desenvolvimento e modernização das atividades agropecuárias, com aplicação de capitais e concessões fiscais, sobretudo advindos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em 1966, e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), criada em 1967.

A indução de grandes correntes migratórias para o Centro Oeste e para a Amazônia por parte do Governo Federal iniciada a partir da década de 1960, lançou mão de programas especiais de desenvolvimento, sobretudo ligados à agricultura e à infra-estrutura, como o Plano de Integração Nacional (PIN), Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE), Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), e Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), todos impulsionados e subsidiados com vistas a incorporar regiões periféricas à dinâmica do capital.

A ocupação ávida do cerrado mato-grossense por empresas agrícolas ocorre mais efetivamente a partir da década de 1970, quando acabaram de fechar o cerco sobre os povos indígenas que habitavam as regiões de mata ocupando seus territórios, dando origem, paulatinamente, às monoculturas de soja, cana, milho, arroz, algodão e pastagens, além do interesse por riquezas naturais como a madeira e minerais, colocando em xeque as tradicionais formas de produção e sobrevivência daqueles povos.

Motivos não faltaram para justificar o avanço da fronteira agrícola: território pouco povoado, disponibilidade de terras, possibilidade de avançar para o Oeste, entre outras variáveis (BECKER, 1990), fizeram com que ganhasse importância primordial o desenvolvimento da “nova Amazônia”, a partir de uma política de estímulo à formação de pólos agrícolas. O PIN de 1970 costuma receber destaque como programa que propiciou a implantação, na Região Centro-Oeste, de uma política de facilidades de crédito para os agricultores desejosos de melhorar sua terra. Para isso, investiu-se na abertura e na conservação das vias de comunicação,

no prolongamento das linhas de transmissão de eletricidade, e foram implantadas novas e significativas unidades de armazenamento, cujo foco de atração, especialmente para migrantes vindos do sul do país que se dedicavam sobretudo à cultura da soja, carro-chefe da agroindústria exportadora, foi o cerrado (DRUBREUIL et al, 2005).

Há de se destacar que dois grupos diferentes e desiguais se fizeram presentes nesse processo: pequenos agricultores expulsos pela modernização da agricultura do Sul, Sudeste e Nordeste, e grandes fazendeiros capitalistas, pioneiros “animados de um espírito de conquista de novas oportunidades de reprodução ampliada do capital” (SILVA, 2005).

Os deslocamentos populacionais são, na realidade, características da formação social brasileira, que resultou, desde a ocupação européia, em um processo intenso de exploração econômica. Por isso, a expansão territorial brasileira é marcada por essa forte migração interna, característica de uma “peregrinação sem fim”.

Assim, no processo de colonização brasileira, é uma constante cultural e política o crescimento rápido das cidades das frentes pioneiras, via projetos de colonização, com destaque para a colonização privada. Mato Grosso é prenhe de histórias de municípios que assim se constituíram, em que a concentração em torno de um núcleo urbano principal procura assegurar a montagem de um espaço dotado de escritórios das principais instituições, tanto estatais como as de iniciativa privada, como INCRA, EMPAER, Receita Federal, Prefeitura, bancos, etc. Nesse núcleo também que se localizam os investimentos para implantação de uma infra-estrutura mínima como eletricidade, rede de água, hospitais, escolas, etc. É com essa mesma configuração de serviços urbanos que se atrai as populações rurais em busca de condições de vida melhores.

Dubreuil et al (2005) fazem importantes observações a esse respeito ao afirmarem que a criação de novos municípios, em si, não é necessariamente benefício para a população, uma vez que sua lógica nem sempre é muito racional deste ponto de vista. Entretanto, globalmente tomada e, em particular, nas áreas de fronteiras, ela corresponde à novidade da situação, remodelando o território, em função, notadamente, das concentrações populacionais e dos novos meios de comunicação e socialização. Ela tende a significar a aproximação de serviços básicos ao alcance das novas aglomerações. Administrações municipais distantes,

às vezes de dois e três dias de viagem em barcos, tornam-se acessíveis em algumas horas de transporte rodoviário. Postos telefônicos, serviços de assistência técnica à agropecuária, bancos públicos e privados foram implantados na maioria dos antigos e dos novos municípios (DUBREUIL et al, 2005, p.472-473). Assim, *abrindo fronteiras e semeando cidades*<sup>19</sup> o desenvolvimento vai tomando o território, redefinindo sua paisagem.

Em torno desse sucesso veiculado, quase sempre demonstrado através da produção agrícola, se oculta uma face perversa, observada nas problemáticas sociais, como conflitos ligados à posse da terra, ocupação de reservas indígenas, trabalho escravo, dentre outros.

No nível das problemáticas econômicas, destacam-se a fragilidade financeira dos empreendimentos e a dependência em relação aos preços e aos grandes grupos, revelando também as problemáticas ambientais, que alcançou recentemente maior nível de publicização em razão das estatísticas de queimada e desmatamento, questão esta há muito denunciada no âmbito dos movimentos sociais de natureza ambientalista. Não por menos, Mato Grosso tem se apresentado nas estatísticas nacionais como o estado recordista em desmatamento nos três últimos anos, conforme o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (RELATÓRIO FBOMS, 2005).

Estudiosos não se cansam de tecer argumentos que elevam, como principal impacto decorrente do desflorestamento, a perda dos ecossistemas naturais pela conversão das áreas em pastagens ou para o cultivo da soja. Destacam-se, ainda, alterações no funcionamento dos ecossistemas, como os impactos sobre a fertilidade dos solos, alterações do ciclo hidrológico, aparecimento de pragas e doenças, comprometimento da biodiversidade, emissão de gases do efeito estufa, custos econômicos com perdas florestais provenientes das queimadas e incêndios florestais (SHUBART, 1983; FEARNSSIDE, 2002). Não se pode descartar o que outros alegam em termos das precárias condições de vida, devido aos conflitos sociais, a migração e o crescimento desordenado (MACHADO, 1998; BECKER, 2004 e 2005).

---

<sup>19</sup> Usa-se aqui a expressão de Fernando Bueno, fotógrafo gaúcho que em 1996 viajou pelo Brasil fotografando o ciclo da soja, num trabalho encomendado pela empresa Ceval Alimentos. Disponível em: <[www.fernandobueno.com](http://www.fernandobueno.com)> Acessado em: 05/06/2006.

É sob essas condições que se movem as estratégias de conquista de novas terras e a busca de novas oportunidades econômicas, em função dos mercados nacionais e internacionais, perpetuando-se de tal modo que a frente pioneira não para de avançar. Assim, Mato Grosso mantém-se profundamente marcado pelo avanço da fronteira agrícola e, como bem lembram Dubreuil et al (2005), pelo mito do sucesso econômico de que se alimenta.

Não é por pouco, portanto, que os movimentos populacionais e assentamentos humanos das últimas décadas no Brasil são considerados fatores que levaram à consolidação de um padrão de expansão urbana caracterizado pela segmentação e diferenciação social, demográfica, econômica e ambiental (CUNHA et al, 2004). Deriva, pois, desse padrão a baixa qualidade de vida urbana e um espraiamento territorial onde alguns fenômenos são característicos, como a desconcentração demográfica e a periferização, assim como o conseqüente adensamento excessivo de áreas não adaptadas com infra-estrutura urbana e de equipamentos sociais capazes, portanto, de acolher e propiciar condições de vida dignas. Essa realidade embora seja cada vez mais presente nas grandes aglomerações, em especial nas metrópoles, dá sinais no chamado *interior* do país, resguardadas as suas singularidades.

As transformações no ambiente, decorrentes da migração do homem da área rural para a periferia das cidades, aumentam o número de moradias irregulares, promovendo a carência de saneamento básico e, por conseguinte, muitas desigualdades sociais. Os impactos ambientais no Estado de Mato Grosso, causados pela ocupação desordenada, associada às precárias condições de vida das populações humanas, têm proporcionado ainda a domiciliação de espécies silvestres, muitas delas causadoras de doenças ao homem, como as vetoras da leishmaniose.

Por isso, é possível assegurar que apesar do Estado de Mato Grosso não ter regiões metropolitanas, em seu território existem populações expostas a diferentes condições de vulnerabilidade social, nem sempre reveladas nos indicadores agregados. Isso denota um padrão de crescimento incapaz de incorporar parcelas significativas de suas populações aos benefícios do desenvolvimento. Assim, as condições de produção e reprodução social vêm-se afetadas pelos diferentes níveis de acesso a serviços públicos, como educação,

saúde e oferta de bens culturais, acabando por afetar a qualidade de vida da população.

Quando no início de 2006 se anunciou a crise do agronegócio, Mato Grosso encontrou-se no coração dela. Símbolo da competitividade das exportações brasileiras, meta perseguida pelos governantes num vicioso círculo histórico, conforme já se assinalou, Mato Grosso, se anunciou, deve reduzir sua produção de grãos e algodão em 30% a 40%, segundo estimativas de entidades do setor. Como maior produtor de soja, algodão e bovinos do Brasil, e segundo em arroz e grande celeiro de milho, milheto e sorgo, os produtores mato-grossenses não admitiram perder sua margem de lucro, “convencidos” de uma pior crise no campo da história brasileira.<sup>20</sup>

Mas, afinal, como se pode dar visibilidade a esse desencontro entre o pujante desenvolvimento econômico e a desigualdade social no Estado? Alguns indicadores podem fornecer pistas para isso, sabendo, claro, que os números são incapazes de revelar toda a realidade de um fenômeno social. A observação direta do comportamento coletivo dos sujeitos a esse espaço referido é indispensável para conferir a esses números maior substância.

Mato Grosso tem uma população de quase três milhões de pessoas em uma densidade de, aproximadamente, 2,8 habitantes por Km<sup>2</sup> em 900 mil Km<sup>2</sup> de áreas de floresta, a amazônica, de cerrado e de pantanal, com respectivamente 47%, 39% e 14%, compondo os três distintos ecossistemas que, conforme já se verificou, apresenta grande vulnerabilidade às ações antrópicas, como a derrubada da floresta e queima para implantação de projetos agrícolas e de pecuária, a

---

<sup>20</sup> Em junho de 2006 produtores liderados pelas federações da agricultura de 13 estados brasileiros, organizaram um movimento denominado “Tratoração – Marcha a Brasília”, que teve como propósito sensibilizar, num primeiro momento, a população e autoridades dos próprios municípios atingidos pela crise no “campo”. A marcha que saiu dos estados chegou até o Congresso e à sede do Governo Federal chamando a atenção com caminhões, máquinas agrícolas, ônibus, caminhonetes e *picups* (SPENTHOF, 2006). Sem negar propriamente dificuldades de setores da agricultura, em especial os produtores de arroz, soja, milho e algodão, analistas observam que os principais motivos que estão na sua origem são a queda do dólar e, conseqüentemente, a redução dos preços, assim como o aumento dos custos de produção, provocados pela aquisição de insumos com câmbio mais alto, trazendo como conseqüência prejuízos e endividamento dos produtores (MELLO, P.C. “Dólar agrava crise e revolta produtores no Mato Grosso”. O Estado de São Paulo. 30/04/2006. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=264306>> Acessado em: 30/04/2006; CEPEA/USP/CNA. “PIB Agropecuário em queda confirma crise do agronegócio”. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br>> Acessado em: 18/08/2006).

abertura de estradas, a exploração da madeira e mineradora, entre outras, caracterizando o intenso processo de ocupação e mudança de paisagem no estado.

Mato Grosso ocupava o nono lugar em Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no ano de 2000, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano (IBGE/PNUD 2000), considerado um índice revelador de seu progressivo desenvolvimento alcançado ao longo de 30 anos, chegando ao índice de 0,773, superando a média brasileira de 0,766.

O mesmo modelo que coloca o estado na ponta do desenvolvimento econômico parece, entretanto, estar perpetuando uma contradição inerente a si próprio. A concentração de renda e a concentração fundiária impedem a grande maioria da população mato-grossense de ter acesso à riqueza produzida no estado, comprometendo, assim, a equidade social. Cerca de 10% das propriedades rurais existentes dominam por volta de 80% das terras do Estado, desvelando intensa concentração fundiária, com processos sofisticados de produção que, se por um lado, garantem a Mato Grosso o lugar de um dos maiores produtores de grãos do país, por outro, destroem as pequenas propriedades influenciando o processo de urbanização, próximo de 80%, num cenário de crescimento anual cuja taxa, no período 1996-2000, alcançou índice de 2,81% enquanto o Brasil não atingiu 2%. (SEPLAN/IBGE 2000; IBGE,2002).

Assim, nesse vasto território, a desigualdade se verifica tanto na distribuição espacial da população quanto da riqueza gerada. Em 2002, apenas 27 municípios, dos 131 existentes no estado, estavam acima da média do Produto Interno Bruto (PIB) estadual, responsáveis por 70,8% da geração de riqueza total do Estado de Mato Grosso, agregando 64,6% da população. Os 25 municípios com população acima da média estadual são responsáveis por 65% do PIB agregando 66,1% da população total (SEPLAN, 2005).

A distribuição urbano-rural da população alcança níveis de urbanização significativos, num ritmo acelerado o que, segundo Silva (2004), pode ser tomado como uma particularidade do estado, além de que a participação do setor industrial, tradicionalmente urbano, aliado ao processo de desenvolvimento dos setores secundário e terciário, como foi comum, por exemplo, no sudeste do país, não ter sido na economia estadual responsável pela atração das cidades em termos, por exemplo, de oferta de empregos. Analisando o período 1970-1990, o autor observa

que o setor serviços, particularmente o comércio, e a administração pública sustentaram o nível do emprego urbano formal no Estado, demonstrando que não foram geradas ocupações urbanas capazes de compensar a redução no emprego rural, conferindo uma característica perversa ao processo (SILVA, 2004, p. 4).

De acordo com o Censo 2000, a taxa de urbanização, que já vinha se elevando desde os anos de 1970, chegou a 79,39 %, um dado, contudo, que alguns autores põem em questão levando em consideração o conceito e classificação do que seja urbano e rural. Disto decorre que, quando se classifica como população urbana aquela que mora em sede de municípios e distritos sem levar em conta as características políticas, econômicas, sociais e culturais que conformam estes territórios, cria-se o viés do urbano, de modo que temos muito mais *idades imaginárias* do que se imagina, conforme bem descreveu Veiga (2003), que precisariam ser olhadas em suas ambivalências para além da dicotomia urbano-rural.

Se considerarmos, por exemplo, apenas em termos de população, entre o município de maior concentração – Cuiabá – e o de menor – Campo Verde, num rol dos 20 maiores municípios do estado, existe uma diferença de, pelo menos, 400 mil pessoas residentes. Se levar em consideração outros aspectos, como a cultura, a organização política, a disponibilidade de infra-estrutura, a tradição e a vocação econômica, chega-se a um grau de diversidade e disparidade significativo e revelador da desigualdade no território mato-grossense que o atual vigor da soja, apesar da anunciada “crise”, parece não estar dando conta de minimizar, pelo contrário, pode tender a recrudescer.

Pesquisadores asseveram (MARTA, 2006; SPENTHOF, 2006) que na realidade a soja colabora para o aumento da concentração de terra e renda nas regiões produtoras.<sup>21</sup> Explicam que, apesar da área plantada ter aumentado gradativamente, a quantidade de produtores dessa cultura diminuiu significativamente, em consequência da expulsão de muitos médios e pequenos produtores da atividade.

Isso mostra que a soja, símbolo do agronegócio, é uma atividade que exige cada vez mais emprego de tecnologia e escala, algo que está ao alcance apenas

---

<sup>21</sup>SPENTHOF, Edílson. “‘Crise’ do agronegócio: a pior da história?” Disponível em: <<http://www.calosabicalil.com.br>> Capturado em: 11/05/2006; MARTA, J.M.C. Entrevista portal de notícias MIDIANEWS. Capturado em: 17/10/2006.

dos grandes fazendeiros, o que se agrava ao levar em consideração o fato de ser uma atividade intimamente relacionada com a degradação ambiental onde se instala.

Indicadores de educação são capazes, igualmente, de desvelar a desigualdade no estado. A tabela seguinte mostra dentre os municípios mato-grossenses aqueles que têm maior taxa de analfabetismo<sup>22</sup> na população de 15 anos e mais, sendo que alguns municípios da chamada Baixada Cuiabana, sinalizados, compreendem taxas significativas. São dados reveladores da desigualdade regional, em que é possível verificar municípios com taxas que variam de 5 a 10%, considerada alta. Ainda assim, outros que chegam a quase 35% fornecem a exata noção dos desafios a serem enfrentados, considerando a própria dispersão geográfica que caracteriza Mato Grosso, pois se percebe o modo como atinge distintas regiões do estado. Assim, a taxa global de analfabetismo do Estado que é de 15,84%, muito significativa e próxima da taxa brasileira (16,73%), sofre agravamento em parte dos municípios do estado.

Tabela 1 – Analfabetismo na população de 15 anos e mais.  
Dez municípios com maior taxa - Mato Grosso

Município	Ord	População de 15 anos ou mais	Taxa de analfabetismo (%)	Nº de analfabetos na faixa
Nossa Senhora do Livramento	1	8473	34,10	2.889
Porto Estrela	2	3025	28,79	871
Jangada	3	4443	27,08	1.203
Nova Brasilândia	4	3858	25,97	1.002
Acorizal	5	3929	25,96	1.020
Gaúcha do Norte	6	2952	24,56	725
São José do Povo	7	2229	24,36	543
Barão de Melgaço	8	5204	22,54	1.173
Peixoto de Azevedo	9	16286	22,37	3.643
Rosário Oeste	10	12447	22,11	2.752

Fonte: Relatório de Gestão, 2005 (IBGE, 2000)

As cidades mato-grossenses que registram taxas de analfabetismo menores têm em comum o regime de colonização, resultado do movimento de expansão da fronteira agrícola, cujo objetivo foi incorporar áreas pouco povoadas ao processo de

<sup>22</sup> O termo analfabetismo é usado principalmente para as pessoas de 15 anos de idade ou mais que não sabem ler nem escrever, assim como alfabetizada é a pessoa que capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece (IBGE/PNAD, 2001)

desenvolvimento econômico do país. A partir daí, Mato Grosso, então um estado de economia periférica, passa a contribuir para os saldos da balança comercial brasileira.

A expansão agrícola do norte do estado teve como protagonistas os migrantes vindos do sul do Brasil, gaúchos, catarinenses e paranaenses, o que logrou ao estado um tipo de progresso e riqueza, derivados da incorporação de terras à produção, regionalmente desiguais. Em contraposição, municípios pertencentes à chamada Baixada Cuiabana, localizados no entorno da capital, Cuiabá, desvelam baixíssimos índices sociais, sendo necessário concordar com SILVA (2004b) que afirma como a permanência do analfabetismo em nosso território é inibidora da elevação do índice de desenvolvimento humano. Uma cartografia social que desvela, então, a tamanha presença de sujeitos que por não dominarem a leitura e a escrita ficam imobilizados para traçar novos itinerários promotores de elevação de qualidade de vida.

### **3.2. Os dados e a realidade - uma leitura da vulnerabilidade juvenil em Mato Grosso**

As estatísticas não têm se cansado de mostrar a condição de vulnerabilidade das juventudes no mundo inteiro. Ainda que resguardadas as especificidades contextuais e históricas das diferentes realidades, não é possível não reconhecer aquilo que estudiosos de todas as partes asseveram: os jovens constituem hoje público preferencial de políticas públicas, seja no nível do discurso, seja no nível da ação propriamente dita, porque se encontram no coração das problemáticas da pobreza, da violência, do desemprego (ABRAMO, 1997; POCHMANN, 2000; ABAD, 2002; ABRAMOVAY et al, 2002; SPOSITO, 2003; ABRAMO e BRANCO, 2005).

Isso posto, o que vai se realizar agora é um movimento para fazer constituir em dados algumas situações que dão visibilidade à vulnerabilidade juvenil. Ao mesmo tempo, este movimento procura apreender a condição em que se encontram as juventudes no Brasil, mas em especial em Mato Grosso. Busca, portanto, dar

conta de um quadro mais geral sobre a condição juvenil contemporânea, ao mesmo tempo em que toma, da construção teórica anterior, elementos para organizar os dados estatísticos em constructos orientadores da própria análise.

É preciso compreender que os dados, organizados e validados, fornecem preciosos elementos que permitem conhecer a dimensão coletiva do fenômeno trazendo-o para o centro do debate e das ações públicas. Mas, também, apontam desafios na medida em que sua formalização pode restringir esta mesma compreensão se não orientada de forma a realizar associações com as determinações propriamente estruturais do fenômeno em estudo.

As fontes utilizadas são de organismos de pesquisas de base estatística, tendo-se preocupando com dados mais atualizados possíveis, contudo nem sempre disponíveis.

Não é possível realizar esta leitura sem, ainda que em rápidas linhas, fazer referência ao modo como a condição de vulnerabilidade se tornou mais evidente a partir da criação de indicadores e índices, denotando mudança de concepções seja sobre a pobreza, seja sobre o desenvolvimento, acenando, assim, com novos paradigmas analíticos e interpretativos de tais fenômenos.

O IDH desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU) não apenas referencia boa parte das análises, como é reconhecido pelos organismos estatais para parametrar mundialmente o desenvolvimento dos países, partindo da consideração de dimensões como PIB *per capita*, expectativa de vida, acesso ao conhecimento e acesso a serviços básicos. Na verdade, a partir dele outros índices foram sendo criados, a fim de dar maior visibilidade e amplitude de compreensão às questões ligadas à desigualdade, ao empobrecimento e à vulnerabilização não só de populações gerais como de grupos específicos atingidos em maior grau.

Nessa mesma perspectiva de compreender a complexidade da pobreza e da desigualdade social no país, surgem estudos com o intuito de desenhar a partir de um conjunto de informações, uma cartografia da realidade brasileira (POCHMANN, 2003). Uma realidade que se mostra multifacetada em razão da própria abrangência destes fenômenos, que tanto abarcam aqueles que estão incluídos, mas vivem sob a ameaça constante, como aqueles que não estão ou nunca fizeram parte a ponto, por exemplo, de terem um emprego adequado.

É nessa direção que o Índice de Vulnerabilidade Juvenil da Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados), que avalia a relação juventude-criminalidade e o Mapa da Exclusão/Inclusão Social, restritos inicialmente ao município de São Paulo, são tomados como referência, dando origem ao Atlas da Exclusão Social no Brasil e Índice de Exclusão Social, oferecendo uma visão das disparidades entre diferentes regiões do país. (POCHMANN, 2003)

O Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ), criado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) é, igualmente, um exemplo do resultado de todo esse movimento que com base na educação, saúde (perfil de mortalidade) e renda, verifica o impacto de diversos fatores, como gênero, cor/raça, rural/urbano, para compor um painel dos diversos avanços e limitações no desenvolvimento humano da juventude. (RELATÓRIO, UNESCO, 2004)

Assim, elaborar mapeamentos que evidenciem a situação dos jovens na sociedade brasileira tem sido preocupação de alguns estudiosos e organismos de pesquisa nacionais e internacionais. Por isso, tais índices e mapas, em que pese seus limites, representam um marco para a explicitação e explicação da condição de vulnerabilidade das juventudes na atualidade, a ponto de possibilitar um reconhecimento da temática, tanto do ponto de vista dos planejadores de políticas públicas quanto da pesquisa acadêmica.

Essa última passa, então, a inserir em suas pautas investigativas os problemas que envolvem as juventudes e, ainda que de modo fragmentado e parcial, passa a compor quadros explicativos enfocando principalmente educação, saúde e trabalho, dando mostras do tamanho da preocupação e do desafio que hoje envolve a discussão sobre as políticas para as juventudes.

Estatísticas revelam que 80% dos jovens do Cone Sul vivem no Brasil, de forma que o país concentra 50% dos jovens da América Latina. Totalizam 34 milhões de jovens (17.939.815 entre 15 e 19 anos e 16.141.515 entre 20 e 24 anos), significando, aproximadamente, 20% do total da população brasileira. Destes 34 milhões, 28,2 milhões (83%) moram na zona urbana e 5,9 milhões (17%) na zona rural. Vivem em famílias com renda *per capita* de até um salário mínimo 20 milhões (58,7%), sendo que 1,3 milhões dos jovens são analfabetos e, desses, 900 mil são negros. (IBGE, 2004)

Dados da OIT revelam que cerca de 25%, aproximadamente 238 milhões, do um bilhão de jovens no mundo, estão abaixo da linha de pobreza, vivendo, portanto, com menos de U\$ 1 por dia. Uma situação particularmente crítica nos países da América Latina e do Caribe, em que Brasil e México aparecem como campeões da desigualdade social entre jovens, sendo o desemprego juvenil nesses dois países duas vezes maior do que a média mundial. (BANCO MUNDIAL, 2004)

Algumas características estão assinaladas para caracterizar as juventudes, pessoas de 15 a 24 anos de idade, residentes em Mato Grosso.

A educação é considerada uma questão nodal que vem denotando o quanto a ausência ou inadequação de escolaridade influencia sobremaneira, ainda que não exclusivamente, a vulnerabilização das juventudes, derivando daí o risco de desemprego, risco de falta de rendimentos adequados, risco de pobreza.

Assim sendo, apesar da cobertura educacional ter sido, indubitavelmente, ampliada nos últimos anos e de o país ter realizado significativo progresso na direção da cobertura universal no grau fundamental, ainda é um dilema crucial que o Brasil enfrenta.

Aliás, a comemoração em torno dessa cobertura não se repete quando se olha para as juventudes, cuja frequência à escola, menor que 50% (PNAD, 2005), vai diminuindo à medida que aumenta a faixa etária.<sup>23</sup> Ela é maior nas faixas etárias menores (15 a 17 anos/18 a 19 anos), o que pode ser explicado em razão da pouca inserção no mercado de trabalho, mas também por defasagem, uma vez que é onde se localizam historicamente as repetências e evasões.

Mato Grosso tem taxa de alfabetização juvenil (15 a 24 anos) de 66,53%, praticamente igual à taxa brasileira (66,41%), ao mesmo tempo em que também são similares quando se desmembra esta população juvenil nos intervalos de 15 a 17 anos e 18 a 19 anos, o mesmo valendo em termos de sua composição por sexo.

Tabela 2 - Taxa de alfabetização das pessoas de 15 a 24 anos de idade, por sexo, segundo os grupos de idade – Brasil -2005

---

<sup>23</sup> Este dado é referente à escolarização bruta que engloba todos os níveis de ensino: fundamental, médio e superior.

Grupos de Idade	Pessoas de 15 a 24 anos de idade alfabetizadas (%)		
	Total	Homens	Mulheres
Total	100,00	50,36	49,64
15 a 19 anos	33,60	50,51	49,49
15 a 17 anos	20,17	50,31	49,69
18 a 19 anos	13,43	50,81	49,19
20 a 24 anos	32,81	50,05	49,95

Fonte: IBGE, PNAD, 2005.

Tabela 3 - Taxa de alfabetização das pessoas de 15 a 24 anos de idade, por sexo, segundo os grupos de idade – Mato Grosso - 2005

Grupos de Idade	Pessoas de 15 a 24 anos de idade alfabetizadas (%)		
	Total	Homens	Mulheres
Total	100,00	51,19	48,81
15 a 19 anos	33,48	51,86	48,14
15 a 17 anos	20,67	50,09	49,91
18 a 19 anos	12,81	54,71	45,29
20 a 24 anos	33,05	49,82	50,18

Fonte: IBGE, PNAD, 2005.

A taxa de escolarização bruta alcançou em 2005, no Brasil, na faixa entre 15 e 17 anos, 80,7% dos jovens, o que significa que eles estão na escola, mas não necessariamente no ensino médio, como deveriam estar. Apenas 45,3% deles estão de fato no ensino médio, sendo que o restante está com a escolaridade atrasada. O censo escolar mostra que o ensino médio perdeu 124,5 mil alunos entre 2005 e 2006 (INEP, 2006).

Alguns fatores têm sido relacionados para explicar este dado, como o crescimento da educação técnica e a repetência na 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série que se mantém estável desde 1998. Pode-se inferir que esse último fator estaria prendendo alunos no ensino fundamental, ao contrário da explicação oficial do Ministério da Educação (MEC) que argumenta que menos alunos estão repetindo de ano, o que significa mais deles terminando a 8<sup>a</sup> série na idade correta e não ficando para trás. Além disso, tem se destacado o crescimento da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em que alunos do ensino fundamental que repetiram de ano não estão terminando a escola mais rapidamente, mas mudando para o EJA.

Nesse sentido, a noção de escolarização adequada, compreendida como a formação obtida do ensino médio em diante, permite perceber a defasagem escolar das juventudes, de tal modo que o percentual de escolarização bruta não reflete o

nível do problema, porque oculta a distorção idade-série. Esta adequação em Mato Grosso, de acordo com dados da UNESCO (2004), não chega a 30%, ficando mais grave na faixa de 20 a 24 anos, o que acaba por problematizar o dado que apresenta, a partir da PNAD 2005, um percentual de 73,18% de jovens de 20 a 24 anos freqüentando o ensino superior.

Tabela 4 – Escolarização bruta dos jovens segundo faixa etária –  
Brasil e Mato Grosso

Unidade da Federação	Escolarização adequada (%)			
	15 a 24 anos	15 a 17 anos	18 a 19 anos	20 a 24 anos
Brasil	29,2	38,0	36,4	20,2
Mato Grosso	26,3	38,5	31,3	17,1

Fonte: UNESCO, 2004

Tabela 5 – Estudantes de 15 a 24 anos de idade, por modalidade de ensino que freqüentavam, segundo os grupos de idades – Mato Grosso – 2005

Grupos de Idade	Pessoas de 15 a 24 anos de idade			
	Ensino que freqüentavam (%)			
	Total	Fundamental (1)	Médio (2)	Superior (3)
Total	100,00	100	100	100
15 anos	20,67	40,66	15,54	-
16 a 17 anos	32,80	36,93	38,74	3,25
18 a 19 anos	21,66	12,45	26,12	23,57
20 a 24 anos	24,88	9,96	19,59	73,18

Fonte: IBGE, PNAD, 2005.

(1) Inclusive os estudantes de cursos de alfabetização de adultos.

(2) Inclusive os estudantes de pré-vestibular.

(3) Inclusive os estudantes de curso de mestrado e doutorado.

Desse modo, indicadores tradicionais de resultados refletem em grande medida a qualidade da educação que os jovens têm encontrado nas escolas, que guardam, como se percebe, relação profunda com a vulnerabilidade juvenil.

A avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB)<sup>24</sup> que tem como foco o desempenho escolar, permite entender melhor

<sup>24</sup> O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) é desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), a cada dois anos, para medir o desempenho de alunos da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa (Foco: Leitura) e Matemática (Foco: resolução de problemas). A base de dados aqui utilizada é referente à pesquisa de 2003, divulgados em 2004.

algumas características dos alunos brasileiros. Os dados revelam que estudantes de desempenho “muito crítico”, em sua maioria, 76%, estão matriculados no ensino noturno, 96% em escolas públicas, 48% conciliam trabalho e estudo e 84% têm idade acima da considerada ideal para a série. São filhos de mães com baixa escolaridade.

É oposta, contudo, a avaliação sobre o perfil dos estudantes com desempenho “adequado” em que a maioria, 76%, estuda na rede privada de ensino, 89% freqüentam aulas no período diurno, 87% somente estudam e 84% não apresentam distorção idade/série, sendo filhos de mães de maior escolaridade: 80% delas têm, no mínimo, o ensino médio. Desvela-se, portanto, como o ensino é mais ineficaz justamente para aqueles que se encontram mais vulnerabilizados pelas condições de empobrecimento.

Na pesquisa de 2003 que retrata a qualidade da educação a partir de uma leitura do desempenho dos estudantes da 3ª série do ensino médio, Mato Grosso tem percentual de 59,17%, situando-se, portanto, num nível intermediário em termos de alunos nos estágios de construção de competências em Língua Portuguesa e médias de desempenho. Em Matemática o percentual é de 60,88%, considerado um estágio crítico, que somado ao estágio muito crítico (4,20%) totaliza 65,08%. (SAEB, 2004)

Na relação escola-trabalho, ainda segundo o INEP, quase metade dos jovens estudantes brasileiros trabalha, e boa parte tende a estudar à noite, anunciando, assim, como estes estão sendo afetados cumulativamente pela pobreza, pela dupla jornada, pelo turno da noite e por outros fatores.

A constituição de família e o conseqüente acréscimo de trabalho doméstico também representam um fator de diminuição do desempenho dos estudantes, além da questão do trabalho. Moram com cônjuge em torno de 14% dos estudantes avaliados, sendo que apresentam baixo desempenho em Língua Portuguesa, em média 35 pontos, saindo, portanto, de um estágio *intermediário* para o estágio *crítico*, similarmente ocorrendo com o desempenho em Matemática (SAEB, 2004, p. 20-23).

A trajetória e o desempenho dos jovens estudantes vêm-se ainda implicados por outros fatores como repetência, abandono e distorção idade-série. Pode-se afirmar que a combinação destes três fatores contribui em muito para

definir, além de uma possível não inserção educacional, uma condição profundamente desigual em relação à inserção no mercado de trabalho.

É o SAEB que também mostra que é nos estados mais pobres onde a repetência no ensino médio é maior, em torno de 20% a 30% dos alunos, cujo impacto no desempenho é muito significativo. Cerca de 66% dos estudantes com desempenho *muito crítico* já repetiram o ano, sendo que 16% já repetiram por, pelo menos, três vezes, 19% por duas vezes e 31% repetiram uma vez. Verifica-se, contudo, como esse percentual diminui em relação àqueles que têm desempenhos *adequados*, com 11% que já repetiram a série.

No que se refere ao abandono dentre os de desempenho *muito crítico*, 34% afirmaram ter abandonado, enquanto aqueles com desempenho *adequado*, não mais que 6%. Essa acentuação nas diferenças permite entender o baixo desempenho, pois estudantes que já abandonaram a escola poderão ter, em seu retorno, maiores dificuldades de retomar o aprendizado. Em Mato Grosso a taxa de abandono é de 22,2% . (SAEB, 2004)

Este é um quadro que reflete diretamente na distorção idade/série, cujo dado revela que mais da metade dos estudantes brasileiros está fora da idade prevista para a série, sendo que Mato Grosso alcança um significativo percentual de 48, 7%. Razões como reprovação, abandono escolar muitas vezes ligado à desmotivação, baixa auto-estima ou a percepção de que suas chances de sucesso escolar são pequenas, podem explicar os dados.

A acentuação deste panorama logra à crise educacional maior gravidade porque, como revela o próprio documento do SAEB, cria em torno do fracasso escolar um ciclo vicioso em que o aluno não fica porque não se sente capaz, não se sente capaz porque não consegue permanecer na escola, o que pode levar à uma incapacidade de perceber que, para além de suas dificuldades e debilidades individuais, está um conjunto de fatores que as originam. Isso tudo demonstra que apesar da evidente melhoria em todas as taxas, que representam avanços no fluxo escolar ao longo das últimas décadas, ela não tem redundado em efetiva mudança na qualidade de ensino.

Na realidade, os problemas de qualidade revelados pelo SAEB na versão 2005 são confirmados na edição de 2006 do Exame Nacional do Ensino Médio

(ENEM), em que os quase 3 milhões de estudantes que fizeram a prova tiveram, na parte objetiva, a pior média desde 2002: 36,90, significando 10 pontos inferior a 2003. Em nenhum dos Estados brasileiros a média de acertos passou de 40%. Em redação, o resultado, como é recorrente, foi melhor que na prova objetiva, mas também caiu em relação a 2005 e só é maior que em 2004, quando a média foi, pela primeira vez, inferior a 50 pontos.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>25</sup> 2005 revelou que Mato Grosso junto com Amazonas e Piauí obteve um dos piores índices para o ensino médio, 2,6, ainda que nenhum estado brasileiro tenha atingido a média acima de cinco. A média brasileira é 3,8. É um índice que agrega informações de rendimento escolar (taxas de aprovação, reprovação e abandono), permitindo monitorar cada escola e cada município em sua *performance* em termos de rendimento e proficiência, ao mesmo tempo em que possibilita monitorar a evolução temporal do desempenho dos alunos das escolas e/ou redes de ensino.

Dentre os principais determinantes da exclusão educacional que faz aumentar a vulnerabilidade juvenil estão os de natureza socioeconômica. Embora possam existir determinantes específicos para diferentes faixas etárias em diferentes estados e municípios brasileiros, o que vale a pena ser observado, três deles tem notadamente aparecido de modo consistente em todos os grupos de idade como determinantes da condição de vulnerabilidade: renda familiar, educação dos pais e entrada prematura no mercado de trabalho. Desse modo, o sistema educacional pode, paradoxalmente, contribuir para a desigualdade social repercutindo sobremaneira na própria condição do jovem vir a enfrentar o mercado de trabalho na disputa por uma vaga.

O Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF)<sup>26</sup> traz em sua última versão, 2005, dados interessantes que podem ser agregados reforçando a análise.

---

<sup>25</sup> O IDEB é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio) – com informações sobre rendimento escolar (aprovação).

<sup>26</sup> O INAF, Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional, é resultado de um trabalho do Instituto Paulo Montenegro, IBOPE Opinião e ONG Ação Educativa, realizado desde 2001, cujo objetivo é realizar pesquisa com pessoas representativas da população brasileira de 15 a 64 anos, que através de entrevistas domiciliares aplica um teste – contendo tarefas de leitura e escrita relacionadas a contextos e objetivos práticos – e questionário que levantam informações sobre o *background* familiar e educacional dos respondentes e sobre suas práticas de leitura e escrita. Conceitualmente é considerada alfabetizada funcional a pessoa capaz de utilizar a leitura e escrita para fazer frente às demandas de seu contexto social e usar essas habilidades para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida (INAF, 2005). A pesquisa realizada nos anos ímpares compreende as habilidades de escrita e leitura e nos anos pares as habilidades matemáticas.

Concordando que a expansão da escolarização atingiu as juventudes brasileiras, confirmada na pesquisa de 57% em 2001 para 67% em 2003, adverte, contudo, a partir dos dados relativos às três edições da pesquisa - 2001, 2002 e 2003, que não houve alteração no desempenho dos jovens a ponto de mudar do nível básico para o nível pleno de alfabetização<sup>27</sup>, conforme se observa na tabela a seguir.

Tabela 6 - Jovens entre 15 e 24 anos que atingiram os níveis básico e pleno de alfabetização (%)

Nível	Ano		
	2001	2002	2003
Básico	40	42	42
Pleno	38	39	38

Fonte: INAF, 2005

Dado importante dessa mesma pesquisa, embora não restrita à faixa etária juvenil, mostra como a realização de cursos, para além do ensino formal, pode ser pensada como também um fator potencial de promoção das habilidades de leitura e escrita dos brasileiros. Embora a frequência a cursos tenha gradativamente aumentado ainda é restrita.

Não se pode esquecer que com relação a escolarização juvenil e seus preocupantes índices, se agregam ainda outros recortes que dão o tom da variação em dados necessários de serem apreendidos, como a questão de gênero e raça/cor. Negros e pardos são os que menos freqüentam a escola, em especial quando se trata do ensino médio em diante.

A questão da localização urbano-rural impõe comprometimento à escolarização juvenil quando se verifica que os jovens da área rural são mais penalizados, apresentando, além de médias de anos de estudos menores, percentuais de escolarização adequada muito baixos, verificados nas diferentes faixas etárias. Dados da UNESCO (2004) permitem destaque a Mato Grosso que apresenta valores inferiores em relação a toda a região Centro-Oeste.

<sup>27</sup> Alfabetizado Nível Básico – Consegue ler um texto curto, localizando uma informação explícita ou que exija uma pequena inferência. Alfabetizado Nível Pleno – Consegue ler textos mais longos, localizar e relacionar mais de uma informação, comparar vários textos, identificar fontes (INAF, 2005, p. 6).

Tabela 7 – Escolarização adequada dos jovens segundo faixa etária e situação rural/urbana. Brasil, Centro Oeste e Mato Grosso

Unidade da Federação	Escolarização %							
	15 a 24 anos		15 a 17 anos		18 a 19 anos		20 a 24 anos	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Brasil	32,1	13,5	42,5	17,3	39,6	19,1	22,3	7,7
Centro - Oeste	31,4	15,7	40,6	22,5	39,7	18,4	22,7	9,8
Mato Grosso	30,4	10,3	43,8	19,8	37,7	10,3	20,2	3,5

Fonte: UNESCO, 2004.

É preciso compreender prospectivamente que esta situação educacional vai influenciar no acesso ao trabalho, uma vez que, em defasagem, as condições para concorrer no mercado de trabalho ficam, além de mais difíceis, submetidas às atuais condições de precarização, com salários inferiores e postos desqualificantes, alimentando o círculo da pobreza e da desigualdade social.

Mas além da formação educacional, a questão da renda, num país onde a concentração é sua marca histórica, tem sido salientada para explicar a vulnerabilidade juvenil, cuja realidade mostra profundo contraste não apenas do país em relação às suas regiões como no interior destas. A *renda familiar per capita* (RFPC) média em Mato Grosso dos jovens de 15 a 24 anos é de 1,55 salários mínimos (SM), sendo que, comparativamente, entre brancos e pretos e pardos há uma diferença de 71% , 2,12 SM e 1,24 SM, respectivamente.

No que se refere à renda própria, assinala-se que de um modo geral no Brasil os jovens do sexo masculino superam as mulheres com 54% de renda própria contra 37,8%. Em Mato Grosso essa relação é 62,9% contra 36%, a menor da região Centro-Oeste, cabendo pensar em que medida a desigualdade de gênero tem se reproduzido no acesso à renda e ao mercado de trabalho, embora não se possa esquecer, como já se viu anteriormente que são as mulheres que superam os homens na frequência à escola, assim como são elas que mais realizam afazeres domésticos, tanto em número quanto em horas de dedicação semanal; isso tudo sugerindo relações que precisam ser melhor apreendidas.

Quanto às atividades dos jovens, no Brasil, na região e no estado de Mato Grosso, a taxa daqueles que apenas estudam ou trabalham se assemelha, assim como é significativo o percentual de jovens que apenas estudam, cujo destaque

mesmo fica por conta daquele contingente que nem estuda e nem trabalha, conforme exposto a seguir.

Tabela 8 – Atividades entre jovens de 15 a 24 anos - Brasil, Centro-Oeste e Mato Grosso (%)

Unidade da Federação	Só estuda	Trabalha e Estuda	Só Trabalha	Não trabalha nem estuda	Total
Brasil	30,3	18,2	31,2	20,3	100,0
Centro-Oeste	27,2	20,2	31,8	20,8	100,0
Mato Grosso	22,4	21,4	33,7	22,4	100,0

Fonte: UNESCO, 2004

Em relação às outras regiões do país, há uma preponderância no Centro-Oeste de jovens que apenas trabalham, ao contrário, por exemplo, das regiões Nordeste e Norte que têm maior percentual de jovens que apenas estudam. É importante notar que visto assim, agregadamente, este dado pode ocultar contradições importantes, como o fato de que também são nessas regiões onde mais se concentram os índices de reprovação.

Isso sem falar do percentual significativo daqueles jovens sem atividade, o que é ampliado à medida que a faixa etária também se estende. Mato Grosso tem percentuais de 23,4% para a faixa etária de 18 e 19 anos e 28,5% entre jovens de 20 a 24 anos (sendo que em relação às mulheres jovens esse percentual vai para 46%), ocupando a 10ª posição no ranking nacional de jovens sem atividades (UNESCO, 2004). Dados que, associado à renda, permite apreender a estrutura da desigualdade porque se verifica que entre os que estudam a RFPC é maior e vai diminuindo, progressivamente, entre aqueles que estudam e trabalham, apenas trabalham ou estão sem atividade.

No caso do jovem da área rural, 29% deles não estudam e nem trabalham em Mato Grosso, acumulando desvantagens, uma vez que mais presentes no trabalho que na escola no país inteiro, como já se anotou, têm média de anos de estudos inferiores e superiores em analfabetismo, além de apresentarem histórico de trabalho precoce. Distribuídos nas faixas etárias apresentam a seguinte situação: 15

a 17 anos 16,8%; 18 e 19 anos 30,9% e 20 a 24 anos 36,9% de jovens que não estudam e nem trabalham; sendo necessário também olhar para aqueles que apenas trabalham, em especial para as faixas etárias de 18 e 19 anos com 35,3% e 20 a 24 anos com 51,8% de jovens que estão fora do sistema de ensino tendendo a agravar sua condição de vulnerabilidade social num estado que propugna o agronegócio como alavancador de seu desenvolvimento.

Tabela 9 – RFPC segundo atividades dos jovens de 15 a 24 anos.  
Brasil, Centro Oeste e Mato Grosso (em SM)

Unidade da Federação	Geral	Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Não trabalha nem estuda
Brasil	1,46	1,79	1,77	1,40	0,81
Centro-Oeste	1,67	2,20	1,93	1,52	0,93
Mato Grosso	1,54	2,03	1,70	1,56	0,87

Fonte: UNESCO, 2004.

Tabela 10 – Participação das pessoas na faixa de 15 a 24 anos de idade, ocupadas por período de referência, atividade do trabalho principal, sexo e grupos de idade – Brasil – 2005

Grupos de Idade	Pessoas de 15 a 24 anos de idade (%)		
	Total	Homens	Mulheres
Total	100,00	60,88	39,12
15 a 19 anos	27,28	62,15	37,85
15 a 17 anos	12,93	63,60	36,40
18 a 19 anos	14,34	60,84	39,16
20 a 24 anos	45,45	59,35	40,65

Fonte: IBGE, PNAD, 2005.

Tabela 11 – Participação das pessoas na faixa de 15 a 24 anos de idade, ocupadas por período de referência, atividade do trabalho principal, sexo e grupos de idade – Mato Grosso – 2005

Grupos de Idade	Pessoas de 15 a 24 anos de idade (%)		
	Total	Homens	Mulheres
Total	100,00	62,88	37,12
15 a 19 anos	29,27	64,16	35,84
15 a 17 anos	14,53	63,13	36,87
18 a 19 anos	14,75	65,18	34,82
20 a 24 anos	41,45	61,06	38,94

Fonte: IBGE, PNAD, 2005.

Olhando mais detidamente para o mundo do trabalho não é possível não enxergar os efeitos nocivos de uma conjuntura marcada pela limitação da geração de empregos assalariados, sobre o desemprego e a precarização das condições de trabalho. Tanto que no final do Século XX acentuaram-se as assimetrias entre capital e trabalho. Considera-se que o desemprego, resultado de um crescimento pífio e da instabilidade econômica, tem características diferentes das fases anteriores, de tal maneira assinalando sua marca: de longa duração, afeta os mais jovens, os mais velhos e os de menor instrução, conforme asseguram estudiosos da matéria (DEDECCA, 1999; POCHMANN, 1999). Não por menos, o protótipo do mundo moderno passou a ser o mercado informal. Assim, as múltiplas formas de ocupação precária vão se tornando parâmetro de emprego possível.

Do total de jovens ocupados em Mato Grosso, segundo a PNAD 2005, 29,27% estão na faixa de 15 a 19 anos e 41,45% de 20 a 24 anos, dos quais a maior parte, mais de 60%, em ambos os casos, são os homens que têm percentual de taxa de ocupação maior.

Tabela 12 – Pessoas de 15 a 24 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, segundo grupos de idade – Mato Grosso - 2005

Grupos de Idade	Pessoas de 15 a 24 anos de idade ocupadas (%)		
	Total	Homens	Mulheres
Total	100,00	62,88	37,12
15 a 19 anos	29,27	64,16	35,84
15 a 17 anos	14,53	63,13	36,87
18 a 19 anos	14,75	65,18	34,82
20 a 24 anos	41,45	61,06	38,94

Fonte: IBGE, PNAD, 2005.

Observa-se, tomando a tabela seguinte, que é no segundo grupo (20 a 24 anos) que se localiza o maior percentual de empregados, 63,11%, enquanto que na faixa de 15 a 19 anos são 36,89%. A metade dos jovens ocupados, em ambos os grupos, desenvolvem na posição de ocupação principal o trabalho doméstico, dentre os quais 47,14% são as mulheres dos dois grupos que mais acessam este tipo de trabalho.

Tabela 13 – Pessoas de 15 a 24 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal, segundo o sexo e os grupos de idade – Mato Grosso – 2005

Sexo e Grupos de Idade	Pessoas de 15 a 24 anos de idade, ocupadas na semana de referência						
	Total	Posição na ocupação no trabalho principal (%)					
		Empregados	Trabalhadores domésticos	Conta Própria	Empregadores	Não Remunerados	Trabalhadores na construção para o próprio uso
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
15 a 19 anos	40,45	36,89	50,00	41,87	5,01	63,05	-
20 a 24 anos	59,55	63,11	50,00	58,13	94,99	36,95	-
<b>Homens</b>							
15 a 19 anos	28,63	28,27	2,86	30,23	5,01	47,10	-
20 a 24 anos	41,77	47,36	2,86	41,85	59,99	23,19	100,00
<b>Mulheres</b>							
15 a 19 anos	11,82	8,62	47,14	11,63	-	15,94	-
20 a 24 anos	17,78	15,75	47,14	16,28	34,99	13,77	-

Fonte: IBGE, PNAD, 2005.

É importante anotar aqui um conceito-chave destacado por Pochmann (2000) para entender a atual situação juvenil diante do mercado de trabalho. Trata-se do *padrão de inserção ocupacional* entendido como o processo em que o jovem passa pela transição da inatividade para a atividade, considerando basicamente três componentes: fim dos estudos, ingresso no mercado de trabalho e mudança de residência. Este último muitas vezes associado à constituição familiar.

No que se refere especificamente ao acesso do jovem ao mercado de trabalho, Pochmann (2000) observa que não se pode esquecer que é uma situação que acompanha historicamente o desenvolvimento das economias de mercado que acaba estabelecendo condições gerais que condicionam a trajetória profissional do

jovem. Isso significa que dependendo do modo como as empresas privadas ou o setor público estabelecem as regras (limite etário, contratação, qualificação, certificação, etc.) um tipo de itinerário será seguido pelos jovens.

Até o fim da década de 1980, exatamente em razão do desempenho econômico brasileiro, o padrão de inserção do jovem no mercado de trabalho estava constituído por uma passagem pela inatividade, segundo Pochmann (2000) uma passagem rápida e simples, vinculado ao estudo formal obrigatório. Mesmo com as dificuldades de acessar um posto de trabalho o desemprego, até esse período, era de natureza conjuntural, o que revelava índices relativamente baixos com oferta aos jovens de oportunidades de inserção em empregos formais, assalariados com registro. Marca-se, pois, esse período, por uma taxa de atividade, embora não elevada, com oportunidades maiores de empregos regulares.

Observa este mesmo autor que em razão da referência familiar, patrimonial e de poder há ainda uma parcela da juventude que ainda pode manter-se neste padrão anterior, mas um outro padrão vem se constituindo.

A concorrência no interior do mercado de trabalho é um aspecto que estabelece a distinção entre um e outro padrão em razão da escassez de emprego e abundante mão-de-obra. É esse mesmo fator que aponta sinais de segregação ocupacional e “reforço de novas condições de produção e reprodução da marginalidade social” (POCHMANN, 2000, p. 53). Dentre as novidades desse novo padrão, estão o tamanho e o perfil do desemprego juvenil, o desassalariamento e a precarização das ocupações.

Assim, mesmo considerando que no padrão anterior existiam condições insatisfatórias para parcela significativa dos jovens no mercado de trabalho, a exemplo do trabalho infantil, superexploração da mão-de-obra, precariedade dos postos e dos contratos sem carteira assinada e não assalariados, este novo padrão é inquestionavelmente outro.

Argumenta Pochmann (2000) que a baixa capacidade da economia brasileira para gerar postos qualificados de trabalho e em quantidade suficiente, acaba por fechar as tradicionais portas de entrada do jovem no primeiro emprego (construção civil, bancos, serviços na grande empresa e administração pública). Ao concorrer com trabalhadores mais velhos e mais qualificados, restam-lhes os postos mais precários criados no setor de serviços básicos como limpeza, motorista, cobradores, cozinheiro, pedreiro, ajudante de obra, segurança, garçomete, etc.

Isso gera, em última análise, além da concorrência e instabilidade, discriminação, uma vez que adultos mais experientes e qualificados ocupam as poucas vagas disponíveis.

Em Mato Grosso, dos jovens empregados de 15 a 19 anos (9,56%), apenas 8,39% tem carteira assinada, percentual que mais que duplica na faixa de 20 a 24 anos que totalizam 16,02% do total de empregados no estado, com 18,42% dos vínculos com carteira assinada e mais 6,05% que são funcionários públicos estatutários. (PNAD, 2005)

Tabela 14 - Empregados de 10 anos ou mais de idade, no trabalho principal da semana de referência, por categoria do emprego, segundo os grupos de idade – Mato Grosso – 2005

Grupos de idade	Empregados de 10 anos ou mais de idade, no trabalho principal da semana de referência				
	Total	Categoria de emprego %			
		Com carteira de trabalho assinada	Militares e funcionários públicos estatutários	Outros	Sem declaração
Total	100,00	47,71	12,21	40,08	-
10 a 14 anos	1,17	-	-	2,91	-
15 a 19 anos	9,56	8,39	0,96	13,58	-
15 a 17 anos	3,97	2,69	-	6,69	-
18 e 19 anos	5,60	5,70	0,96	6,89	-
20 a 24 anos	16,02	18,42	6,05	16,20	-
25 a 29 anos	14,93	17,52	14,01	12,12	-
30 a 39 anos	23,60	25,18	26,76	20,76	-
40 a 49 anos	15,55	14,67	30,89	11,93	-
50 a 59 anos	7,78	6,19	16,55	6,99	-
60 anos ou mais	1,83	1,22	3,82	1,94	-
Idade ignorada	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, PNAD, 2005.

Relacionada à questão da escolaridade a leitura dos dados da PNAD 2005 mostra que a taxa de ocupação, gradativamente diminuindo, apresenta maiores percentuais para as mulheres empregadas analfabetas. Uma situação inversa ocorre com os homens jovens que com percentual baixo de analfabetos chega a quase 60% dos empregados com grau superior completo.

O que este aparente contra-senso parece desvelar é que as desigualdades de gênero, em meio a um processo de globalização e liberalização econômica fortemente competitivo, no qual o rebaixamento dos custos de produção é uma necessidade incessante e renovada, estariam permitindo às mulheres ampliar sua

participação, mas ao mesmo tempo, uma inserção precarizada por ser mão-de-obra mais barata.

Tal constatação permite inferir que embora com escolaridade superior à masculina, isso parece pouco contribuir para que as mulheres disputem e conquistem melhor espaço no mercado de trabalho.

Tabela 15 - Taxa de emprego segundo a faixa etária, por sexo - Mato Grosso – 2005

Sexo	Ate 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 64 anos	65 ou mais
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Masculino	29,84	34,18	35,36	38,40	41,80	35,93	15,63
Feminino	70,16	65,82	64,64	61,60	58,20	64,07	84,37

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego-MTE.

Nota: Fonte dos dados SGT-NET do Programa de Disseminação Estatística do Trabalhador (<http://www.mte.gov.br/EstudiososPesquisadores/default.asp>)

Tabela 16 - Taxa de emprego de 15 a 24 ano, por sexo e grau de escolaridade – Mato Grosso - 2005

Sexo	Analfabeto	4ª série incompleta	4ª série completa	8ª série incompleta	8ª série completa	2º grau incompleto	2º grau completo	Superior Incompleto	Superior Completo
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Masculino	2,05	10,99	15,48	17,21	25,61	30,76	45,22	55,34	58,00
Feminino	97,95	89,01	84,52	82,79	74,39	69,24	54,78	44,66	42,00

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego-MTE.

Nota: Fonte dos dados SGT-NET do Programa de Disseminação Estatística do Trabalhador (<http://www.mte.gov.br/EstudiososPesquisadores/default.asp>)

Do total da população mato-grossense, 15,98% tem rendimentos que vão de ½ a 1 salário mínimo (SM), 19,91% de 1 a 2 SM e 8,16% que vão de 2 a 3 SM. O rendimento médio mensal dos homens é mais que o dobro do rendimento das mulheres.

Dos ocupados em Mato Grosso, 27,50% começaram a trabalhar antes dos 9 anos de idade, 45,05% entre 10 e 14 anos e 18,47% entre 15 e 17 anos. Observe, portanto, como a colocação do jovem no mercado de trabalho está diretamente relacionada à base sócio-econômica e condições de vida familiar que têm historicamente levado as juventudes pobres muito cedo para o mercado de trabalho.

Das pessoas ocupadas, apenas 16,36% tem carteira de trabalho assinada, a maior parte os homens (72,06%) e dos trabalhadores domésticos (3,62% do total de ocupados), que não tem direitos trabalhistas asseguradas, 96,79% são mulheres o que dá a exata noção da precarização e deterioração das condições de inserção

das mulheres no mercado de trabalho que, conforme já se assinalou, atinge quase 50% das ocupações juvenis. O percentual da juventude na PEA em 2005 no estado de Mato Grosso era de 22,52%, constituindo, portanto, peso significativo no total da população.

Assim, a tendência de supressão e destruição de empregos assalariados no segmento com carteira assinada que se verifica desde os anos de 1990 a partir do ajuste promovido no mercado de trabalho que incidiu, sobretudo, sobre os jovens parece se confirmar (POCHMANN, 2000). O que hoje se vê agravado, uma vez que as ocupações autônomas ou por conta própria, que pareciam ser alternativa ao desemprego, não têm apresentado situação favorável em termos de expansão de postos de trabalho.

É significativo o percentual de trabalhadores ocupados em Mato Grosso que trabalham habitualmente 49 horas ou mais, 16,84%, que agregado aos 33,48% que trabalham de 45 a 48 horas semanais totalizam 38,85% de trabalhadores com jornadas muito extensas. Relacionado com a renda média mensal e o tipo de ocupação tem-se a configuração de um quadro e um tecido social que mostra o risco no que concerne ao desemprego e à precariedade ocupacional. Neste quadro o grupo juvenil apresenta, conforme se verificou, particularmente, numa condição agravada que, se associada a alguns diferenciais de sexo, raça/cor, faixa de idade, podem-se encontrar elementos explicativos centrais para entendermos a maneira como se estruturam os itinerários e as trajetórias dos jovens no mercado de trabalho.

Assim perguntar se as juventudes reúnem hoje condições de contrapor esse quadro predominantemente excludente passa pela compreensão destas interdições – sociais, econômicas, políticas e culturais – que lhes negam acesso e permanência a uma política de escolarização, de saúde e de lazer, de trabalho e de participação efetiva.

Entretanto, este não é um *estado*, como assegura Castel (1998), de tal modo que a vulnerabilidade, entendida como *processo*, precisa ser apreendida a partir dessa inserção social desqualificada (vulnerabilidade social), da invisibilidade das juventudes pobres e suas demandas específicas nas políticas e programas públicos (vulnerabilidade programática), impedindo, deste modo, que tais desvantagens sociais e políticas sejam capazes de impedir esta vulnerabilidade individual e coletiva, pois difícil parece ser protagonista numa sociedade que nega direitos.

#### **4. OS PROGRAMAS PARA JOVENS NO CENÁRIO ATUAL: VIAS DE ESTUDO SOBRE A IDEOLOGIZAÇÃO NA PREPARAÇÃO PARA O TRABALHO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

Não é necessário retomar aqui o período em que emergem os programas mais direcionados para jovens no cenário recente do capitalismo. Em que pese as diferenças e singularidades que dizem respeito tanto a contextos sócio-históricos como econômicos dos países, é possível afirmar, em linhas gerais, que as juventudes passaram a se tornar alvo de políticas públicas majoritariamente nos anos de 1990, fundamentalmente quando se tornaram vítimas do desemprego estrutural, fazendo-se, ainda, presentes nas estatísticas através de índices e taxas expressivas de uma condição de vulnerabilidade premente, conforme explicitada nos capítulos anteriores. Transformações societárias que afetam os jovens porque, como bem afirmam Sposito e Peralva (1997), mais do que outras categorias da população tratam de uma história que está nascendo com eles.

Vale lembrar, contudo, que a questão da qualificação profissional juvenil e sua inserção no mundo do trabalho ganham destaque no Brasil muito vinculado ao debate do sistema público de emprego, financiado com recursos de um fundo público, o FAT, por meio de seu Conselho Deliberativo, o CODEFAT, de tal maneira que os dados são reveladores de como os jovens se tornaram público preferencial do PLANFOR.

No período 1996-1999, 2,7 milhões de jovens na faixa de 15-24 anos foram beneficiários deste Programa, com um investimento de 405 milhões de reais. Nesse contingente, encontravam-se quase 900 mil jovens e adolescentes em situação de risco social, ou seja, jovens pobres, com baixa escolaridade, em situação de violência e exploração sexual, abarcando um investimento de 157 milhões de reais do FAT.

Esse acentuado investimento foi reforçado no período seguinte, 1999-2002 através de uma série de programas destinados a qualificar os jovens e criar mecanismos de transição para o mercado de trabalho, em que a elevação da escolaridade é compreendida como requisito e componente essencial da qualificação profissional. Reforça esta constatação quando se verifica que no período 1995-2001, cerca de 15 milhões de pessoas foram qualificadas em todo o

país, sendo 40% na faixa de 15-24 anos de idade, totalizando 6 milhões de jovens (MTE, 2002).<sup>28</sup>

Em torno da discussão sobre possíveis êxitos do PLANFOR, alguns programas são tomados como referência, especialmente aqueles que abarcaram aspectos considerados inovadores. Leite (2001), ao fazer destaque a esse aspecto coloca, dentre estes, a exploração de novos nichos de trabalho locais/regionais, considerando a condição de jovens trabalhadores chefes de família, salientando as populações usualmente não atendidas pela oferta tradicional de educação profissional, seja pela distância, horário, seja pelos requisitos impostos pelas entidades formadoras, como escolaridade, freqüência, vinculação ao mercado, etc. Aparece também como inovador a incorporação de conhecimentos e atitudes relativos à saúde, sexualidade, melhoria da qualidade de vida familiar e comunitária, integração social, resgate da cidadania e auto-estima, para além das habilidades específicas. Mais adiante voltaremos mais detidamente a essa questão, considerando ser ela ponto fulcral deste estudo.

Agrega-se, ainda, nesse rol de características consideradas inovadoras nas experiências, a associação com outros programas orientados para o combate de situações degradantes, como trabalho infantil e prostituição, assim como aqueles com ênfase em ações sociais, como construção de casas populares e desenvolvimento da agricultura. Decorre também desse processo considerado novo o aparecimento de articulações e associações constituídas para a aplicação dos programas, reunindo diferentes atores e entidades de Educação Pública<sup>29</sup> (LEITE, 2001).

Dito isso, os programas para jovens, em linhas gerais, implementados na América Latina desde os anos de 1980, no Brasil mais tardiamente nos anos de 1990, têm se configurado como experiências “inovadoras”, quase sempre consideradas bem sucedidas, à medida que colocam em relevo a importância de trabalho para os jovens e buscam criar alternativas concretas para sua inserção no

---

<sup>28</sup> Um balanço mais geral durante a implementação do PLANFOR revela que cerca de 2,7 bilhões de reais foram investidos em ações de qualificação profissional que atingiram em torno de 20,7 milhões de trabalhadores, envolvendo nesta tarefa mais de duas mil entidades, a maioria do setor privado, incluindo os segmentos empresarial, sindical e comunitário. (MTE, 2001/2002)

<sup>29</sup> Neste último aspecto relacionado situa-se, tanto no PLANFOR como na própria Educação Profissional no Brasil, o propósito de responder à constituição de uma nova institucionalidade que compusesse com agências e instituições formadoras de distintos campos e níveis, tendo em vista o fortalecimento de novos sujeitos no campo da educação profissional. (LEITE, 2001)

mercado de trabalho. Também recebem destaque porque pretendem desenvolver novas metodologias de gestão e de capacitação para grupos vulneráveis, ao mesmo tempo em que procuram mobilizar e fortalecer novos atores (ABRAMO, 1997; CAMARGO, 1999; LEITE, 2001). Daí o destaque para o papel da qualificação em programas e políticas sociais.

Ocorre que a preocupação com a qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho passa a recortar, então, outras políticas que têm as juventudes como público-alvo, podendo-se elencar a Política de Assistência Social. É verdade que, em termos de foco, a juventude não constituiu objeto específico de intervenção desta política e de nenhuma outra. Estudos sobre a presença de programas, projetos e políticas para as juventudes concluem a existência de inúmeras iniciativas que definiam o jovem como público prioritário, cujo maior traço identificado, contudo, foi a fragmentação, a dispersão e a superposição destas experiências (RUA, 1998; SPOSITO e CARRANO, 2003).

Envolvidos no âmbito da discussão e das ações para crianças e adolescentes, os jovens tiveram uma atenção periférica porque ainda não apreendidos em suas necessidades e demandas específicas. Esta compreensão somente toma forma num panorama que confluiu características externas, o processo de redemocratização da década de 1980, e internas, relativas à própria crise do modelo de proteção da Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM)<sup>30</sup>.

Igualmente, não se pode deixar de registrar o papel das ONGs que lutavam nesse campo dando, então, origem a toda uma movimentação voltada para os direitos da infância e da juventude no Brasil, ainda que não se falasse naquele momento histórico em políticas de/para juventudes.

Deve-se fazer referência, portanto, ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, e à própria Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993, que foram normativas importantes para instituir no debate público uma tentativa de

---

<sup>30</sup> Criada em 1964 a Fundação do Bem-Estar do Menor, com base na doutrina da proteção irregular consolidada no Código de Menores de 1979, era a responsável por implantar programas de atendimento a menores prevenindo a marginalização e oferecendo a promoção social, quando foi substituída pela Política da Proteção Integral, preconizada pelo ECA com ênfase na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, objetivando substituir os modelos vigentes e, como consequência, provocando uma necessidade de reordenamento do sistema existente. Em alguns estados brasileiros, contudo, ainda existem casas da FEBEM. O que se construiu nos últimos anos sob a égide desta outra doutrina e do ECA convencionou-se chamar Sistema de Garantia de Direitos, que congrega um amplo leque de legislações, órgãos e serviços públicos, organizações da sociedade civil e pessoas que passaram, depois de 1990, a se dedicar à promoção, garantia e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

compreensão mais clara sobre as juventudes, inovando em termos de uma perspectiva de reconhecimento de direitos de cidadania deste segmento da população, impondo uma abordagem nova também sobre a atenção à infância e à juventude, com desdobramentos, assim, nas áreas jurídica, social e política.

O ECA, além de apontar para abolição de termos e práticas características da tutela e da histórica segregação imposta à infância e juventude pobre, traça direitos relativos à educação e ao trabalho, versando sobre aquilo que deve ser assegurado às crianças e aos adolescentes em termos de acesso e permanência na escola. Atenta tanto para o dever do Estado quanto da família, instituindo, ainda, o direito à profissionalização e à proteção no trabalho<sup>31</sup>.

Assim, ao definir orientações sobre o trabalho juvenil, o ECA avança em termos de uma normativa protetora de direitos, que se alia e se auto-reforça ao que também a nova LDB, de 1996, tanto no que se refere ao direito à educação e do dever de educar, quanto à educação profissional, preconiza. Destaca-se, em especial nessa última legislação, a importância que a educação profissional tem em se realizar em absoluta sintonia com as políticas de educação básica e mesmo de desenvolvimento científico e tecnológico, indicando, portanto, uma convergência necessária entre as instâncias de aprendizagem.

No caso da LOAS, que regulamenta a Assistência Social como política pública de caráter não contributivo e dever do Estado, ao proclamar os direitos do cidadão desvela a mesma base comum do ECA que é a cidadania, quer dizer a inserção do sujeito de direitos na esfera pública. Pode-se, então, depreender que é essa a base comum para essas regulações. Na LOAS, na instituição da garantia da sobrevivência e do acesso às políticas públicas, conforme o inciso II do art. 4º, ganha destaque, dentre seus objetivos, “a universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.” Assim, este acesso vai implicar, à luz destas regulações, um conjunto de mediações articuladas para realmente dar conta de criar e fortalecer relações de cidadania e autonomia infanto-juvenil.

Observa-se, portanto, como ECA, LOAS e LDB em suas determinações irão se tornar referências para moldar, com maior ou menor intensidade, os novos

---

<sup>31</sup> Salvo no caso de aprendiz a partir de quatorze anos, o trabalho para menores de dezesseis anos é vedado, de acordo com o ECA, da Constituição Federal, Inciso XXXIII do Artigo 7º, e Resolução nº 69 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), de 15/05/2001.

desenhos de políticas públicas e sociais. Estudo de Leal (2004), demonstra, a título de uma exemplificação, como o ECA tem afetado a política educacional em termos de (re)definir o papel da escola, da família e de categorias profissionais afetas ao trabalho escolar, assim como balizado experiências de educação para o trabalho, especialmente com jovens pobres estigmatizados.

Entretanto, pesquisa de Sposito et al (2005) realizada em regiões metropolitanas brasileiras para identificar experiências no âmbito dos municípios, chama atenção para a pouca efetividade dos dispositivos previstos pelo ECA no executivo municipal, logo no período seguinte de sua promulgação. Levanta duas possibilidades para explicar essa ausência de políticas no interior de governos municipais a partir da vigência do estatuto: a primeira hipótese afirma uma ausência de iniciativas, uma vez que a luta efetiva pelos direitos não tem nenhuma repercussão na esfera municipal, que apenas se volta para a questão no final da década de 1990; uma segunda hipótese, mais otimista, afirma a possibilidade de implantação de algumas ações de curta duração, mas que sofrem a tradicional descontinuidade das políticas públicas no país.

Não se pode esquecer que esse debate embute outras questões que estão na base para a compreensão da juventude como alvo de políticas públicas. Historicamente, as políticas sociais nascem da luta, da disputa, que no terreno da política implica em dar visibilidade às discordâncias que dão a densidade de um terreno sócio-político carregado de tensões.

Na direção desse pensamento, a elevação da juventude a uma categoria de direitos foi conquistada e faz todo sentido porque parte significativa dela encontra-se em condições que exprimem uma dada configuração da questão social brasileira, por conseqüência constituindo um não-estado de cidadania e de direitos, revelados, assim, no desemprego, no não acesso à saúde e à educação de qualidades, à cultura, ao esporte e lazer e a uma impossibilidade de projetar seu futuro por intermédio de uma sociabilidade presente que possa ser vivida em sua plenitude.

Portanto, do aparecimento da juventude como subsidiária à questão social, acabou por decorrer em interpretações que, de certo modo, tenderam a considerá-la como um aspecto menor dessa problemática. Estudo de Sales (2004) que trata de crianças e adolescentes em conflito com a lei considera que as orientações e políticas derivadas do ECA sempre foram espécies de *subtemas* da questão social e, portanto, com uma frágil legitimidade para desencadear ações governamentais

porque um segmento inscrito socialmente em uma perversa (in)visibilidade que, mesmo após as conquistas constitucionais e suas derivações, ainda estava em desenvolvimento.

Mesmo parecendo alcançar no interior da questão social ações com certa prioridade, esta (in)visibilidade que chega à cena pública tende a reiterar concepções que vinculam a juventude ao risco e à violência, fazendo denotar uma condição juvenil enraizada na visão de jovem-problema, em vez de uma concepção ampliada de direitos. E, na realidade, são essas vinculações que desencadeiam a ação tanto do executivo municipal como federal a partir de meados dos anos de 1990.

Assim, ainda que coerente com o próprio debate do reconhecimento da política pública de Assistência Social como direito, esta inscrição insistente da temática na questão social, acaba, segundo Sales (2004), dificultando a mudança na imagem das juventudes que condensam visões negativas em relação aos jovens e adolescentes pobres.

Desse modo, não podem as políticas de juventude de um modo geral atrelar-se a esta visão, sob pena de reiterar velhos estereótipos, sendo necessário reconhecer sua diversidade, mas também suas desigualdades. Não se pode pensar, entretanto, que as políticas de juventude não dêem especial atenção a uma parcela significativa deste segmento que são os jovens pobres, sob pena de, no vazio do discurso, mais uma vez homogeneizar as juventudes em nome de uma pseudo igualdade, caindo na armadilha do consenso.

Desta feita, no limite, as experiências têm demonstrado ambigüidades e paradoxos que denotam o longo caminho percorrido, mas ainda a percorrer para, efetivamente, se reconhecer nas juventudes sujeitos de direitos, uma redefinição paradigmática dos tempos recentes. Do mesmo modo, um exercício prático-político ainda em construção, considerando que tanto as políticas que estão atravessadas pelo temário e pelas demandas das juventudes – educação, trabalho, assistência social, saúde, esporte e lazer, como as próprias políticas públicas de juventude, entendidas como tal, somente passam a adquirir esse formato e conteúdo no Brasil, efetivamente, a partir de 2003, conforme já se verificou.

Um outro aspecto que recorta a temática, trata de reconhecer que é na mesma década de 1990 que se marca a emergência de uma série de programas de transferência de renda no Brasil. Programas que têm como objetivo enfrentar o

crescimento das desigualdades sociais entre os jovens e seus familiares, através de transferência monetária, desde que cumpridas algumas condicionalidades, como a frequência à escola, o envolvimento nas atividades do programa e a execução de atividades comunitárias. Por isso, também surgem programas que vão ter como público-alvo os jovens pobres, especialmente moradores das periferias dos grandes centros urbanos (SPOSITO e CORROCHANO, 2005).

Tanto o SCV como o Agente Jovem devem ser analisados como iniciativas formuladas pelo poder público para atender os jovens afetados por aquilo que Martins (1997) chamou de *novas desigualdades*. Um quadro de precária inserção no contraditório ambiente que marca a modernização da maior parte das sociedades latino-americanas, em que as pessoas têm acesso a um conjunto de bens e direitos, ao mesmo tempo em que lhes são negados outros. Uma inserção pela metade, precária e provisória constituindo também a experiência juvenil.

Neste capítulo são tomados como unidades de análise dois programas federais executados em Mato Grosso, sobre os quais foi lançado um olhar crítico-reflexivo para apreender o modo de sua execução, possíveis resultados e impactos e, sobretudo, o caráter ideologizante da qualificação profissional.

É preciso afirmar que não se trata de uma avaliação de programa e de política, uma vez que, além de ser um recurso diferente do que se propôs neste trabalho, a intenção não é aferir, com a especificidade e o rigor metodológico que lhe compete, efeitos e impactos, embora não possa passar despercebida essa dimensão. O que se quer dizer é que quando se trabalha com um programa e seu público-alvo com a proposição de captar os significados a ele atribuídos não se pode desconsiderar uma série de elementos que aparecem, tanto no percurso da pesquisa como na análise dos dados, e que estão referidos a indicadores de avaliação. Isso significa que estes dados coletados servem à análise, mas, não custa demarcar novamente, não guardam o rigor metodológico de uma avaliação *stricto sensu*.

Este capítulo apresenta, então, os programas dos quais se partiu para empiricamente analisar a preparação para o trabalho e a qualificação profissional de jovens no cenário recente, aqui demarcado temporalmente como pós anos de 1990. Mas, fundamentalmente, realiza um movimento crítico que procura encontrar elementos fundantes para a atual ideologização da preparação para o trabalho e

qualificação profissional de jovens, balizado na compreensão do atual padrão de acumulação do capital.

A fonte recorrida para tal empreendimento é de base documental e constituída de documentos oficiais como relatórios de gestão, relatórios de monitoramento, termos de referência, relatórios de avaliação, projetos estadual e municipais, cadernos, apostilas e manuais, além de avulsos que, no decorrer da *peregrinação* nos órgãos gestor e executores, foi possível levantar. Uma parte também foi acessada e consultada por meio eletrônico, uma vez tratarem-se de documentos disponibilizados em *sites* do governo como Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Tribunal de Contas da União (TCU), Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social de Mato Grosso (SETECS). Ainda fundamentam esta reflexão pesquisas realizadas por entidades não-governamentais referentes aos programas, unidades de análise neste estudo.

O tratamento desse conjunto tomou por orientação o que autores da historiografia contemporânea afirmam em termos de dispensar uma abordagem metodológica que possibilite não apenas captar o que um primeiro olhar revela, não significando, nessa perspectiva, meras transcrições das fontes. Trata-se, de outro modo, de realizar operações que transformam aquilo que parece ter papel e posição definidos em uma outra coisa, que ganha, portanto, a partir do pesquisador um outro campo objetivo. Consiste em estabelecer deslocamentos analíticos construindo outros campos de significados históricos acerca das verdades historiográficas, procedimento coerente com a análise de Certeau, na sua operação historiográfica. (CERTEAU, 2002).

Nos capítulos antecedentes, foi explicitado o trato estatal dispensado no período colonial aos jovens, na verdade denominados *menores infratores*, visão e expressão herdados daquele período e tardiamente rompida no Brasil a partir dos anos de 1990 quando um novo estatuto foi legado à criança e ao adolescente. Não se pode esquecer, contudo, que, ainda que do ponto de vista formal e legal essa ruptura tenha acontecido, não se pode dizer o mesmo do imaginário e trato social à esse público dispensado, ainda hoje visivelmente considerado ameaça e perigo à sociedade em se tratando da parcela oriunda de populações pobres.<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup> As rebeliões de jovens em conflito com a lei que vem ocorrendo a partir de meados da década de 1990 nas dependências de várias unidades da FEBEM do estado de São Paulo aparecem largamente retratadas na

Em se tratando da profissionalização de jovens, viu-se como uma combinação público-privado se deteve historicamente muito mais à disciplinar do que propriamente profissionalizar esse público, fazendo um *mix* entre compensação, legitimação e dignificação da pobreza. A formação profissional como política pública traduzia, em última análise, uma perspectiva moralizadora da formação do caráter pelo trabalho. Uma perspectiva contemporaneamente questionada e, na tentativa de ruptura, foi reinventada e inscrita na órbita dos direitos, mas que somente pode ser compreendida em sua contradição já que uma expressão da questão social brasileira, portanto, apenas capaz de ser apreendida a partir dos elementos que a fundam expressos nas tensões entre as práticas políticas, econômicas e sociais geradoras e/ou mantenedoras de desigualdades.

Boa parte das análises sobre a relação entre atividade produtiva e educação aponta para o fenômeno da exigência de elevação da escolaridade do trabalhador dando amplo destaque à educação nos anos de 1990, de forma que vários países irão colocá-la no centro de suas preocupações como estratégia de desenvolvimento ganhando, assim, lugar na agenda pública dos governos. A crença que se generaliza é de que passa pelo avanço tecnológico atingir o desenvolvimento moderno, o que vai requerer transformações de monta na educação, incluindo-se aí questões de gestão, qualidade, estrutura de currículos, assim como nos mecanismos de produção e de distribuição dos conhecimentos.

Percebe-se a relação mecânica que vai se estabelecer na díade educação-trabalho, dado o imperativo de que as transformações no processo produtivo exigem também mudanças na educação, estabelecendo, assim, uma linearidade entre o mundo da produção e a escola. Esta posição, embora questionada por muitos estudiosos da relação trabalho e educação (FERRETTI, 1994; KUENZER, 1997; FOGAÇA, 1999; FRIGOTTO, 1998 e 1999), acabou por transformar a qualificação nos termos atuais em uma espécie de fetiche capaz de romper uma reestruturação produtiva que mais aponta para uma intensificação do trabalho do que propriamente para conteúdos elaborados em razão das inovações tecnológicas (TUMOLO, 2001).

---

imprensa, induzindo a uma visibilidade perversa de vários segmentos de adolescentes pobres. Outros acontecimentos, com repercussão nacional, que também projetaram o tema da juventude, numa perfeita associação juventude-violência, guardadas as devidas particularidades dos casos, foi o seqüestro do ônibus 174, que ocorreu em 12 de junho de 2000 na zona sul do Rio de Janeiro, e o assassinato do índio Pataxó Galdino, em Brasília, por jovens de camadas médias.

Pretende-se, assim, à luz de todo esse debate, e com o foco sobre as duas experiências implementadas em Mato Grosso, verificar e discutir em que medida estes programas convergem ou se distanciam do processo de ideologização inerente à qualificação profissional, grosso modo coadunante com as alterações mais recentes do processo produtivo capitalista.

Neste empreendimento analítico, três dimensões das duas experiências são abordadas. A primeira trata da configuração e caracterização dos programas, trabalhados especialmente em sua formulação original, ou seja, o primeiro formato que lhes deu origem, uma vez que ambos ainda existem embora reformulados, uma atualização que será feita considerando-os nas políticas respectivas a que se vinculam. A partir desta caracterização, a segunda dimensão segue com uma análise problematizadora de desempenho, considerações que levam em conta estudos e pesquisas avaliativas que fornecem alguns indicadores que permitem inferir os resultados alcançados por estes projetos.

Finalmente, a dimensão que tem centralidade neste estudo, eleva-se a partir de toda a formulação teórico-filosófica dessas experiências, fundamentalmente no que se refere à própria concepção do programa e aos conteúdos da preparação para o trabalho e qualificação profissional e o fenômeno da ideologização inerente, raciocínio analítico permitido a partir da eleição de algumas categorias-chave que emergiram como cidadania, protagonismo e competência, mas também de noções outras que apenas o estudo mais pormenorizado das fontes documentais permitiu evidenciar, como empreendedorismo e solidariedade.

Em resumo, quanto à dimensão da caracterização do programa situa-se o ano e o contexto de criação, objetivos e metas. No que se refere ao desempenho, as metas alcançadas, não apenas quanto ao número de jovens atendidos, mas, especialmente, a eficácia e a efetividade, análise que toma os dados avaliativos acessados por intermédio de documentos como termos de referência, relatórios de desempenho e de pesquisas. Ao tratar da ideologização a discussão passa, na realidade, pelo conteúdo do programa, presente no documento-base de sua formulação (o projeto), no material didático-pedagógico (apostilas), bem como nas formulações dos relatórios de desempenho e avaliativos dos documentos

acessados, tanto os federais como os oriundos dos órgãos gestores, estadual e municipais.

São, pois, os programas, tratados particularmente a partir destas dimensões, que constituem os dois itens que compõem este capítulo.

#### **4.1. Projeto Serviço Civil Voluntário (SCV) – caracterização, desempenho e ideologização**

##### **Da configuração e caracterização**

O primeiro Programa em distinção é o Serviço Civil Voluntário (SCV), localizado no âmbito da Política Pública para o Trabalho, com execução no país a partir do ano de 1996, quando foi instituído o PLANFOR.

O PLANFOR, conforme já se afirmou, aparece num momento em que o Brasil inseria na sua agenda política algo que na visão de alguns analistas (DEDECCA, 1996; POCHMANN, 1999 e 2001) foi pioneiro em se tratando da política para o trabalho e renda no país, respondendo às requisições da reestruturação produtiva. A qualificação profissional pensada no âmbito de uma política mais geral não constituía uma preocupação na realidade brasileira, sendo já visível em países de economias desenvolvidas. Por isso, é só com as tendências dominantes de desestruturação do mercado de trabalho a partir da década de 1980, aprofundadas nos anos de 1990 num cenário de desemprego, desassalariamento, precarização e empobrecimento dos trabalhadores e suas famílias, que a qualificação profissional aparece como solução.

Das experiências com jovens que se destacaram no âmbito do PLANFOR por ter alcançado níveis crescentes de escala, o que parecia abrir perspectivas para a construção de políticas públicas em bases descentralizadas e participativas (LEITE, 2001), encontram-se o Programa Capacitação Solidária e o Serviço Civil

Voluntário, esse último objeto de análise neste estudo porque foi o programa que se implementou em Mato Grosso.

As origens do SCV remetem a uma preocupação que vai ganhando terreno em torno de alternativas às populações excluídas do sistema produtivo formal. Por isso, vincula-se ao Programa Nacional de Direitos Humanos, especificamente voltado a quem não havia sido absorvido pelo serviço militar obrigatório, portanto, jovens de 18 anos. Numa articulação com o Ministério da Justiça e com o Ministério do Trabalho foi inicialmente implementado sob a forma de projeto-piloto em 1998 no Rio de Janeiro e no Distrito Federal, mas já em 1999 é expandido para mais 13 estados brasileiros, dentre estes Mato Grosso.<sup>33</sup>

Em 2001 o SCV atingiu cerca de 20 mil jovens em todo o Brasil, correspondendo a R\$ 11 milhões do FAT, uma escala que justificou sua inclusão na avaliação nacional do PLANFOR com um Termo de Referência próprio na forma de estudo de caso<sup>34</sup>.

Na região Centro-Oeste Mato Grosso foi o segundo estado de maior investimento no período 1998-2001, depois do Distrito Federal, conforme se verifica na tabela a seguir.

Tabela 16 – SCV-1998/2001: treinandos e investimentos Região Centro-Oeste

Região/ UF	1999		2000		2001		Total 1998/2001*	
	T	I	T	I	T	I	T	I
CO								
DF	1.000	1.470,0	767	1.380,6	0	0,0	1.767	2.850,6
GO	100	66,6	400	304,6	380	775,6	880	1.146,8
MS	100	54,0	100	72,4	600	540,0	800	666,4
<b>MT</b>	<b>150</b>	<b>210,0</b>	<b>700</b>	<b>634,7</b>	<b>500</b>	<b>519,2</b>	<b>1.350</b>	<b>1.363,9</b>
Subtotal	1.350	1.800,6	1.967	2.392,3	1.480	1.834,8	4.797	6.027,7

FONTE: SIGAE

T = treinandos e I = investimentos (R\$ mil)

<sup>33</sup> Na experiência piloto atingiu 4,6 mil jovens com um investimento do FAT de R\$ 7,9 milhões; no ano de 1999 ampliou para 8 mil jovens envolvendo R\$6,5 milhões com aporte adicional de cerca de 30%, oriundo de parcerias com entidades públicas e privadas. Em 2000 já atingia 13,8 mil jovens, em 23 Unidades Federativas, com abrangência em 98 municípios brasileiros, com investimentos de R\$13,1 milhões. Até 2002 atingiu quase 42 mil jovens, em todas as capitais e outros municípios de médio e grande porte – 87 ao todo - com investimentos da ordem de R\$47,5 milhões do FAT (MTE, 2001 e 2002).

<sup>34</sup> A avaliação externa e acompanhamento de egressos do PEQ/PARC (AVAL) compunha, conforme já dito, um dos quatro mecanismos de monitoramento e avaliação do PLANFOR, cujo Termo de Referência de 2001 incluiu a diretriz de focalização do SCV, na forma de estudo de caso, abrangendo, com as devidas adaptações, os mesmos indicadores de eficiência e eficácia adotados para o conjunto das ações dos PEQs e PARCs. Os parâmetros de avaliação foram dados pelo Termo de Referência do SCV, elaborado pelos Ministérios da Justiça e do Trabalho, juntamente com legislação, resoluções e diretrizes do CODEFAT aplicáveis ao Programa. (MTE, TERMO DE REFERÊNCIA SCV, 2001).

Pensado como um *rito de passagem* para a maioria o SCV tem ênfase na preparação para o trabalho e para a cidadania, esta última compreendida como participação social solidária em uma sociedade democrática. Fundamentado no trinômio *educação-qualificação-cidadania* é tomado como um programa emblemático no que se refere ao público juvenil, visando atingir jovens que não trabalham e não estudam, com baixa escolaridade (menos de 8 anos de estudos) e que vivam em situação de pobreza crítica - renda *per capita* mensal menor que 50% do salário mínimo. (MTE, 2001)

Quanto ao seu significado, no que diz respeito à qualificação profissional estruturou-se, a partir de sua formulação original, nos seguintes termos:

- significa preparação para oportunidades de trabalho e geração de renda existentes na comunidade, por meio do desenvolvimento de habilidades básicas, específicas e de gestão;
- os programas devem ser orientados pela demanda do mercado, ou seja, oportunidades efetivas de trabalho e geração de renda e nunca pela mera disponibilidade de cursos nas entidades executoras;
- orientação e encaminhamento ao mercado de trabalho – na forma de estágios, associações, cooperativas, micro empreendimentos e outras que se apresentem – devem ser vistos como etapa final e necessária da qualificação, de acordo com as diretrizes do PLANFOR;
- na medida do possível, deve garantir aos/às jovens a comprovação de competências, conhecimentos e habilidades adquiridos, mediante certificados, atestados ou diplomas, que possam ser utilizados no mercado de trabalho e/ou como créditos no ensino técnico (MTE, TERMO DE REFERÊNCIA SCV, 2001, p. 15).

Verifica-se, portanto, no âmbito de sua concepção e objetivos, o SCV com o propósito de despertar o jovem para um tipo de responsabilidade e de solidariedade, tendo em vista sua preparação para o mundo do trabalho ou para atividades econômicas produtivas, de modo que a centralidade da formação teórica e prática é o exercício da cidadania, entendida como direito e como responsabilidade.

Considera-se que esta é a novidade, já tratada em capítulo anterior, que marca os programas voltados para as juventudes a partir da década de 1990 que não apenas traziam um corpo teórico-filosófico distinto do que se tinha até então, como requeriam estratégias de implementação capazes de dar respostas adequadas ao formato proposto.

A duração do programa em seis meses, estipulava carga horária mínima de 600 horas, com 4-6 horas/dia, combinadas com freqüência à escola. Os benefícios aos jovens correspondem a auxílio alimentação - lanche servido durante o período do curso - transporte e uma bolsa, em consonância com uma tendência, como bem lembra Pochmann (2002), que vai ganhando no Brasil uma referência importante, em que a transferência monetária é um modo de romper a reprodução intergeracional da pobreza na medida em que pode complementar a renda das famílias pobres.

A estruturação do SCV previa o formato de cursos, treinamentos, seminários, oficinas, estágios e atividades práticas em torno de três eixos: elevação da escolaridade, qualificação profissional e direitos humanos/serviços comunitários (MTE, 2001). Para tanto, definiu diretrizes para cada um de seus componentes, com base na aquisição de Habilidades Básicas, Habilidades Específicas e Habilidades de Gestão.

Os conteúdos que compõem as habilidades básicas pretendem o desenvolvimento de competências, informações e sociabilidades. Por isso as atividades previstas devem contemplar a percepção de si (autoconhecimento), a elevação de auto-estima, a compreensão e fortalecimento das relações grupais, o desenvolvimento de responsabilidade e autodisciplina. É neste mesmo corpo que a questão dos direitos e dos deveres é abordada, passando por conteúdos como direitos humanos, constituição do Estado e relação com a sociedade, cidadania e diversidade cultural. São, portanto, conhecimentos gerais, considerados essenciais para o mercado de trabalho e para a construção da cidadania, como comunicação verbal e escrita, leitura e compreensão de textos, raciocínio, saúde e segurança no trabalho, preservação ambiental, direitos humanos, informação e orientação profissional e outros eventuais requisitos para as demais habilidades.

As habilidades específicas destinadas a contemplar conhecimentos teóricos, pretendiam também desenvolvimento de habilidades relativas ao curso ofertado ao

jovem, permitindo o acesso a conhecimentos relativos a processos, métodos, técnicas, normas, regulamentações, materiais, equipamentos e outros conteúdos específicos das ocupações.

A formação de competências relativas a atividades de gestão, autogestão, melhoria da qualidade e da produtividade de micro e pequenos estabelecimentos, do trabalho autônomo ou do próprio trabalhador individual, no processo produtivo, são conhecimentos referidos às habilidades de gestão. É nesse campo que se verifica, de acordo com os termos de referência e com os projetos estaduais, a intenção de investimento no desenvolvimento da capacidade de o jovem planejar seu próprio trabalho, ao mesmo tempo em que se enfatiza a construção de um projeto de vida, dimensão do programa que será objeto de reflexão mais adiante.

A forma de execução do SCV ocorreu de modo descentralizado, por meio de organismos contratados no âmbito dos estados, por intermédio dos Planos Estaduais de Qualificação (PEQs), preocupando-se com um perfil de entidades com experiência no trabalho com jovens. Os PEQs, como mecanismos principais de implementação do PLANFOR, eram geridos pelas Secretarias Estaduais de Trabalho (STBs) e homologados pelos Conselhos Estaduais de Trabalho, colegiados tripartites e paritários que integravam o sistema público de trabalho e renda.

Entre as executoras do programa houve no país um predomínio de organizações não governamentais, contando-se ainda com a participação expressiva do “Sistema S” (SENAI/SESI, SEST/SENAT) e universidades, caso de Mato Grosso em que a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) foi a executora durante todo o período de existência do PLANFOR.

No que tange ao financiamento, os recursos para o SCV provém do FAT, e foram repassados aos Estados e ao Distrito Federal, no período 1998-2002, por meio dos PEQs, destinados às dotações de bolsas e ações de qualificação profissional, formação em direitos humanos e serviços comunitários. Contudo, também foi previsto o acréscimo de recursos através de parcerias com o setor privado e/ou público, fundamentalmente para as ações de elevação de escolaridade e encaminhamento ao mercado de trabalho.

Embora estimulado como forma de dar sustentabilidade ao SCV, permitindo, inclusive, sua extensão a outras clientelas além dos grupos vulneráveis priorizados, para fins de aplicação dos recursos do FAT, os esforços estaduais de articulação e

mobilização da STBs e das executoras não foram suficientes para dar magnitude ao programa.

### **Do desempenho e sua problematização**

Documentos resultados de avaliações têm dado conta de informar, de um modo geral, a operacionalização do Serviço Civil Voluntário, destacando seus percalços, tanto no que conseguiu de efeitos positivos, quanto no que apresentou de limites. É importante fazer referência a estes resultados que têm apontado não apenas os êxitos, mas também os fracassos do programa.<sup>35</sup>

Contudo, o desafio aqui é, superando as descrições, dialogar com estes resultados, de modo que seja possível pensar o que fazer com eles, ou seja, em que medida estes resultados permitem inferir tendências mais gerais e análises prospectivas, de modo a conseguir situarmo-nos dentro do processo histórico, conforme provocativamente afirma Ratnner (1994) apud Tumolo (2001, p.77).

As avaliações do SCV do período 1998-1999 já indicavam alguns aspectos da experiência que iria merecer sua reformulação, cuja crítica atingiu desde a questão da carga horária mínima, a homogeneização e a integração de conteúdos com ênfase em cidadania e direitos humanos, a partir do currículo básico definido pelo Ministério da Justiça, à busca de parâmetros de custos mais consistentes, mesmo considerando as diversificações regionais<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> As fontes documentais que fornecem os elementos para a análise do SCV neste ítem da tese são: MTE, SP PE/DQP. *O caso do Serviço Civil Voluntário. Síntese da avaliação em 2001*. Brasília, setembro de 2002; MTE, SPPE/DQP. GUIA PLANFOR, 2001; MTE, SPPE/DQP. PLANFOR, Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador. *Serviço Civil Voluntário: Resultados e perspectivas*. FAT, Brasília, janeiro de 2001; MTE, SPPE & MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria de Estado de Direitos Humanos. PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador. SERVIÇO CIVIL VOLUNTÁRIO. Termo de referência. FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador. Brasília, março de 2001; MTE, SPPE/DQP/PLANFOR. *A experiência para adolescentes e jovens*. FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador. Brasília, maio de 2001; MINSITÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Departamento da Criança e do Adolescente. Brasília, março de 2000 MTE, SPPE/DQP; SETEC, Programa Qualificar SERVIÇO CIVIL VOLUNTÁRIO. Direitos Humanos e Cidadania. Programa Qualificar, 2001. (Apostila); TCU, Tribunal de Contas da União. Avaliação do TCU sobre o Projeto Agente Jovem. Sumário Executivo 13. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2004.

<sup>36</sup> Valor médio fixado à época de R\$1.200,00 por jovem, sendo que até R\$ 900,00 financiado pelo FAT, e o restante financiado através de parcerias locais (MTE, 2001)

O aprimoramento do foco também passou a ser perseguido, com a determinação de seleção de jovens de baixa escolaridade e com inclusão em cursos supletivos, da mesma maneira que se destacava a importância de manter alguma forma de mobilização dos jovens, mesmo depois do término do programa. Nesse sentido, recomendava-se a criação de espaços de referência nas STBs ou nas entidades executoras, com ações de mobilização e de incentivo ao prosseguimento de estudos para elevação da escolaridade. Além disso, as avaliações primeiras<sup>37</sup> também sinalizavam para a importância da qualificação dos organismos executores do programa, assim como da necessidade de implementar um processo cuidadoso de monitoramento e avaliação. Aliás, esse primeiro período foi considerado experimental e, portanto, passível de críticas para orientar sua reformulação.

Buscando avaliar a eficácia<sup>38</sup> do SCV no Estado de Mato Grosso, as considerações encontradas na documentação (UFMT, RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA, 2002) levam em conta os possíveis impactos da qualificação para os jovens egressos tomando como indicadores: inserção, reinserção e permanência no mercado de trabalho; obtenção/manutenção/elevação de renda; promoção/mobilidade ocupacional; elevação da produtividade/melhorias da qualidade de vida no trabalho, família e comunidade.<sup>39</sup> São indicadores que fornecem alguns dados que servem para referenciar a análise permitindo melhor compreender e interpretar a totalidade do programa, e nesse movimento continuar abrindo lugar para a crítica.

---

<sup>37</sup> *Serviço Civil Voluntário – relatórios de acompanhamento e supervisão de julho/99, setembro/99 e relatório final – fevereiro/2000*, elaborados por SABER– Soluções Eficazes e Criativas em Políticas Públicas e Sociais (ONG) e Serviço Civil Voluntário, uma breve abordagem avaliativa. Modus Faciendi, Belo Horizonte, janeiro de 1999. Citadas em MTE, SPPE/DQP/PLANFOR. Serviço Civil Voluntário. Resultados e Perspectivas. Brasília, janeiro de 2001. p. 1-2. A Avaliação Externa (AVAL) que começou a ser construída em 1996 constituiu um momento do monitoramento e avaliação do PLANFOR, cujo foco era a eficácia e efetividade social das ações analisadas de forma integrada com sua eficiência, de modo a constituir subsídios que pudessem reorientar o processo de planejamento e tomadas de decisões, servindo, portanto, como instrumento de melhoria da política. As equipes foram contratadas por gestores estaduais e compostas principalmente por universidades públicas (MTE, GUIA PLANFOR, 2001).

<sup>38</sup> A eficácia é entendida como o benefício das ações para os jovens, traduzido em melhorias na vida profissional, familiar, social, avaliadas da perspectiva dos próprios egressos. “Trata-se, em outras palavras, de mudar e desenvolver pessoas, ou seja, uma definição consistente com o que se espera do SCV” (MTE, 2001; 2002).

<sup>39</sup> O universo da pesquisa com egressos foi composto de jovens do SCV dos três municípios de execução do projeto no ano de 2000 em Mato Grosso, Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis, que totalizaram 482 concluintes. A amostra da pesquisa foi constituída de aproximadamente 8,5% do total de concluintes (UFMT, RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA, 2002).

A escolaridade, dado essencial do SCV que tem claro objetivo de elevar a escolarização para que os jovens viessem a completar, pelo menos, o nível fundamental e fossem estimulados a prosseguirem nos estudos no nível médio e superior, revela um paradoxo. Informações do Sistema de Informações Gerenciais sobre Ações de Emprego (SIGAE) referentes à execução do ano de 2000 em Mato Grosso, atentam que 39,2% dos jovens se encontravam na faixa de escolaridade do primeiro grau incompleto (até sete anos de estudos). Numa faixa anterior de escolaridade se situavam 8,29% dos jovens, ou seja, com 1º grau até 4ª série completa e incompleta, embora esta última fosse inexpressiva.

Desse modo, o objetivo do programa de servir como estímulo à elevação da escolaridade desses jovens, deveria vir a ocorrer ainda para 47,5% que não haviam completado o nível fundamental, antigo primeiro grau, ainda que mais da metade situava-se em grau mais elevado àquele considerado como baixa escolaridade. Dos jovens egressos do SCV com maior escolaridade 21,98% tinham o 2º grau completo e incompleto e tiveram acesso ao programa. Estes, na totalidade responderam por 50,86% dos jovens. Não por menos, os avaliadores, professores pesquisadores da UFMT componentes da equipe de avaliação externa, realizam duas inferências a partir destes dados: ou a clientela do SCV não conseguia ser atingida em sua totalidade, dada a rigidez dos critérios de elegibilidade estipulados, ou os outros programas e cursos executados pelo PEQ/MT ainda se constituíam insuficientes para acolher toda a demanda do estado nessa faixa de escolaridade.

Dados da taxas de escolarização bruta e líquida na faixa etária de 15 a 19 anos em Mato Grosso no período de 1991 a 2000, já revelavam um expressivo universo da população escolarizável não atendida no Ensino Médio, permitindo compreender a PEA desocupada que no estado estava na ordem de 28,59% (449.316) do total da PEA, sendo que 65,49% da população do estado tinha de um a oito anos de estudo. Desvelava-se, portanto, um contingente significativo que em razão da baixa escolaridade encontrava-se seriamente comprometida na possibilidade de inserção, permanência e ascensão no mercado de trabalho. Já se perguntava a equipe de avaliação externa: *Porque, então, essa demanda não consegue chegar ao programa?* Nesse aspecto o foco na demanda ficava comprometido já que em Mato Grosso estavam matriculadas apenas 27,3% da população escolarizável (UFMT, RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA, 2002).

Mato Grosso, com relação ao atendimento dos jovens apresentou dificuldades para atender o princípio do *foco na demanda*. No que consta sobre a seleção de jovens do sexo masculino ser aqueles dispensados do serviço militar obrigatório, critério-base presente no formato original do programa, não foi de todo atendido, apresentado uma resposta negativa apenas atenuada pelo registro do empenho dispensado pela executora nessa direção.

Quanto à participação de pessoas negras/pardas no mínimo igual à da PEA, a resposta, embora positiva, igualmente apresentou ressalvas em razão das limitações encontradas para seu cumprimento, o que serviu também para o critério de inclusão de maioria de jovens de baixa escolaridade (fundamental incompleto), assim como jovens em situação de pobreza. Os portadores de deficiência também não foram pelo SVC em Mato Grosso atendidos, com casos raros de inclusão.

Neste caso, concorda-se com Pochmann (2002) quando observa como o princípio da focalização apresenta distorções nas políticas sociais, uma vez que a alegação de sua aplicação acaba muitas vezes por impedir a universalização do acesso o que vai ter ressonância nas dimensões da cobertura dos programas. Ressalta como critérios técnicos estabelecidos podem vir a camuflar uma realidade, fazendo excluir parte importante daquele segmento que poderia vir a ser contemplado com ações públicas governamentais.

Eleva-se aqui uma questão importante enfatizada por Sposito e Corrochano (2005) quanto à qualidade dos cursos ofertados em programas de qualificação profissional, especialmente com relação às condições da instalação de uma infraestrutura básica que permita ao trabalho atingir o impacto que se espera. Tem se revelado que boa parte das vezes, concorrendo com os espaços escolares, tais projetos acabam se tornando uma espécie de versão piorada da escola, isto é, ao não oferecer espaço físico e material didático-pedagógico adequados torna-se uma ação tópica que muito pouco contribui com uma formação de qualidade.

No caso do SCV, uma média de 95% dos 21 programas no país, na avaliação da eficiência da gestão e execução<sup>40</sup>, realizada em 2001, respondeu como

---

<sup>40</sup> A eficiência é entendida como cumprimento de dispositivos legais, diretrizes e metas quantitativas e qualitativas. Abrange dimensões relativas a focalização do público alvo; conteúdo e adequação dos programas; entidades executoras e otimização de investimentos. Assim, pretende apreender o grau de aproximação entre os projetos implementados e as diretrizes de focalização do público alvo, duração e conteúdo dos programas, entidades executoras, financiamento e custos, metas e outros aspectos estabelecidos no termo de referência (MTE, 2001; 2002).

satisfatória a adequação de conteúdo/atividades, que se desdobra em quesitos como atendimento do conteúdo previsto, metodologias adequadas, época e horário compatível com o público, equipamentos e instalações adequadas, seguras e eficientes, carga horária suficiente, material didático adequado e docentes, instrutores e monitores qualificados. (MTE, 2002)

Dito desse modo, o SCV parecia ter, na contramão do que Sposito e Corrochano (2005) argumentam, as condições necessárias para uma execução satisfatória. O que se pode acrescentar, contudo, é que do ponto de vista dos jovens e dos próprios avaliadores externos era no momento da habilidade específica que os problemas realmente apareciam, pois no decorrer do curso escolhido as turmas manifestavam as deficiências, como instalações precárias, número insuficiente de instrutores e de equipamentos que permitissem apreender o conteúdo e a técnica de modo mais consistente. Tanto é assim que, embora a síntese nacional avalie com uma média alta de gestão e execução do programa, em Mato Grosso alguns dados foram levantados pelos avaliadores com ressalvas, por exemplo em relação a conteúdos e atividades desenvolvidos, mostrando limites e restrições locais ao cumprimento das definições do próprio programa, como horários incompatíveis com as possibilidades do público alvo; metodologias inadequadas ao conteúdo e aos jovens; instalações inadequadas, inseguras e desconfortáveis, segundo padrões locais, e equipamentos inadequados e insuficientes e não compatíveis com a habilidade requerida (MTE, SÍNTESE DE AVALIAÇÃO, 2002, p 31-32).

Essa mesma avaliação que resulta, então, em termos nacionais, numa elevada eficiência na gestão e execução do programa, também mostra onde os índices foram menores, com destaque para quatro quesitos que eram fundamentais em razão dos objetivos do SCV: garantia de 50% de vagas para mulheres; inclusão da pessoa portadora de deficiência; parcerias para encaminhamento ao mercado de trabalho e aplicação de recursos adicionais aos do FAT.

O desenho de um perfil dos jovens egressos, entrevistados por ocasião do estudo de caso, atendidos pelo programa no ano de 2000 em Mato Grosso, dá conta de mostrar que 17% já eram casados; moravam com o pai e a mãe 43%, sendo que cerca de 38% eram filhos de pais separados. Estavam estudando 47%, sendo que dos que não estavam freqüentando a escola (31%), quase 20% alegavam como

---

razão a incompatibilidade com o trabalho (MTE, 2002). Dados que fornecem mostras de que apesar do país estar melhorando sua performance educacional, na hora da decisão entre estudar e trabalhar, o parâmetro que move a escolha, tal como sugere a literatura, está relacionada à renda familiar e à educação dos pais: pais com menor escolaridade e mais pobres aumentam a probabilidade de o jovem não freqüentar a escola.

Ainda segundo a avaliação de egressos (UFMT, RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA, 2002), a situação de renda evidenciava que 96,83% tinham renda própria de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, sendo que a renda familiar nesta mesma faixa de rendimento atingia 13,46%. Depreendia-se, assim, que o programa conseguia a focalização pretendida quanto à preferência de acesso para jovens em situação de pobreza crítica, uma vez que de acordo com a renda familiar, 62,17% dos jovens estavam na faixa de 1 a 2 salários mínimos que acrescidos dos 13,46% - faixa até 1 salário mínimo - mais 18,81% - de meio a 1 salário mínimo – chegavam a totalizar 94,44%.

As estatísticas de Mato Grosso do período 1997-1999 referentes à participação relativa nos setores da atividade econômica, mostram que a faixa dos 18 a 39 anos apresentava taxa crescente, mas com clara evidência de substituição de trabalhadores jovens por mais velhos e mais qualificados, ao mesmo tempo em que a concentração de salários é na faixa de até 2 salários mínimos.

Quanto à situação no mercado de trabalho observou-se que dos jovens egressos entrevistados em 2000, 70,7% que estavam desocupados no final do curso continuavam desocupados. Ou seja, ou não haviam tido até aquele momento nenhuma inserção no mercado de trabalho, ou viviam a marca da instabilidade característica dos jovens em busca do primeiro emprego. Este dado, acrescentado daqueles que estavam trabalhando e pós-curso encontravam-se desempregados (12,2%), chegava a mais 80%, sendo que apenas 14,6% à época da pesquisa estavam inseridos no mercado de trabalho, modificando a sua condição de desempregado quando do final do SCV, embora quase 70% destes tinham como ocupação empregos temporários (66,7%) (UFMT, RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA, 2002).

Os outros 33,4% empregados estavam em setores como comércio e alimentação, conhecido como setor de serviços, e mesmo numa situação de diversificação de setor de atividade verificada – com participação na agricultura,

atividade industrial e na administração pública, não se revelou a inserção em emprego formal. Dados reveladores de uma coerência com estudos que demonstram uma expansão de todos os setores de atividades econômicas em Mato Grosso sem que o aumento de postos de trabalho fosse também verificado, comprometendo, em última análise, a absorção da força de trabalho também juvenil.

Assim, já se demonstrava pouco significativo o número de inserções, agravando uma realidade que revelava em Mato Grosso que o tipo de ocupação que mais cresceu de 2000 para 2001 foi o assalariado/doméstico, que de 9,8% passou para 17,1%, dado que mais uma vez ressalta o debate sobre os tipos de trabalho disponíveis e que hoje os jovens acessam, materializando as tendências recentes de terceirização, precarização e informalização do trabalho.

Esta questão vê-se reforçada na análise que verifica o tempo de atividade do jovem na ocupação em 2001. Afirmavam estar trabalhando a menos de dois meses 12,2% dos jovens, de dois a cinco meses 9,8% e de seis meses a um ano 7,3%, percentuais reveladores que novamente remetem à reflexão do tipo de trabalho que estes jovens estão conseguindo no mercado. Eram quase 30% aqueles que estavam a menos de um ano no mercado de trabalho, sendo a maior parte a menos de dois meses. Empregos de natureza instável desvelando toda uma tendência em torno dos empregos temporários e desprotegidos, sem registro e garantia legal de direitos.

Dentre as principais dificuldades para encontrar trabalho, os jovens fazem referência à exigência do mercado de trabalho quanto à idade mínima, com 61% das citações. Fizeram menção, também, à exigência de experiência (4,9%), à discriminação quanto à aparência (4,9%), e às próprias condições de trabalho que muitas vezes são inadequadas e incompatíveis, por exemplo a distância do local de moradia e horário inconveniente, dados que relacionados à faixa etária e escolaridade revelam de forma contundente que a exigência da experiência concentra-se exatamente na faixa etária mais jovem com 42,93% das referências dos egressos que têm o segundo grau completo e incompleto. (UFMT, RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA, 2002)

Avalia-se, assim, o quanto ficava comprometido o objetivo do projeto em se tratando do encaminhamento dos jovens para oportunidades concretas de trabalho e geração de renda. Isso se revelou nos próprios depoimentos juvenis quando

avaliaram a qualificação como uma conquista parcial, pois ainda que qualificado isto não se mostrava suficiente para garantir o emprego.

O encaminhamento ao mercado de trabalho, compreendido como “orientação e apoio para efetiva inserção produtiva, explorando diferentes modalidades como cooperativas e associações, trabalho autônomo, assalariado, contratos por prazo determinado, pequenos negócios, estágios e monitorias remuneradas, além dos empregos formais, assalariados” (MTE, TERMO DE REFERÊNCIA SCV, 2001, p. 24-25), com efeito, não evidencia uma realidade para os jovens, parte significativa daquele contingente que tem como emprego ou ocupação, de todos os dias da semana, todas as semanas do mês e de todos os meses do ano, a procura de um emprego (FORRESTER, 1996 apud FRIGOTTO 1999).

Situa-se aí, significativa crítica dos avaliadores aos executores do programa que até 2001 nesse quesito tiveram uma atuação com pouca articulação a ponto de criar uma dinâmica com o mercado de trabalho. Pouco mais da metade (15 estados dos 27) obtiveram um desempenho considerado ótimo (MTE, SÍNTESE DE AVALIAÇÃO, 2002). Mas como fazer isso num cenário onde o desmanche da sociedade do emprego ou salarial (FRIGOTTO, 1999), ocorre numa mesma realidade em que, no caso mato-grossense, há aumento da produtividade e da expansão econômica sem incrementos proporcionais de emprego? Foi neste mesmo ano que Mato Grosso se destacou como produtor de grãos no país.

Em torno da argumentação de que as inovações tecnológicas, na medida em que introduzidas passam a requerer outras qualificações alterando, assim, o perfil do trabalhador, é justificada a linearidade desse processo colocado, portanto, como novo e inexorável, a tal ponto da exacerbação da necessidade em moldar as adequações ao também novo processo produtivo.

Tem sido comum os próprios jovens requererem nos processos formativos cursos de informática dando uma idéia de que estão, no limite de suas condições, minimamente atentos às transformações provocadas pela nova base técnica face às mudanças e sua relação imediata com o trabalho. Ainda que este mesmo “conhecimento”, posteriormente no mercado de trabalho, não seja aquele que ele vá fazer uso em razão dos postos a que tem acesso.

De outro modo, é preciso dizer que, em relação ao mercado de trabalho, muitas vezes requisições deste nível situam-se num campo cada vez mais exigente em termo de especialização, e o formato aligeirado nessas modalidades de preparação e de qualificação profissional de jovens pouco contribui, reduzindo assim a possibilidade de acessar um trabalho. O que se verifica é que vai cedendo lugar a uma necessidade do domínio da informação e à sua operacionalização para as necessidades do mercado.

Em torno dessa discussão não se pode perder de vista que os elementos e as contradições do sistema capitalista explicam porque o aumento da demanda por formação/qualificação profissional é decorrência não tão somente do desenvolvimento tecnológico, mas do aumento da competitividade em escala mundial. A busca incessante por incrementos de produtividade, ou aumento do capital excedente, historicamente se apresenta conflituosa por utilizar a força viva de trabalho no processo produtivo onde o trabalhador vende sua força de trabalho, tornando-se assalariado, não tendo mais o domínio daquilo que produzia. O capital tem então nas mãos a forma de domínio da força de trabalho capaz de gerar a valorização e acumulação do próprio capital.

Recorrendo à ciência e à tecnologia para avançar neste processo de autovalorização modifica a forma de atuação do trabalho por intermédio da introdução das máquinas ferramentas no processo produtivo, descaracterizando o trabalho vivo na produção de mercadorias. Na medida em que máquinas são introduzidas o trabalho manual se reduz, sobrepondo-se o trabalho morto ao trabalho vivo, dando-se o processo denominado por Marx de elevação da composição orgânica do capital.

Assim, no processo de acumulação do capital, seguindo sua lógica intrínseca, em razão do considerável desenvolvimento das forças produtivas, que decorre da concorrência intercapitalista, o capital, de um modo geral, vai necessitar de cada vez menos trabalho para que possa produzir uma mesma quantidade de mercadorias. Contudo, para este modo de produção não tem importância o tempo que sobra para a sociedade ganhar com o desenvolvimento das forças produtivas, pois a produtividade só importa ao capital, na medida em que aumenta o tempo de trabalho excedente da classe trabalhadora, já que é isto que possibilita ampliar a extração de mais-valia, chegando, assim, à acumulação e a reprodução do capital.

É desse modo que o novo padrão de acumulação de capital constrói sua resposta à crise de superprodução que procura atender os mesmos objetivos de crises antecedentes, em que a mais recente tomou feição por volta dos anos de 1970. Em seu movimento cíclico – constante e ininterrupto – e contraditório, cuja contradição fundamental é a de classe, o capital procura manter a acumulação intensificando a exploração da força de trabalho, se autonomizando e impondo sua vontade aos homens, processo esclarecido por Marx:

Não é mais o trabalhador quem emprega os meios de produção, mas os meios de produção que emprega o trabalhador. Em vez de serem consumidos por ele como elementos materiais de sua atividade produtiva, são eles que o consomem como fermento de seu próprio processo vital, e o processo vital do capital consiste apenas em seu movimento como valor que valoriza a si mesmo. (Marx, 1984, p. 244)

Assim, a concorrência para responder a tendência à queda da taxa de lucro recria e readequa estratégias que, de acordo com TUMOLO (2001), por razões político-econômicas, mais que técnico-econômicas, procuram manter a hegemonia do capital. Dentre estas estratégias nos processos de trabalho encontram-se as inovações científico-tecnológicas mas também as novas formas de organização e gestão do trabalho. Nessas, a redução da separação entre elaboração e execução, leva o trabalhador a um suposto trabalho intelectual em que deve agir e demonstrar domínios e “aptidões”, pois corre o risco de ser substituído por outro que tenha melhor “perfil” e maiores “atributos” para aceitar os “novos desafios” propostos pelo capital.

É nesse movimento que parecem residir os elementos que fundam, então, o processo de ideologização que reveste a preparação para o trabalho e a qualificação profissional de jovens na atualidade.

### **Da manifestação da ideologização**

Um elemento importante no exame deste projeto incide sobre a análise dos “serviços comunitários” ou “inserção na comunidade” como uma dimensão essencial para compreender o processo de qualificação profissional, dimensão esta que aparece nos dois programas em estudo, vinculados à questão da cidadania.

Ao mesmo tempo em que visa a iniciação do jovem à cidadania, o SCV pretende estimular a organização endógena da própria sociedade, daí dizer que o SCV busca fortalecer e estimular a prática do voluntariado em diversas formas de prestação de serviços, do mesmo modo que uma atividade pública, a ser exercida entre instituições do Estado e organizações não governamentais da sociedade civil, de interesse público.

No SCV, a cidadania encontra-se explicada, na sua formulação original, como *direito e responsabilidade social*<sup>41</sup>, portanto, assente na idéia de ter direitos, mas também ter responsabilidade, cuja materialidade é dada pela prestação de serviços comunitários. Nessa direção, os estados executores do programa apresentaram diferentes modalidades deste exercício, incluindo desde participação em campanhas públicas nas áreas da saúde - doação de sangue, vacinação -, de trânsito, contra violência, campanhas pela paz, até trabalho voluntário em espaços institucionais das comunidades, como escolas, centros de saúde, hospitais, creches, asilos (MTE, 2002). Em Mato Grosso, as ações que aconteceram em 2000, nos municípios de Cuiabá, Rondonópolis e Várzea Grande, ainda deram destaque à ação solidária ao idoso, educação ambiental, horta na escola e direitos humanos (UFMT, RELATÓRIO SCV, 2000).

Sposito e Corrochano (2000), citando Loncle (2003), ainda que seu pensamento esteja afeto ao contexto francês, destacam, na visão deste autor, como as políticas de juventude se assentam em um tripé formado pela idéia de cidadania, de proteção e de pacificação social. Por isso, justifica, o que prevalece é uma cidadania baseada em uma “obrigação de cidadania”. Pois, como diria Loncle,

[...] trata-se de transformar os jovens em cidadãos ativos, em indivíduos que participam da sociedade nacional, dispostos a defendê-la em tempo de guerra ou renová-la em tempo de paz. Assim, os registros que assinalam as relações sociais que ancoram as ações públicas estariam dominados por conteúdos simbólicos que permitiriam principalmente "identificar os projetos globais do Estado" e com maior fragilidade resolver efetivamente os problemas dos jovens (LONCLE, 2003, apud SPOSITO e CORROCHANO, 2005, p.146).

Profundamente convergente com essa idéia está a seguinte afirmativa:

---

<sup>41</sup> MTE, GUIA PLANFOR, 2001, p. 98.

SCV é voluntário e busca fortalecer e estimular a prática do voluntariado em diversas formas de prestação de serviços baseados na ação cidadã. É também, uma atividade pública, exercida sempre em instituições do Estado e organizações não governamentais da sociedade civil, de interesse público (MTE, GUIA PLANFOR, 2001, p.98).

Subjaz, assim, pressupostos de que a atuação voluntária possibilita aos jovens a chance de desenvolver percepção, sensibilidade, flexibilização, capacidade de reflexão e interpretação da realidade social; auto-estima, iniciativa e confiança em si mesmos; capacidade de escolha e de tomada de decisão; habilidade de conviver e trabalhar cooperativamente em grupo; habilidade de associar-se com adultos com base na parceria, apreciação e respeito mútuos.

Essa perspectiva tem sido recorrente em programas dirigidos às juventudes, cuja prática voluntária se configuraria tanto pelas ações criadas por eles próprios, como pelo engajamento em uma organização de fim social. É isso que caracterizaria, nesta mesma linha de argumentação, o chamado *protagonismo juvenil*, que mais adiante será apreciado a partir do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Humano e Social.

O trecho que segue, extraído do material didático do programa de Mato Grosso de 2001, é paradigmático ao mostrar como a elevação de características pessoais e atitudinais é agravada pelo que oculta. Provocando os jovens pergunta-se: “Porque devemos ser otimistas?” A resposta vem primorosamente construída revestida de profunda ideologização.

Diante de situações desagradáveis tendemos a nos deprimir e introverter e, muitas vezes, generalizamos uma situação com outra que pode não trazer necessariamente os mesmos danos. [...] Ser positivo ou otimista, é deixar a desesperança de lado e com ela, o desamparo ou **impotência aprendida** (*learned helplessness*) (Grifo nosso). Esses fatores trazem a depressão e começam a fazer parte de um estilo explicativo utilizado por você quando se defronta com situações de **falta de controle da adversidade** (Grifo nosso). Ser positivo e otimista significa: Sucesso na vida econômica! Sucesso no trabalho! Sucesso nos esportes! Na política e até na saúde! (SETEC, SERVIÇO CIVIL VOLUNTÁRIO, 2001, p. 78)

Em *Americanismo e Fordismo* Gramsci já afirmava como o fordismo requeria um trabalhador com novas atitudes frente ao novo processo produtivo, um *novo homem* que inscrito na base material da sociedade exigia a formação de uma mentalidade e um modo de vida mutuamente relacionado ao novo modelo de produção que servisse às necessidades do capital, ainda que nos tempos atuais esta servidão dê-se pelo desemprego, o que mostra o quão contemporâneo é a capacidade explicativa de seu pensamento. Ao assinalar a necessária unidade entre formação para o trabalho e a formação de um novo ser social, Gramsci mostra a fortíssima mescla entre a esfera da produção e a esfera da reprodução de modo que a organização do sistema produtivo transcende o mero fato econômico, na medida em que exige uma vasta empresa intelectual para implementá-la.

Desse modo, a organização da produção e a ideologia aparecem intrinsecamente vinculadas. É, então, a partir do fordismo que Gramsci aprofunda o conceito de hegemonia na relação infra-estrutura e superestrutura, rompendo a mecânica separação entre as duas esferas, reafirmando que, embora a hegemonia não se construa independente da base material, nela operam a educação, os costumes, os valores (GRAMSCI, 2000).

Daquele trecho reproduzido acima se pode inferir, então, a perversidade deste modelo que remete aos indivíduos uma responsabilidade de *controlando a própria impotência vencer as adversidades*. Descortina o processo de individualização e de psicologização da própria questão social, ancorado em perspectivas em que *menos saber técnico e complexo* e mais resultado – *saber ser* - para resolver problemas é a tônica, ao modo do chamado modelo de competências na perspectiva do capital já analisado. E é duplamente perverso porque prepara mal para um trabalho que não existe, manifestando o vigor de uma tendência que, em razão das próprias condições econômicas do país, empurra continuamente as juventudes para a periferia do sistema. Provavelmente nem por mérito individual, ao modo da tradição liberal burguesa, seja possível que os jovens ocupem cada um o seu lugar no mercado de trabalho.

Daí a insistência em valores, como solidariedade, vinculados ao ideário da prática do voluntariado como base para uma ação cidadã que, embora apareça nas citações dos jovens do SCV pareceu ter pouca expressividade na vida cotidiana dos mesmos. Foram esporádicos os casos em que o jovem tenha dado continuidade a

algum trabalho da natureza proposta, a não ser aquele que já vinha de uma trajetória de inserção em movimento de base comunitária, situação rara.

A indagação aos jovens sobre as razões de procura pelo SCV, desvela, paradoxalmente, um outro lado, pois seus argumentos não davam indicações de uma procura por qualificação num campo específico que pudesse significar uma perspectiva de futuro profissional. As condições da realidade não lhes colocavam muitas alternativas, daí que um curso de 'computação' hoje, de 'mecânica de automóveis' amanhã, e depois um outro de 'repositor de gôndola de supermercado' significava aquilo que lhe era possível acessar no momento para poder ter alguma condição de enfrentar o mercado de trabalho. Isso leva ao encontro de uma reflexão presente em Martins (1997) quando contrariando a *fetichização da idéia de exclusão* observa como o mercado elevado à categoria de juiz inflexível não oferece muita opção, restando aos trabalhadores *moverem-se no interior do possível* em face da sobrevivência.

Parece, pois, que embora pudesse servir como estímulo para o trabalho, comprometia, em última análise, a qualificação profissional como possibilidade realmente promissora do ponto de vista do futuro exercício em uma atividade ou uma profissão. Desse modo, foi possível encontrar hoje jovens que já realizaram outros cursos de preparação para o trabalho e qualificação profissional, dando a real dimensão do fenômeno da dispersão anunciada por Frigotto (1999):

As iniciativas de cursos do PLANFOR são tão diversas que intervenções focalizadas se materializam por uma dispersão sem limites. Os cursos podem ser para emitir passagens, fazer velas ou aquilo que uma revista de uma seita religiosa indica como solução para o desemprego – treinar os desempregados para oferecer serviços de catar piolho, cuidar de cachorros, catar minhocas [...] (FRIGOTTO, 1999, p. 45).

Resultado da avaliação externa de 2001 informa, na perspectiva dos jovens, sobre as vantagens e benefícios para os desocupados em razão da participação no programa, tendo sido citados a melhoria do relacionamento no trabalho e na família com 34% das referências dos egressos entrevistados em 2000. Afirmaram, à época, ter aumentado informações sobre o mercado de trabalho 12,2%, sendo que o estímulo ao prosseguimento no processo de qualificação profissional apareceu em

7,3%, o que parece comprometer o propósito do programa quanto ao estímulo à escolarização.

Vale a pena destacar a compreensão de cidadania para as juventudes. Em se tratando do SCV, cujo ideário-base explicita o propósito de estímulo a uma *cidadania ativa*, os jovens, indagados sobre o que consideram ser uma pessoa cidadã, numa maior proporção elevaram uma idéia que transita entre o reconhecimento de direitos e deveres e o usufruto dos direitos, o que, à primeira vista, permite inferir um resultado positivo do projeto com ênfase no direito para uma população carente de direitos.

Mais diretamente interpelados sobre a positividade do projeto, significativa maioria (90%) reafirma aspectos relacionados à dimensão da cidadania, mais especificamente ao conteúdo da habilidade básica, cuja ênfase foi dada à questão dos direitos, dos direitos humanos e da participação social e solidária.

Assim, tratar da cidadania, do ser cidadão, implica, na percepção destes jovens egressos do SCV, em ter direitos e deveres do outro para consigo, presente na idéia da garantia de emprego, salário e moradia. Nisto, a participação da vida em sociedade como uma generalização abstrata ganha materialidade.

Entretanto, a freqüência de respostas que remeteram a cidadania para o campo da formalidade, presente, por exemplo, na idéia de possuir todos os documentos, mostra, por outro lado, as ambigüidades presentes que, relacionadas aos depoimentos e questões abertas, ficaram mais evidentes. Indagados sobre o que fazem quando se sentem ameaçados nos seus direitos, mais da metade (55, 25%) devaneia em posições pouco coerentes com a idéia primeira, cujas respostas remetem a solução para o plano individual. (UFMT, RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA, 2002)

A exclusão como uma condição aprioristicamente definida e atribuída pelo projeto, inclusive a partir dos critérios de elegibilidade, revelava que os jovens não se identificavam em sua totalidade com essa condição, de tal modo que 68,42% alegavam para isso o fato de ter família e amigos, ou nunca ter sofrido discriminação, ou, ainda pela razão de não ter passagem pela polícia. Do mesmo modo marcaram o fato de pagar os impostos, de ter acesso à educação e à saúde, o que, nestas condições, desveladas na percepção juvenil, não fazia dele um excluído, ainda que 15,78% afirmassem viver algum tipo de exclusão social, seja por não ter

trabalho com carteira assinada, acesso à saúde ou porque apenas os ricos conseguem acessar os direitos no país.

Dispersas nas falas dos jovens estas referências não permitem uma generalização, mas dão pistas para pensar que em não se sentindo excluídos, forma categorial com que os programas em geral os enquadram, demonstra que eles têm tido, no âmbito das políticas públicas, pouca chance de se auto-definir, aspecto este que tem sido caro à própria implementação das políticas, em especial no que se refere à proposição de políticas para as juventudes, quase sempre concernentes ainda ao mundo adulto. O percentual de jovens que não responderam esta indagação, 10,52%, reafirma, paradoxalmente, como a formulação e o uso de noções e conceitos não encontram expressividade nas suas próprias vidas, o que permite problematizar o modo como estas experiências constroem o processo e a relação de aprendizagem à revelia de uma formação que seja crítica e emancipadora.

Bem, mas a análise sobre o que informa a fonte documental do SCV, incluindo-se aqui os relatórios de gestão e de pesquisas de avaliação, não pode, contudo, ser realizada apenas como resultado de uma possível ineficácia do programa, pois há condicionantes de natureza externa, verificados na crise estrutural do emprego decorrente do processo de reestruturação produtiva, comprometendo a absorção da força de trabalho no país. É fato que a base documental do SCV, especificamente a que trata de sua formulação (MTE, 2002), permite encontrar uma ampliação da compreensão de pobreza que, afetando particularmente a juventude, se configura como processo - e não mais como um estágio.

Assim, admite-se, há um círculo perverso em que se somam e se reforçam mutuamente desvantagens em diferentes áreas – habitação, alimentação, saúde, escolaridade, capacitação, trabalho, cultura, lazer, informação – que tornam mais difícil, quando não impossível, o acesso a benefícios públicos (MTE, 2002).

Por isso, cabe verificar que além da configuração de uma ideologização perversa, a articulação pretendida do programa com outras políticas públicas de trabalho e renda que poderiam gerar iniciativas de geração de emprego e renda para estes jovens, não ocorreram, resultando quando muito em frágeis laços de integração que comprometeram, em última análise, o acesso e a permanência das juventudes no mercado de trabalho.

Deste modo, ainda que parametrado na idéia de juventude como sujeito de direito, o SCV, nos moldes como executado, corre o risco de mais servir ao mundo produtivo capitalista e, em vez de formar trabalhadores no sentido do trabalho como uma relação social, como adverte Frigotto (1998), pode estar contribuindo para transformar os jovens em algozes de si mesmos na medida em que, além de propugnar um caráter utilitarista e moralizante do trabalho, propõem soluções centradas nos indivíduos, retirando a natureza pública e coletiva necessária ao enfrentamento do desemprego e da precarização do trabalho colocando em questão o próprio sentido de pertencimento das juventudes pobres.

#### **4.2. Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano – caracterização, desempenho e ideologização**

Há um fio condutor que permitiu a opção pelo Projeto Agente Jovem como unidade de análise deste estudo que é a compreensão de que a assistência social e o trabalho sempre foram pontos de referência recíproco, ainda que este debate encerre polarizações porque essa relação vem se dando no âmbito de uma ordem e de uma lógica capitalista que fez, inclusive, gerar manifestações de desencontros, como coloca Ianni (1992), que sintetizaram na questão social brasileira.

O trabalho é uma invenção moderna do industrialismo, falando-se aqui do trabalho assalariado porque é a partir daí que surge o reconhecimento da cidadania social exigente de uma ação positiva do Estado no sentido de propiciar condições, bens, serviços e oportunidades de inclusão social, em que os direitos sociais surgem, inclusive, para livrar os cidadãos da tirania do trabalho, ou seja, para que não aceitem qualquer trabalho sob qualquer condição. Qualquer trabalho significaria cair na armadilha da pobreza que, do mesmo modo que o assistencialismo, não liberta, oprime. Assim, temos a assistência social ideologicamente vista como oposta, como uma contraparte do trabalho, mas que na verdade tem e sempre teve com ele uma relação de mútua implicação (Pereira, 1996).

Entretanto, na ética capitalista, lógicas distintas parecem mover estes dois campos. A assistência social, como uma modalidade de política que compõe a

cidadania social, luta por cumprir um papel protecionista ao mesmo tempo em que tem seus rumos definidos pela ética capitalista do trabalho. O destinatário da assistência social é considerado como um fracassado para o trabalho, o que faz evidenciar, inclusive, sob o prisma teórico-conceitual, interpretações distorcidas da assistência, cujo adjetivo *social*, como bem coloca Pereira (1996), faz desta uma política de desprestígio, em que o constrangimento causado a partir dessa conotação descamba em preconceito e estigma. Tal antagonismo em relação ao trabalho remunerado e ao emprego aparece na atualidade de modo muito mais incisivo, de forma que a assistência serve como saída diante da condição imperfeita do mercado de trabalho.

Isto posto, diante dessa relação tensionada em que se evidencia a contradição, onde a ética capitalista do trabalho tem forte vínculo com a rentabilidade econômica, enquanto a assistência social tenta mover-se pela lógica das necessidades sociais, como analisar este duo em tensão tomando os fundamentos da reorientação do capitalismo, no mundo do trabalho e nas políticas sociais? É tendo isso como pano de fundo que a análise sobre o Projeto Agente Jovem também se desenvolve.

### **Da configuração e caracterização**

Idealizado e implantado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, que passará a ser identificado aqui como Agente Jovem, foi criado em 1999 e inicialmente foi incorporado pelo Plano Nacional de Segurança Pública cujo objetivo era integrar as políticas de segurança, políticas sociais e ações comunitárias, sob a forma de cooperação entre o governo federal e os governos estaduais tendo em vista intensificar as ações do Programa Nacional de Direitos Humanos.<sup>42</sup>

---

<sup>42</sup> As fontes documentais utilizadas para a análise do Agente Jovem que serão referidas neste ítem da Tese são: RELATÓRIO CONSOLIDADO DO PROJETO AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO. Triênio 2000-2002. Governo do Estado Mato Grosso. Fundação de Promoção Social – PROSOL. Coordenação de Projetos Especiais. Cuiabá (MT), Dezembro de 2002; RELATÓRIO DO PROJETO AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO. Secretaria Municipal de Bem-Estar Social, Cuiabá-MT, 2004; CUIABÁ, Secretaria Municipal de Bem Estar Social. Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Humano e Social. Projeto Técnico, 1999; MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E

Embora criado como uma ação de governo, foi incorporado pelo governo seguinte, de Luiz Inácio Lula da Silva (2004-2006), revestindo-se de um *status* de política de Estado na medida em que ganhou caráter de permanência e continuidade, vinculando-se a um Ministério criado neste mesmo governo, o da Assistência Social (MAS), que a partir de 23 de janeiro de 2004 passa a ser Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), incorporando programas sociais antes desenvolvidos, assim como competências do MAS, do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) e da Secretaria-Executiva do Programa Bolsa Família, antes vinculada à Presidência da República.

A participação das três esferas de governo, assim como o regime de cofinanciamento rege o financiamento do Agente Jovem, que procura convergir ações de outras áreas como saúde, meio ambiente e justiça tendo em vista a otimização de recursos via parcerias.

O Projeto Agente Jovem se configura como ação de assistência social destinada a jovens entre 15 e 17 anos e tem como objetivo a promoção do exercício pleno da cidadania aos jovens em situação de vulnerabilidade e risco social, estimulando o desenvolvimento pessoal, social e comunitário. O guia para gestores estabelece que o projeto se constitui em ações de:

[...] preparação do jovem para atuar intergeracionalmente e evoluir para o desenvolvimento pessoal e comunitário, com base em dois eixos. O primeiro eixo trabalha com a perspectiva de que o jovem possa ser **reintegrado à sociedade, resgatando vínculos familiares** (Grifo nosso) e que adquira “ferramentas” que possibilitem a definição de um novo projeto de vida, **reinserindo-o no sistema educacional** (grifos nossos) e propiciando atividades que facilitem a sua **inserção no mercado de trabalho** (Grifo nosso). O segundo voltado para o conceito de **protagonismo juvenil** (Grifo nosso) onde os jovens receberão, para isso, preparação adequada para atuarem em suas

comunidades ao apoio às áreas de saúde, meio ambiente e cidadania (MPAS, GUIA PARA GESTORES, 2000, p.6).

Esse conjunto de ações responde aos objetivos gerais da proposta que pretende, além de inserir ou reinserir o jovem no sistema educacional, prepará-lo para o mundo do trabalho, oferecendo elementos conceituais que permitam uma superação e desenvolvimento de seu potencial protagonista. Observa-se, portanto, que o projeto é enfático ao insistir e perseguir um tipo de participação juvenil, ou, como se refere, uma inserção social tendo em vista sua contribuição para a transformação da própria comunidade. Esses objetivos encerram profunda ideologização, como se verifica mais adiante.

No atendimento de seu público-alvo o projeto também deve contemplar jovens egressos de programas sociais, a exemplo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que tenham praticado atos infracionais, medida socioeducativa (egressos ou em liberdade assistida), estejam sob medida protética (Art. 101 do ECA) ou sejam oriundos de programas de atendimento a situações de exploração sexual.

Até 2005 foram atingidos pelo programa 112.536 jovens, em 1.711 municípios, tendo sido a meta para 2006 estipulada em 121 mil jovens<sup>43</sup>.

No que se refere à capacitação do Agente Jovem o projeto estipula carga horária mínima de 300 horas/aula, dividida em núcleo básico e específico, além da prática de atuação do jovem na comunidade.

O primeiro momento contempla a abordagem de temas que busquem despertar a auto-estima do jovem, o protagonismo juvenil, desejando permitir que eles entendam seu poder de transformação. Para tanto, sua programática deve compor temas e conteúdos que estimulem o jovem na construção de um projeto pessoal, dada a compreensão de que ao jovem é possível planejar e construir o próprio futuro.

A abordagem do jovem como agente de transformação, visando a ação comunitária nas áreas de saúde, cidadania, meio ambiente, esporte, cultura e turismo (MPAS, GUIA PARA GESTORES, 2000), compreende o segundo momento

---

<sup>43</sup> Relatório Anual de Gestão – Secretaria Nacional de Assistência Social e Fundo Nacional de Assistência Social/2004. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/Relatórios>> Acesso em: 10/05/2005.

da formação. Assim como no Serviço Civil Voluntário este jovem deve ser também *agente de cidadania*.

Em Mato Grosso foi a capital Cuiabá que inicialmente em 2000 primeiro implantou o projeto - com dois núcleos de vinte e cinco jovens, respectivamente -, diretriz esta definida nacionalmente, justificada a partir de um diagnóstico de que é nas capitais em que se concentram os jovens e suas problemáticas. Contou com uma parceira da iniciativa privada, a *White Martins*, uma empresa que à época financiava outros projetos em municípios brasileiros que acrescia nacionalmente ao projeto um aporte financeiro para 1.500 jovens em várias capitais, compondo seu quadro de programas e ações no âmbito de sua política de responsabilidade social. Neste mesmo ano mais 16 municípios de Mato Grosso implantaram o projeto, além da capital.

O IDH foi nacionalmente estabelecido como referência para seleção de municípios, considerando especialmente aqueles em situação de emergência (enchente, seca, desastre ecológico, etc.), assim como a habilitação na gestão municipal, devendo apresentar ainda indicadores de juventude de modo que à agenda social do município integrasse programas destinados à comunidade indígena, quilombola e assentamentos rurais.

Em 2001 a ampliação do projeto ocorre em Cuiabá que instala vinte e seis núcleos de Agente Jovem, totalizando 650 jovens em vinte e quatro bairros atingindo as distintas regiões administrativas do município e respectivos bairros. Informações da gestão municipal do projeto à época afirmavam que os critérios de definição dos núcleos tinham por base o conhecimento do perfil sócio-econômico das famílias, a incidência de violência envolvendo os jovens, com destaque para abuso de álcool, uso e comércio de drogas ilícitas, brigas de gangues e furtos. Além disso, também se destacavam em razão do alto índice de gravidez precoce e de jovens meninas vítimas de violência e abuso sexual (COSTA, 2005).

Até o segundo semestre de 2004 o Agente Jovem estava presente em 21 municípios mato-grossenses, cumprindo a mesma meta de 2002, atendendo 1.150 jovens, conforme dados da Fundação de Promoção Social, antigo órgão gestor da Política de Assistência Social no estado, atualmente a cargo de uma Secretária Adjunta no âmbito da Secretaria de Estado de Trabalho, Justiça, Cidadania e Assistência Social (SETECS).

O ano de 2005 representou ampliação que se considera significativa das metas do projeto, expandindo-se para mais 13 municípios, perfazendo um total de 34 municípios, ou seja, 24% de cobertura no estado. A capacidade de cada núcleo é atender 25 jovens/mês, sendo que em 2005 representou um aumento de 61% ou seja, 1.775 (um mil, setecentos e setenta e cinco) jovens/mês, uma ampliação que significa em termos numéricos mais 625 jovens atingidos pelo programa em Mato Grosso (SETECS, 2005).

Com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que também ocorre em 2005, a execução do Agente Jovem passa a ser entendida como Proteção Social Básica ao Jovem (PSB Jovem), atendida por meio das modalidades reguladas pela Portaria nº 879 de 3 de dezembro de 2001 e Portaria nº 736 de 15 de dezembro de 2004. Seus objetivos são, grosso modo, mantidos pelo MDS, mas que ensaia de modo mais orgânico uma articulação<sup>44</sup> a partir da nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS), da proposta de Política Nacional para Juventude e da Norma Operacional Básica (NOB-SUAS/2005) como regulação para construção do SUAS, por meio de serviços direcionados aos jovens, visando atender aos mais vulneráveis e grupos em maior risco, garantindo os direitos fundamentais e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Deste modo, o Programa Agente Jovem é parte integrante da Rede de Serviços de Ação continuada (Rede SAC) prevendo contrapartida das Prefeituras Municipais.<sup>45</sup>

### **Do desempenho e sua problematização**

O monitoramento realizado pelo órgão gestor do estado de Mato Grosso, no triênio 2000-2002, em sua maior parte através de supervisões e, em menor medida,

---

<sup>44</sup> Proteção Social Básica para Juventude. Orientação para a implantação do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. Brasília, 2005.

<sup>45</sup> O Governo Federal financia R\$ 1.000,00 (mil reais)/ ano por jovem atendido, sendo o recurso distribuído para cada grupo de 25 jovens, prevendo as seguintes quantias de repasse para as modalidades de ações; Bolsa Agente Jovem (PSB Jovem – Bolsa) – R\$ 65,00 /mês; Ação Socioeducacional (PSB ASE), entendida como: Bolsa Orientador Social, Capacitação e/ou Aquisição de material de consumo. Este recurso é repassado aos municípios em 4 parcelas consecutivas de R\$1.375,00 para cada grupo de 25 jovens, e pode ser utilizado, durante os doze meses de execução do Programa, para o pagamento da Bolsa Orientador Social (no mínimo R\$ 200,00 mês), Capacitação (contratação de profissionais) e/ou aquisição de material de consumo. O financiamento das ações socioeducacionais (ASE) não é *per capita*, ou seja, por jovem atendido, e sim, para garantir o atendimento de até 25 jovens.

acompanhamento *in loco*, apresentou as dificuldades de várias ordens, desde problemas com a adoção de rotina de envio de relatórios de desempenho e execução físico-financeira, paralisação do projeto em razão de aplicação indevida de recursos, até à ausência de recursos humanos qualificados.

Na realidade, no que se refere ao monitoramento e avaliação, o gestor estadual demonstra a debilidade de condições que impunham limites ao seu trabalho, como ausência de preparo da equipe técnica, dificuldade de locomoção para as supervisões, dificuldade de comunicação com os municípios; dificuldade para acompanhar a sistemática organizativo-burocrática em virtude da comunicação ausente entre o município e o gestor estadual, uma vez que as informações eram repassadas no trânsito direto Secretaria Estadual de Assistência Social (SEAS)-município denotando, inclusive, uma incapacidade de articulação entre as três esferas de governo. (PROSOL, RELATÓRIO CONSOLIDADO, 2000-2002, p. 4-6)

O resultado da primeira oficina de avaliação realizada em 2002 com 17 municípios dos 21 que executavam o projeto mostrou o grau destas dificuldades, tanto no se refere à proposta pedagógica do projeto – profissionais não capacitados, insuficiência e inapropriação de material didático-pedagógico -, aos recursos humanos, com sobrecarga de trabalho dos coordenadores e impossibilidade de contratação com vínculo empregatício, até àquelas relativas à fragilidade da rede de serviços que desvelava a ausência de uma articulação instersetorial que abrangesse tanto organismos estatais quanto entidades da sociedade civil que viessem a fortalecer o projeto (PROSOL, RELATÓRIO CONSOLIDADO, 2002, p. 8-9).

Dados de pesquisa realizada pelo TCU em 2003 revelaram que os orientadores sociais que trabalhavam no projeto estavam adequados em apenas 19% dos municípios, contrariando, portanto, o perfil recomendado de ser estagiário da área e ter experiência com trabalhos com jovens e adolescentes. Não se estranha, portanto, que parte destes orientadores poderia ser o próprio público do Agente Jovem.

O próprio TCU em seu relatório constata a ausência de um sistema de monitoramento que, para além da verificação de cumprimento de metas pelos municípios, fosse capaz de formular indicadores de desempenho que permitissem acompanhar o desenvolvimento do projeto em nível nacional, assim como os resultados atingidos.

É perceptível, pois, nestas condições, a fragilidade do trabalho e a instalação na precariedade de projetos voltados para populações vulnerabilizadas, traço comum na política social brasileira que historicamente tendeu a compensá-las com programas pouco consistentes teoricamente e não sustentáveis economicamente, traduzindo-se em uma imitação de política pública.

Parece exemplar a referência do estudo de Costa (2004) que revelou as condições de funcionamento do projeto em Cuiabá, fazendo-nos associar àquela discussão já apresentada no âmbito do SCV, desveladora de uma instalação na precariedade:

Na Unidade do Jardim Umuarama o projeto funcionava, após várias mudanças no quintal da casa do presidente de bairro, embaixo de uma lona, no período da tarde, onde a temperatura passa dos 40º graus em alguns dias. Após a constatação da falta de condições para o desenvolvimento do projeto este mudou para as dependências da Escola Municipal [...] (COSTA, 2004, p. 31).

Dados de escolarização captados nesta mesma pesquisa em um bairro da capital, Cuiabá, com três núcleos de Agentes Jovens em 2002, revelaram que os jovens no período da pesquisa com 17, 18 e 19 anos, dois anos após o projeto, totalizavam 70% cursando o ensino médio, com índice de reprovação em torno de 66%, sendo que 20% reprovaram mais de uma vez. O horário de estudo destes mesmos jovens é majoritariamente noturno em função do trabalho e embora a evasão (34%) seja menor que a reprovação, a alegação para isso é, com maior número de citações, a busca por estratégias de sobrevivência, ou seja, trabalho, que correspondeu exatamente à metade dos jovens entrevistados que, na verdade, realizavam “bicos” (COSTA, 2004, p. 89-99).

Ao se apresentarem os resultados do projeto no período 2000-2002, o tema do *desligamento* diz respeito ao modo como se trabalhou a saída dos jovens do projeto, isto é, quais ações os municípios desenvolveram de modo a atender a meta de inserir no mercado de trabalho.

Sobre isso a maior dificuldade relatada encontra na falta de vaga sua pior realidade. Isso diz respeito a uma questão já tratada anteriormente, em primeiro lugar das restrições reais em fazer articulação com instituições do próprio município, depois com empresas do mercado de trabalho local. São poucos os que fazem referência, por exemplo, ao fato de jovens saírem do programa e se inserirem em cursos de qualificação, a exemplo de mecânica, montagem e manutenção de

microcomputador, confecção de bijuterias, atendimento ao público, dentre outros, ou projeto como Célula de Emprego<sup>46</sup>, Balcão de Empregos, seja, então, por intermédio de postos do Sistema Nacional de Emprego (SINE) ou de secretarias municipais do trabalho, gestores do Programa Qualificar.

Há ainda referências às organizações não-governamentais que acolhem em seus projetos jovens desligados do Agente Jovem, como foi o caso do município de Nova Mutum que absorveu cerca de 50% dos jovens em um programa que também remunera os integrantes. Também despontou o estímulo dado ao trabalho voluntário, assim como timidamente houve caso em que a própria prefeitura decidiu por ofertar curso de informática aos jovens.<sup>47</sup> Entretanto, são dados muito genéricos, pouco precisos e que, portanto, não permitem inferir conclusivamente, mas possibilitam mostrar aquele estágio de precariedade do programa.

Retrata, inclusive, para o período analisado, a inexistência de um debate na sociedade sobre a necessidade de planos e políticas voltadas para as juventudes. Todo esse quadro ganha mais gravidade quando se percebe o próprio impacto do desligamento na família, visto que o corte da bolsa recebida pelo jovem resulta numa queda da renda familiar, ainda que a família fosse muitas vezes vista pelos gestores locais do programa como “unicamente” interessada no recurso e, de tal maneira, pouco compreendendo e contribuindo com o programa.

O orçamento familiar reúne estratégias que buscam atender da melhor forma possível às necessidades de seus diversos membros, de tal modo que estudos sinalizam como essas estratégias teriam como elemento central o recurso ao trabalho complementar do cônjuge e dos filhos para compensar os baixos rendimentos daquele que é o principal provedor, o que leva a uma ampliação do número de membros ativos da família, uma redução da proporção daquelas em que uma só pessoa trabalha e um conseqüente aumento da participação de mulheres e de jovens na PEA (MONTALI, 2000; 2004).

Contudo, ainda que o trabalho do jovem não se defina apenas a partir da necessidade de sobrevivência, adicionando-se outras razões como acesso ao consumo, construção de identidades que definem o que é ser jovem em um país,

---

<sup>46</sup> Projeto desenvolvido pelo SINE no posto do município de Alta Floresta.

<sup>47</sup> Experiência dos municípios de Cláudia e Poconé.

tanto nos centros urbanos como no campo, o que amplia, pois, o espectro de fatores, não é possível desconsiderar o peso da necessidade familiar.

As percepções dos orientadores sociais, desveladas a partir da documentação, põem em xeque a própria centralidade da família como princípio central do projeto apreendido pela necessidade de desenvolvimento de atividades socioeducativas que a envolva, cujo objetivo é fortalecer vínculos assim como propiciar a inclusão na vida sociocomunitária.

Desde a carta constitucional de 1988 - “família é a base da sociedade” (artigo 226) - vem se redefinindo o paradigma da proteção, legando um reordenamento político-institucional novo. Percebe-se, por outro lado, uma difícil assimetria entre o que o próprio programa coloca em seus pressupostos e aquilo que gestores e executores vivenciam dada à visível incompreensão de que as famílias vêm experienciando empregos precários, desemprego, deterioração na qualidade de vida e maior pobreza, apesar de algumas referências dos municípios ao perfil e condições familiares como maioria constituída por mulheres chefes-de-família, com jornadas de trabalho extensas, trabalho precarizado, trabalho na zona rural, renda familiar de  $\frac{1}{2}$  a 2 salários mínimos, residentes em bairros periféricos, baixa escolaridade (PROSOL, RELATÓRIO CONSOLIDADO, 2002).

Dado o grau de não uniformização destes dados estas citações conformam apenas uma vaga exposição das condições de vida e trabalho das famílias, uma realidade familiar *supostamente conhecida*, até designada sem cessar, invocada, porém ausente, e não criteriosamente descrita, a não ser de maneira incidental ou indireta. Assim, responsabilizá-las por possível insucesso do projeto é desconhecer de modo radical o contexto das transformações mais gerais que ocorrem na sociedade brasileira e afetam seus componentes. Por isso mesmo, uma deterioração na renda familiar somada à deterioração do mercado de trabalho logra às famílias muito pouco em termos de fazê-la realmente um “espaço de socialização, proteção, reprodução e formação de indivíduos”, conforme assegura Sales (2002, p. 6), considerando que está profundamente vinculada à posição que ocupa nas relações de produção e no mercado de trabalho a capacidade de ela prover as necessidades de seus membros.

Guarda relação com esse debate a questão da importância e do significado dessa fonte de renda para os jovens, uma vez que num contexto e cenário em que

as desigualdades se atualizam, a transferência de renda possibilitada pelo acesso ao programa tem um papel significativo. Mas afinal, qual o significado e impacto da bolsa recebida para o Agente Jovem?

Os relatórios de gestão não dão conta deste aspecto, mas pesquisas de natureza acadêmica (SPOSITO e CORROCHANO, 2005) sinalizam que o uso da bolsa é em geral feito pelo jovem e pela família, já que o valor é dividido para contribuir com a renda doméstica. Sarti (2005) observa como esta prática está vinculada à ética da retribuição comum nas famílias das camadas populares, uma vez que a família é pensada como uma ordem moral, operando como uma referência simbólica central, a partir da qual se formula e se organiza a produção dos significados sobre a existência e sobre a vida social.

A família como ordem moral, fundada num dar, receber e retribuir contínuos, torna-se uma referência simbólica fundamental, uma linguagem através da qual os pobres traduzem o mundo social, orientando e atribuindo significados a suas relações dentro e fora de casa. (SARTI, 2005, p.63)

Entretanto, ainda que se possam inferir os aspectos positivos da transferência de renda para o jovem, cabe perguntar se os programas têm efetivamente proporcionado melhores condições de inserção social através de suas atividades com qualidade suficiente para oferecer aos jovens oportunidades de acesso ao mercado de trabalho e de prosseguimento de seus estudos.

Pochmann (2002) ao argumentar favoravelmente às políticas de transferência de renda para jovens sublinha o fato de se constituírem em ampliação da moratória econômico-social, distanciando os jovens do mundo do trabalho a fim de que possam optar pela escolarização e formação profissional.

Os dados não permitem, contudo, afirmar isso, e o Agente Jovem parece ainda bem distante de conseguir fazer com que os jovens alcancem condições adequadas de uma inserção social e profissional diferente da dos seus pais e irmãos. Nesse sentido, conforme sublinham Sposito e Corrochano (2005), a simples transferência de recursos aos jovens, individualmente, sem programas que possibilitem o acesso a condições adequadas de inclusão social, pode significar a simples transferência aos sujeitos da responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso em termos de ascensão econômico-social.

Observa-se que mesmo em relação à inclusão escolar proporcionada pelo Agente Jovem não modifica aspectos centrais da trajetória escolar dos jovens, marcada pela má qualidade do ensino, pela difícil relação professor-aluno, pela ausência de sentido para muitas atividades realizadas na escola, pela inexistência de diálogo entre a escola, os jovens e a família, entre outros.

Agrega-se a essa análise o fato de que o modo como as atividades eram conduzidas revela a permanência e a reprodução de vários elementos e práticas típicos do universo escolar tradicional. Apesar do distanciamento entre a escola e o programa, uma matriz escolarizada se impunha como modelo educativo dominante, tomando-se por base algumas características, como a divisão e o controle do tempo e do espaço, o método transmissivo, o controle da presença, a prescrição de atividades, etc. Inicialmente torna-se necessário problematizar o fato de que os projetos sociais voltados aos jovens pobres têm sido marcados pela exigência de contrapartidas, o que não se verifica em relação a outras classes sociais. Além disso, os projetos acabam se diluindo em ações momentâneas e improvisadas, com certo viés assistencialista, uma vez que não contam com recursos e estrutura apropriados.

### **Da ideologização e sua manifestação**

É perversa a dimensão ideológica com que se reveste a qualificação profissional ou preparação para o mercado de trabalho. Face à inexistência de postos de trabalho, é no nível do discurso que mais se “vende” o ideário presente nas mudanças paradigmáticas do sistema produtivo, “comprado” por distintos sujeitos na sociedade, incluindo o estado, as empresas, os trabalhadores. O que se verifica é que no caso das juventudes, e especialmente nos projetos e programas de preparação para o trabalho e qualificação profissional, dada a inexistência de postos de trabalho e de mecanismos reais e eficientes que vinculem estes programas a outros, está nos atributos pessoais a maior ênfase desta preparação.

A respeito do propósito de reinserir o jovem no sistema educacional e no mercado de trabalho, firmado insistentemente nos documentos-base do Projeto Agente Jovem, pode-se depreender que é um objetivo que de certo modo aponta para responder à perda da função socializadora da escola e da família, o que

caracteriza nos termos de Abad (2003) o processo de desinstitucionalização típica da condição juvenil contemporânea, conforme já explicitado. O reconhecimento desse processo está expresso em documento do projeto, conforme se verifica abaixo.

[...] a ausência de perspectiva de futuro, devido ao baixo nível de escolaridade, da falta de renda familiar causada pelo desemprego, a impossibilidade da formação e da capacitação profissional, gera a evasão escolar e desocupação juvenil, que levam muitos jovens à submissão da exploração sexual e à participação de crimes, como assaltos e furtos, em busca de alcançar algum bem material que julgam incapazes de conquistar através da família ou trabalho. (SMBES, RELATÓRIO, 2004, p. 4)

Nesses termos, tal processo antagonicamente marcado pela inexistência da moratória social e vital, associada, pois, à ausência da escola e da família e do próprio Estado, tende a legar aos jovens ações compensatórias, o que significa dizer que projetos dessa natureza não parecem ser sozinhos capazes de responder a esse processo de modo a satisfazer as demandas juvenis.

Contudo, vale iniciar, no tocante aos pressupostos teórico-filosóficos que informam o projeto, pela concepção de juventude a ele subjacente. O jovem que é sublinhado e para o qual este projeto basicamente se destina é visto como problema social, de tal modo caracterizado como carente, não inserido socialmente, desempregado, não participativo e sob risco social. É preciso dizer que ainda compõem critério de definição do público-alvo do projeto jovens egressos de programas sociais, em situação de medida sócio-educativa ou liberdade assistida, sob medidas protetivas ou, ainda, oriundos de programas de atendimento a situações de exploração sexual. Observa-se, desse modo, o que se considera risco na perspectiva adotada pelo projeto, de tal maneira que, bem ao modo da tradição funcionalista, o jovem a ser preparado/qualificado pelo projeto encontra-se em situação tendencialmente de desvio, caso não seja já oriundo de outros programas.

Essa forma de compreensão encontrada nos relatórios de gestores, tanto estadual como municipais, ganham evidência quando a *mudança de comportamento* juvenil aparece como dado mais significativo que denota o impacto positivo do programa. Para tanto, a personalidade do jovem é alvo de preocupação e deve ser

objeto de intervenção, de modo que contradiz a perspectiva que inscreve o adolescente como um sujeito de direito, inclusive recebendo tratamento jurídico considerado em tese protetivo.

Assim, o modo como estes jovens são vistos contraria toda a inspiração teórico-filosófica e normativa dos direitos humanos que busca inclusive romper com a ideologia de superioridade adulta, paternalista e de infantilismo difundida socialmente.

Mas, enraizado também está na sociedade esse modo de enxergar as juventudes-problema uma vez que são os próprios documentos que vão pouco a pouco deixando transparecer que sobre a questão da interação com a comunidade a maior dificuldade encontrada tem sido a rejeição e a descrença das comunidades locais nos próprios jovens. Olhados ainda como *infratores*, na contramão do próprio ECA que designa a denominação criança, para pessoas com até doze anos incompletos, e adolescente para aquelas que possuem entre 12 e 18 anos de idade, expressa a visão estigmatizadora das sociedades locais que serve à naturalização da desigualdade, da violência, do preconceito. Os fragmentos seguintes, que indicam *pontos fracos e/ou avanços identificados e dificuldades vencidas* em relação à capacitação desenvolvida com os jovens, demonstram o tom de como isso ainda se faz presente nos municípios.

[...] Conseguir credibilidade da comunidade [...]

[...] Aceitação da comunidade [...]

[...] Comunidade passou a elogiar o adolescente [...]

[...] Melhor integração na comunidade [...]

[...] Aprovação da comunidade [...]

[...] Desconfiança do trabalho dos jovens por parte da comunidade [...]

[...] Rejeição da comunidade [...]

[...] Resistência por alguns da comunidade [...]

[...] Falta de participação da comunidade [...]

[...] Descrédito e pouco envolvimento da população de alguns bairros [...] <sup>48</sup>

---

<sup>48</sup> Retirados do Relatório Consolidado do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. Triênio 2000-2002. PROSOL, Item III e Item IV, 2002, sem página.

Por isso, preencher o “tempo ocioso” é visto positivamente, restando demarcar, ainda que em rápidas linhas, a questão importante sobre o *tempo livre* juvenil que, em se tratando de jovens das classes populares é visto com reservas porque revestido de perigo, uma visão que não apenas se faz presente no senso comum, mas que ganha terreno no âmbito de estudos e no campo da formulação de políticas públicas. Assim, a forte associação da juventude com violência e criminalidade vai conformando essa visão de jovens pobres como ameaça, compondo, assim, um discurso ideológico que classifica e diferencia – *infratores* –, rotula inspirando o medo da diferença e protegendo da suposta violação da segurança. É o que redundava igualmente no perverso processo de *criminalização da questão social* (IANNI, 1992; IAMAMOTO, 2002).

Bauman (2005) ao frisar como as juventudes se encontram hoje sem lugar social, alega que a razão maior para seus sofrimentos está no fato de ser toleradas ou, na melhor das hipóteses, tratadas com benevolência e caridade, o que não significa que não sejam colocadas, portanto, sob suspeição (2005, p. 21-22). Desta feita, é necessário ocupar os jovens, não deixar espaço vazio para o mau comportamento, para as más influências, pois estes, jovens como tais, e pobres, são potencialmente ameaçadores da ordem social.<sup>49</sup>

Preconceito desvelado que também se faz presente nos limites enfrentados pelos gestores do Programa Agente Jovem em realizar junto à sociedade local, mas também aos próprios organismos do município, articulações efetivas que redundem na oferta de vagas para inserção no mercado de trabalho. As ações conjuntas que ocorrem com instituições municipais se traduzem em pontuais aproximações por intermédio de palestras (prevenção de doenças, em especial DSTs, de gravidez na adolescência, combate ao uso de drogas) – tradicionais em seu formato e em seu conteúdo - e ações de curta duração como reforço escolar.<sup>50</sup> Por isso, o que se verifica são ações debilmente articuladas, portanto, ainda bem distantes de uma

---

<sup>49</sup> Em torno do debate e enfoques sobre o tempo livre argumenta-se que ficou muito esquecido pela ciência e mesmo hoje a vertente que mais sobressai é a que se vincula a estudos de práticas que promovem identidades coletivas e formas de expressão no meio artístico e cultural, a exemplo do *hip hop* do *funk*, etc. “O tempo livre cotidiano dos jovens de periferia continua sendo enxergado, usualmente, sob os prismas da carência (destacando-se tudo aquilo que os jovens não fazem), da ameaça (sobretudo em relação à violência) e da alienação (em contraposição a práticas consideradas engajadas), perspectivas que têm redundado num desinteresse e até depreciação de grande número de atividades que os jovens desenvolvem quando não estão na escola nem trabalhando”(FRANCH, 2002).

<sup>50</sup> RELATÓRIOS e FORMULÁRIOS DE MONITORAMENTO de municípios mato-grossenses, 2002, 2003 e 2004.

formulação de ações/políticas integradas de modo inclusive a compartilhar a própria gestão.

Desse modo, mais uma vez a assistência social aparece, à despeito de todas as conquistas, uma política de desprestígio, em que o constrangimento causado a partir dessa conotação gera estigma, em franca oposição a outras categorias como direito de cidadania, política social, trabalho remunerado, constituindo, em última análise, falsas antíteses e dilemas (PEREIRA, 1996).

Dito desse modo observa-se quão coadunante com o ideário que funda a mudança no sistema produtivo no que se refere às novas qualidades pessoais requeridas pelo capital, atributos pessoais estes que, à despeito de saberes, prima por certos valores e atitudes dos trabalhadores (ARAÚJO, 1997; FOGAÇA, 1998; GENTILI, 1998; POCHMANN, 2002; REVEL, 2002).

São novas exigências cognitivas, afetivas necessárias para uma suposta inserção no trabalho, um arranjo de atributos que tem na verdade mais força ideológica e simbólica do que se imagina, que, pretendendo manter a força de trabalho permanentemente atualizada, acaba por estabelecer um novo modo de ser vinculado a novas formas de disciplina e controle.

Daquela conformação das grandes direções sob as quais se sustenta o trabalho do Agente Jovem, o que merece um pouco mais de densidade analítica em razão de não ter sido feita antes é o protagonismo juvenil.

O protagonismo, também com centralidade no Agente Jovem, é tomado como uma forma de estímulo ao jovem para conquistar sua autonomia por intermédio de uma participação criativa, que deve ser oportunizada em vivências concretas e compreendida como etapa de seu desenvolvimento pessoal e social.

Na verdade, protagonismo encerra controvérsias político-conceituais. Não é em si um termo unívoco, cabendo certa diversidade e divergência na sua interpretação e apreensão considerando que está intrinsecamente vinculado ao contexto sócio-político e histórico que o conforma. Neste aspecto, vai ganhar significação ao aparecer como pilar das reformas e carregado de simbologia no campo educacional.

Ferretti et al (2004), sobre esta imprecisão, observam como o tema permeia, na década de 90, tanto o eixo de gestão quanto o eixo curricular da reforma do ensino médio, indo na direção da democratização da escola e do ensino, uma

ênfase que vai renovar os ideais de participação. Entretanto, assevera a imprecisão verificada na literatura sobre esta matéria que não dá conta de fazer a distinção entre protagonismo e participação, imbricando ainda em outros conceitos híbridos ou correlatos como cidadania, identidade e autonomia, realizando aproximações que acabam por tomar a juventude como uma categoria homogênea. Assim, realizando a crítica às inferências de autores que caminham nessa direção, analisa como uma incompatibilidade com o que se empiricamente observa, pois, segundo ele,

[...] se há características comuns entre todos os jovens de diferentes sociedades, é preciso atentar para a imensa variação de condições de vida, de trabalho, de educação, de poder aquisitivo, bem como para os diferentes valores, costumes, crenças etc., possíveis de serem encontrados não apenas entre jovens de diferentes sociedades, mas também no interior da maioria delas. Tais heterogeneidades obrigam a admitir que, da mesma forma que não se pode generalizar as chamadas mudanças inerentes à “era pósindustrial” para toda e qualquer sociedade ou para todos os segmentos de uma mesma sociedade, também não faz sentido pensar a adolescência ou a juventude como únicas e homogêneas (FERRETTI, et al, 2004, p. 416).

Desse modo, não se pode falar de um protagonismo abstrato para uma juventude também abstrata, sem nenhuma ancoragem em materialidades históricas, sob pena de facilmente descambar para idealizações tanto das ações quanto dos sujeitos individuais e sociais a elas relacionadas, tendendo a simplificações do proposto ou, ainda, para leituras que divergem do que é pretendido (FERRETTI et al, 2004).

Mesmo quando se refere ao conceito de *resiliência* trazido por outros autores, fazendo a distinção entre os protagonistas incluindo aí os jovens de classe média mobilizados para a ação voluntária, e resilientes como jovens empobrecidos que mesmo em condições adversas constroem novas habilidades e comportamentos para combater a pobreza, portanto, jovens em condições sociais, econômicas e culturais muito diversas entre si, Ferrettil et al elaboram de modo consistente a crítica, observando que, apesar desse modo de compreender a participação de jovens e adolescentes abrir, potencialmente, perspectivas para ações solidárias diante das necessidades imediatas da população e dos próprios jovens, têm implicações despolitizadoras, pois,

[...] carrega consigo a possibilidade de despolitizar o olhar sobre as determinações da pobreza e sua manutenção, desviando o foco das preocupações do debate político e social sobre tais determinações para o da ação individual ou coletiva, com vistas a minorar, de modo funcionalista, “os aspectos negativos do pós-industrialismo”, designação eufêmica para os desdobramentos sociais e econômicos da atual fase do capitalismo mundial. Nesse sentido, apesar do teor de questionamento das decorrências negativas do “pós-industrialismo”, o protagonismo pode encaminhar a promoção de valores, crenças, ações etc. de caráter mais adaptativo que problematizador (FERRETTI et al, 2004, p. 418).

Buscando a superação de possível visão fatalista que permeia a comunidade institucional do Agente Jovem – orientadores sociais, destinatários e famílias – um dos manuais explicita, especificamente aos orientadores, no seu processo de planejamento e trabalho, dentre as recomendações para a vida cotidiana, a promoção da resiliência:

A resiliência é um fenômeno psicológico construído [...] As condições adversas de vida podem levar as pessoas a uma atitude existencial provisória, um modo de ocupar-se apenas com o presente, baseando-se numa atitude fatalista, de que “não tem jeito, não adianta”. [...] O futuro, a auto-estima, a auto-confiança estão sendo trabalhadas pela tarefa. [...] Junto com a construção da vontade de sentido podemos fomentar no adolescente um projeto de lugar no mundo, no futuro. (MJ, DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2000, p. 6-12)

É essa mesma perspectiva que ao deslocar para os jovens a responsabilidade da possível superação da adversidade, mais uma vez desresponsabiliza o Estado e culpabiliza os sujeitos. Não por menos, a *mudança de comportamento* pretendida, oriunda de uma *reflexão sobre a própria vida e mudanças de valores*, adensa e explicita a concepção que subjaz na versão de projetos municipais, que pretendem *resgatar* o jovem da condição de vulnerabilidade em que se encontram, reatando vínculos familiares rompidos e definindo um *projeto de vida novo* (SMBES, PROJETO TÉCNICO, 1999; SMBES, RELATÓRIO, 2004).

São os mesmos autores que fornecem pistas para identificar nos projetos em análise como a idéia de protagonismo está, portanto, fortemente associada a uma ação social, de tal modo que a definição do caráter desta atuação não

necessariamente está relacionada ao local de atuação, mas aos objetivos e formas de ação, cujo marco referencial é a subjetividade juvenil. Por isso mesmo, cabe o alerta à propósito do uso deste conceito uma vez que os discursos podem ser descontextualizados e recontextualizados, denotando a fluidez e a complexidade das atuais relações políticas, econômicas e sociais, podendo, portanto, servir a outros propósitos, ainda que cobertos pela aura do desenvolvimento humano “para além das necessidades da produção, aberto à diversidade cultural de seu tempo e às responsabilidades sociais”, o que leva a embaçar, assim, nossa capacidade de fazer a crítica (FERRETTI et al, 2004, p. 419-422).

O protagonismo no Agente Jovem ganha uma conotação de ações de caráter tópico, pouco aberto à participação efetiva dos jovens no seu processo de planejamento. Ganha, de outro modo, muitas vezes uma natureza comemorativa, correndo sério risco de muito mais servir como moeda política do que efetivamente responder anseios de participação e inserção dos jovens na comunidade.

Como já se viu essa característica que pode ser resumida na presença forte de um viés participativo com apelo à solidariedade e ao trabalho voluntário dos jovens, é uma ênfase que aparece quase sempre como uma inovação programática, defendendo que a atuação voluntária possibilita aos jovens a chance de desenvolver percepção, sensibilidade, flexibilização, capacidade de reflexão e interpretação da realidade social; auto-estima, iniciativa e confiança em si mesmos; capacidade de escolha e de tomada de decisão; habilidade de conviver e trabalhar cooperativamente em grupo, o que, inclusive tem alimentado discursos progressistas, mas que traduz um direcionamento teórico-filosófico claro assente no ideário neoliberal, fazendo, além de encerrar ambigüidades e paradoxos nestas experiências, crer que a superação é individual uma vez que oculta seus determinantes socioeconômicos.

Pergunta-se se esta preparação tem permitido a saída da situação de vulnerabilidade e risco ao mesmo tempo em que a entrada no mercado de trabalho. Esta questão tem sido respondida pelo gestor estadual do programa positivamente.<sup>51</sup> Entretanto, num mercado com características instáveis, a preparação para o trabalho e a qualificação profissional de jovens tem se revelado no mínimo paradoxal. Embora elevando do ponto de vista teórico-filosófico o jovem à

---

<sup>51</sup> SETECS, Relatório de Gestão, 2005.

categoria de sujeito de direitos essa concepção coexiste com outras concepções e imagens, que ainda tendem a olhar para o jovem como problema, principalmente em se tratando das juventudes pobres. Assim, o conteúdo que subjaz a essas formações sublinha atitudes em um rol que é mobilizado pelo capital para que se produza de acordo com as mudanças, como se sabe, ainda que não haja lugar para todos. Por isso, a ênfase na individualidade encerra antagonismo porque produz uma universalidade abstrata de indivíduos que, pretendendo emancipar, correm o risco de produzir indivíduos atomizados, que em vez de autônomos transformam-se em disponíveis. É nisto que os projetos encontram seus limites.

Pereira (1996), ao argumentar que a assistência social capitalista é sempre um fenômeno intimamente ligado à inserção do pobre na lógica de produção e de dominação capitalista, ainda que de modo precário, reafirma a demarcação do terreno tenso entre os interesses inscritos na esfera do capital e os interesses do trabalho, cujo papel do Estado é central na institucionalização de medidas de controle social quando o mercado de trabalho está saturado. É exatamente nesse aspecto que a assistência social pode estabelecer com o trabalho vínculos orgânicos, quer dizer, uma virtuosidade na medida em que, em contradição com a lógica da rentabilidade econômica, pode imprimir um movimento de luta na sociedade em favor de conquistas materiais e de poder em favor do trabalho e da cidadania. Daí, no dizer desta autora, parece importante frisar que

[...] ao mesmo tempo em que a assistência social resulta da tensão permanente entre capital e trabalho em torno de uma desigualdade estrutural, ela é concebida como uma condição para a administração dessa tensão, mediada pelo Estado. E nessa dinâmica ela tanto pode atender a interesses do capital quanto do trabalho (PEREIRA, 1996, p. 44).

Assim, nesses termos, experiências de políticas que não retiram as pessoas da pobreza, consistindo em programas de baixa qualidade e sem efetividade social, em vez de funcionar como rede de segurança, acabam estimulando mecanismos de restrição de demanda, dado que, transformam-se em paliativos que tendem a conferir à assistência social função residual e emergencial, contrariando uma possível relação orgânica entre produção e reprodução.

Mas, afinal, como se fez a trajetória em busca de emprego dos jovens que passaram por estes programas? Na busca por constituir, além de dar voz aos sujeitos, uma leitura a partir da própria vivência e percepção juvenil deste percurso, é que se enfrenta no último capítulo o desafio de fazer emergir os jovens. Recorreu-se, para isso, a uma escuta que pudesse fazer consistir numa apreensão sobre os itinerários percorridos depois de terem passado pelos programas, buscando apreender em que medida e como eles afetaram suas trajetórias em busca de emprego. Era sabido, de antemão, que este núcleo – busca de emprego/trabalho - não se desvincula de uma conformação que lhe dá o sentido de totalidade, guardando, por isso mesmo, estreita relação com as condições de vida, a escola, a família, e o modo como o próprio jovem foi revelando os fios de uma tessitura do cotidiano. Assim, vamos aos jovens de Mato Grosso e suas trajetórias em busca do (primeiro?) emprego.

## 5. TRAJETÓRIAS JUVENIS: TRILHANDO O CAMINHO DO (PRIMEIRO) EMPREGO EM MATO GROSSO

Não foi uma decisão simples fazer a opção por *(re)constituir* trajetórias. Instigava o tratamento teórico-metodológico que achava necessário para realizar tal empreendimento, tamanha preocupação com uma base adequada que permitisse iniciar essa empreitada investigativa. A compreensão inicial, porém central, era de que não se tratava de simplesmente colher depoimentos para ter qualitativamente dados que *ilustrassem* o trabalho, bem ao modo de algo que é acessório, ou alegórico, mas que não subsiste do ponto de vista teórico. Assim, essa procura foi algo que só a pesquisadora, no alto de suas angústias, poderia também ter empreendido.

A reconstrução das trajetórias dos jovens que aqui são apresentadas só foi possível a partir do que *(re)contaram* nas entrevistas. Recurso escolhido porque permitiria conseguir informações e percepções nem sempre disponíveis sobre as inserções no mercado de trabalho, seja ele formal ou não, formas de subemprego e desemprego, assim como sobre o papel que a família, a escola tem tido na vida de jovens pobres.

As histórias aqui narradas guardam relação profícua com o hoje, são histórias simultâneas do tempo presente, ou se preferirmos *em processo*, o que guarda dificuldades próprias desse tipo de trabalho que procura apreender as situações que estão sendo vividas. Isso porque por mais que as narrativas retratem situações e condições de um tempo e lugar passado-próximos, estas não foram extirpadas da realidade de cada jovem que a conta, pelo contrário, muitas vezes foi possível perceber que a fala também guardava o significado de contar uma história ainda em ato. Desse modo, esta perspectiva acabava distanciando de uma compreensão de juventude com uma natureza inscrita em provisoriedade, ou melhor, em transitoriedade, própria de uma compreensão e abordagem que toma juventude como um rito de passagem de uma fase da vida para outra. Compreensão que tende a enxergá-la sob enfoques do jovem-problema ou jovem- futuro.

Entretanto, sem recorrer aqui ao idílico, o que se quer demarcar é que estas juventudes, vivendo o tempo presente pareceram almejar um futuro, manifestações

de um querer uma condição de vida melhor, mas ao mesmo tempo, sentindo a perversidade da realidade que os impede, mas também os impele cotidianamente a seguir em frente, a sonhar e projetar uma vida diferente do hoje.

Deste olhar para os jovens o pretendido desde o início era captar as percepções e os sentidos que atribuem à própria vida, cujo foco central foi o trabalho, o itinerário pós-qualificação, sabendo já de antemão, e repetindo, que este núcleo não se desvincula de uma conformação que lhe dá o sentido de totalidade, guardando, por isso mesmo, estreita relação com as condições de vida, a escola, a família, e o modo como o próprio jovem foi revelando os fios de uma tessitura do cotidiano. O empreendimento foi a tentativa por desvelar o sentido que estes (os programas) assumiram para os jovens que deles fizeram parte, buscando apreender em que medida e como eles afetaram suas trajetórias em busca de emprego.

É interessante anotar como o método permite ao pesquisador uma relação muito próxima com seu sujeito/objeto de pesquisa. Mesmo que muitas informações não sejam usadas na sistematização dos dados, e não foram, a compreensão do universo do pesquisado aumenta com o conhecimento da atuação de seus sujeitos. É como observa Marré: “É certamente um trabalho árduo: o próprio processo de construção do objeto científico implica a transformação de um conjunto de técnicas em teoria materializada” (1991, p. 90).

Bourdieu (1996), ao afirmar que não se pode compreender uma trajetória sem que se tenha estabelecido as etapas sucessivas do campo no qual esta trajetória teve lugar, traz uma contribuição teórica fundamental para a apreensão desta constituição uma vez que acreditávamos como indispensável compreender o conjunto de relações objetivas que marcam o contexto, pois uma trajetória de vida está marcada por uma sucessão de posições relacionada ao espaço social no qual ela se desenvolve. Neste sentido, os acontecimentos que marcam uma biografia se definem pelos deslocamentos no espaço social, como alega o autor, no que concordamos com sua crítica de que não se pode descontextualizar os relatos.

Entretanto, vai ser possível verificar neste Capítulo um movimento que pode significar, no processo de análise das entrevistas, uma espécie de transcrição literal, tendendo a parecer tomá-las como uma simples fonte de informações do mundo exterior. O esforço analítico aqui empreendido foi para realizar, nos termos de nossa direção teórico-metodológica (BOURDIEU, 1996; CERTEAU, 1994 e 2002; CHARTIER, 2002; REVEL, 1998), os deslocamentos necessários à uma

interpretação de tal modo organizando e se referenciando nas narrativas, ao mesmo tempo que estabelecendo a dinâmica da inserção dos relatos no contexto social. Nesta escala de compreensão do fenômeno não se trata, como lembra Jacques Revel, de uma diminuição do tamanho do objeto, mas de uma modificação em sua forma e estrutura, estudando sua multiplicidade de espaço e tempo e nas relações nas quais se inscreve, movimento este capaz de enriquecer a própria análise da realidade.

Neste aspecto, o estudo de uma trajetória só ganha sentido se estabelecida em relação às características da situação histórica vivida e datada. É esse movimento que permite, então, ao se autonomizar da individualidade de um único sujeito de certo modo construir um dado estatuto científico, não remetendo apenas à uma dimensão subjetiva descolada da própria complexidade da realidade. Uma complexidade que também se revela a partir da interação igualmente complexa entre o pesquisador e o narrador.

Por isso, os dados empíricos qualitativos requerem processos de interpretação, bem como pretendem revelar as conexões objetivas entre estruturas, para proceder a uma análise dos contextos de ação individual ou coletiva. É portanto uma atividade racional que busca investigar o indivíduo e o mundo em que ele vive. Além disso, ao contemplar a abordagem qualitativa para o objeto de investigação social, o pesquisador deve considerar que as pessoas envolvidas no processo de pesquisa são [...] *sujeitos de estudo, pessoas em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados* (MINAYO, 1996, p.22).

### **5.1. (Re)Constituindo Cenários e Personagens**

Já se delineou nos capítulos antecedentes o quão abismal está a situação do jovem e o mundo do trabalho, de tal modo que às juventudes pobres parece cada vez mais distante a possibilidade de ascensão e mobilidade social pelo trabalho, sua tradicional porta de entrada. Recrudescendo a pobreza, o analfabetismo e suas derivações, a violência e a criminalização da juventude o panorama que se tem é

profundamente adverso impondo desafios extremos para a superação desta situação juvenil brasileira.

Ao focar este estudo para a realidade mato-grossense, tem-se que apesar de seu desenvolvimento competentemente medido através de indicadores econômicos uma deterioração das possibilidades de inserção ocupacional, das condições de renda das famílias, restando muito pouco ao jovem, podendo-se projetar a partir daí uma espécie de caleidoscópio dessa sociedade, dada sua fragmentação, como bem sintetiza Sennett:

Como se podem buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações sociais duráveis? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos? As condições da nova economia alimentam, ao contrário, a experiência com a deriva do tempo, de lugar em lugar, de emprego em emprego. [...] o capitalismo de curto prazo corrói o caráter dele, sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável. (SENNETT, 2004, p. 27)

Diante disso como se fazer sujeito neste cenário, espaço e tempo, atual?

São dois os cenários que se desenham na vida dos jovens aqui apresentados. Dois se considerarmos apenas o recorte mais geral a partir das cidades onde foram encontrados. Mas podem, conforme se verificou, nascer a partir deste espaço-tempo da(s) cidade(s) outros recortes que diferenciam regiões, bairros e até ruas, dependendo de sua localização. Cuiabá e Cáceres, a *Cidade Verde* e a *Princesinha do Paraguai*, respectivamente, por razões históricas dois pseudônimos pelos quais são conhecidas<sup>52</sup>, podem ser tomadas como exemplificação da diversidade em Mato Grosso.

Cuiabá, a capital, guarda ares de uma *metrópole nascente*, emprestando aqui o termo utilizado por Madureira et al (2006), em razão do que reúne em termos de seu crescimento populacional, de infra-estrutura urbana e diversidade cultural,

---

<sup>52</sup> Cuiabá, *cidade verde*, em razão da presença significativa de arborização. O rio Paraguai serpenteia a cidade de Cáceres que é também o portal do pantanal mato-grossense, com ecossistema composto por Cerrado, Floresta Amazônica de transição e Pantanal, conferindo um atrativo para o turismo. Cáceres está no *Guinness Book*, em razão do Festival Internacional de Pesca (FIP) que promove anualmente, uma tentativa de consolidar o município como a capital da pesca esportiva no Brasil.

própria de uma cidade que recebeu migrantes de toda a parte do Brasil, superando o isolamento geográfico que foi um componente determinante do modo de vida em Cuiabá e nas principais cidades do então Mato Grosso até meados do século 20. O processo de transformação urbana da cidade, que passou a receber grande fluxo migratório, em decorrência dos projetos oficiais e particulares de colonização, que resultou na expansão e ocupação da fronteira agrícola na Amazônia brasileira, fez revelar, então, a metrópole nascente.

Costuma-se dizer aqui que os que vieram de fora não apenas foram incorporados à *cuiabanidade* mas fizeram desta uma fusão, ou caldeirão, de valores e hábitos culturais, característica própria da penetração na região de fronteira.

Essa população vem com suas características próprias e traz consigo sua cultura, suas práticas profissionais, suas aspirações, suas ambições, que vão imprimir sua marca naquele espaço novo e, até um certo ponto, estranho para eles; não significa que ela venha simplesmente reproduzir na fronteira os seus comportamentos da sua área de origem. Ela se incorpora a seu novo meio social ao mesmo tempo em que ela o modifica, o transforma; ela o violenta ao mesmo tempo em que o fecunda. (HÉBETTE e MOREIRA, s/d, p. 3)

Contudo, foi nesse mesmo movimento que a cidade, embora nascida planejada na concepção da pesquisadora Marinetti Covezi (Apud JORGE, 2005) sofreu inchaço provocado por áreas de exploração do garimpo e em consequência de uma série de condições próprias da região, da concentração de terras à crônica falta de emprego, sofrendo com problemas urbanos típicos de cidades metropolitanas.

Este é um processo de favelamento que está acontecendo mesmo em pequenas localidades mato-grossenses, em que há uma invisibilidade dos bairros pobres em relação às instâncias políticas e sociais de poder local, que as empurram para um processo de favelização similar ao das grandes cidades. Ainda que a pesquisadora afirme que isso acaba por legar quase uma mesma feição às cidades, cuja característica é a falta de planejamento e de políticas públicas mais abrangentes, capazes de conciliar progresso econômico e preservação ambiental com o cuidado e atenção aos direitos de cidadania de sua população mais pobre, não se pode deixar de considerar que embora o avanço da urbanização seja real, como também atestam as estatísticas, esse processo se diversifica num mesmo território, como é o caso de Mato Grosso e mesmo numa cidade, conformando

regiões que se diferenciam seja pelo peso que têm na economia local, seja pelo que oferecem em termos de bem-estar e de oportunidades à sua população.

É nesse sentido que há estudos que mostram como a migração antes tomada como uma alternativa para a mobilidade social, tem se transformado em alternativa para a sobrevivência. Disso decorre que ainda existem emigrantes potenciais, “o que não existem são alternativas sociais e econômicas que façam do seu deslocamento no espaço um motivo, pelo menos, de esperança” (BRITO, 2006).

Com mais de 500.000 pessoas (569.350 em 2006), o crescimento populacional de Cuiabá chegou a ser, nos anos de 1970 e 1980 superior a 3% a.a., portanto maior à média histórica brasileira (em torno de 2,5% a.a.). Atualmente é 2,70% a.a., com densidade demográfica de 160,91 habitantes por km<sup>2</sup>, segundo o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Urbano (IPDU).

Em termos de atividades econômicas têm se concentrado em estabelecimentos de prestação de serviços, seguido de varejistas, atacadistas e industriais em menor proporção. Apresenta sérios problemas, para além da inexistência de diagnósticos para o planejamento das ações públicas, recentemente confirmados por ocasião da discussão do Plano Diretor em 2006, com relação não apenas ao déficit habitacional como relativos à regularização fundiária, habitações em áreas de preservação permanente, de proteção ambiental e de risco, indefinição quanto às áreas públicas e urbanização, degradação ambiental, abandono, dispersão e inoperância de equipamentos sociais comunitários, dentre outros. Problemas cujos efeitos sobre a população juvenil aparecem identificados como drogadição, violência, gravidez na adolescência, exploração sexual, ociosidade.<sup>53</sup>

Assim, mesmo considerando que as metrópoles, com sua importância demográfica, econômica e institucional, concentram na atualidade a questão social, não se pode desconsiderar que inclusive o seu lado mais evidente, a violência, tem deixado marcas nas cidades mato-grossenses. Cuiabá guarda fortes relações com o processo de segmentação sócio-territorial em curso, que separa classes e grupos sociais, mas que revela, paradoxalmente, espaços de integração virtuosa vivendo, simultaneamente, a experiência da segregação, desencadeando processos de reprodução da desigualdade e da pobreza.

---

<sup>53</sup>Plano Diretor Participativo. Grupo de trabalho 2. Questão ambiental; Grupo de trabalho 3. Questões Fundiária e Habitacional; Grupo de Trabalho 5. Desenvolvimento Social. Prefeitura Municipal de Cuiabá. Cuiabá, abril de 2006.

Cáceres, ao contrário de Cuiabá, apesar de estar no rol de uma das maiores cidades do estado, conserva características de uma cidade interiorana. Com população estimada de 90.391 em 2006, está situada a sudoeste do estado de Mato Grosso, na margem esquerda do rio Paraguai<sup>54</sup>.

Já foi considerada dentre as cidades de Mato Grosso, até as primeiras décadas do Século 20, como uma das mais importantes, em razão da importância comercial, especializada na exportação de produtos extrativistas e na criação e aproveitamento do gado bovino (ARRUDA, 2002). Hoje, o município tem na pecuária e na agricultura suas principais fontes geradoras de renda com potencial na área de serviços no setor de saúde e educação e o turismo como a grande alternativa.

Não se pode deixar de destacar que Cáceres em função de fazer fronteira com a Bolívia tem constantemente reatualizado o mito da ‘terra sem lei’, ‘espaço perigoso’, uma condição que levou homens e mulheres ‘anônimos’, em movimentos e em confrontos, dotando esse território de especificidades e dinâmicas próprias (ARRUDA, 2002). Este discurso, que muitas vezes ainda se impõe, faz-se sentir por parte da sociedade local e da juventude que o toma como referência de verdade, se impondo de modo natural, em vez de ser tomado como produto das relações sociais desenvolvidas na cidade que, em última análise, acabam por definir e delinear a paisagem urbana, a imagem da cidade.

Foram vários os personagens-sujeitos das narrativas juvenis aos quais se conseguiu chegar, totalizando 13 entrevistas. São jovens entre 18 e 23 anos, distando em média três anos do programa em que se inseriram, seja o SCV ou o Agente Jovem. Em sua maioria são moradores de bairros periféricos, ainda vivendo com a família, sendo que três já constituíram a própria família. Em termos ocupacionais a metade está desenvolvendo algum tipo de trabalho, sendo que, dado o grau de instabilidade e precariedade, é significativo o fato de a maior parte estar procurando outro tipo de trabalho. Com relação à escolaridade, cinco jovens já estão com o Ensino Médio concluído, sendo que outra parte está cursando, alguns ainda em séries do ensino fundamental, portanto, apresentando distorções idade-série,

---

<sup>54</sup> “Em frente à praça principal da cidade estende-se o rio Paraguai. Correndo numa grande planície, em sentido norte-sul, à medida que este desce em direção ao sul, aos poucos, alarga-se continuamente. Baías que formam ilhas, aumentam-lhe a largura, enquanto que as curvas dão-lhe um aspecto ao mesmo tempo de grandeza e de um grande labirinto”. (ARRUDA, 2002, p. 84)

sem contar aqueles que não estão estudando. Apenas uma jovem entrevistada está na universidade.

Nem todas as histórias e trajetórias contadas estão aqui narradas o que, embora viesse adensar o capítulo, ficaria demasiado, de modo que escolhas foram feitas e apenas algumas estão mais delineadas.

Separar estas histórias em tópicos foi apenas um recurso organizativo e narrativo, pois são histórias que se interpenetram, assim como não obedecem rigorosamente o recorte subtemático proposto. Não apenas porque alguns são jovens que se conhecem, seja por causa dos programas, seja pela proximidade do local de moradia, seja pelo vínculo afetivo construído, mas também porque compõem histórias e trajetórias de vida que mesmo na singularidade e na diferença guardam similitudes - ou vice versa - que ora se revelam, ora se distanciam.

### **O lugar de onde se fala – o lugar de moradia**

“Eu amo o meu bairro”

*Pedra 90 – lugar de classes perigosas?*

Em uma espécie de sociologia urbana do bairro é possível elencar características que o definem formalmente como um bairro periférico: a distribuição do espaço, a arquitetura, o fluxo de deslocamentos, o que pode gerar uma discursividade indefinida, nos termos de Pierre Mayol, com sua matéria objetiva, as suas imposições e disposições, mais as relações que de modo decisivo moldam a noção de bairro, que pode se anunciar nos comportamentos, no vestuário, nos códigos de (não) convivência (1996, p. 38-39), enfim relações sociais inscritas nesse ambiente-espaço. O bairro é, então, esta parcela conhecida do espaço urbano onde o sujeito se sente positiva ou negativamente reconhecido. Estas são indicações preciosas da autora que serviram para encher o olhar sobre estes jovens e suas trajetórias.

A primeira impressão que se tem do Bairro Pedra 90, em Cuiabá, antes mesmo de chegar lá, é que ele foi instituído com a firme convicção de empurrar as “classes perigosas” para mais longe, para espaços distantes, de baixo valor

imobiliário, sem infra-estrutura necessária, definindo o espaço dos pobres e dos ricos.

Uma segunda percepção, já chegando nas suas imediações, é que ele é auto-suficiente dado o burburinho e movimento da rua central repleta de comércio e gente circulando. Lembra o centro de uma cidade. Nesta rua principal, por onde circula o ônibus coletivo, concentram os bares, as lojas de confecções, calçados, móveis e eletrodomésticos, papelarias, cerca de 50 empreendimentos, micros e pequenos. É onde está também a Praça, o Centro Comunitário, o centro de Múltiplo Uso, a maior escola pública. Além de lugar de comércio e negócios propriamente dito, são pontos referenciais de encontro, de troca, de informação, espaço de lazer.

Entretanto, alguns espaços do bairro são também tidos como perigosos. Dividido em três etapas, foi comum a referência dos jovens ao fato de que em eventos organizados em uma etapa os jovens de outra não freqüentarem, em razão dos conflitos que geram manifestação de violência. Do mesmo modo, estas etapas se distinguem pelo nível de urbanização e acesso a bens e equipamentos públicos como água, luz, proximidade às entidades e organismos oficiais. Por isso, é visível a condição de pobreza das famílias residentes especialmente da terceira etapa, fazendo-se com que também se introjete no imaginário uma visão de lugar mais perigoso, construindo hierarquias e oposições na comunidade. Observa-se, portanto, que não são desníveis apenas colocados pelo urbanismo, mas são, sobretudo, sociais.

Há de certo modo no Brasil uma espécie de consenso de que a violência associada à criminalidade especialmente em grandes centros urbanos seja um dos grandes desafios a serem enfrentados no país. Envolvendo jovens torna as estatísticas ainda mais alarmantes a ponto de estabelecer comparações entre as mortes no Brasil e as de países por exemplo em guerra civil (ZALUAR, 1994).

Comparativamente entre a população mato-grossense não jovem (0 a 14 anos e 25 e mais anos) e os jovens (15 a 24 anos) as causas de morte em 2002 foram respectivamente 17,5 % e 74,1% por causas externas, 5,9% e 25,7% por acidentes de trânsito, 6,1% e 31,1% por homicídio e 1,0% e 4,0% por suicídio (UNESCO, 2005).

Cuiabá foi a capital onde mais houve aumento de homicídios em relação à população total, com 504,7%, e 505,0% em relação à população juvenil, ocupando

uma 7ª posição em termos de taxa de homicídio – 109,2 para cada 100.000 jovens – duplicando em relação à população total que é de 52,0 homicídios a cada 100.000 habitantes, ficando mais próxima de capitais de regiões metropolitanas como Recife, Rio de Janeiro, Vitória e São Paulo (UNESCO, 2005: 26-43).<sup>55</sup>

Dados de raça/cor agregados neste quadro revelam a magnitude da vulnerabilidade que atinge a juventude negra que em relação à população branca tem um percentual de vitimização de 68,7%.

Esses dados deram origem nessa pesquisa ao índice de vitimização juvenil por homicídios que significa a relação entre a taxa de óbitos por homicídio da população jovem (15 a 24 anos) e as taxas correspondentes ao restante da população, significando que quanto maior for o índice maior é a concentração de homicídios na população jovem. Se for mais próximo de zero, significa que os homicídios atingem por igual tanto a juventude como as outras faixas da população (0 a 14 anos e de 25 ou mais anos). Mato Grosso ficou com um índice de 55,2% e Cuiabá com 206,1% quase quadruplicando o índice do restante da população.

Esse quadro é, pois, revelador de uma vulnerabilidade que não pode ser, contudo, associada direta e mecanicamente à pobreza e desigualdades, embora não possa deixar de reconhecer nas assimetrias sociais relações com a violência que faz com que o cenário seja profundamente potencializador dela.

Quando se trata de juventudes pobres tem sido parte do senso comum um entendimento de que os jovens são "agentes portadores da violência", de tal maneira que mais que vítimas, são tratados como seus próprios causadores. Neste aspecto, a violência policial é uma face do problema que precisa também ser observada, pois não é incomum esta prática contra jovens nos bairros da periferia da cidade, que mostra como o ofício de polícia em Mato Grosso ainda tem fortes raízes no passado, como assegura COSTA (2004),

[...] esse passado autoritário, marcado pelo uso ilegítimo da força para conter o aumento da criminalidade. As políticas de segurança pública

---

<sup>55</sup> Recente pesquisa da Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) com apoio do Ministério da Saúde, mostra que as mortes por homicídios no Brasil concentram-se em 556 de 5.560 municípios brasileiros, ou seja, cerca de 10%. Ampliando os estudos sobre violência, até então realizadas nos grandes centros, a pesquisa revela que as mortes violentas vêm ocorrendo com maior intensidade no interior, principalmente na região Centro-Oeste. Entre as dez cidades com maior taxa de mortalidade, quatro são de Mato Grosso - Colniza (1º), Juruena (2º), São José do Xingu (5º), Aripuanã (8º). MAPA DA VIOLÊNCIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Disponível em [www.oei.org.br](http://www.oei.org.br).

no Estado das duas últimas décadas vêm encontrando dificuldades em arbitrar os conflitos e combater a criminalidade, respeitando o monopólio legítimo da violência e os direitos dos cidadãos. As formas e as práticas de controle social têm resultado em violência policial e no desrespeito aos direitos humanos (COSTA, 2004: 112).

O *Pedra* têm ainda um outra característica. Próximo do Distrito Industrial de Cuiabá, ganha uma configuração distinta, uma vez que representa a idéia de uma urbanização circundante favorecendo uma noção de impulsão potencializando a vida no bairro. Ilusão? Não exatamente, há estudos que sinalizam como os equipamentos e infra-estrutura quando alocados em bairros periféricos ou mesmo em pequenas cidades favorecem um dinamismo que pode propiciar a geração de emprego. Contudo, não se pode afirmar isso em relação ao Pedra 90, foge do escopo da própria pesquisa, embora com ela se relacione.

Sua instauração e ocupação aparecem nas narrativas dos pais dos jovens entrevistados, dando sinais do cenário de seu aparecimento...*não havia nada aqui, apenas o mato...hoje não dá nem pra comparar...ainda era só um barraco quando nos mudamos para cá.*

Foi sobretudo sob dois aspectos o modo como os jovens se referiram ao seu local de moradia, violência e lazer.

É comum ter no imaginário social a imagem de bairros violentos. Um imaginário reforçado, inclusive, pelo modo como a própria mídia lida com as informações sobre os números e formas de violência. Os jovens se manifestam afirmando que gostam do bairro onde moram e não têm grandes pretensões em sair dele. Por muitas vezes se percebeu que o lugar de moradia, o bairro, propicia uma sensação de pertencimento maior até do que a própria cidade, como se colocam alguns jovens:

*Eu pouco saio daqui, só quando tenho mesmo que encontrar alguma coisa...aqui tem tudo. (Evanildes)*

*Só saímos daqui para pagar contas [...] assim mesmo porque fechou o banco e o correio, senão... (Aline)*

*Eu adoro...tem muita gente que fala mal...diz que é longe, que tem que sair de madrugada para chegar no centro...tem violência...mas não é só aqui, em todos os bairros é assim.(Regiane)*

*Já foi muito pior, mais no início. Hoje ainda tem violência, brigas, mas nem tanto mortes...mas não é tão ruim como dizem...é estranho quando aparece que seu bairro é o mais violento...(Cláudio)*

Mas mesmo este reconhecimento vem, contudo, também permeado por incerteza.

*Eu gosto, mas quero sair daqui, ir mais para o centro, onde eu posso achar emprego melhor, o bairro não oferece muita coisa (Charles).*

*Para trabalhar tem que sair daqui, mas para divertir tem alguma coisa...os bares....os amigos...as festinhas [...] às vezes a gente não faz nada, só fica conversando mesmo, na rua...eu gosto...mas tem que sair...(Aline)*

Autores que estudam a relação com a cidade observam que o reconhecimento e a identificação com o espaço em que se vive, a interação com esse local, pode servir de motivação para a organização coletiva e a demanda por melhorias, reforçando a cidadania, o que não elimina, contudo, as tensões humanas que estão sempre presentes nos palcos das cidades.

[...] o bairro se inscreve na história do sujeito como a marca de uma pertença indelével na medida em que é a configuração primeira, o arquétipo de todo o processo de apropriação do espaço como lugar da vida cotidiana pública (MAYOL, 1996, p. 44).

Por isso, também sobressaíram nas falas dos jovens referências relativas à escola e trabalho, sobretudo a falta de oportunidades uma vez que nem sempre as escolas dos bairros oferecem o ensino médio, ou a série que o jovem ainda precisa cumprir, assim como as oportunidades de trabalho são escassas.

A procura de um outro itinerário acaba por atestar a vontade e a impulsão por um trabalho capaz de oferecer um salário melhor, mas também um conteúdo mais interessante. Nesse sentido, fugir do tradicional *trabalho pesado*, que é o que tem restado a estes jovens é uma meta clara para alguns; para os homens fugir do trabalho braçal, para as mulheres do trabalho como empregadas domésticas.

Não foram muitos os jovens encontrados que refazem itinerários em busca de lazer. Aliás, esta atitude quando objetivada vem sempre acompanhada de certo

receio porque o lugar de moradia, o bairro, é também um lugar que atesta uma origem. Por isso, a violência é um tema inescapável porque passa a estruturar também o cotidiano dos jovens, demarcando espaços, selecionando horários apropriados e forjando atitudes e comportamentos defensivos que visam diminuir os riscos e que redundam em práticas de retraimento e individualização. Isso vale para o bairro e para outros lugares da cidade.

*Tem gente que acha que ele [o bairro] é muito violento, e é mesmo, mas para as pessoas que mexem com coisas erradas. Aqui já mataram um rapaz na escola, acho que era coisa de droga, isso que eu digo é ruim para quem está envolvido. Mas não trocaria por outro bairro. (Evanildes)*

*Nas festas acontecem muitas brigas, tem muita bebida, eu não vou..mas vou na praça....(Regiane)*

*Acontecem brigas...tenho amigos que brigam...são coisas bobas...eu sempre procuro não me envolver e falo para eles...às vezes desisto de falar, então evito sair aqui, acabo saindo para outro lugar (Thiago)*

*Não tenho mais amigos no bairro porque os jovens de hoje não tem a mesma mentalidade que eu tenho...não é que me sinto diferente, me sinto igual, mas com uma mentalidade diferente. [...] Tem muito jovem que também não quer nada...a gente vê por aqueles jovens que mataram os pais...tem jovem que não cresce...(Messias)*

Mas afinal, o que faz do bairro, esse espaço de sociabilidade, também de circuito da violência?

Espaços de lazer estruturados são raros nos bairros, quase sempre viabilizados pelos jovens, especialmente os homens, como a organização de um campinho de futebol, ou a freqüência a bares que são bastante comuns. Por isso, não há como não destacar uma praça inaugurada há apenas 3 meses num bairro que tem 20 anos desde a sua fundação.

*Ficou bem melhor com a praça inaugurada onde reúne todo mundo, família, amigos...é onde vem todos, até de outros setores e bairros.[Cláudio]*

*É um lugar de encontro. De vez em quando tem atividades...é melhor do que ficar no bar.*[Regiane]

Observa-se que bairros com população mais pauperizada, a maior parte deles, são mundos onde o Estado tem chegado com muito vagar. Ao passo que outros, com aparelhos e projetos públicos estatais mais ou menos estruturados, acabam dando um tom diferente ao próprio processo organizativo das comunidades. Bairros mais estruturados contam inclusive com organismos não-estatais desenvolvendo projetos, mas que, resguardada sua importância, não têm grau de impacto capaz de reverter os processos excludentes a que estão submetidas as juventudes pobres.

Mas esta fronteira entre inclusão/processos excludentes é muito tênue, pois num mesmo bairro foi possível observar diferenças substanciais, que vão desde o acesso à energia elétrica, à água, ao transporte coletivo, à existência de equipamentos sociais, existindo setores inteiros visivelmente mais pauperizados.

Assim, um setor/bairro mais próximo dos símbolos da urbanização – comércio, bancos e com eles toda a infra-estrutura que a acompanha (transporte, água, luz, asfalto, bares, lojas) – faz aparecer o binômio *centro–periférica* como em oposição. Percebe-se, contudo, afastando desta referência que toma os de *cá* e os de *lá*, uma proximidade/distanciamento que embora simbolicamente forte mantém os contrários coexistindo.

## **5.2. Família e (Des) Amparo**

Num tempo em que as configurações familiares se mostram móveis, os jovens deste estudo trazem forte referência familiar. Seja falando da família que tem, como daquela que não está tão próxima, ou que se encontra completamente ausente, as narrativas mostram que a família, ou uma idéia sobre ela, ocupa lugar importante na vida dos jovens.

Não se pode deixar de anotar, contudo, como as novas formas de convívio têm se revelado na contemporaneidade, demonstrada, por exemplo, na família monoparental, composta de um pai ou uma mãe e o (os) filho (os), por jovens mães, família constituída por irmãos, família recomposta por um segundo casamento. Uma

'des-ordem', típica de um cenário contemporâneo que radicou transformações no modelo de família tradicional.

Todos os entrevistados ou moram com a família, a maior parte, e, mesmo quando distante, afirmam-na como uma importante base de amparo emocional e afetivo, além da sustentação econômica. Assim, mesmo quem não está morando com os próprios pais continua fortemente a eles vinculado. Mas que família é essa?

*Somos quatro irmãos, o mais velho de 32 anos está trabalhando, minha mãe trabalha de auxiliar de serviços gerais, mais dois irmãos que também fizeram o SCV em outros anos, uma de 24 anos e outro com 23. Estamos todos juntos [...] Penso na família porque é a família que apóia em tudo...sempre quero mais...conhecimento científico e também na parte financeira...prosperidade...mas para a família.(Messias)*

*Minha mãe não está aqui...ela mora e trabalha em outro lugar [...] minha irmã foi embora, minha mãe vive falando pra ela voltar ou mandar as crianças ...minha mãe se preocupa com ela, diz que tá passando fome lá [Mato Grosso do Sul]...mas eu não saio nunca do lado de minha mãe [...] mas ela não mora aqui [...]. Moramos só nós três [irmãos] (Adriana)*

São famílias ampliadas, quase sempre 'acolhedoras' de mais um membro, seja oriundo de um casamento de filho(a), de uma gravidez precoce, de um novo casamento, seja fruto de um parentesco.

*Eu fico aqui na minha mãe, venho aqui todo dia porque ajudo minha irmã cuidar de meu sobrinho [...] Minha mãe trabalha em uma lanchonete ela vem de vez em quando e na casa dela fica minha irmã [19 anos], meu cunhado [23 anos] e meu sobrinho [4 meses]...eu tenho minha casa mas venho aqui ajudar. (Evanildes)*

Partes de histórias contadas em algum momento revelaram sinais de deterioração de vínculos sociais e afetos em relação à família, ou a conflitos envolvendo os pais. Nestas, aparecem com importância relatos de violência em especial de homens contra mulheres, pais contra mães, em que o alcoolismo é citado como causa. Não por menos, as mães aparecem quase sempre como figura central nas narrativas juvenis.

É necessário entender como essa relação do jovem com o trabalho tem influenciado os próprios vínculos e a estrutura familiar na contemporaneidade, e vice-versa. Richard Sennett lembra como hoje as mudanças contínuas do mercado que “[...] é dinâmico demais para permitir que se façam as coisas do mesmo jeito ano após ano, ou que se faça à mesma coisa [...]” (SENNETT, 2004, p.22), influencia a família. Assim, a idéia de que “não há longo prazo”, passa também a reger a família, um princípio já introduzido no mundo do trabalho contemporâneo, refletindo nas relações familiares e sociais, corroendo a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo, que são laços sociais que levam tempo para surgir.

Apenas em casos de rompimentos mais sérios foi possível perceber em certos momentos sinais de desalento juvenil, de tal modo que o futuro parecia algo impossível de ser projetado, levando, inclusive, a uma incontrolável vontade e necessidade de aproveitar aquilo que a vida estava oferecendo de modo intenso e imediato. Nestes casos, entre uma impressão de que o jovem não consegue projetar um futuro, revela-se o anseio pelo presente.

*Moro com minha avó...sempre morei com ela...não sei quem é meu pai...minha mãe de vez em quando aparece...ela tenta falar comigo,mas eu não quero...não tenho vontade. Então, eu faço o que quero. Futuro? Hoje estou aqui, trabalhando, estou bem...já melhorei...amanhã eu não sei...mas quero ficar melhor. [Wagner]*

Entre a incerteza, misturada à vontade, este jovem cacerense de 22 anos já teve passagem pelo sistema prisional. Tem sido “assistido” ao longo de pelo menos dez anos pela secretaria do município e relatos de técnicos dão conta de que já protagonizou cenas de violência envolvendo a avó, carinhosamente referida por ele, em decorrência de furtos em casa e na vizinhança para compra e uso de drogas. No pequeno mercado onde trabalha, num bairro nas imediações de seu local de moradia, é a segunda vez que é contratado como empacotador.

Dados de pesquisa recente realizada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos revelam que nos últimos dez anos o número de jovens cumprindo medidas sócio-educativas em regime fechado ou semi-aberto quadruplicou, passando de 4.245 em 1996 para 15.426 em 2006. Mato Grosso teve crescimento da lotação de meio fechado no período de 2004 a 2006 de 166,3%. (SEDH, 2005)

Isso, na visão de especialistas (CARVALHO, 2000; SALES, 2004), representa uma grave violação dos direitos assegurados pelo ECA e compromete o desenvolvimento dos jovens, que podem sofrer todo tipo de abuso em um ambiente como as cadeias brasileiras. Mostra ainda que no país a medida repressiva e a cultura do aprisionamento ainda é a resposta encontrada pelo Estado brasileiro, ao mesmo tempo em que também reflete o modo como a sociedade internaliza valores que remete as juventudes pobres à condição de irregularidade.

Exemplo disso pode ser demonstrado ao modo como reaparece na agenda brasileira o debate polêmico sobre a redução da maioria penal. Debate este que remete à “política de segurança” de um Estado que busca recuperar uma autoridade abalada, aparecendo protetor aos olhos dos cidadãos, o que Bauman (2005) bem lembra está dirigida à criminalização das margens da sociedade. É o sistema penal como *contêiners* para os rejeitados, para as “baixas colaterais” do progresso econômico, para o “refugio humano”.

A capacidade de cuidado e proteção dos grupos familiares depende diretamente do modo como estão inseridos no contexto social, político e econômico. A apreensão com o emprego, tendo se imposto em toda a parte, conforme assegura Sennett (2004), tem provocado rachaduras nas famílias, diluído a auto-estima, fragmentado a comunidade, além de já ter alterado a ‘química dos locais de trabalho’.

Daí que, nas palavras de Sennett (2004), o que difere na incerteza que assola os indivíduos hoje é que “[...] ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo [...]” (2004, p.32). Vivendo sob a marca da instabilidade econômica e afetiva, os indivíduos e a família são afetados por uma ‘ansiedade trivial, diária’, uma instabilidade que já invadiu o trabalho impondo a necessidade de correr riscos e viver constantemente no limite. Estar em risco, assegura o autor, é inerentemente mais deprimente que promissor, é permanecer em um estado contínuo de vulnerabilidade, de ambigüidade e incerteza.

### 5.3. Escolaridade: trabalho e escola são projetos opostos?

Cláudio tem 21 anos, é filho de pai pedreiro e mãe dona de casa que, por volta dos sessenta anos de idade, abrigam numa casa de três cômodos, além do próprio Cláudio mais três filhos. Naquele dia nublado, o anúncio de uma chuva forte fazia pensar como ficariam as ruas sem asfalto daquele bairro. Na verdade, infraestrutura que existe apenas nas vias por onde circula o ônibus coletivo.

Senhor Cassimiro estava sentado à porta, com o celular na mão e aguardava pacientemente uma ligação de uma possível pessoa que contrataria os seus serviços. Nos últimos dias uma obra modesta no próprio bairro, um muro, estava tomando pequena parte de seu tempo. “Aqui as pessoas são pobres”, explica a ausência de trabalho de maior vulto.

A conversa começou ali mesmo, em frente à casa, com *seu* Cassimiro contando quando há treze anos, vindo de um cidade do interior de Mato Grosso, aportou ali com sua família, com seis filhos pequenos, em um barraco de lona. “Era só mato”. Embora cuiabanos, já haviam migrado duas vezes tendo passado por dois municípios mato-grossenses até retornarem para Cuiabá. O motivo foi trabalho, mais precisamente o garimpo.

*Seu* Cassimiro e D. Benildes têm apenas o antigo quarto ano primário, o que tem lhe permitido, segundo ele, trabalhar bem *fazendo as contas* necessárias. Não estudou porque era apenas ele e a mãe e precisava trabalhar para sustentá-la, isso era mais importante.

Apenas quando a chuva começou e entramos na casa *seu* Cassimiro contou que a energia estava cortada. Voltando, então, para Cláudio, foi quando se deu início e ele muito timidamente começou a se manifestar.

Não está estudando; ainda no meio do ano parou porque na escola mais próxima não havia a 5ª série no período noturno que para ele é melhor porque havia arrumado um trabalho: ajudante de pedreiro, seu pai. Cláudio já desistiu da escola pelo menos três vezes. É o mesmo motivo, segundo ele, que o leva a parar: algum trabalho que surge e não pode dispensar. Cláudio parece fazer parte daquela estatística escolar em que as repetências acumulam-se, acumulando desvantagens e desigualdades. Cláudio procura emprego? Sim. Como?

*Fico sabendo e vou lá...às vezes eles fazem entrevista...agora mesmo estou esperando uma resposta de onde meu irmão trabalha, uma fábrica de blocos de cimento.*

Mas Cláudio, para além da estatística, é um jovem que decidiu que precisa estudar “[...] *ou não conseguirá nenhum outro tipo de emprego*”, o que o faz ter razão, pois dados da PNAD 2005 mostram que quanto maior o grau de escolaridade maior a possibilidade de o jovem cuiabano conseguir uma vaga no mercado de trabalho. A taxa de emprego é a partir da 8ª série completa até superior incompleto mais de 50%, chegando a quase 60% para quem tem curso superior completo.

Em Sposito et al (2000), tomando por referência estudos e autores constituindo um *estado do conhecimento* sobre escola e juventude, revelam que a escola indica, para os jovens trabalhadores-estudantes, a possibilidade de ascensão social, significando, então, permanecer a crença nela enquanto meio de mobilidade entre os mais jovens.

Embora constatando que os jovens têm expectativas menos claras que os adultos em relação à escola e que as atuais mudanças no mercado de trabalho parecem estar dificultando a mobilidade social por meio da posse do conhecimento escolar, eles permanecem acreditando na ascensão social através da escola, ainda que muitas vezes criticando a própria escola. Amizade, afetividade e sociabilidade são como alternativas subjetivas para permanência e sobrevivência nesse espaço.

Na concepção de estudantes trabalhadores, tomando também os dados do SAEB (2004), a estrutura escolar nem sempre está adequada ao seu contexto de vida, cuja implicação no desempenho daqueles que trabalham é bem inferior ao dos que não trabalham. A diferença na matemática, por exemplo, é próxima aos 21 pontos, sendo maior no Centro-Oeste e Sudeste, sendo que em Língua Portuguesa, essa diferença é de 23 pontos, maior também em ambas as regiões. O que o próprio relatório revela é que mais do que uma diferença numérica, isso significa, em muitos casos, uma rápida transição do estágio *intermediário* para *crítico*, que pode vir a ser o caso de Mato Grosso.

Cláudio demonstra certa apreensão; apesar da chuva que cai está ansioso por uma partida de futebol em que faz parte do time do bairro. É um campeonato e

seu time tem se saído bem. É essa sua principal, na maior parte das vezes a única, forma de lazer: futebol com amigos; fazer outra atividade requer dinheiro.

É Interessante notar, o que já foi apontado a partir das referências trabalhadas no decurso deste trabalho (POCHMANN, 2000; SPOSITO, 2005), que a transição escola-trabalho encontra-se hoje mediada pelas dinâmicas sociais em que se vive. Nesse aspecto, ao contrário do que se pensava de que a entrada do jovem se daria inicialmente com vínculos menos frágeis para depois se alcançar um primeiro vínculo, mais duradouro e estável, o primeiro emprego, típico do padrão de inserção ocupacional até a década de 1980, o que se nota é a instalação na transitoriedade, instabilidade e fragilidade. Por isso a inserção no mercado de trabalho não mais ocorre após a saída do sistema escolar, pelo contrário, muitas vezes colocam-se como projetos opostos dadas as condições em que isto ocorre, mas que parecem ser, na realidade, concomitantes e não excludentes, superpostos, ainda que se observem as condições precárias em que isto vem ocorrendo, tanto na escola como no trabalho.

Pode-se observar na tabela abaixo que a taxa de emprego para o total da população no município de Cáceres acaba sendo significativa para aqueles com quarta série incompleta, se comparada com outros graus de escolaridade, apenas sendo inferior aos empregados com nível superior completo. Já em Cuiabá, a taxa de emprego mantém um percentual em torno de 50% a partir da 8ª série completa, chegando a quase 60% para o nível superior completo.

Tabela 18 - Taxa de empregos por grau de escolaridade nos municípios selecionados – Mato Grosso - 2005

Municípios	Analfabeto	4ª série Inc.	4ª série Compl.	8ª série Inc.	8ª série Compl.	2º grau Inc.	2º grau Compl.	Superior Inc.	Superior Compl.
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Cáceres	1,94	8,08	5,68	4,09	2,98	3,65	3,55	7,74	8,58
Cuiabá	17,42	47,72	38,91	37,51	56,79	50,67	55,73	54,30	59,03

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego-MTE.

Nota: Fonte dos dados SGT-NET do Programa de Disseminação Estatística do Trabalhador.

Tabela 19 - Taxa de emprego de 15 a 24 ano, por sexo e grau de escolaridade – Mato Grosso -2005

Sexo	Analfabeto	4ª série Inc.	4ª série Compl.	8ª série Inc.	8ª série Compl.	2º grau Inc.	2º grau Compl.	Superior Inc.	Superior Compl.
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Masculino	2,05	10,99	15,48	17,21	25,61	30,76	45,22	55,34	58,00
Feminino	97,95	89,01	84,52	82,79	74,39	69,24	54,78	44,66	42,00

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego-MTE.

Nota: Fonte dos dados SGT-NET do Programa de Disseminação Estatística do Trabalhador.

Em Mato Grosso, apenas no que se refere ao grau superior, completo e incompleto, as mulheres estão menos empregadas que os homens na faixa etária de 15 a 24 anos.

Messias, 22 anos, um dos jovens atendidos pelo SCV, marcou o encontro na Universidade Federal de Mato Grosso porque freqüentava um espaço onde já havia realizado curso preparatório para o vestibular.

*Ainda não terminei os estudos por causa desses trabalhos que arrumo que acabam empatando o horário de chegar na escola. Esse ano vou terminar o terceiro ano na parte noturna porque durante o dia vou levar meu currículo...também faço cursos pra ver se consigo entrar no mercado de trabalho o mais rápido possível para não ficar desempregado.*

Suas passagens pela UFMT o fizeram descobrir o cursinho básico de matemática ofertado pelos próprios alunos sob a forma de curso de extensão.

*É na parte da tarde,...o ensino público é fraco...por mais que o aluno tem que se esforçar sempre precisa de aula...é questão de qualidade do ensino...joga a matéria e você se vira...em vez de dar uma base. Os professores ensinam...mas o ensino está totalmente desestruturado.*

*[...] Com tudo que tenho feito, eu descobri a leitura, hoje tenho prazer de ler....se você não tiver leitura do mundo você vai ver que não está acompanhando as mudanças no mundo, a tecnologia, a evolução, o conhecimento científico [...] A gente não pode ter só o nosso ponto de vista...*

Interessante notar que escola e trabalho parecem dois pontos de um mesmo movimento, em que para o jovem funciona como estímulo-mútuo: estando

na escola também se precisa do trabalho, no trabalho percebe-se a necessidade do estudo/formação. É como se ambos se auto-reforçassem num elo, contudo, que precisa ser apreendido também sem desconsiderar a posição e os recursos familiares no sistema de estratificação social.

Disso depreende-se que, e não se pode deixar de anotar, que para além de possíveis homogeneidades encontradas entre estes jovens, foi possível perceber que dependendo da condição socioeconômica e cultural e da experiência vivida, o jovem acaba indicando sentidos diferentes, que, portanto, se distinguem se ele estiver empregado/desempregado, o tipo de trabalho, se tiver maior/menor escolaridade e rendimento, com ou sem laços familiares, entre outros pontos que podem enunciar alguns diferenciais. Este é um campo de pesquisa aberto.

#### **5.4. Repertórios e movimentos em busca de emprego**

Fazendo uma analogia com o espaço cênico, já que está se falando de cenários e personagens, uma movimentação neste espaço compõe-se de entradas e saídas, posições em relação aos outros personagens, aos elementos do cenário podendo representar os mais variados sentidos e significados. Neste sentido, uma movimentação tanto cria a unidade de um texto, de uma realidade, como organiza e relaciona as seqüências no espaço cênico. No caso das juventudes apreendidas neste trabalho não se pode tomá-las como vivendo um tempo estritamente diferente de outrora. Tem-se asseverado que os jovens dos quais está se falando são jovens pobres, de famílias pauperizadas ao longo de uma vida. De tal maneira que:

Para os mais jovens, as circunstâncias atuais do mercado de trabalho não significam uma degradação de condições melhores ou mais promissoras em outros tempos. Eles entraram num mundo já revirado, em que o trabalho precário e o desemprego já compõem um estado de coisas com o qual têm que lidar, e estruturam o solo de uma experiência em tudo diferente da geração anterior. (TELLES, 2006, p. 176)

Não se pode, contudo, desconsiderar as mudanças societárias destacadas ao longo deste trabalho que, inclusive, fizeram constituir uma condição e situação

juvenil diferente; que, na esfera do trabalho, fez mudar a estrutura ocupacional juvenil.

[...] Por outro lado, entram na vida adulta em uma cidade inimaginável para as gerações anteriores. Ponto e contraponto de uma mesma realidade, os capitais globalizados transbordam as muito ricas e modernas fortalezas globais dos serviços de ponta, e fazem expandir os circuitos do consumo de bens materiais e simbólicos que atingem os mercados populares. (TELLES, 2006, p. 176)

A trajetória em busca de emprego dos jovens entrevistados está em pleno processo, ou seja, significa que esta transição, enquanto tal, não está fechada. Embora boa parte dos jovens esteja hoje ocupada, é significativa a passagem por experiências transitórias, transcorridos em média três anos após terem se inserido nos programas de preparação para trabalho e qualificação profissional aqui investigados.

Na busca por emprego destaca-se o próprio caráter ideológico em que resulta da responsabilidade individual de cada jovem o sucesso e/ou fracasso nessa procura no mercado de trabalho. Tem sido considerado natural que uns consigam e outros não, seja por razões como falta de esforço, preguiça, desinteresse, falta de ambição, uma vez que as oportunidades são para todos; alguns se sobressairão, outros não. Nesse aspecto é importante denotar aquilo que Chauí (1995) chama, à luz do pensamento marxista, de construção de “imagens invertidas” da realidade, na medida em que o trabalhador não se reconhecendo no produto de seu trabalho fica alienado e a ideologia tem o papel numa sociedade dividida em classes, de dissimular a presença da luta de classes, negar as desigualdades sociais, ou seja, passar a idéia de que a desigualdade existe, porém, é natural. Assim, distorcendo os fatos não admite contradições.

Dentre todos, Messias manifestou preocupação destacando, sobretudo, ao falar da relação escolaridade-qualificação-trabalho, o preconceito na busca por emprego.

*Meu ponto de vista da questão social a gente vê que sabe que precisa ser discutida porque muitas vezes a pessoa [o empregador] dá o trabalho para quem ele acha que tem que dar, ela vê a pessoa pela aparência e não vê a capacidade da pessoa. Então isso gera um grande racismo social das pessoas que realmente precisa ela não quer saber se tem qualificação, se é bem formada...esse ponto*

*precisa ser também discutido mas também posto em prática...Isso pra mim é ignorância.[...] se fosse branquinho, de olho verde, cabelos cacheados...(Messias)*

Depois da turma do SCV de 2002, Messias já fez outras qualificações:

*[...] fiz o primeiro emprego no SENAI, secretariado e auxiliar administrativo também...participei da V Conferência da Assistência Social...gostei muito vou prestar vestibular na federal e estou querendo fazer ciências sociais [...] Também pretendo ser pastor, quando tiver tempo de fazer o meu ministério quero fazer palestras...dar o melhor de mim [...] essa visão também é espiritual.*

Nesse aspecto, sente-se qualificado para os empregos que tem buscado. O último currículo entregou numa rede de supermercados, deixando claro que poderia assumir qualquer função.

É como Thiago que aos 18 anos já fez curso de montagem e manutenção de microcomputador, informática básica, vendas, fauna e flora numa escola agrotécnica, apicultura, primeiros socorros. Segundo ele, desde quando terminou o curso do SCV não parou de procurar trabalho, costuma dar intervalos de uma semana para retomar a procura com um colega da mesma idade.

Essa situação, contudo, não pode ser generalizada, pois a pesquisa INAF 2005 revelou que em 2005, havia 44% de pessoas entre 15 a 64 anos que nunca tinham feito um curso, 4% estavam fazendo um curso no momento da pesquisa, 12% tinha feito no último ano e 37% tinham feito há mais de um ano. Dos que estavam fazendo curso ou que fez no último ano, a pesquisa de 2005 revela que os cursos de informática continuam sendo os mais procurados com 26% das referências, o segundo lugar fica com os cursos de idiomas (8%). Chega-se a resultados que mostram também que as pessoas com nível mais alto de alfabetização são as que mais fazem esses cursos, assim como se revelou que mais da metade – 52% - são os próprios entrevistados ou a sua família que cobre os custos do curso, tendo havido ainda uma queda de oferta de cursos gratuitos, com 26%, 22% e 21% nos anos respectivos da análise, 2001, 2003, 2005 (INAF, 2005, p. 21-23).

Uma outra trajetória, a de Regiane, ganhou lugar neste estudo porque estampa a adversidade que ela enfrenta com seus 21 anos. Regiane é filha de um

casamento desfeito, mas que aos oito anos já estava, ela e o irmão mais novo, com uma nova família constituída por seu pai que se casou com Vanda e assumiu os três filhos do primeiro casamento dela. Com cinco crianças o casal recém constituído se muda para um cômodo num bairro também recém-instalado onde vivem há treze anos.

O padrão de vida familiar de Regiane se destaca porque se distingue da maior parte das famílias de seu bairro. Mora em uma casa com oito cômodos, com quartos distintos para os meninos e as meninas. Dos filhos, todos jovens entre 16 e 22 anos, apenas Regiane não está trabalhando atualmente.

Teve poucas experiências de trabalho, como vendedora em uma loja e como professora em uma escola particular por dois anos, ambos sem carteira assinada, embora neste último “tenham pago todos os seus direitos”.

Recentemente entregou currículo em vários lugares, no bairro e fora dele. Para ela o maior problema na busca por emprego é o problema que tem no olho, porque “há pessoas que olha muito e aí eu abaixo a cabeça”. Regiane não se auto-denomina deficiente visual, embora pouco enxergue com o olho esquerdo, lesado em razão de uma queda aos cinco anos de idade. Já passou por cinco cirurgias e usa uma prótese de silicone. Vanda, chamada por ela carinhosamente de “tia”, acredita que ela deveria reconhecer-se deficiente porque inclusive isso poderia facilitar sua entrada no mercado de trabalho, considerando que existem vagas específicas para este público, e, portanto, há gente, supõe, ocupando a dela. Entretanto, nem ela nem o pai reconhecem essa condição, e Regiane demonstra certo desconforto com seu problema, em particular nos momentos de procurar emprego.

O último emprego buscado foi na rede *McDonald's*, lugar onde um irmão de 23 anos também trabalha. Relata que entregou todos os documentos e, inclusive, abriu a conta bancária que solicitaram. No entanto, os papéis não voltaram de São Paulo autorizando a contratação.

Sobre as dificuldades e empecilhos que encontram, além do preconceito já desvelado por Messias e Regiane, Thiago revela:

Acho que o SINE não arruma emprego pra ninguém não...eu vou lá e até agora não apareceu nada. Sempre querem pessoas com experiência mas não oferecem oportunidade para ter, então nunca vai ter experiência. Quando tem um [emprego]

que você quer precisa de curso e quando não precisa de curso exige a experiência.  
(Thiago)

Quando indagados sobre a experiência do estágio propiciado pelos programas são enfáticos em acrescentar que nem todos foram satisfatórios. Evanildes, por exemplo quando relata que seu estágio de secretária executiva, área da habilidade específica do curso, foi em uma gráfica organizando papéis, sequer faz hoje referência porque não acredita que isso vá lhe acrescentar algo no currículo. Por outro lado, Regiane foi mais feliz e fez estágio por dois meses na área de estudo. Mas, em geral, os estágios ocorreram distante da habilidade específica e foi em tempo muito reduzido o que lhes destituíram de qualquer valor e reconhecimento.

Nesta mesma linha se colocam as atividades nas comunidades, que embora com valor humanitário importante, citado pelos jovens entrevistados, não permitiu avançar em termos de uma qualificação para inserção no mercado de trabalho, uma lacuna que, conforme já se verificou, tem marcado estas experiências.

### **5.5. Ocupações Precárias: o parâmetro de emprego possível**

Valdenice, uma jovem de 19 anos, de Cáceres, passou pelo Agente Jovem há três anos. A família - pai, mãe e três filhos - mora em um bairro onde adquiriram um lote, ainda sem escritura, numa casa com três cômodos: sala, cozinha e banheiro. Atualmente apenas o pai está trabalhando, e um dos filhos, o de 15 anos que acompanha o pai como ajudante de pedreiro, em obras esporádicas. Os pais de Valdenice têm, ambos, 54 anos. Ela é paranaense e ele é boliviano.

Valdenice estuda à noite, porque, segundo conta, assim como Cláudio, *quando aparece um trabalho fica mais fácil*. Desde a época em que fez o curso tem trabalhado apenas durante a limpeza da teca<sup>56</sup> numa fazenda experimental da

---

<sup>56</sup> Espécie florestal de origem asiática e de alto valor comercial, cujo principal produto é a madeira. Foi introduzida no Brasil no final da década de 60, “implantados pela empresa Cáceres Florestal S.A., na região do município de Cáceres – Mato Grosso, onde as condições climáticas são semelhantes às dos países de origem da espécie. Além das condições climáticas favoráveis, o solo de melhor fertilidade e os tratamentos silviculturais mais

EMPAER, duas vezes ao ano. É um trabalho temporário, sem contrato, pago por produtividade. Tem sido força-de-trabalho cativa junto a outros inúmeros jovens desempregados. A cada mil mudas limpas recebe R\$ 200,00; mais de mil mudas recebe mais R\$ 2,00 por muda; no final do período todo pode chegar a R\$ 300,00 num trabalho que se faz, às vezes, em torno de uma semana.

Conta que com a bolsa que recebia do programa comprava roupa. As contas mensais da família, cuja água está cortada porque tem seis talões atrasados, acabam não sendo pagas em dia porque seu pai tira em média apenas um salário mínimo por mês.

Lembra que a única experiência após ter passado pelo programa, foi por três semanas como empregada doméstica. Sonha em ser policial, no que a mãe imediatamente manifesta: *sonha meio alto, não é?...sonha alto mas não acontece...*

Há um ano namora um rapaz da mesma idade que estuda o segundo ano do ensino médio à noite. Também está fazendo testes para entrada no serviço militar, cuja opção é em razão do salário. Ele também faz o trabalho temporário na teca.

Valdenice depois do Agente Jovem chegou a ir para Rondônia para trabalhar como babá, mas ficou apenas um mês não conseguindo se adaptar. Esporadicamente sai do próprio bairro, apenas para cachoeiras e rios, ou em caso de festas da cidade, a exemplo da FIP.

Lembra, especialmente, das aulas de violão e das aulas de computação, e nunca mais usou daqueles conhecimentos, a não ser uma única vez na escola quando digitou um trabalho. Valdenice não está no momento procurando trabalho, quer dizer, *não está indo atrás*, inclusive porque para isso precisaria de dinheiro para sair do próprio bairro. Em sendo assim, no que mais pensa no momento é estudar, mas se aparecer alguma coisa ela aceita.

Ex-Agente Jovem de Cáceres Aline tem 18 anos e é filha de Ivonete que têm mais três filhas: uma de 19 anos, casada, e duas com 12 e 15 anos, que moram com ela e o marido e são integrantes do PETI. Há apenas um mês Aline está casada; está grávida de dois meses. O pai de Aline é funcionário de uma empreiteira há pouco tempo e tem carteira assinada.

---

adequados e intensos contribuíram para reduzir o ciclo de produção de 80 anos, na região de origem da teca, para apenas 25 anos, na região de Cáceres-MT.” (FILHO *et al.*, 2003, p.1-2)

Aline está matriculada no período noturno numa escola distante mais de dez quilômetros de seu bairro, no segundo ano do ensino médio. Mas ainda não conseguiu ir porque à noite é perigoso, escuro; está vendo uma forma de ir com outras colegas; vão de bicicleta. No que se refere a trabalho, conta:

*[...] Trabalhei numa loja no período de natal como **vendedora**.... Depois trabalhei de **babá** quase um ano...sem carteira assinada recebendo menos de um salário...era em outro bairro...ganhava pouco demais...agora trabalho numa casa **[empregada doméstica]** há quinze dias, vou cedo, cuido de uma menininha, limpo, lavo passo, só não cozinho....é salário mínimo [...] de segunda a sexta, lá no centro [...]*

*Eu queria mesmo trabalhar num serviço interessante, de carteira assinada [...] eu quero fazer um curso de informática. Nós fizemos no Agente Jovem de manutenção e operador de micro, eu gostei, então quero fazer técnico de informática.*

Do que aprendeu no curso afirma às vezes fazer uso:

*[...] a gente vai lá na cyber e consulta...nos trabalhos não usei...*

O marido de 24 anos está trabalhando, tem carteira assinada e recebe um salário mínimo por mês. Ele, que já terminou o Ensino Médio há dois anos, pretende fazer faculdade de biologia. Moram em um cômodo, com banheiro fora, e são vizinhos da mãe dele. A gravidez foi uma surpresa que a assustou.

Evanildes aos seus 21 anos está casada, morando em uma casa que recebeu de presente de uma tia. O marido, com a mesma idade, e com quem namorou desde os 14 anos, trabalha a quatro anos em uma gráfica, com carteira assinada. É a filha mais velha de uma família de seis filhos. No primeiro dia estava na casa da mãe onde ajuda a cuidar da casa e do sobrinho de alguns meses da irmã de 19 anos que, casada, mora com a mãe. A mãe passa a semana e até meses fora, trabalhando em uma lanchonete com o atual marido.

Sua melhor recordação do Agente Jovem são as atividades em grupo. Ela terminou o segundo grau e assim que casou e acreditava que parar um pouco seria bom. Hoje avalia que não devia, pois nada aconteceu na sua vida e embora não passe necessidade porque o marido tem um emprego estável, tem sonhos e projetos

para sua vida. Teve poucas experiências de trabalho e hoje é *consultora* de produtos de beleza/cosméticos o que lhe permite ter uma renda, além de receber treinamento o que acha muito importante. Trabalha realizando venda de porta em porta, o que também lhe proporciona trabalhar no próprio bairro, aspecto positivamente colocado por ela. Ela só vende seus produtos para clientes do próprio bairro.

*Trabalho fora mesmo só na época do natal, aqui mesmo no bairro, em lojas, como vendedora.*

Charles tem 21 anos e participou do Agente Jovem. Mora com os pais e mais três irmãos, todos jovens entre 15 e 21. A mãe é boliviana, tem 40 anos, mas desde muito cedo foi para Cáceres e cuida dos afazeres domésticos. O pai, um paulista de 43 anos é trabalhador de uma empresa de construção civil.

Charles está há dois anos servindo o exército e decidiu ficar por mais um ano, junto com o outro irmão que também entrou para o serviço militar. Foi após ter terminado o ensino médio que decidiu entrar para o serviço militar e pensa em prestar o vestibular para Geografia. Já tentou no ano anterior, mas apenas para ter uma noção de como é. Fará outros cursos. Recebe como soldado R\$ 240,00, depois de um ano fica em torno de R\$ 800,00. Tem contas a pagar com curso de informática, prestação de roupas, sapatos e conta que mesmo o uniforme do quartel é pago por ele. Vai de bicicleta para o quartel, por isso pretende comprar uma moto. Tem vontade de sair da cidade para trabalhar em outro lugar.

A experiência de trabalho que teve foi em uma marcenaria que já trabalhava antes mesmo do Agente Jovem, tendo ficado por três anos, sem carteira assinada.

Ser jovem para ele está relacionado à diversão, festas e namoro, mas complementa:

*Só que eu não tenho tempo...o Exército toma a maior parte da vida; para os outros é sair, curtir, mas para mim...Trabalho na marcenaria do quartel, levando a experiência anterior, meu irmão é telefonista...tem pedreiro, rádio operador, pintor...tem três meses de formação antes de assumir o trabalho, no meu caso eu já sabia. Só saio no final de semana.*

Apesar da dedicação exigida, enxerga vantagens em estar no exército, que além da renda certa, recebe uma carta de recomendação que poderá apresentar quando for para um novo trabalho.

Adriana aos 21 anos é mãe de um menino de dois anos e está grávida de três meses. Embora separada há quase dois anos, dentre os encontros com o parceiro a gravidez não foi evitada.

É falante e transborda uma energia que parece contagiar a casa onde mora com mais dois irmãos, um de doze anos e uma jovem de dezesseis anos que naquela semana havia “decidido” morar com o namorado de dezessete anos, na mesma casa.

Revivendo sua história conta que quando era do Agente Jovem viveu uma situação difícil porque saíram daquela casa com a mãe e irmãos para um barraco no mesmo bairro porque o pai alcoólatra maltratava muito sua mãe. Naquela época ela e uma outra irmã faziam parte do projeto e era com a bolsa que ajudavam o sustento da família. Foi assim por dois anos quando o pai teve uma parada cardíaca e morreu, tendo elas retornado à casa. A mãe hoje trabalha num município próximo porque se casou novamente. A irmã, companheira de projeto em 2002 e hoje com 23 anos, está com dois filhos em Mato Grosso do Sul, vivendo, segundo conta, “de favor” em uma casa, acompanhando a situação do marido detido por porte de drogas. Seu relato informa que ela está passando fome, mas se nega a voltar e deixar o companheiro. Sua esperança é que “ele a considere depois de tudo isso”.

Antes mesmo de completar um ano de projeto Adriana o deixou em busca de emprego.

*Não tinha como...eu precisava trabalhar e tentar ganhar mais que a bolsa, por isso quando apareceu a oportunidade eu deixei o projeto.*

Assim, a trajetória de Adriana, parecendo singular, acaba por ensaiar uma síntese de toda esta contemporânea experiência juvenil em busca do primeiro emprego:

*Trabalhei durante um ano e três meses em uma casa [empregada doméstica]. Tinha 16 anos...a idade de um filho dela. Saí porque ela disse que não daria mais a passagem e eu teria que tirar do meu bolso [...] O dinheiro eu dava para minha*

*mãe pagar o aluguel e pagava o meu fogão porque eu estava noiva...não sobrava mais nada. Eu e minha irmã compramos uma geladeira usada e um fogareiro, não era nem um fogão. Toda vez que eu recebia ainda comprava uma coisa para meu sobrinho.*

*Minha mãe trabalhava como empregada doméstica, até hoje ela trabalha...e à noite ela trabalhava numa padaria daqui, para não deixar falta nada para minha irmã...ainda dávamos dinheiro para o meu pai. Quando ele ficou doente, ela [a mãe] já tinha se separado dele há um ano; ela quis que voltássemos [para a casa] para cuidar dele.*

*Saí de lá e a mulher não me pagou, minha mãe teve que ir lá porque não era com carteira assinada. Arrumei outro trabalho [como **empregada doméstica**] ...e quando descobri que estava grávida do meu menino ela [a patroa] me mandou embora. Depois que tive o menino parei para cuidar dele...separei um ano e onze meses depois.*

*A patroa de minha mãe disse de alguém que estava precisando para fazer farofa de alho [**cozinhar** para entregar em restaurantes], **lavar e passar**, de segunda a sábado. Fiquei um mês trabalhando...um dia ela gritou comigo, pegou forte no meu braço [...] não voltei mais.*

*Depois comecei a trabalhar como **vendedora** [numa loja de roupas] e como o movimento estava fraco me mandaram embora. Um dia alguém me disse que lá na Lixeira [bairro] estava precisando de alguém pra trabalhar com **telemarketing**. Chegava às sete e saía às treze horas, sem almoço. Só que o negócio deles era pedir doação, dinheiro por telefone e eu comecei a ficar desconfiada, com medo da polícia baixar lá porque não tinha nota [fiscal] de nada. Fique desconfiada porque ficava coxizando [falando em voz baixa]...Lá só fiquei uma semana. Aí entrei na **gráfica** e fiquei lá por quatro meses e também só saí porque o movimento estava fraco...pagavam o salário mínimo e acertaram tudo, mas não tinha carteira assinada.*

*Agora estou numa **empresa de limpeza** [terceirizada] ...já estava há quatro meses com carteira assinada...a encarregada foi mandada embora e fez 'provocação' então me mandaram embora...eles perceberam e disseram que iam esperar a poeira abaixar para me recontratar...expliquei que estava grávida...eles me pediram*

*o exame e me recontrataram...Agora comecei tudo de novo, me mandaram para outro lugar. Entro às 7:00 h, mas o ônibus passa aqui às 5:20 h, eu vou e fico esperando. Saio às 16:00 h...de segunda a sábado.*

É vendida a idéia de que existe um elenco de oportunidades. Negociando, pois com a adversidade, que pode ser compreendida como a expressão do desamparo público, os jovens vão buscando outro desfecho.

*Trabalhei última vez em uma distribuidora de bebidas [vendedor]...só foram três meses porque eu estava em experiência...o outro ia voltar de férias [...] trabalhei em uma farmácia [vendedor] por um ano sem carteira assinada...por comissão...e no Atacadão [supermercado] com contrato temporário...(Messias)*

É possível pensar nesses jovens como trabalhadores empreendedores e protagonistas conforme o discurso que marca os pressupostos teórico-filosóficos dos projetos dos quais fizeram parte?

Foi, sobretudo, nas falas de Messias e Thiago que apareceram de modo claro referências ao aspecto do empreendedorismo como alternativa ao desemprego juvenil.

*Durante todo o tempo depois de 2004, já fiz outros cursos e nunca parei de procurar emprego [...] Acho que o jeito vai ser montar nosso próprio negócio...nós [ele e um amigo] estamos pensando nisso. Acho que é melhor, montar uma coisa que dê para trabalhar e empregar os outros...alguma coisa. [...] O curso que fiz para o primeiro emprego falou de empreendedorismo.(Thiago)*

*[...] Também gostaria de montar minha própria empresa e dar palestras...empresa de prestação de serviços, dar cursos preparatório para as pessoas...para depois caminharem sozinhas (Messias)*

Observa-se, entretanto, como são falas genéricas, destituídas de conhecimento e domínio necessários para se desenvolver atividades autônomas que a prática de uma profissão favorece, no que resulta em numa enorme barreira para estes jovens transpor.

Indagados sobre a dimensão da cidadania, em especial no que se refere à inserção na comunidade, que estava na base dos projetos, os jovens têm lembranças de atividades que realizaram de forma pontual em escolas, abrigos ou nos próprios bairros em que estavam instalados.

*Lembro-me, especialmente da visita ao abrigo de idosos pára ver como eles viviam e entender que a gente vai chegar naquela idade...ver o que os filhos fazem porque muitos esperam os pais ficarem velhos e coloca no abrigo...passamos o dia com eles, fizemos uma peça [...] saímos nos supermercados arrecadando [...] distribuímos presentes [...]* (Evanildes)

*Sempre tinha uma atividade diferente para fazer [...] saíamos com o pessoal da campanha da dengue para alertar a comunidade, fazia palestras, falava sobre HIV/AIDS [...] Eu gostava, aprendia...sentia o mesmo interesse da maioria da turma.* (Regiane)

*[...] A gente não sabia nada...falava sobre drogas...explicava que leva a gente para um caminho errado...os professores ensinaram a gente fazer tapete e também tinha aula normal...até plantar horta a gente plantava...a gente trabalhou na creche também...aprendemos como atender [...]* (Aline)

A sociabilidade propiciada por essas atividades se destaca nas falas dos jovens. Entretanto, por serem ações tópicas, embora envolvendo os jovens com os problemas da comunidade, legaram uma dimensão restrita de cidadania na medida em que de modo precário e instável lidaram com problemáticas que o Estado deve enfrentar.

Foi interessante notar que a maior parte destes jovens, apesar de tudo, procura evidenciar, buscando em algum lugar, sentimentos de autonomia, liberdade e possibilidade de escolha com relação aos seus projetos de vida.

Projeções e sonhos se revelam:

*Daqui a cinco anos penso em terminar meus estudos...um serviço melhor, acho que a gente tem que ter pelo menos um sonho. Não é vergonha, mas não quero*

*ficar limpando chão o resto de minha vida...penso em ter pelo menos duas pecinhas [cômodos de casa] minhas...um serviço melhor para poder sustentar meus filhos e dar um pouco para eles do que nunca tive. Quero conseguir tudo com meu suor. Não penso em casar...Quero fazer um cursinho, meu sonho é fazer enfermagem...[...] e ser feliz. (Adriana)*

*Se eu não correr atrás de meu futuro agora, da minha estabilidade financeira, daqui a 5/6 anos eu vou estar aqui, no mesmo lugar[...] eu espero ter um emprego melhor, uma casa bem melhor, ainda não me vejo com filhos [...] meu marido terminou o segundo grau, sempre falo para ele fazer Educação Física porque ele joga basquete desde os 14 anos. Poderia estar estudando no ICE [Instituto Cuiabano de Educação] se não fosse uma sacanagem que fizeram com ele...poderia receber uma bolsa...mas acham que como mora num bairro pobre ele não merece...ele ficou desestimulado [...] (Evanildes)*

*Eu quero ser psicóloga só que acontece que a minha condição não permite porque psicologia é integral, custa 600/700 reais por mês, como vou manter? Como surgiu o ENEM e o PROUNI eu pensei nas primeiras opções o que eu gostaria e outras que não sejam período integral. É a minha chance de estudar...Minha mãe perguntou “se você conseguir integral na faculdade vai deixar o trabalho?” Claro que vou, é um prêmio e tanto na minha vida... é a chance de minha vida...não vou pensar duas vezes [...] o único medo que tenho hoje é não entrar na universidade. (Andrea)*

Entretanto, é preciso distinguir os poucos casos de jovens que se diferenciam pelas condições sócio-econômico-cultural familiar, que tanto diz respeito à estrutura do ponto de vista de laços afetivos presentes e mais duradouros, quanto da capacidade econômica de sustentação mínima da família.

De qualquer modo, mesmo nestas circunstâncias uma tensão foi encontrada que coloca permanentemente esta pretensa autonomia em termos de um planejamento de sua vida ante uma transformação radical em relação à segurança ontológica e à vivência de uma temporalidade que permitiu à geração anterior a construção do caráter, no sentido que Sennett (2004) atribui a este termo.

Alena, 23 anos, participou do Serviço Civil Voluntário de Cáceres e mora atualmente em Cuiabá cursando a faculdade de direito. Tem consciência, quando lembra de sua turma, que poucos conseguiram estar onde hoje ela se encontra. A mãe, professora do ensino público está em vias de se aposentar; o pai pequeno comerciante. Tem mais uma irmã, de 18 anos, que apenas está estudando. Moram em casa própria e a renda familiar sempre foi suficiente para mantê-los em condições de vida dignas.

Nunca teve uma experiência de trabalho, tendo sido incentivada pelos pais a dedicar-se aos estudos. Hoje, morando na capital, faz estágio remunerado e consegue sobreviver com o seu trabalho. Dificuldades? Refere-se a algumas:

*Há dias que sequer consigo comer, não dá tempo. Saio da aula e entro no trabalho ao meio dia...dá tempo para um sanduíche lá mesmo. Mas acho importante o que estou fazendo.*

Questionada sobre a intenção de voltar a viver em Cáceres, não hesita:

*Apesar da saudade de minha família, não acho que aqui haja campo de trabalho para mim. Vou preferir ficar por lá [Cuiabá]. Hoje meu trabalho facilita encontrar pessoas, conhecer gente e isso será importante para mim mais tarde.*

Seus sonhos? Quer fazer concurso público para a magistratura e se dedicará para isso.

Mas, para além de Alena, hoje uma estudante universitária, pesquisa em Sposito et al (2000) demonstra que a maioria dos alunos exerce trabalhos rotineiros e repetitivos que adquirem um sentido dotado de ambigüidades: fonte de autonomia pessoal e de opressão. Evidencia que a maior parte dos jovens está ocupada no comércio, serviços ou em outras atividades de baixo prestígio social e que as transformações no mundo do trabalho têm os atingido de maneira desfavorável.

Coerente com isso, pesquisa realizada com alunos do ensino médio em uma escola pública de Cáceres já revelava que de 45 jovens entrevistados a metade estava trabalhando, a maioria destes tinha responsabilidades na própria casa e outros trabalhavam como babá, ajudante de pedreiro e empregada doméstica. A

renda familiar estava entre um e três salários mínimos mensais (HACK e PIRES, 2005).

Ao apontarem o modo como os jovens atribuem significado ao universo do trabalho, Sposito et al (2000), com base nos estudos referenciados, afirmam mais uma vez que isto está relacionado ao universo sócio-cultural e econômico do jovem, mas também ao seu próprio momento de vida. Revelam que entre os homens e excluídos o trabalho é visto enquanto dever/necessidade e não enquanto fonte de realização pessoal; entre os demais a ênfase recai nos aspectos instrumentais, de tal maneira que o trabalho deixa de ser o valor central passando a ser, cada vez mais, contemplado em seus aspectos instrumentais. Por isso, revelam, a partir da literatura pesquisada, que entre os jovens há muito mais desencanto que esperança de mudança futura, seja no trabalho, seja na escola. Mas, mesmo assim, estes jovens conseguem elevar a sociabilidade, a amizade e a afetividade como alternativas subjetivas para sobrevivência nesses espaços. Ainda que apontem a baixa qualidade de ensino e o caráter repetitivo do trabalho os jovens também consideram esses espaços importantes *locus* de sociabilidade.

Assim aquela suposta transitoriedade do tempo vivido pelos jovens parece não estar referida à sua condição biológica. O que se eleva neste olhar reflete muito mais uma provisoriedade relativa às condições materiais e profissionais de sua existência, o que muitas vezes, entre uma narrativa e outra, pareceu mostrar que o controle efetivo de sua vida é antes de tudo social. Esperando uma *amanhã melhor* correm atrás do hoje pois, como afirma Bauman lembrando as recomendações para uma vida à beira da *redundância*, “O futuro está além de seu alcance [...], de modo que você deve parar de ficar olhando para o pote de ouro no fim do arco-íris [...]. De modo que trate de aproveitar o máximo os intervalos entre as viagens às pilhas de lixo” (BAUMAN, 2005, p. 132).

Assim, diante da dificuldade para ter assegurada alguma continuidade e duração, na busca pelo emprego, manifesta nas entregas diárias de currículos e nas entrevistas, os jovens deparam-se com possibilidades e esperanças, muitas vezes veiculadas em excesso, que se dissolvem no teste de realidade. Nas palavras de Bauman, nesta vida e cultura líquido-moderna, onde manter-se em movimento é

mais importante que o destino, os ideais, pode-se entender o futuro, torna-se “[...] Um sonho noturno que quase se dissipa à luz do dia “ (2005, p. 144).

Melucci (1997) afirma que em face dessa dura realidade, se produz frustração, tédio e perda de motivação. Daí considerar que esses jovens não são nem vítimas, nem problemas,

os jovens dos quais se fala experimentam as desigualdades sociais que historicamente têm-se perpetuado na sociedade brasileira: herdaram um projeto de sociedade que sequer pretendeu ser igualitário e fazem-se atores em conflito com os valores de uma sociedade que os exclui (MELUCCI, 1997, p. 10)

O raciocínio de Martins (1997) é ainda mais preciso quando afirma que os jovens, ainda que se referindo às periferias dos grandes centros urbanos, crescem em um contexto de *novas desigualdades*, com acesso a um conjunto de bens e direitos, mas uma inserção pela metade, precária e provisória.

Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2005) sobre a participação dos trabalhadores sem ocupação em relação ao total de concluintes dos cursos de qualificação no país no período 2003-2004, revelam que em 2004 71,9% dos concluintes do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) estavam desocupados, dos quais 54,2% eram jovens; em 2003 esse percentual foi de 72,4%, sendo 23,8% jovens e em 2002, ainda em vigência o PLANFOR, 66,0% sendo 40,3% jovens.

As experiências e trajetórias vividas pelos jovens entrevistados se articulam ao quadro da vulnerabilidade social, e suas múltiplas faces, denotando questões outras insuficientemente aqui tratadas, como questões relacionadas a gênero, sexualidade, raça/cor, dentre outros recortes possíveis de serem apreendidos em suas singularidades.

O lema do *aprender a aprender*, característico nos programas de preparação para o trabalho e qualificação profissional voltados para jovens pobres, acaba por sintetizar um ideário que se direciona para um processo de adaptação das pessoas às exigências que o setor produtivo está fazendo a partir da chamada revolução microeletrônica, mas que esconde na verdade a falência do modelo produtivo que tem sua mais gritante explicitação na miséria a que grande maioria das pessoas está exposta e aos alarmantes níveis de desemprego.

Nesse aspecto, pensando em fazer dos jovens indivíduos criativos e conscientes, tais pressupostos parecem, dada a própria precariedade e insustentabilidade programática, não se confundir com busca de transformações na realidade social, com superação radical da sociedade capitalista, mas criatividade em termos de capacidade de encontrar novas formas de ação que, em última análise, apenas permitem melhor adaptação aos ditames do processo de produção e reprodução do capital. Isto parece bem encontrar Bauman que se referindo ao pensamento de Ulrich Beck assevera: “[...] agora se espera dos indivíduos que procurem soluções biográficas para contradições sistêmicas.” (BAUMAN, 2005, p. 67).

## 6. CONCLUSÃO

Ao longo de um percurso de estudo impressiona a construção de uma relação com seu objeto que ora aproxima, ora afasta, dependendo do grau de incertezas que se assevera nesse caminho. De um modo geral, muitos outros pesquisadores já disseram que colocar um ponto final é algo que além de não ser fácil, não representa a real condição do trabalho, quer dizer, ele não se finda, pelo contrário, traz indicações de possíveis outros caminhos que ainda podem ser trilhados.

O processo de investigação não se faz numa relação pura, harmoniosa, está assentado em conflito, dúvida e incerteza, que se estabelece com as fontes, com os sujeitos da pesquisa, com o cenário que se traça, e parece às vezes mudar de lugar fazendo emergir cenas e personagens inimagináveis, mas ao mesmo tempo surpreendentemente próximos, ali mesmo donde partiram nossas primeiras indagações. Inquietações primeiras se desfazem, mas depois parecem retornar com tamanha força que faz simultaneamente crença e descrença, dúvida e certeza, num mesmo processo.

Isso significa que aquele projeto elaborado, discutido e colocado em execução vai paulatinamente sofrendo modificações, mas, neste caso, não a ponto de sua completa desconstrução. Na verdade, é o próprio caminho percorrido que vai levando a um resultado que vai se configurando no trabalho final, indiscutivelmente inacabado. É esta a condição desta Tese.

Tem merecido destaque no debate político e acadêmico a necessidade de melhoria das condições de inserção do jovem no mercado de trabalho, uma vez que as formas de inserção atual e as possibilidades futuras do jovem brasileiro são muito precárias, denotando em última análise um quadro preocupante. A solicitação constante de uma força de trabalho com novos padrões de qualificação e de atitude passou a exigir um outro enfoque para os programas, problemática que tem estado presente também no contexto dos países desenvolvidos.

É nessa direção que os programas de preparação para o trabalho e qualificação profissional de jovens, conforme se verificou neste estudo por intermédio de dois programas públicos governamentais – Serviço Civil Voluntário e

Agente Jovem -, ganham força, respaldados na tese de que os novos paradigmas produtivos estão demandando da força de trabalho conhecimentos e atitudes que se diferenciam daqueles do tempo do fordismo/taylorismo.

Por isso as chamadas competências tomam o lugar na definição deste “novo” trabalhador que, especialmente jovem, precisa “saber-ser”, incluindo-se aí valores que, inclusive, tem posto em questão o conceito de qualificação que no contexto atual fez sobressair a noção de *empregabilidade*, que acaba por remeter ao indivíduo a responsabilidade por empregar-se o que denota o processo de ideologização da preparação para o trabalho e qualificação profissional de jovens. Assim é que estes dois conceitos consubstanciados orientam os programas de preparação para o trabalho e qualificação profissional de jovens.

Buscando enfrentar a pobreza, tais programas, que se constituem como transferência de renda, tem colocado em suas condicionalidades ênfase na educação, especialmente a básica, que cumpriria objetivos de elevação de escolaridade como condição para melhor concorrência no mercado de trabalho e de desempenho profissional, mas também de estímulo ao desenvolvimento de uma mentalidade aberta às mudanças - “aprender a aprender” - o que os tornariam mais aptos e adaptados à flexibilização e mudanças crescentes na esfera produtiva.

Uma outra condicionalidade que se destaca nestas experiências trata do envolvimento dos jovens em atividades comunitárias pretendendo, na esteira de uma compreensão sobre cidadania, envolvê-los com os problemas das comunidades. O que se verificou é que estas dimensões encerram ambigüidades e paradoxos pois, embora referida pelos jovens como momentos importantes de aproximação com sua realidade, o conceito de cidadania imerso nos programas está ligado à idéia de civilidade, como atividade socializadora, esvaziando, portanto, a idéia de direitos como dimensão pública.

Assim, a obrigatoriedade da ação voluntária dos jovens tendo em vista promover o desenvolvimento de sua comunidade, coloca em relevo um debate que problematiza porque jovens desprovidos de direitos, vivendo em territórios destituídos de serviços básicos, predominando, quase sempre, uma ausência do Poder Público, devem ser obrigados a promover o desenvolvimento do seu bairro, quando o Estado e outras instituições não o fizeram. Por outro lado, tais exigências cumpridas sem uma participação efetiva dos próprios jovens nas escolhas das

atividades acabam por desconhecer e desconsiderar, inclusive, as redes de sociabilidade em que os jovens estão imersos.

Essa primazia da ação não dá as respostas necessárias nem às comunidades, tão pouco aos jovens porque não permitem o movimento de compreensão da essência dos fenômenos sociais ultrapassando o senso comum, em que o trabalho não pode ser visto apenas em seu potencial produtivo-econômico, mas como relação político-social. Se submetidos apenas às leis do mercado, à incerteza, os jovens pobres ficarão mais uma vez desprovidos de instrumentos que lhes permitam decifrar o mundo em que vivem e a sua própria situação no mundo, sobressaindo um processo ideologizado e ideologizador.

Descortinou-se o processo de individualização e de psicologização da própria questão social, que tem levado inclusive ao risco de justificar o estar fora do mundo do trabalho, o desemprego juvenil, pela incompetência individual fazendo os programas consistir, em última análise, em uma inclusão precária uma vez que fora dos direitos e das condições dignas de existência.

Nesse aspecto, o estudo mais detido nos programas desenvolvidos em Mato Grosso fez elevar algumas características como a qualidade questionável dos cursos, o formato aligeirado e destituído de profundidade necessária para o mercado de trabalho, infra-estrutura de instalação e funcionamento precária, a não correspondência com as necessidades locais/regionais, que denotam os limites que ainda precisam ser transpostos.

Este trabalho procurou distanciar-se de métodos estritamente descritivos que consideram as quantificações suficientes para dar conta do empreendimento de qualificar a vulnerabilidade juvenil, seja no Brasil, seja no estado de Mato Grosso, quase sempre catalogada de maneira generalizadora. Concorde-se com Tânia Barcelar quando afirma que é preciso operar sobre o que é diferente, mesmo encontrando pontos de semelhança, o que não tem sido tradição nas políticas públicas governamentais brasileiras, uma vez que “Quem está lá em Brasília, tende a pensar que o Brasil é uma média. E a média não diz quase nada do Brasil [...]” (ARAÚJO, 2006, p. 109).

Deste modo, além de situar a vulnerabilidade juvenil em Mato Grosso, estado que tem se orgulhado de seu padrão de desenvolvimento medido, sobretudo, através das cifras de produção, optou pela reconstituição da trajetória de jovens,

cujas narrativas que aqui se delinearam foram, então, um recontar, um passar adiante a experiência vivida por meio das histórias contadas oralmente. Ao narrar o curso de uma trajetória em busca de emprego, os jovens pobres de Mato Grosso desvelaram os percalços que enfrentam em razão da idade, da falta de experiência, da concorrência em razão dos poucos postos de trabalho.

Esta escuta propiciada através das entrevistas foi essencial para que, ao conhecer os jovens e as suas situações de vida e (não) trabalho, num estado que prima por seu modelo de desenvolvimento, constituir algumas inferências, para além das descrições, o que nos permitiu, não exatamente tirar conclusões definitivas, mas compreender tendências dentro de um processo histórico.

Pelas narrativas ficou exposto o fosso social brasileiro. As diferenças de recursos familiares adquiridos ao longo da vida, associadas à ausência e/ou fragilidade dos suportes sociais, possibilita construir um esquema explicativo das vulnerabilidades que marcam as possibilidades de inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Foram encontradas nos relatos regularidades ligadas aos dispositivos associados ao novo discurso da responsabilidade individual de cada um em *correr atrás*, em acionar sua capacidade de enfrentar o mercado de trabalho, inculcações que realmente acabam por agenciar a subjetividade dos jovens. Um discurso que constrói uma espécie de *eu ideal* em torno de um indivíduo onipotente e capaz de enfrentar sozinho a reestruturação organizacional e tecnológica associada às transformações do capitalismo. Um ideal que poderá redundar em insegurança e desesperança.

Nesse aspecto, o privado e a competição se transformam em modos de regulação da vida. No jogo do mercado produz-se uma reificação das qualidades, de tal maneira que os atributos e as capacidades humanas passam a ser tomadas como naturais e não como características criadas e possibilitadas socialmente. O indivíduo competente, como personificação, obscurece as relações sociais que lhe dão movimento e acaba se transformando num fetiche.

As atividades e trabalho correspondentes capturadas através das narrativas não passam de empregos precários, desprotegidos e transitórios de tal modo que o que se retém destas experiências é aquela configuração do redimensionamento ou substituição do conceito de qualificação em nome das competências, o que representa não uma simples mudança técnica mas política se lembrarmos que se transformam não somente os parâmetros de formação profissional, mas de acesso ao emprego, de condições de trabalho e de remuneração.

Assim, a aquisição e a renovação das chamadas competências é colocada em xeque no caso destes jovens e nestes programas, pois o que esta diversificação de experiências profissionais parece traduzir, na realidade, é uma perversidade intensa, pois seus itinerários não podem ser considerados capazes de conferir sentido de pertencimento social que é a dimensão coletiva do trabalho. Expõe-se, de tal modo, a tendência à individualização e despolitização das relações sociais.

A imagem que fica é de um segmento da população que embora pareça superar alguns déficits quantitativamente medidos, como o educacional, mesmo este, em função das condições em que ocorre e do próprio contexto de vida pode se ver comprometido, tendendo a reforçar a desigualdade. Nessa direção está certo Ribeiro (1998) quando afirma que processos fugazes não resolvem o problema.

Por isso foi importante não prescindir do confronto do que é declarado nos pressupostos e metas que orientam os programas, com os dados relativos a resultados alcançados e com as narrativas juvenis. É desse modo que se pode compreender a dimensão do declarado e do realizado em seu caráter político, isto é, como produtos da relação entre interesses diferentes ou até mesmo antagônicos.

O trabalho de campo ao combinar dados quantitativos com coleta qualitativa foi importante para cruzar inferências. A preparação para o trabalho e a qualificação profissional de jovens pode apresentar vantagens mas que, ao que tudo parece indicar, também depende, para além de sua própria formatação, de certas circunstâncias relacionadas em parte com transformações históricas que atinge o conjunto da sociedade.

Nesse sentido, as trajetórias juvenis aqui narradas apontam processos que participam de fenômenos sociais mais amplos, conforme já se assinalou a partir de Bourdieu, advertindo como os deslocamentos dos indivíduos pelo espaço social não são aleatórios, orientados pela sorte ou pelo azar, mas obedece a forças que

estruturam esse espaço, a eventos coletivos relacionados estrutura social mais ampla.

As políticas, seus formuladores e condutores, tendo descoberto os jovens, terão que aprender a (re)descobrir as juventudes que também podem ser capazes de se (re)descobrirem face às políticas e (re) construir seus itinerários por direitos de cidadania, de tal modo expresso nos sonhos juvenis aqui narrados. É nessa direção que se concorda com a afirmação que faz um apelo para se “ter o cuidado de ao falar da juventude, não esquecer do jovem; ao denunciar o sistema, não elidir o sujeito” (SARTI, 1996, p. 17). Nestes termos, parece oportuno lembrar o alerta de Michel de Certeau lembrando como no processo de pesquisa criador e criatura carregam a marca de seu tempo.

Assim, para além da boa-intenção deste estudo, procurou-se olhar para além da superfície dos fatos, ensaiando superar a revelação do óbvio e, como provocativamente nos diz Cattani, desvelar a lógica inexorável presente nas reais tendências do capitalismo. “O capitalismo não gera empregos suficientes e, menos ainda, promove a qualificação generalizada. Esses não são seus objetivos e só se realizam em circunstâncias ocasionais, para atender necessidades pontuais da reprodução” (CATTANI, 1995, p. 38). Uma qualificação-desqualificante que compõe o processo de transição do capital direcionado para a apropriação da materialidade-subjetividade do processo de trabalho, bem explicado por Oliveira (2004 e 2005). O que não significa advogar, entretanto, o fadado ao fracasso, nem das políticas, tão pouco das juventudes, mas o exercício da crítica capaz de redirecionar os olhares para reconstruir caminhos.

Por fim, não resta dúvida que há neste trabalho respostas ainda não constituídas, mas que não invalidam a análise ao mesmo tempo em que fornece um campo aberto e profícuo ainda a ser explorado e é com esta possibilidade que se encerra, sem ser um fim.

## REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. *Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil*. Última Década, Viña Del Mar, CIDPA, março, 2002.

\_\_\_\_\_. Crítica política das políticas de juventude. In: *Políticas Públicas Juventude em pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

ABRAMO, Helena Wendel. *Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil*. Revista da ANPED, Mai/Jun/Jul/Ago 1997. Nº 5 Set/Out/Nov/Dez 1997 N º 6. p. 25-36.

ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. Introdução. In: *Retratos da Juventude Brasileira*. Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY, Miriam et al. *Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas*. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ABREU, Haroldo Baptista. *O contexto histórico-social da crise dos padrões de regulação sócio-estatal*. Revista Praia Vermelha Estudos de política e Teoria Social, volume 1, nº 1, UFRJ, 1997.

ALANIZI, Érika P. *Competência ou qualificação profissional: noções que se opõem ou se complementam?* 25ª Reunião Anual da ANPED, 2002.

ALMADA LIMA, Valéria Ferreira Santos de. *Qualificação e emprego no Brasil: uma avaliação dos resultados do PLANFOR*. Tese de Doutorado (Doutorado em Políticas Públicas). Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2004.

ANDRADE. M. P. *Amazônia. Seringueiros, recursos, mercado e direitos*. Tese de Doutorado (Doutorado em Engenharia Agrícola). Instituto Superior de Agronomia. Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, Portugal, 2004.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* São Paulo, Cortez, 1995.

ARAÚJO, Ronaldo Lima. *Tecnologias organizacionais e qualificação: aspectos atitudinais da qualificação*. Caxambu: ANPEND, 1997.

ARAÚJO, Tânia Barcelar de. *Herança das políticas públicas no Brasil*. In: II Modulo do Curso Centralizado de Formação Política. Escola Nacional de Formação da CONTAG/ ENFOC. Brasília-DF, 06 a 17 de novembro de 2006. p. 106-112.

ARRUDA, Adson de. *Imprensa, vida urbana e fronteira: a cidade de Cáceres nas primeiras décadas do século XX (1900-1930)*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). Programa de Pós Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2002.

AYRES, J. R. C. M. Vulnerabilidade do adolescente ao HIV/AIDS. In: VIEIRA, E.; FERNANDES, M.; BAILEY, P.; MCKAY, A. (Orgs.). *Seminário gravidez na adolescência*. Rio de Janeiro: Associação de Saúde da Família, 1998.

AYRES, J.R.C.M. et al. AIDS, Vulnerabilidade e Prevenção. In: *Saúde Reprodutiva em Tempos de AIDS*, II Seminário, ABIA: Rio de Janeiro, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edit., 2005.

BARBOSA, Alexandre Freitas; MORETTO, Amilton. *Políticas de Emprego e Proteção Social*. Vol. 1. São Paulo: ABET, 1998.

BARONE, Rosa Elisa Maria. *Educação e Políticas Públicas: questões para o debate*. Boletim Técnico do Senac. Volume 30, nº 3, set-dez 2004.

\_\_\_\_\_ *Formação profissional: uma contribuição para o debate brasileiro contemporâneo a partir da experiência internacional*. Boletim Técnico do Senac. Volume 24, n. 1, janeiro/abril 1998. (TEXTO II)

BECKER, Bertha. K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

\_\_\_\_\_ *Geopolítica da Amazônia*. Estudos Avançados 19 (53), 2005. p. 71-86.

\_\_\_\_\_ (Coord.) *Fronteira Amazônica*. Brasília, DF: Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, 1990. 219 p.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p. 183-191.

\_\_\_\_\_ (Coord.) *A miséria do mundo*. Petrópolis - Rio de Janeiro, 1997.

BRITO, Fausto. *O deslocamento da população brasileira para as metrópoles*. Estudos Avançados, vol.20 nº .57. São Paulo May/Aug 2006.

BUCHALLA, Cassia Maria; PAIVA, Vera. *Da compreensão da vulnerabilidade social ao enfoque multidisciplinar*. Revista Saúde Pública, v.36 n.4 São Paulo ago. 2002.

CAMARGO, Célia Reis (ORG.) *Experiências inovadoras em educação profissional: memória em construção de experiências inovadoras na qualificação do trabalhador (1996 – 1999)*. Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais Sede Acadêmica Brasil (FLACSO/BRASIL), 1999.

CASTEL, R. (Org.) A vulnerabilidade de massa In: *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*, p. 213-226, Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CATTANI, Antonio David. *Trabalho e Autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_ *Processo de trabalho e novas tecnologias*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

\_\_\_\_\_ (Org.). *Trabalho e tecnologia*. Dicionário crítico. Petrópolis/Porto Alegre: Vozes/Editora da UFRGS, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994

\_\_\_\_\_ A operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. Introdução geral e A história entre narrativa e conhecimento. In: *À beira da falésia. A história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Forense, 2002.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1981.

COSTA, Maricélia Padilha da. *Protagonismo juvenil e consciência política: um estudo sobre o projeto Agente Jovem em Cuiabá-MT*. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação). Instituto de Educação. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2005.

COSTA, Naldson Ramos da. *Ofício de Polícia, Violência Policial e Luta por Cidadania em Mato Grosso*. São Paulo em Perspectiva, 18(1). p. 111-118, 2004.

CUNHA José Marcos Pinto da; JAKOB, Alberto A. E.; HOGAN, Daniel J.; CARMO, Roberto L. *A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas*. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Caxambú-MG – Brasil, 20- 24 de Setembro de 2004.

CUNHA, Luiz Antônio. *O Ensino Profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: EdUNESP, Brasília-DF: FLACSO, 2000b.

\_\_\_\_\_. *O Ensino de Ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: EdUNESP, Brasília-DF: FLACSO, 2000a.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo C. R. *Dificultades de finales del siglo y promesas de um mundo diferente*. In: Jovenes. Revista de estudos sobre Juventud, nº 17. México, DF: Instituto Mexicano de Juventud, 2002. p. 160-203.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Emprego e Qualificação no Brasil dos anos 90. In: OLIVEIRA, Marco Antônio (Org.) *Reforma do Estado & Políticas de Emprego no Brasil*. Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

DEL PINO, Mauro. Política educacional, emprego e exclusão social. In GENTILI, P. e FRIGOTTO, G. (Orgs.). *A cidadania negada. Políticas de exclusão na educação e no trabalho*. Buenos Aires: CLACSO. 2000. p.65-88.

DELUIZ, Neise. *A globalização econômica e os desafios à formação profissional*. Boletim Técnico do Senac. Volume 30, nº 3, set-dez 2004.

\_\_\_\_\_. *O modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação: implicações para o currículo*. In: Boletim Técnico do SENAC. Rio de Janeiro, v. 27, n.3, set/dez., 2001b. p. 13-25

DRAIBE, S. *As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas*. Brasília: IPEA/IP, v. 4, 1990.

DUGUÉ, E. A gestão das competências: os saberes desvalorizados, o poder ocultado. In: DESAULNIERS, J. B. R. *Formação & trabalho & Competência. Questões atuais*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p.101-132

DUBREUIL, Vincent; BARIOU, Robert; PASSOS, Messias dos; FERRAND, Rémi; NÉDÉLEC, Vincent. *Evolução da fronteira agrícola no centro-oeste de Mato Grosso: municípios de Tangará da Serra, Campo Novo do Parecis e Diamantino*. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 2, p. 463-478, maio/ago. 2005.

FEARNSIDE, Philip M. *O Cultivo da Soja: como ameaça pra o meio ambiente na Amazônia Brasileira*. Simpósio Internacional Amazônia 500 anos. O V Centenário e o Novo Milênio: lições de história e reflexões para uma nova era. Museu Paraense Emílio Goeldi. UFPA/FCMB, 2002. 55 p. Disponível em: <[http://philip.inpa.gov.br/publ\\_livres/mss%20and%20in%20press/g3%20fearnside-soja.pdf](http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/mss%20and%20in%20press/g3%20fearnside-soja.pdf)>

FERRETTI, C. J. *et al.* (Orgs.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: Um debate multidisciplinar*. Petrópolis, Vozes, 1994, p. 93-123.

FERRETTI, C. J.; SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *Educação Profissional numa sociedade sem empregos*. Cadernos de Pesquisa, nº 109, p. 43- 66, março/2000, p. 43-66.

FERRETTI, C. J.; ZIBAS, Dagmar M. L.; TARTUCE, Gisela Lobo B. P. *Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio*. Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 122, p. 411-423, maio/ago. 2004.

FOGAÇA, Azuete. A educação e a reestruturação produtiva no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antônio (Org.) *Reforma do Estado & Políticas de Emprego no Brasil*. Campinas, SP:UNICAMP.IE, 1998.

FRANCO, Maria Ciavatta. *Formação profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo México, Itália e Brasil*. 20ª Reunião anual da ANPEd. Caxambu, MG, 1997.

FRANCH, Mônica. *Nada para fazer? Um estudo sobre atividades no tempo livre entre jovens de periferia no Recife*. Revista Brasileira de Estudos de População, v.19, n.2, jul./dez. 2002.

FREITAS, Alexandre Simão de. *O Redimensionamento da Ciência e da Tecnologia e os Impactos nas Políticas de Educação Profissional: a Decadência da Imaginação Radical e o Triunfo (Neo-)Conservador nos Anos 90*. Boletim Técnico do SENAC, Volume 25(3), Setembro/dezembro 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Globalização e Crise do Emprego: Mistificações e Perspectivas da Formação Técnico-Profissional*. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 31-45, maio/ago. 1999.

\_\_\_\_\_ Os delírios da razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo (Org.). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_ (Org.). *Educação e a crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Ed. Vozes. 1998.

\_\_\_\_\_ Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, P.; SILVA, T. T. *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GALETTI, L. da S. G. *O estigma da barbárie e a identidade regional*. Revista de Pós-Graduação em História da UnB, v. 3, n. 2, Brasília, 1995.

\_\_\_\_\_ *Nos confins da civilização: sertão, fronteiras e identidade nas representações sobre Mato Grosso* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GENTILI, Pablo. *Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora*. 20ª Reunião anual da ANPEd. Caxambu, MG, 1997.

GENTILI, Pablo. *Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora*. In FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Educação e a crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Ed. Vozes. 1998.

GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs). *A cidadania negada. Políticas de exclusão na educação e no trabalho*. Buenos Aires: CLACSO. 2000. 275p.

GUIMARÃES NETO. R.B. *A lenda do ouro verde: política de colonização no Brasil contemporâneo*. Cuiabá: UNICEN, 2002.

\_\_\_\_\_ *Cidades da Mineração: memórias e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Americanismo e Fordismo*. In: Cadernos do Cárcere. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HACK; Cássia ; PIRES, Giovani de L. *Lazer e Mídia em Culturas Juvenis: uma abordagem da vida cotidiana*. Portal da Educação Física, Esporte e Saúde, 2005.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1994.

HÉBETTE, Jean; MOREIRA, Edma Silva. *Situação social das áreas rurais amazônicas*. Disponível em <[www.fundaj.gov.br/docs/text/jean.doc](http://www.fundaj.gov.br/docs/text/jean.doc)>. Acesso em: 23/04/2006. s/d

HIRATA, Helena. Da polarização das qualificações ao modelo da competência. In: FERRETI, C.J. *et al.* (Orgs.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: Um debate multidisciplinar*. Petrópolis, Vozes, 1994, p.124-138.

HIRATA, Helena; PAIVA, Vanilda L. (Org.). *Transformação produtiva e equidade: a questão do ensino básico*. Campinas: Papyrus, 1994.

IAMAMOTO, M. V. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) assistente social na atualidade. In: CFESS. *Atribuições privativas do assistente social em questão*. Brasília, CFESS, fev. 2002, p. 13-50.

IANNI, Octávio. A questão social. In: *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1992, pp 87-109.

\_\_\_\_\_ *A Sociedade Global*. São Paulo, Brasiliense, 1992.

\_\_\_\_\_ *Teorias da globalização*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

INVERNIZZI, Noela. *Novos rumos do trabalho. Mudanças nas formas de controle e qualificação da força de trabalho brasileira*. Tese de doutorado (Doutora em Educação). Campinas: Instituto de política e tecnológica da Universidade Estadual de Campinas, 2000.

JORGE, Wanda. *Notícias do Brasil. Periferia e favelização avançam nas grandes cidades da América Latina*. Ciência e Cultura, vol.57, nº 2. São Paulo Apr./June 2005.

KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_ *O Ensino Médio agora é para a vida: entre o pretendido, o dito e o feito*. Educação & Sociedade, ano XXI, nº 70, Abril/00, p. 15-39. 2000b

\_\_\_\_\_ *Ensino médio e profissional: as políticas do estado neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_ *Competência como práxis: os dilemas da relação entre teoria e prática na educação dos trabalhadores*. Boletim Técnico do Senac. Volume 30, nº 3, set/dez 2004.

\_\_\_\_\_ *As propostas de decreto para regulamentação do ensino médio e da educação profissional: uma análise crítica*. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. A. Pronunciamento da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação / Anped – GT Trabalho e Educação. Reunião da SEMTEC/MEC, Brasília, 18 de dezembro de 2003 (Anexo). Disponível em: < <http://www.anped.org.br/representacoesanped2004.pdf>>

LEITE, Elenice M. *Programas de capacitação para jovens desfavorecidos na América Latina: experiência de monitoramento e avaliação*. UNESCO, 2001, mimeografado.

LIMA, Marcelo. *A questão da qualificação*. Boletim Técnico do Senac, Volume 27 - Número 1 - Janeiro / Abril 2001. Site do Senac-SP. Disponível em :<<http://www.senac.br/informativo/BTS/271/boltec271e.htm>>. Acesso em: 6/03/2005.

LUSTOSA, Isabel. Entrevista História. *Conversa com Roger Chartier*. Disponível em: <<http://pphp.uol.com.br/tropico/html/textos/2479,1.shl>>. Acesso em: 23/03/2007.

LUZ, Maria Teresa Machado; SILVA, Ricardo de Castro e. Vulnerabilidade e adolescências. In: BRASIL. Ministério da Saúde. *Cadernos juventude, saúde e desenvolvimento*. Brasília: Ministério da Saúde, v. 1, p.93-96, 1999.

MACHADO, Lucila. *Implicação da institucionalização da noção de competência*. MEC/2003, mimeografado.

MACHADO, L. *A fronteira agrícola na Amazônia*. In: BECKER, B. K. et al. Christofletti, A.; Davidoch, F. R.; Geiger, R. P. P. ed. *Geografia e meio ambiente no Brasil*, p. 181-217. 1998.

MADUREIRA, Elizabeth et al. *Cuiabá – De vila a metrópole nascente*. Álbum histórico-fotográfico. Secretaria de Administração de Estado, Arquivo Público de Mato Grosso, 2006.

MANFREDI, *Trabalho, qualificação e competência profissional – das dimensões conceituais e políticas*. Educação & Sociedade, ano XIX, n. 64, p. 13-49, setembro 1998.

MANN, J.; TARANTOLA, D.J.N.; NETTER, T.W. Como Avaliar a Vulnerabilidade à Infecção pelo HIV e AIDS. In: PARKER, R., GALVÃO, J. & PEDROSA, J. S.A *AIDS no Mundo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ABIA:IMS/UERJ, 1993.

MARGULIS, M. *La Juventud es más que una palabra*. Buenos Aires: Biblos, 1996.  
\_\_\_\_\_. Juventud una aproximación conceptual. In: BURAK, S.D. (Org). *Adolescencia y Juventud en América Latina*. Cartago: Libro Universitario Regional, 2001.

MARTA, J.M.C. Entrevista portal de notícias MIDIANEWS. Acessado em: 17/10/2006.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MARRÉ, Jacques Leon. *História de Vida e Método Biográfico*. Cadernos de Sociologia. V.3, nº3. P.55-88.

MARX, K. (1867). *O Capital*. Vol. I, Tomo 2, São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MAYOL, Pierre. O Bairro. In: CERTEAU, Michel de et al. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996, p.37-45.

MELLO, P.C. *Dólar agrava crise e revolta produtores no Mato Grosso*. O Estado de São Paulo. 30/04/2006. Disponível em: <http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=264306>> Acessado em: 30/04/2006.

MELUCCI, A. Juventude, tempo e movimentos sociais. In: SPOSITO, M. P. e PERALVA, A. T. *Juventude e contemporaneidade*. Número Especial. Revista Brasileira de Educação. ANPED, 1997.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa Social. *Teoria, método e criatividade*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MONTALI, Lilia. *Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida*. Revista Brasileira de Ciências Sociais/RBSC. Vol. 15 n. 42, fevereiro/2000.

\_\_\_\_\_. *Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento*. Revista Brasileira de Estudos da População, v. 21, n. 2, p. 195-216, jul./dez. 2004

NOVAES, Regina. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: *Políticas Públicas: Juventude em Pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

OLIVEIRA, Aécio Alves de. O processo de qualificação desqualificante da força de trabalho: elementos de uma transição para além do capital. In: ARAÚJO, M. N. de O. e RODRIGUES, L. C. (Orgs.) et al. *Transformações no mundo do trabalho. Realidade e utopias*. Fortaleza: Editora UFC, 2005. p.161-198

\_\_\_\_\_. Divisão do trabalho, modernização e qualificação-desqualificante: o PNQ em discussão. In BUONFIGLIO, Maria Carmela (Org.). *Políticas públicas em questão: o plano de qualificação do trabalhador*. Núcleo UNITRABALHO/PRAC/UFPB. João Pessoa: Manufatura, 2004. p. 47-63.

OLIVEIRA, Francisco de. *A questão do Estado. Vulnerabilidade social e carência de direitos*. Cadernos ABONG, 1995, p. 9-19.

PEREIRA, P. A. *Assistência Social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil*. Brasília: Thesaurus, 1996.

\_\_\_\_\_. *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez, 2000.

PETIT, A. M.; FERREIRA, A. Política de qualificação profissional: uma questão para o debate. *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (132), 2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119132.htm>>. Acesso em: 05/05/2005.

POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob fogo cruzado. Exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. *A batalha pelo primeiro emprego. As perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho*. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

\_\_\_\_\_. *A década dos mitos*. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. *O primeiro emprego a gente nunca esquece*. In Democracia Viva. Revista do IBASE, nº 9, Nov. 200/Fev 2001, 2001b.

\_\_\_\_\_. (Org.) *Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social*. São Paulo: Cortez/Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. et al. *Os ricos no Brasil. Atlas da Exclusão Social no Brasil. Volume 3*, São Paulo: Cortez, 2004.

RAICHELIS, R. *Esfera pública e Conselhos de Assistência Social: caminhos da construção democrática*. São Paulo: Cortes, 1998.

RAMOS, Marize Nogueira. *A Educação Profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais*. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 23, n. 80, p. 401- 422, setembro/2002.

RATTNER, Henrique. "Debate". In: FERRETTI, Celso J. et al. (Orgs.), *Novas tecnologias, trabalho e educação: Um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994.

REVEL, Jacques. Microanálise e a construção do social, In: REVEL, J.. *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVEL, Dominique. *A política de qualificação profissional na luta contra o desemprego no Brasil: o conceito de cidadão produtivo como desafio teórico*. *Revista Scripta Nova*, Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais. Universidad de Barcelona. Volume VI, nº 119 (113), agosto de 2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119113.htm>>. Acesso em: 15/04/ 2005.

RIBEIRO, V. M. M. Alfabetismo e atitudes: pesquisa junto a jovens e adultos paulistanos. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 9, p. 5-15, set./dez. 1998.

ROUANET, J.P. *Mal-Estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. 2 v. Brasília: CNPD, pp 731-752, 1998.

SALES, M. A . Política e direitos de crianças e adolescentes: entre o litígio e a tentação do consenso. In: SALES, Mione Apolinário et al. (Org.) *Política Social, Família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 207-241.

SARTI, C.A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 3ª ed. São Paulo: Cortez; 2005.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, C.J. et al. (Orgs.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: Um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 147-164.

\_\_\_\_\_. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. Capinas: Autores Associados, 1996.

SENNETT, R. *A corrosão do caráter. AS conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SHUBART, Herbert Otto Roger. Ecologia e utilização das florestas. In: SALATI, E; SHUBART, O. T. R.; JUNK, W.; OLIVEIRA, A. de. (Orgs.). *Amazônia: desenvolvimento integração, ecologia*. Brasiliense/CNPq, Brasília, 1983, p. 101-143.

SILVA, Antonio Carlos da. *Educação de Jovens e Adultos: tramas, itinerários e pedagogia emancipadora*. Anais 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 12 a 15 de setembro de 2004a.

\_\_\_\_\_. Alfabetização de Jovens e Adultos: Itinerários e Tramas da Parceria UNIPLI e ALFASOL como política de Inclusão. *Revista da Alfabetização Solidária /Alfabetização Solidária*. V. 4, n. 4, 2004. São Paulo: Unimarco, 2004b.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. A Transnacionalização do Grupo André Maggi. A partir do Cerrado Mato-Grossense. *Revista geo-paisagem*. Ano 4, nº 7, 2005. Janeiro/Junho de 2005.

SILVA, J. A. da. *Crescimento populacional e ocupação recente em Mato Grosso* (2004). Disponível em: <[www.fundaj.gov.br/docs/text/joseanto.doc](http://www.fundaj.gov.br/docs/text/joseanto.doc)>. Acesso em: 10/06/2006.

SPENTHOF, Edílson. "Crise" do agronegócio: a pior da história? Disponível em: <[www.carlosabicali.org](http://www.carlosabicali.org)>. Acesso em: 11/05/2006.

SPOSITO, M. P.; PERALVA, A. T. (Orgs.). Editorial. In: *Juventude e contemporaneidade*. Revista Brasileira de Educação. 5/6. ed. São Paulo: ANPED, 1997. p.3-4. (Volume 2)

SPOSITO, M. P. (Org.); ABRAMO, H. (Org.); FREITAS, M. V. (Org.) . *Juventude em debate*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2000. (Volume 1)

SPOSITO, Marília Pontes. Trajetórias na constituição de políticas públicas no Brasil. In: FREITAS, M.V.; PAPA, F. de C.(Orgs.). *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa, 2003. p.57-75.

SPOSITO, M. P. *Os jovens no Brasil, desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. Ação Educativa. 1. ed. São Paulo: Ação Educativa, 2003a. v. 1.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, Paulo Cesar. *Juventude e políticas públicas no Brasil*. Revista Brasileira de Educação. ANPED. São Paulo: Autores Associados, número 24, set/dez 2003. pp. 16-39.

SPOSITO, M. P.; CARRANO, Paulo Cesar. *Os jovens na relação sociedade-estado: entre problemas sociais e concepções ampliadas de direitos*. Reunião Anual da ANPED. Poços de Caldas. Anais da 26ª Reunião Anual da ANPEd, 2003. p. 1-19.

SPOSITO, M. P. Indagações sobre as relações juventude e a escola no Brasil. Institucionalização tradicional e novos significados. In: *Jovenes Revista de estudios sobre juventud*, ano 9, n. 22. México, DF, janeiro-junho 2005. p. 201-227.

SPOSITO, M. P.; SILVA, Hamilton Harley de Carvalho; SOUZA, Nilson Alves de. *Um balanço preliminar de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas*, 2005. Disponível em: <[www.acaoeducativa.org.br/downloads/pf/nac\\_juv.pdf](http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/pf/nac_juv.pdf)>. Acesso em : 10/07/2006

SPOSITO, M. P.; CORROCHANO, Maria Carla . *A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil*. Revista Tempo Social, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 141-172, 2005.

TANGUY, Lucie. *Dossiê e jornadas*. São Paulo: Ed. Intercâmbio, informações, estudos e Pesquisas, 2002.

TELLES, V. *Mutações do trabalho e experiência urbana*. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, 2006, pp. 173-195.

TUMOLO, Paulo Sergio. *Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica*. Educação e Sociedade. 2001, vol. 22, no. 77.

VEIGA, José Eli. *Entrevista. Economia e Desenvolvimento para os novos tempos*. Novembro-Dezembro, 2003, Ano 8, n. 212, p. 4-8.

WASELFISZ, Julio Jacob (Org.) *Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003*. Brasília: UNESCO, 2004.

ZALUAR, Alba. Os trabalhadores em suas famílias: trabalho e pobreza. In: ZALUAR, A. (Org.). *A máquina e a revolta. As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. p. 87-131.

ZARIFIAN, P. *Objetivo competência: por uma nova lógica*. São Paulo: Atlas, 2001.

## DOCUMENTOS

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO. *Educação profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado*. Brasília: SEFOR, 1995.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, 1999.

BRASIL. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DO ENSINO MÉDIO (PCNEM). Diretrizes Curriculares do Ensino Médio, 1999.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Situação da população brasileira: níveis de desigualdades (UNFPA). Brasília, DF: Charbel Gráfica e Editora Ltda, 2002.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados Demográficos. 2000a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 3/09/ 2005.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Banco de dados agregados. Produção agrícola municipal. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 31/01/ 2004.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Indicadores de desenvolvimento sustentável. Brasil 2002. Estudos e Pesquisas. Informação geográfica 2.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro, 2004.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*, 2005.

BANCO MUNDIAL. *Vozes Jovens. Um olhar das Organizações e Movimentos da Juventude sobre o Brasil do Século XXI*. Brasília, setembro de 2004.

DIEESE. *Anuário dos Trabalhadores*, 2005. 6. ed. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos sócio-econômicos, DIEESE, São Paulo, 2005.

FUNDAÇÃO DE PROMOÇÃO SOCIAL (PROSOL). *RELATÓRIO CONSOLIDADO DO PROJETO AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO. Triênio 2000-2002*. Coordenação de Projetos Especiais. Cuiabá (MT), Dezembro de 2002.

INDICADOR NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL (INAF). 5º Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional. Um diagnóstico para a inclusão social pela educação. [Avaliação de Leitura e Escrita]. Instituto Paulo Montenegro. IBOPE Opinião e Ação Educativa. São Paulo, 08 de setembro de 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS; PÓLIS. *Pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: IBASE, 2005.

INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Juventude*. Documento de Conclusão. Versão Final. São Paulo, dezembro de 2004. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 05/05/2006.

INSTITUTO CIDADANIA. *Perfil da Juventude Brasileira*. Projeto Juventude. Pesquisa de opinião pública. Hospital da Hospitalidade. SEBRAE. São Paulo, Dezembro de 2003.

INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO URBANO (IPDU). Prefeitura Municipal de Cuiabá. Súmula de Informações Município de Cuiabá. Cuiabá, abril de 2006.

IPEA. Jovens no Brasil: Problemas e Desafios. Grupo Interministerial de Juventude. Brasília – 2004

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (MPAS). *Guia para Gestores Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Humano e Social*, Brasília, 2000.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Secretaria de Políticas Públicas de Emprego Departamento de Qualificação Profissional. PLANFOR, Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador. *Serviço Civil Voluntário: Resultados e perspectivas*. FAT, Brasília, janeiro de 2001.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego & MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria de Estado de Direitos Humanos. PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador. SERVIÇO CIVIL VOLUNTÁRIO. Termo de referência. FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador. Brasília, março de 2001.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Departamento de Qualificação Profissional. GUIA DO PLANFOR 2001, Brasília, julho de 2001.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Departamento de Qualificação Profissional. PLANFOR. A experiência para adolescentes e jovens. FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador. Brasília, maio de 2001.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Departamento de Qualificação Profissional. O caso do Serviço Civil Voluntário. Síntese da avaliação em 2001. Brasília, setembro de 2002.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Departamento da Criança e do Adolescente. Brasília, março de 2000.

MTE, BRASIL, SPPE, DPQ. Tabelas de repasses de recursos para os PEQs e as PARCs. 2001/2002. Disponível em: < [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)>. Acesso em: 12/03/2005.

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA PARA JUVENTUDE. Orientação para a implantação do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. Brasília, 2005.

RELATÓRIO FÓRUM BRASILEIRO DE ONGS E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (FBOMS). *Relação entre soja e desmatamento: compreendendo a dinâmica*. São Paulo. 2005. 80 p.

SECRETARIA MUNICIPAL DE BEM ESTAR SOCIAL (SMBES). Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Humano e Social. Projeto Técnico, 1999.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL (SEPLAN). Boletim Socioeconômico do Estado de Mato Grosso. Cuiabá: Central de Texto, 2005.

SECRETARIA MUNICIPAL DE BEM-ESTAR SOCIAL (SMBES). RELATÓRIO DO PROJETO AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO, Cuiabá-MT, 2004.

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO, EMPREGO, CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (SETECS). Secretaria Adjunta de Assistência Social. Relatório de Gestão, 2005.

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, TRABALHO E CIDADANIA (SETEC). Programa Qualificar SERVIÇO CIVIL VOLUNTÁRIO. Direitos Humanos e Cidadania., 2001. (Apostila)

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU). Avaliação do TCU sobre o Projeto Agente Jovem. Sumário Executivo 13. Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT). RELATÓRIO SERVIÇO CIVIL VOLUNTÁRIO (SCV). Projeto Avaliação Externa do Programa de Qualificação Profissional do Estado de Mato Grosso, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT). RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA DO PROGRAMA ESTADUAL DE QUALIFICAÇÃO PEQ/MT 2001, Agosto de 2002.